

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
SOCIOLOGIA POLÍTICA**

**JULIANA KORB NOGUEIRA**

**IDEOLOGIA PARTIDÁRIA:**

**UM ESTUDO SOBRE OS DEPUTADOS ESTADUAIS CATARINENSES (1989-2008)**

LINHA DE PESQUISA: [Idéias, instituições e práticas políticas](#)

**FLORIANÓPOLIS**

**2009**

**JULIANA KORB NOGUEIRA**

**IDEOLOGIA PARTIDÁRIA:**

**UM ESTUDO SOBRE OS DEPUTADOS ESTADUAIS CATARINENSES (1989-2008)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.

Orientador: Prof. Dr. Yan de Souza Carreirão

**FLORIANÓPOLIS**  
**2009**




*Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política*  
Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Campus Universitário - Trindade  
Caixa Postal 476  
Cep: 88040-900 - Florianópolis - SC - Brasil  
E-mail: [ppgsp@cfh.ufsc.br](mailto:ppgsp@cfh.ufsc.br)

---

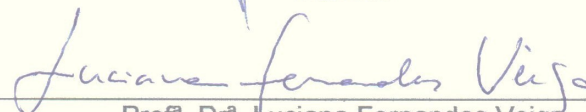
**“IDEOLOGIA PARTIDÁRIA: UM ESTUDO SOBRE OS DEPUTADOS ESTADUAIS  
CATARINENSES (1989-2008)”.**

JULIANA KORB NOGUEIRA

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua  
forma final pelo Orientador e Membros da  
Banca Examinadora, composta pelos  
Professores:

  
\_\_\_\_\_  
Prof.º Dr.º Yan de Souza Carreirão  
Orientador

  
\_\_\_\_\_  
Prof.º Dr.º Julian Borba  
Membro

  
\_\_\_\_\_  
Prof.ª Dr.ª Luciana Fernandes Veiga  
Membro

  
\_\_\_\_\_  
Prof.ª Dr.ª Lúgia Helena Hahn Lúchmann  
Coordenadora

FLORIANÓPOLIS, (SC), FEVEREIRO DE 2009.

À minha  
família: mãe, filha e  
marido, pelo apoio,  
incentivo, paciência e  
carinho.

## **AGRADECIMENTOS**

À minha família querida, por estar ao meu lado em todos os instantes da minha vida.

À minha filha amada, Maria Eduarda, por sua existência, pois seu brilho ilumina minha vida. Sua alegria é a minha alegria, sua felicidade é a minha felicidade.

Ao meu marido, minha paixão, Glauco, por todo amor, carinho, paciência, incentivo e companheirismo. Pelos momentos que passamos juntos e pelas lutas que vencemos juntos. Por estar verdadeiramente ao meu lado.

À minha mãe, Rosa Maria, pelo verdadeiro amor. Aquele amor que se torna a chama de minha alma.

Ao meu professor, orientador e mestre, Dr. Yan de Souza Carreirão, pelo seu espírito incansável de ajuda, por sua orientação e generosidade grandiosa.

À professora Dra. Maria D'Alva Gil Kinzo [in memoriam], por sua colaboração através do empréstimo dos dados das pesquisas sob sua coordenação.

Aos professores, membros da Banca Examinadora, pela valiosa apreciação deste trabalho.

Ao Grupo Alfa, pelo apoio, amizade e estímulo dispensados durante a pós-graduação e pelo resto de nossas vidas.

A todos, que à sua maneira emprestaram seu talento e tempo para a concretização deste projeto.

## RESUMO

Esta dissertação procurou analisar o tema das ideologias partidárias junto aos deputados estaduais catarinenses em três momentos ao longo dos últimos 19 anos. O principal objetivo consistiu em mapear os posicionamentos dos deputados estaduais catarinenses em relação a uma diversidade de temas, na tentativa de verificar se o *continuum* esquerda-direita ainda é um bom referencial para diferenciar os posicionamentos dos parlamentares dos diferentes partidos ou se está ocorrendo um processo de diluição das diferenças ideológicas entre os partidos catarinenses ao longo do período democrático recente, principalmente após as eleições de 2002. A pesquisa empírica ocorreu através da aplicação de questionários nos anos de 1989, 2002 e 2008, utilizando-se de diversos indicadores que possibilitaram a análise da ideologia partidária entre os deputados catarinenses.

**Palavras Chaves:** Ideologia, partidos políticos, política catarinense.

## **ABSTRACT**

This dissertation was proposed in order to examine the issue of party's ideologies among the deputies of the State of Santa Catarina in three moments over the past 19 years. The main goal consisted in mapping out the statements of the state's deputies regarding a variety of topics, as an attempt to define if either the left-right continuum is still a good benchmark to distinguish the positions of parliamentarians of different parties, or if there has been a process of dilution of the ideological differences among the states' parties over the recent democratic period, especially after the elections of 2002. For the empirical research, questionnaires were applied through the years of 1989, 2002 and 2008. Those questionnaires contained various indicators that allowed the analysis of party's ideology among the deputies of the State of Santa Catarina.

**Keywords:** ideology, political parties and policy of the State of Santa Catarina.

## SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	8
I LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS.....	11
II LISTA DE TABELAS.....	13
III LISTA DE SIGLAS PARTIDÁRIAS.....	16
1 INTRODUÇÃO.....	17
2 Os PARTIDOS POLÍTICOS.....	20
2.1 DEFINIÇÕES, FUNÇÕES E CARACTERÍSTICAS DOS PARTIDOS POLÍTICOS.....	20
2.2 OS DIVERSOS TIPOS DE PARTIDOS POLÍTICOS.....	23
2.3 OS SISTEMAS PARTIDÁRIOS BRASILEIROS EM PERSPECTIVA HISTÓRICA.....	26
3 AS IDEOLOGIAS.....	33
3.1 INTRODUÇÃO.....	33
3.2 DIREITA E ESQUERDA.....	35
4. DIMENSÕES EM QUE SE MANIFESTAM AS DIFERENÇAS IDEOLÓGICAS ENTRE OS PARTIDOS POLÍTICOS BRASILEIROS .....	41
4.1 OPINIÕES E ATITUDES DE DEPUTADOS FEDERAIS .....	42
4.2 POSICIONAMENTO DOS DEPUTADOS EM VOTAÇÕES NO PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. ....	43
4.3 AS COLIGAÇÕES.....	44
4.4 AS MIGRAÇÕES PARTIDÁRIAS.....	47
4.5 A DISCIPLINA PARTIDÁRIA.....	52
4.6 COALIZÕES GOVERNAMENTAIS.....	53
4.7 A COMPOSIÇÃO SOCIAL DOS PARTIDOS POLÍTICOS BRASILEIROS.....	55
4.8 OS PARTIDOS BRASILEIROS NO CONTINUUM ESQUERDA-DIREITA.....	56
5 Os PARTIDOS CATARINENSES E SEUS POSICIONAMENTOS IDEOLÓGICOS.....	60



6 OBJETIVOS, HIPÓTESES, METODOLOGIA.....	64
7 AS OPINIÕES POLÍTICAS DOS DEPUTADOS ESTADUAIS CATARINENSES.....	68
7.1 ESTATISMO X LIBERALISMO ECONÔMICO.....	70
7.1.1 PAPEL DO ESTADO X MERCADO.....	70
7.1.2 GESTÃO DO ESTADO.....	85
7.1.3 IMPOSTOS.....	90
7.1.4 SISTEMA BANCÁRIO.....	93
7.2 NACIONALISMO X ABERTURA PARA O EXTERIOR.....	97
7.2.1 ÊNFASE NO MERCADO INTERNO X INTEGRAÇÃO À ECONOMIA INTERNACIONAL.....	97
7.3 CONSERVADORISMO SOCIAL – POLÍTICA SOCIAL E TRABALHISTA.....	104
7.3.1 CONSERVADORISMO SOCIAL – POLÍTICA SOCIAL E TRABALHISTA.....	104
7.4 CONSERVADORISMO SOCIAL E MORAL.....	115
7.4.1 CONSERVADORISMO SOCIAL E MORAL .....	115
7.5 DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO POLÍTICA, AUTORIDADE E GRAU DE CONCENTRAÇÃO DE PODER.....	122
7.5.1 DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA.....	122
7.5.2 AUTORIDADE POLÍTICA – PODER.....	135
7.6 REPRESENTAÇÃO: INTERESSES INDIVIDUAIS, DE GRUPOS OU DE TODOS?.....	142
7.6.1 DE QUEM SÃO OS INTERESSES.....	142
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	150
BIBLIOGRAFIA .....	160
ACESSOS NA WORLD WIDE WEB:.....	172
APÊNDICE.....	174
QUESTIONÁRIO APLICADO EM 1989: .....	174
QUESTIONÁRIO APLICADO EM 2002:.....	198
QUESTIONÁRIO APLICADO EM 2008:.....	208

ANEXOS.....	220
ANEXO I. RELAÇÃO DE DEPUTADOS NA LEGISLATURA (2005-2008), NO PERÍODO DA PESQUISA (2007-2008) (AGRUPADOS POR PARTIDO).....	220
ANEXO II. RELAÇÃO DE SUPLENTE QUE ASSUMIRAM O MANDATO NA ATUAL LEGISLATURA, NO PERÍODO DA PESQUISA (2008).....	220
ANEXO III. RELAÇÃO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS CATARINENSES, NO PERÍODO FINAL DA PESQUISA (AGOSTO 2008).....	221
ANEXO IV. RELAÇÃO DOS PARTIDOS.....	222
ANEXO V. RELAÇÃO DE DEPUTADOS ENTREVISTADOS NAS PESQUISAS DE 1989, 2002 E 2008.....	223
ANEXO VI. TABELA DE GRAUS DE ASSOCIAÇÃO E NÍVEIS DE SIGNIFICÂNCIA NAS TABELAS.....	226
ANEXO VII. TABELA DE GRAUS DE ASSOCIAÇÃO E NÍVEIS DE SIGNIFICÂNCIA NOS GRÁFICOS.....	227

## I LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

QUADRO 1. PERÍODOS HISTÓRICOS DAS DIVERSAS CONFIGURAÇÕES NO SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO .....	30
QUADRO 2. ELEMENTOS PRINCIPAIS DA DIFERENCIAÇÃO ESQUERDA X DIREITA.....	36
QUADRO 3. A POLARIZAÇÃO ESQUERDA X DIREITA NA AMÉRICA LATINA .....	37
GRÁFICO 1. PORCENTAGEM DE DEPUTADOS QUE CONSIDERAM 'ALTA' PRIORIDADE PARA A REVISÃO DAS PRIVATIZAÇÕES DAS EMPRESAS ESTATAIS, SEGUNDO POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO DO PARTIDO A QUE PERTENCE O DEPUTADO (2002-2008).....	79
GRÁFICO 2. PORCENTAGEM DE DEPUTADOS QUE CONSIDERAM 'ALTA' PRIORIDADE NA TRANSFORMAÇÃO DO BANCO CENTRAL EM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA INDEPENDENTE, SEGUNDO O POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO DO PARTIDO A QUE PERTENCE O DEPUTADO .....	82
GRÁFICO 3. OPINIÃO DOS DEPUTADOS SOBRE A PRÁTICA DO ABORTO, SEGUNDO POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO DO PARTIDO A QUE PERTENCE O DEPUTADO (2008).....	121
GRÁFICO 4. OPINIÃO DOS DEPUTADOS SOBRE A AFIRMAÇÃO: "SÓ HÁ DEMOCRACIA SE HOVER PARTICIPAÇÃO DIRETA DO POVO NAS DECISÕES MAIS IMPORTANTES, ATRAVÉS DE REFERENDOS E PLEBISCITOS" SEGUNDO POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO DO PARTIDO A QUE PERTENCE O DEPUTADO (2008) .....	128
GRÁFICO 5. PORCENTAGEM DOS DEPUTADOS FAVORÁVEIS A INSTITUIÇÃO DO MECANISMO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR DIRETA NAS DECISÕES, COMO OS REFERENDOS, OS PLEBISCITOS E A INICIATIVA POPULAR PARA APRESENTAÇÃO DE PROJETOS DE LEI, SEGUNDO POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO DO PARTIDO A QUE PERTENCE O DEPUTADO .....	129
GRÁFICO 6. PORCENTAGEM DOS DEPUTADOS FAVORÁVEIS A PARTICIPAÇÃO POPULAR, ATRAVÉS DE CONSULTAS, NAS FORMULAÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS, NO PLANEJAMENTO E NO CONTROLE DAS AÇÕES DO PODER PÚBLICO, PRINCIPALMENTE NAS ÁREAS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA E SEGURIDADE SOCIAL, SEGUNDO POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO DO PARTIDO A QUE PERTENCE O DEPUTADO.....	130
GRÁFICO 7. OPINIÃO DOS DEPUTADOS CATARINENSES SOBRE O CASO DA RENOVAÇÃO DA CONCESSÃO DA RCTV, SEGUNDO POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO DO PARTIDO A QUE O DEPUTADO PERTENCE (2008)...	132
GRÁFICO 8. OPINIÃO DOS DEPUTADOS CATARINENSES SOBRE O PAPEL DOS PROTESTOS MAIS OUSADOS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS, SEGUNDO POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO DO PARTIDO A QUE O DEPUTADO PERTENCE (2008).....	133

GRÁFICO 9. OPINIÃO DOS DEPUTADOS SOBRE A AFIRMAÇÃO: “O MST NÃO TRAZ NENHUM BENEFÍCIO PARA OS TRABALHADORES RURAIS, SERVINDO APENAS PARA CRIAR INSTABILIDADE POLÍTICA”, SEGUNDO POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO DO PARTIDO A QUE PERTENCE O DEPUTADO .....	134
GRÁFICO 10. OPINIÃO DOS DEPUTADOS CATARINENSES SOBRE A ATUAÇÃO DE UM LÍDER VERSUS A PARTICIPAÇÃO POPULAR, SEGUNDO O POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO DO PARTIDO A QUE O DEPUTADO PERTENCE (2008).....	139
GRÁFICO 11. OPINIÃO DOS DEPUTADOS SOBRE O TIPO DE INTERESSE QUE OS PARTIDOS POLÍTICOS DEVEM DEFENDER, SEGUNDO O POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO DO PARTIDO A QUE O DEPUTADO PERTENCE.....	145

## II LISTA DE TABELAS

TABELA 1. DEPUTADOS FEDERAIS QUE MUDARAM DE PARTIDO POR LEGISLATURA (%).....	48
TABELA 2. MUDANÇA DE PARTIDO E IDEOLOGIA, SEGUNDO PARTIDO DE ORIGEM E DE DESTINO DOS DEPUTADOS FEDERAIS (MAIO DE 1985/JANEIRO DE 1999).....	50
TABELA 3. MIGRAÇÃO E BLOCO IDEOLÓGICO DE DESTINO (CÂMARA FEDERAL – 2003).....	50
TABELA 4. PROPORÇÃO DE ENCAMINHAMENTOS SIMILARES PELOS LÍDERES DE CADA PARTIDO (1989/1994).....	54
TABELA 5. AUTOLOCALIZAÇÃO IDEOLÓGICA DO DEPUTADO, SEGUNDO POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO DO PARTIDO (DE ACORDO COM A LITERATURA) (%).....	68
TABELA 6. PRIORIDADE PARA PRIVATIZAÇÃO DE EMPRESAS ESTATAIS (AINDA NÃO PRIVATIZADAS), SEGUNDO POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO DO PARTIDO A QUE PERTENCE O DEPUTADO .....	76
TABELA 7. OPINIÃO DOS DEPUTADOS SOBRE A ESTATIZAÇÃO DOS BANCOS, SEGUNDO POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO DO PARTIDO A QUE PERTENCE O DEPUTADO .....	81
TABELA 8. OPINIÃO DOS DEPUTADOS SOBRE A PRIVATIZAÇÃO DA PETROBRAS, SEGUNDO POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO DO PARTIDO A QUE PERTENCE O DEPUTADO.....	83
TABELA 9. ÍNDICE DE ESTATISMO, SEGUNDO POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO DO PARTIDO A QUE PERTENCE O DEPUTADO (%) (2008).....	84
TABELA 10. PRIORIDADE NO CONTROLE DOS GASTOS PÚBLICOS, SEGUNDO POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO DO PARTIDO A QUE PERTENCE O DEPUTADO .....	88
TABELA 11. PRIORIDADE NA APLICAÇÃO DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, SEGUNDO POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO DO PARTIDO A QUE PERTENCE O DEPUTADO.....	89
TABELA 12. PRIORIDADE PARA O FIM DA CPMF E DAS OUTRAS CONTRIBUIÇÕES QUE ONERAM A PRODUÇÃO, SEGUNDO POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO DO PARTIDO A QUE PERTENCE O DEPUTADO .....	92
TABELA 13. PRIORIDADE PARA A REDUÇÃO ACENTUADA DAS TAXAS DE JUROS, SEGUNDO POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO DO PARTIDO A QUE PERTENCE O DEPUTADO .....	94
TABELA 14. OPINIÃO DOS DEPUTADOS SOBRE O LIMITE DE 12% AO ANO NAS TAXAS DE JUROS REAIS PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO, SEGUNDO POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO DO PARTIDO A QUE PERTENCE O DEPUTADO .....	95

TABELA 15. OPINIÃO DOS DEPUTADOS SOBRE A AFIRMAÇÃO: “O BRASIL DEVERIA SE INTEGRAR AINDA MAIS À ECONOMIA INTERNACIONAL, LIBERALIZANDO O COMÉRCIO E ABRINDO MAIS A ECONOMIA AO CAPITAL ESTRANGEIRO”, SEGUNDO POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO DO PARTIDO A QUE PERTENCE O DEPUTADO .....	99
TABELA 16. OPINIÃO DOS DEPUTADOS SOBRE A AFIRMAÇÃO: “O PAÍS DEVERIA CAMINHAR PARA UMA POSTURA MAIS AUTÔNOMA, DE AFIRMAÇÃO NACIONAL, PRIORIZANDO O MERCADO INTERNO E, SE NECESSÁRIO, REPUDIANDO A DÍVIDA EXTERNA”, SEGUNDO POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO DO PARTIDO A QUE PERTENCE O DEPUTADO .....	100
TABELA 17. PRIORIDADE NA INTEGRAÇÃO DO BRASIL À ALCA, SEGUNDO POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO DO PARTIDO A QUE PERTENCE O DEPUTADO.....	101
TABELA 18. OPINIÃO DOS DEPUTADOS SOBRE A ATRIBUIÇÃO DE STATUS DE EMPRESA NACIONAL SOMENTE ÀQUELAS CUJO CONTROLE EFETIVO (ISTO É, A MAIORIA DE SEU CAPITAL VOTANTE E O EXERCÍCIO DO PODER DECISÓRIO) ESTEJA, EM CARÁTER PERMANENTE, SOB TITULARIDADE DE PESSOAS FÍSICAS DOMICILIADAS E RESIDENTES NO PAÍS, SEGUNDO POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO DO PARTIDO A QUE PERTENCE O DEPUTADO .....	103
TABELA 19. OPINIÃO DOS DEPUTADOS SOBRE O DEVER DE DAR TRATAMENTO PREFERENCIAL À EMPRESA NACIONAL NA AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS, SEGUNDO POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO DO PARTIDO A QUE PERTENCE O DEPUTADO.....	104
TABELA 20. PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE POBREZA 2001 A 2004 POR COR/RAÇA - BRASIL.....	106
TABELA 21. OPINIÃO DOS DEPUTADOS SOBRE A REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO DE 44 PARA 40 HORAS SEMANAIS, SEM A REDUÇÃO DE SALÁRIO, SEGUNDO POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO DO PARTIDO A QUE PERTENCE O DEPUTADO.....	109
TABELA 22. OPINIÃO DOS DEPUTADOS SOBRE O DIREITO IRRESTRITO DE GREVE, SEGUNDO POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO DO PARTIDO A QUE PERTENCE O DEPUTADO.....	111
TABELA 23. OPINIÃO DOS DEPUTADOS SOBRE OS INVESTIMENTOS FINANCEIROS NOS PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO, SEGUNDO POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO DO PARTIDO A QUE PERTENCE O DEPUTADO .....	112
TABELA 24. OPINIÃO DOS DEPUTADOS SOBRE A APROVAÇÃO DO ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL, SEGUNDO POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO DO PARTIDO A QUE PERTENCE O DEPUTADO (2008).....	113
TABELA 25. OPINIÃO DOS DEPUTADOS SOBRE O SISTEMA DE COTAS NAS UNIVERSIDADES, SEGUNDO POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO DO PARTIDO A QUE PERTENCE O DEPUTADO .....	114
TABELA 26. OPINIÃO DOS DEPUTADOS SOBRE A VIOLÊNCIA URBANA, SEGUNDO POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO DO PARTIDO A QUE PERTENCE O DEPUTADO.....	118
TABELA 27. OPINIÃO DOS DEPUTADOS SOBRE A INSTITUIÇÃO DA PENA DE MORTE, SEGUNDO POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO DO PARTIDO A QUE PERTENCE O DEPUTADO .....	119

TABELA 28. OPINIÃO DOS DEPUTADOS SOBRE A PRÁTICA DO ABORTO, SEGUNDO POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO DO PARTIDO A QUE PERTENCE O DEPUTADO.....	121
TABELA 29. OPINIÃO DOS DEPUTADOS SOBRE QUAL DAS SITUAÇÕES SE APROXIMA MAIS DE UM REGIME DEMOCRÁTICO, SEGUNDO POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO DO PARTIDO A QUE PERTENCE O DEPUTADO ....	131
TABELA 30. OPINIÃO DOS DEPUTADOS SOBRE A ATRIBUIÇÃO ÀS FORÇAS ARMADAS DE PODER DE POLÍCIA, SEGUNDO POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO DO PARTIDO A QUE PERTENCE O DEPUTADO .....	139
TABELA 31. OPINIÃO DOS DEPUTADOS SOBRE O USO DA MEDIDA PROVISÓRIA, SEGUNDO POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO DO PARTIDO A QUE PERTENCE O DEPUTADO .....	141
TABELA 32. OPINIÃO DOS DEPUTADOS SOBRE AS SOLICITAÇÕES QUE RECEBEM DOS SEUS ELEITORES, SEGUNDO POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO DO PARTIDO A QUE PERTENCE O DEPUTADO .....	147
TABELA 33. OPINIÃO DOS DEPUTADOS SOBRE O ATENDIMENTO ÀS SOLICITAÇÕES QUE RECEBEM DOS SEUS ELEITORES, SEGUNDO POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO DO PARTIDO A QUE PERTENCE O DEPUTADO.....	148
A - RELAÇÃO DOS PARTIDOS DE CENTRO-DIREITA.....	222
B - RELAÇÃO DOS PARTIDOS DE DIREITA.....	222

### III LISTA DE SIGLAS PARTIDÁRIAS

PC DO B – PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL  
PDC – PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO  
PDS – PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL  
PDT – PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA  
PFL – PARTIDO DA FRENTE LIBERAL  
PL – PARTIDO LIBERAL  
PMDB – PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO  
PMN – PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL  
PP – PARTIDO PROGRESSISTA  
PPB – PARTIDO PROGRESSISTA BRASILEIRO  
PPR – PARTIDO PROGRESSISTA REFORMADOR  
PPS – PARTIDO POPULAR SOCIALISTA  
PRN – PARTIDO DA RECONSTRUÇÃO NACIONAL  
PRONA – PARTIDO DE REEDIFICAÇÃO DA ORDEM NACIONAL  
PRP – PARTIDO REPUBLICANO PROGRESSISTA  
PRT – PARTIDO REFORMADOR TRABALHISTA  
PSB – PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO  
PSC – PARTIDO SOCIAL CRISTÃO  
PSD – PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO  
PSDB – PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA  
PSL – PARTIDO SOCIAL LIBERAL  
PST – PARTIDO SOCIAL TRABALHISTA  
PT – PARTIDO DOS TRABALHADORES  
PTB – PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO  
PTR – PARTIDO REFORMADOR TRABALHISTA  
PV – PARTIDO VERDE



## 1 INTRODUÇÃO

Este estudo visa compreender melhor o tema da ideologia partidária, inicialmente ponderando sobre o conceito a partir de revisão da literatura e posteriormente, através de pesquisa empírica, buscando analisar as diferenciações ideológicas entre os partidos catarinenses através das opiniões dos deputados estaduais de Santa Catarina na atual legislatura, e ainda, através da comparação com os dados de pesquisas<sup>1</sup> semelhantes, realizadas em 1989 e 2002, na busca de verificar a evolução destas opiniões ao longo do período estudado.

Especialmente nos últimos anos, alguns estudos, como os de Santos e Vilarouca (2004), Santos (2006) e Figueiredo e Limongi (2007) apresentam dados que mostram que o sistema partidário parece adquirir recentemente contornos ideológicos menos nítidos do que os anteriormente observados. Em Santa Catarina, Carreirão (2006b) apresenta dados que indicam esta mesma direção, de maior indiferenciação ideológica dos partidos, no que respeita às coligações eleitorais realizadas entre eles.

Um dos objetivos centrais desta pesquisa foi verificar se está ocorrendo um processo de diluição das diferenças ideológicas entre os partidos catarinenses, ao longo do período democrático recente, principalmente após as eleições de 2002, a partir da análise das opiniões e atitudes dos deputados estaduais.

O ponto de partida para a pesquisa foi a abordagem, num nível mais abstrato (teórico) do tema dos partidos políticos e das ideologias partidárias nos estudos realizados por pesquisadores conceituados na Ciência Política. A partir daí, na tentativa de caracterizar as ideologias partidárias no caso brasileiro, foi revisada a literatura, que utiliza vários indicadores; entre eles: as opiniões e atitudes de deputados, o posicionamento dos deputados em votações no plenário da Câmara dos Deputados, as coligações, as migrações partidárias, a disciplina partidária e os padrões de coalizões no legislativo. A revisão da bibliografia buscou sistematizar as diferenças ideológicas nestes diferentes aspectos entre os partidos brasileiros (e catarinenses, em alguns destes aspectos). Diversos estudos realizados sobre o tema da ideologia partidária, principalmente os realizados na Câmara dos Deputados, mostraram-se controversos nos resultados que apresentaram; em relação à Santa Catarina pouco foi feito até agora no que diz respeito ao estudo

---

<sup>1</sup> Detalhes específicos com relação as pesquisas mencionadas serão apresentados no capítulo 7 desta Dissertação.

do tema. Por isso, o interesse em realizar este estudo e análises junto aos deputados em Santa Catarina. A possibilidade de dispor de bancos de dados relevantes (ainda não analisados) sobre as opiniões dos deputados estaduais catarinenses também foi um fator importante para a definição do desenho da pesquisa.

São os partidos políticos que operam na arena eleitoral tornando-se atores de primeira relevância e, em função disso, devem persuadir o eleitorado, expondo suas candidaturas, tentando angariar os votos necessários. No Brasil os partidos exercem o monopólio desta função, mas os estudos sobre as variadas formas e manifestações nos diferentes estados brasileiros é ainda reduzido. Os estudos sobre as questões partidárias têm se concentrado, em grande parte, no âmbito nacional, sendo poucos os estudos que examinam os partidos políticos nas suas variadas manifestações e dinâmicas nos diversos estados da federação. Este estudo visa contribuir para minimizar esta deficiência.

O estudo tem como proposta examinar o posicionamento ideológico-programático dos deputados na Assembléia Legislativa de Santa Catarina, por se tratar de um degrau intermediário, mas uma importante esfera do jogo partidário, que pode nos revelar elementos relevantes para o entendimento das idéias políticas de um segmento relevante dos atores políticos brasileiros. Uma vez que pesquisas semelhantes foram realizadas em dois períodos da vida partidária, 1989 e 2002, a aplicação de um questionário semelhante permitiu verificar a presença ou não de continuidades nas opiniões dos deputados dos partidos no espectro político-ideológico.

O texto está estruturado em oito capítulos. Após esta introdução ao trabalho, chamada de primeiro capítulo, ou capítulo introdutório, passa-se ao segundo capítulo, que serviu para melhor análise dos partidos políticos, desde suas definições usuais, suas funções e características, até a origem e desenvolvimento dos partidos políticos brasileiros.

O terceiro capítulo busca caracterizar o tema das ideologias, e a maneira operativa que a díade direita-esquerda nos auxilia na pesquisa empírica. Um quarto capítulo trata da revisão da literatura brasileira, organizando-a a partir dos indicadores que têm permitido operacionalizar as diferenças ideológicas entre os partidos, como as opiniões e atitudes de deputados dos partidos políticos, o posicionamento dos deputados em votações no plenário da Câmara dos Deputados, as coligações, as migrações partidárias, a disciplina partidária, os padrões de coalizões no legislativo, entre outros. Neste capítulo também realizou-se o mapeamento ideológico partidário

brasileiro, onde tentou-se, a partir das classificações feitas por outros pesquisadores, elaborar uma classificação dos partidos no espectro ideológico.

O quinto capítulo trata de fazer uma revisão sobre o tema dos partidos catarinenses, a partir de um enfoque que privilegia seu posicionamento no *continuum* esquerda-direita. A metodologia adotada para a análise empírica foi exposta no sexto capítulo, juntamente com os objetivos e hipóteses principais.

No sétimo capítulo desenvolve-se a apresentação e análise dos dados. A base empírica da pesquisa está centrada na análise de respostas aos questionários, que foram aplicados junto aos deputados estaduais catarinenses da atual legislatura (pela própria autora desta dissertação) e junto aos deputados estaduais das legislaturas de 1987/1990 e 1999/2002, pelas pesquisas mencionadas acima. Buscou-se identificar as diferenças ideológicas entre os deputados pertencentes aos diversos partidos políticos com mandato na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, com base no *continuum* ideológico esquerda-direita, utilizando para isso alguns indicadores que permitissem a análise da ideologia partidária: entre eles, sua autolocalização no espectro ideológico e suas opiniões com relação a vários temas. A análise da variação das opiniões dos deputados dos diferentes partidos, ao longo do tempo, é fundamental para o teste da hipótese central desta pesquisa (que será apresentada de forma detalhada no capítulo 6).

E por fim, as considerações finais, onde buscou-se destacar as principais conclusões e confrontar a análise com as hipóteses iniciais da pesquisa.

## 2 OS PARTIDOS POLÍTICOS

### 2.1 DEFINIÇÕES, FUNÇÕES E CARACTERÍSTICAS DOS PARTIDOS POLÍTICOS

O surgimento dos partidos políticos constitui-se num fenômeno recente na história da humanidade, estando vinculado ao processo de modernização do sistema político e da diversidade de demandas e interesses sociais e do reconhecimento do direito à participação política. Segundo Ferreira (2002, p. 36), “na literatura sobre o tema, há um consenso de que a eclosão dos partidos políticos se encontra intimamente associada à democracia e à expansão do sufrágio”.

Sendo um produto dos sistemas políticos modernos ou em fase de modernização, como afirmam Lapalombara e Weiner (1966 apud FERREIRA, 2002, p. 36), os partidos políticos emergem “quando as atividades do sistema político alcançam certo grau de complexidade, ou quando a noção de poder político inclui a idéia de que a sociedade deve participar ou ser controlada”.

Para a Ciência Política, os partidos políticos são um dos principais temas de estudo. Muitos sociólogos e cientistas políticos como Robert Michels, Maurice Duverger e Max Weber desenvolveram estudos neste tema.

É possível encontrar na literatura da Ciência Política ao menos uma dezena de definições e funções dos partidos políticos. Sartori (1982a, p. 36), ressalta que os partidos são frutos do pluralismo e encontram sua razão de ser e seu papel na implementação do governo representativo. Enfim, tornaram-se meios de expressão concomitantemente com o processo de democratização da política.

Para Schumpeter (1984), o objetivo central dos partidos políticos é conquistar e manter o poder. O autor caracteriza os partidos políticos não como um grupo de homens que pretendem realizar o bem comum em função de algum princípio sobre o qual concordem, mas como um grupo cujos membros se propõem agir combinadamente na luta competitiva pelo poder político. Para Hinich e Munger (1997, p. 194 apud ROMA, 2006) um partido político é entendido como:

group of citizens who (a) hold in common substantial elements of a political doctrine identified, both by party members and by outsiders, with the name of the party; (b) choose candidates, either from within the group or by considering outsiders, for political office with the object of carrying out this doctrine; and (c) organize the members of their delegation to the parliament or legislature of the political unit where the party is active.

Max Weber (1999), considera os partidos políticos como uma associação que visa um fim determinado, como a realização de um plano com intuítos ideais ou materiais, ou pessoal, destinado a obter benefícios. O autor descreve os partidos políticos como agremiações que visam proporcionar aos dirigentes e aos militantes oportunidades ideais e materiais de realizarem objetivos precisos ou de obterem vantagens pessoais.

A abordagem de Downs (1999), por exemplo, a respeito da competição partidária, presume que os atores políticos numa democracia comportam-se racionalmente, de forma semelhante a agentes econômicos em um mercado, para atingir seus objetivos: o dos candidatos é maximizar votos e se eleger, o do governo é maximizar apoio político e se manter no poder, e o do eleitor é selecionar um governo cujas políticas maximizem seus benefícios. Os partidos políticos são constituídos de homens que desejam controlar o aparato de governo, na tentativa de angariar os cargos de comando e, numa eleição devidamente constituída, buscam diferenciar seu produto de todos os demais concorrentes, ao mesmo tempo em que devem provar que seu produto possui maior qualidade do que os oferecidos pela concorrência.

Uma das principais características dos partidos políticos é a de serem associações orientadas para influenciar o poder, sendo grupos suficientemente organizados e baseados em formas voluntárias de participação. A literatura apresenta uma série de funções exercidas pelos partidos. Cabe ressaltar algumas destas funções: a de proporcionar poder aos dirigentes (Weber, 1999); a de competição eleitoral (Weber, 1999; Downs, 1957; Sartori, 1976/1992b); a de recrutamento de elites para tornar operativo o sistema político (Sartori, 1992b); a de socialização política porque oferecem informação básica e explicações aos cidadãos sobre como compreender a realidade (Alcântara Sáez, 1997) e a de representação e articulação de interesses de grupos sociais (Lipset e Rokkan, 1992; Cotarelo, 1985).

Schmitter (1999, p. 76-78, apud Ferreira (2002, p. 43)), enumera como sendo quatro as funções básicas que devem ser desempenhadas pelos partidos políticos:

1. estruturação do processo eleitoral, mediante a indicação de candidatos, oferecendo escolhas aos eleitores, por meio de recrutamento de pessoas, para participarem das campanhas eleitorais; 2. integração simbólica, isto é, um *set* estabelecido e bem definido de idéias e metas que vão ancorar as expectativas sobre a democracia e opções acerca de políticas públicas; 3. formação de governos e estruturação do processo legislativo; 4. função agregativa, no sentido de aglutinar e canalizar interesses de indivíduos e organizações”. [Sendo que esta última função, assevera o autor, não é monopólio dos partidos políticos].

Kinzo (2004, p. 24), destacou alguns traços característicos dos partidos políticos sobre os quais há um certo consenso, inicialmente no contexto em que os partidos atuam e, em seguida, quanto às atividades que desenvolvem sob tal contexto. “Os partidos têm papéis específicos em duas arenas do sistema político: a eleitoral e a decisória”. Na esfera decisória, a função dos partidos estaria mais associada à planificação e ao planejamento, à formulação e à estruturação e, por fim, à implementação de políticas públicas, participando legitimamente da competição pelo poder e no processo de negociação política, no papel de atores de maior relevância, principalmente porque os partidos políticos são agentes respaldados pelo voto popular. “De fato, somente com base neste critério – apoio eleitoral – é possível, no contexto das democracias de massa, falar de partidos como canais de expressão e representação de interesses, como um vínculo, ainda que frágil, entre a sociedade e o Estado” (Ibid.). E aí já se passa à outra arena, a eleitoral, na qual a função básica dos partidos é a competição pelos votos e apoios dos eleitores, a fim de angariar posições de poder. “É por meio desse mecanismo que a cadeia de representação política se forma nas democracias representativas, uma cadeia que vincula os cidadãos às arenas públicas de tomada de decisões” (Ibid., p. 25).

Os partidos políticos subsidiam a organização do processo legislativo, no recrutamento de novas lideranças, no encaminhamento de demandas sociais em políticas públicas e são decisivos na formação e sustentação de maiorias governantes. Sendo ainda, não de menor importância, os canais de ligação entre os cidadãos e o Estado. Cabe aos partidos políticos o papel de organizar o processo eleitoral; é função primordial dos partidos atuarem de forma a estruturar o quadro de candidatos que participarão do pleito, selecionando-os e limitando-os em números. Eles

“organizam a competição eleitoral por meio da integração e mobilização do eleitorado e dão inteligibilidade ao sistema político-eleitoral” (FERREIRA, 2002, p.35). Além disso, os partidos políticos são “veículos de acesso aos cargos em que as políticas públicas são formuladas” (MAINWARING, 2001, p. 41).

## 2.2 OS DIVERSOS TIPOS DE PARTIDOS POLÍTICOS

Ao longo da história, os partidos foram modificando suas formas de organização, de relacionamento com o eleitorado, etc. Na literatura sobre os partidos é possível encontrar tipos variados de partidos políticos. Pode-se dizer que, os modelos de partidos que com maior frequência são citados na literatura são: o “partido de notáveis” ou “partido de quadros” (Maurice Duverger); o “partido de massas” (Maurice Duverger); o “catch-all-party” ou “partido do pegatudo” ou “partido ônibus” (Otto Kirchheimer), ou ainda “partido eleitoral de massas” ou “partido profissional-eleitoral” (Ângelo Panebianco).

O partido de notáveis<sup>2</sup> ou partido de quadros, segundo Gonçalves (2005) se desenvolve especialmente a partir da adoção do *Reform act* em 1832, pela Inglaterra. O *Reform act* ampliou o sufrágio permitindo que camadas industriais e comerciais daquele país participassem juntamente com a aristocracia da gestão dos negócios públicos. Este tipo de partido era liderado por notáveis, aristocratas e burgueses da alta sociedade, entretanto, suas organizações locais tinham funcionamento quase exclusivamente nos períodos eleitorais, seus círculos não possuíam vínculo organizativo vertical ou horizontal e a identidade partidária só se dava no parlamento. As associações de notáveis se caracterizaram por sua dependência total em relação aos seus patrocinadores. “Com a mesma facilidade se produziam também as aproximações e as alianças, baseados em interesses conjunturais que convergiam em necessidades comuns” (MENDONÇA, 2008, p. 72).

Outro tipo de partido político é o chamado partido de massas. Este tipo procura identificar-se com uma determinada classe ou grupo social, buscando defender políticas de

---

<sup>2</sup> “A expressão 'notáveis' surgiu na França depois de 1830 para designar os detentores do poder local que impuseram a sua presença no centro do aparelho de poder”. Disponível em: <<http://maltez.info/respublica/Cepp/anuario/secxix/ano1830.htm>>.

interesse destes grupos. Para isto, necessita estar mais enraizado junto ao seu eleitorado, e necessariamente deve ter uma postura mais clara da ideologia que defende.

Os partidos de massas surgem no fim do século XIX, com o desenvolvimento do movimento operário e dos partidos socialistas - em 1875, na Alemanha; em 1892, na Itália; em 1900, na Inglaterra e em 1905, na França. O processo de industrialização suscitou transformações econômicas e sociais que provocaram movimentos de formação dos partidos de trabalhadores. Estes partidos se distinguem dos partidos de notáveis em vários aspectos: têm um vasto apoio de massas, possuem características relacionadas aos objetivos políticos que defendem e às condições econômicas e sociais das massas a que se dirigem, possuem funcionários pagos especialmente para desenvolver programas sistemáticos, têm ação de forma continuada e desenvolvem atividades de educação e propaganda integrais. São mantidos por contribuições dos membros e adotam uma estrutura piramidal com abrangência territorial ou eleitoral. Estes partidos nasceram com o objetivo de educar as massas, torná-las politicamente ativas e conscientes do seu papel.

Outro tipo de partido conhecido são os *Cath All Parties*, também chamados de partidos pega-tudo ou partidos ônibus, analisados por Kirchheimer (1966). O Partido Eleitoral de Massas (ou partido profissional-eleitoral) surgiu com a difusão do sufrágio universal e em decorrência da expansão dos partidos operários. Tornou-se uma reação dos partidos dos notáveis aos partidos operários. Este tipo de partido promoveu a mobilização de eleitores de forma muito parecida com a organização dos partidos de massa, porém com limites muito mais eleitorais do que organizacionais.

Este tipo de partido busca atrair eleitores e votos assumindo uma postura mais ampla de propostas eleitorais, sem que precise se posicionar definitivamente em temas que considera mais polêmicos. Os *cath all* tendem a buscar posicionamentos que agradem um número maior de grupos, desvinculando-se de um único grupo de sustentação ou base eleitoral. “Evitam posições ideológicas polarizadas e buscam se aproximar de uma ampla variedade de grupos de interesse. [...] são conhecidos por seu caráter ideologicamente difuso e pela amplitude e heterogeneidade social e ideológica dos grupos que representam” (MAINWARING, 2001, p. 48-49). Para Mainwaring (2001), este tipo de partido predominou na política brasileira no período de 1945 a 1964 e após 1979 (embora haja exceções).



Com o passar dos anos, “a ênfase da atuação dos partidos se deslocou da questão mobilização/transformação para aquela da busca de maior intensificação de políticas que visassem as reformas e melhorias sociais” (FERREIRA, 2002, p.36). Deste modo, os partidos de massa, que influenciaram sobremaneira os estudos clássicos do tema, não correspondem mais ao padrão da extensa maioria dos partidos políticos contemporâneos. Neste sentido, os partidos políticos começaram a criar uma relação distante com o eleitorado, deixando, inclusive, de contar com uma vasta e ampla rede de membros e militantes. Em perspectiva, no processo de desenvolvimento dos partidos políticos, é mais adequado falar em mudança e adaptação, do que em declínio dos partidos nas sociedades contemporâneas (MAIR, 1997; FERREIRA, 2002).

O modelo clássico de partidos políticos nos estudos pioneiros - tanto naqueles de caráter normativo que tinham como preocupação elaborar uma teoria geral dos partidos políticos, quanto naqueles com uma perspectiva mais empírica e/ou comparativa – correspondia aos partidos de massa. A ênfase das abordagens se concentrava nos aspectos organizacionais, na ideologia, na sua capacidade de mobilização e representação de interesses específicos de classe e na relação dos partidos políticos com a sociedade (FERREIRA, 2002, p.37).

Os partidos de notáveis têm conseguido se reformular (na forma de partidos *catch-all*) preservando assim seu espaço na quadra política eleitoral. Por outro lado, os partidos de massa ou de orientações revolucionárias, diante da necessidade de ampliar sua atuação e ocupar novos espaços que permitam avançar no rumo de seus objetivos estratégicos, tendem a viver uma crise de adaptação na sua estrutura. Esta adaptação (que implica uma aproximação às práticas dos partidos eleitorais de massa) parece ter ocorrido com diversos partidos socialistas e/ou social-democratas no mundo. “Trata-se de uma transição que não é simples e dela nenhuma organização de esquerda sobreviveu incólume, mas também representa um percurso inexorável para aqueles que buscam a construção de uma nova sociedade no tempo presente” (LEVINO, 2007). Contudo, apesar da crise dos partidos políticos, diversas funções continuam sendo exercidas somente por eles, não possuindo ainda substitutos no cenário político.

### 2.3 OS SISTEMAS PARTIDÁRIOS BRASILEIROS EM PERSPECTIVA HISTÓRICA<sup>3</sup>

Oficialmente, os partidos políticos já existem no Brasil há mais de cento e sessenta anos. Porém, dos inúmeros partidos que surgiram nesse período, raríssimos possuíram uma longa duração. Não existem partidos centenários no país, como é comum, por exemplo, nos Estados Unidos, onde democratas (desde 1790) e republicanos (desde 1837) alternam-se no poder desde muito tempo.

Durante o Império, somente após a queda do imperador D. Pedro I, afastado pelo Golpe de 7 de Abril de 1831, os partidos políticos assumem uma função institucional. Formaram-se as duas agremiações que caracterizaram o Segundo Reinado, a dos Conservadores (saquaremas) e a dos Liberais (luzias). O escasso conflito ideológico devia-se a que tanto conservadores como liberais pertenciam à mesma classe social, a dos proprietários de bens e de escravos, não tendo divergências significativas em relação à maioria das questões relevantes.

Em 1870, o Manifesto Republicano de Itu/São Paulo, assinado por Quintino Bocaiúva, engendrou a fundação de um partido republicano, o PRP (Partido Republicano Paulista). No entanto, o novo regime implantado a partir da Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, devido a sua imposição militar, contou com escassa presença de republicanos autênticos. A república foi obra de generais, não de políticos civis. Mesmo assim, obedecendo ao espírito federativo tão reclamado, surgiram partidos regionais (Partido Republicano Paulista, Partido Republicano Mineiro, e assim por diante) que gradativamente desativaram as tentativas de formação de agremiações nacionais. Os partidos únicos regionais (com dissidências episódicas) representavam o acerto das elites, no âmbito do processo político oligárquico da República Velha, onde as eleições tinham pouco significado, devido à baixa participação e a todo tipo de fraude.

Foi na conjuntura final do Estado Novo que foram criados os principais partidos políticos brasileiros atuantes da década de 1940 à de 1960: a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A lei eleitoral de maio de 1945 determinou a constituição de partidos de caráter nacional, o que rompia com a

---

<sup>3</sup> Por acreditar não ser necessário um detalhamento do processo histórico que deu origem aos partidos políticos, apenas ressaltam-se algumas passagens mais relevantes deste processo.

tradição regionalista da política partidária brasileira. Sob este novo sistema partidário, diversas siglas disputaram eleições relativamente limpas e chegaram a forjar identificações duradouras com parcelas significativas do eleitorado (Lavareda, 1991). O golpe de 1964, porém, interrompeu esta importante experiência partidária.

O regime militar tentou manter, inicialmente, o sistema político existente. Entretanto, em 1965, levou à extinção do sistema pluripartidário vigente desde 1945. A saída encontrada pelos militares foi, então, a imposição de um regime bipartidário, pois imaginavam que um sistema de um único partido não seria bom para a imagem do regime e um sistema de pluripartidarismo poderia facilitar a ressurreição das mesmas forças políticas dominantes no sistema anterior – o PSD, o PTB e a UDN. Destruído o sistema partidário democrático existente desde 1945 com o AI-2<sup>4</sup>, o regime militar, a partir de 1965, somente permitiu a existência de duas associações políticas nacionais. Criou-se então a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), base de sustentação civil do regime militar, formada majoritariamente pela UDN e egressos do PSD; e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), com a função de fazer uma oposição bem-comportada que fosse tolerável ao regime.

Entretanto, apesar do sistema bipartidário ter sido útil ao regime durante algum período, na medida em que o MDB tornava-se o único espaço possível de luta e oposição e canalizava para si todos os infortúnios do governo, este arranjo deixou de ser oportuno ao regime.

A camisa-de-força em que a vida política brasileira foi contida na época do regime militar rompeu-se gradativamente, entre outras motivações, a partir do crescimento do MDB e da vitória eleitoral da oposição em 1974, forçando a política da “abertura lenta e gradual”, adotada pelo general-presidente Ernesto Geisel, que passou obrigatoriamente pela retomada da liberdade de organização partidária.

Em dezembro de 1979, o regime militar decreta a extinção da Arena e do MDB a fim de criar um sistema multipartidário que pudesse enfraquecer a oposição ao dividi-la. No começo da década de 1980, cinco novos partidos se estabeleceram: 1) Partido Democrático Social (PDS), herdeiro da estrutura organizacional da Arena; 2) Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), principal herdeiro do extinto MDB; 3) Partido dos Trabalhadores (PT), braço eleitoral

---

<sup>4</sup> Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965. Disponível para consulta: <[http://www.acervoditadura.rs.gov.br/legislacao\\_3.htm](http://www.acervoditadura.rs.gov.br/legislacao_3.htm)>.

do movimento sindical paulista, contava também com setores da Igreja e com intelectuais; 4) Partido Democrático Trabalhista (PDT) e; 5) Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), estes dois últimos reivindicando para si a herança do trabalhismo getulista.

Alguns anos após, esta nova configuração político-partidária foi alterada por dois novos fatores: a interferência do governo na legislação eleitoral que buscava ampliar as chances eleitorais do seu partido (PDS) nas eleições de 1982; e a cisão do PDS causada pelas disputas internas ocorridas durante as discussões em torno da sucessão presidencial, no Colégio Eleitoral. Desta cisão surgiu a ‘Frente Liberal’, a seguir transformada em partido, o Partido da Frente Liberal, hoje Democratas ou ‘D25’.

Numa típica reação ao sufocamento da vida partidária anterior, uma nova lei partidária entendeu dar direito de expressão partidária a todas as propostas existentes, numa ampla e livre organização partidária. Atualmente, a legislação partidária brasileira e a Constituição, promulgada em 1988, permitem a existência de várias agremiações políticas no Brasil. Com o fim da ditadura militar (1964-1985), vários partidos políticos foram criados e outros, que estavam na clandestinidade voltaram a funcionar. Cabe destacar a formação do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), em 1988, a partir de uma divisão interna ao PMDB.

O realinhamento político-ideológico do país permitiu às elites políticas brasileiras romperem a postura defensiva com que enfrentaram a crise econômico-social na segunda metade dos anos 80. Como a reconstrução democrática tornou-se amplamente hegemônica na sociedade em meados da década de 80, as elites políticas e econômicas brasileiras acabaram por não criar um projeto de desenvolvimento econômico-social diferente do aplicado no período do regime militar. A Aliança Democrática (PMDB e PFL) limitou-se a atuar no cumprimento do mandato da transição democrática, sem indicar ou implementar outros caminhos para o desenvolvimento.

Em 1994, a eleição presidencial “marcou, na verdade, o *fortalecimento* do novo campo de centro-direita, à custa do esvaziamento eleitoral da direita ‘pura’ e do relativo enfraquecimento da esquerda” (FERNANDES, 1995, p. 115-116). Fatores estes que, para o autor, foram linhas mestras do realinhamento político ideológico determinado entre as eleições de 1989 e 1994.

A partir de 2002, ocorre uma virada mais à esquerda no espectro ideológico, proveniente da vitória eleitoral do PT nas eleições presidenciais – partido com bases operárias, com o

candidato Lula, que contou ainda com uma aliança estratégica entre partidos dos diversos campos ideológicos (PT, PCdoB, PCB, PMN e PL).

O novo governo, produto de ampla frente política consumada no 2º turno daquele pleito eleitoral e diante do quadro de forças estabelecido pós-eleição, estendeu a diversidade de sua composição, representando seu ministério uma frente de múltiplas forças do espectro político brasileiro, sob a hegemonia do Partido dos Trabalhadores e de sua corrente majoritária. Algumas alterações entre o primeiro e o segundo mandato do presidente Lula ocorreram, que influenciam também na composição de governo e na própria sociedade.

Em perspectiva histórica, a existência dos partidos políticos brasileiros foi marcada por alguns acontecimentos bruscos e por algumas interrupções sofridas. Tais rompimentos foram assinalados pela implantação da república, em 1889, que sepultou os partidos monarquistas; pela Revolução de 1930, que desativou os partidos únicos estaduais; pelo Estado Novo (1937-1945), o qual vedou a existência de partidos; e pelo Regime Militar de 1964, que desestruturou o sistema partidário que estava em consolidação e confinou os novos partidos num quadro de ferro. Embora com outro caráter, configura também uma ruptura a extinção do sistema bipartidário, pelo governo militar, em 1979.

Segundo alguns pesquisadores, como Kinzo (1993), o subdesenvolvimento do sistema partidário brasileiro estaria relacionado a uma série de rupturas da ordem institucional e à vigência de longos períodos de autoritarismo durante os momentos mais recentes da sociedade brasileira. Um dos motivos dessa precariedade partidária e dessa falta de enraizamento histórico dos programas nas camadas sociais pode ser a inconstância da vida política brasileira. De acordo com a autora, o Brasil já experimentou diferentes configurações partidárias ao longo de sua história política<sup>5</sup> que podem ser analisadas no Quadro abaixo:

---

<sup>5</sup> Sobre essa questão da descontinuidade e debilidade dos partidos políticos brasileiros, ver também Lamounier e Meneguello (1986).

**Quadro 1. Períodos Históricos das diversas configurações no Sistema Partidário Brasileiro**

<b>CONFIGURAÇÕES</b>	<b>PERÍODOS HISTÓRICOS</b>
01	1837-1889 – os partidos políticos do Império, que se dividiam entre liberais e conservadores;
02	Primeira República (1889-1930) – organizada em torno das máquinas partidárias estaduais e da inexistência de partidos nacionais;
03	As formações partidárias oriundas da Assembléia Nacional Constituinte de 1934, que desapareceram após o golpe de 1937 e a conseqüente instauração do Estado Novo;
04	O sistema pluripartidário do regime democrático de 1945-1964;
05	O bipartidarismo imposto pelo regime autoritário, que criou a Arena e o MDB;
06	O multipartidarismo restaurado pela reforma partidária de 1979, no qual emergiram PDS, PMDB, PDT, PTB e PT;
07	O multipartidarismo atual, que nasceu com a Nova República, a partir da Emenda Constitucional nº 25, de maio de 1985, que permitiu a legalização dos partidos comunistas e facilitou a criação de novos partidos.

Fonte: Kinzo (1993).

A interferência do governo na vida partidária brasileira foi, segundo Kinzo (1990, p. 111), “o elemento a mais a dificultar a consolidação de uma estrutura partidária”, pois acabou por não permitir que o sistema partidário conquistasse um mínimo de estabilidade, sofrendo ainda com a descontinuidade do processo de fortalecimento e consolidação dos partidos.

Uma gama de conceituados estudiosos do sistema político brasileiro, entre eles Ames (2001); Mainwaring e Liñan (1998); Samuels (1998); Hagopian (1996); Mainwaring e Scully (1994); Lima Jr. (1993b) e Lamounier (1990), concordam com uma visão mais negativa, de que nosso sistema político seria considerado bastante frágil, instável, de baixa institucionalização e pouco enraizado na sociedade.

Para Scott Mainwaring (2001, p. 33), o sistema político brasileiro apresenta alguns problemas que são decorrentes da própria formação dos sistemas partidários, mas também são decorrentes do fato das elites políticas e dos líderes estaduais terem organizado seus partidos para promover interesses particulares. Soma-se a isto, a baixa institucionalização dos partidos possuidores de “raízes tênues na sociedade e escassa legitimidade, exercendo pouca influência sobre seus representantes no Congresso”.

Rodrigues (2002), resumindo esta literatura crítica, sistematizou alguns dos indicadores dos aspectos negativos relacionados a nosso sistema partidário; entre eles aparecem: o excessivo

número de partidos, as sucessivas mudanças de partidos por parte dos políticos, a falta de consistência ideológico-programática, a patronagem, o clientelismo e o patrimonialismo, o individualismo dos políticos e a indisciplina partidária.

Pode-se observar, porém, que muitos pesquisadores concluíram em seus estudos que esta visão de ‘geléia real’ do nosso sistema político não se mantém. Entre os trabalhos que levam a uma visão menos negativa dos partidos brasileiros, encontram-se: Figueiredo e Limongi (1999); Nicolau (1996 e 2000); Tavares e Moya (1997); Schmitt (1998 e 1999); Coelho (1999); Singer (1999). Rodrigues (2002, p. 44), após fazer um balanço do conjunto da literatura, afirma que este aglomerado de estudos veio minimizar as análises consideradas mais críticas sobre os partidos. A maior parte destas pesquisas é centrada no funcionamento dos partidos nos órgãos legislativos e na arena eleitoral (coligações partidárias, migrações, disciplina e coesão das bancadas, resultados eleitorais, etc.).

Em alguns autores da "ala crítica", nota-se, em alguns escritos, uma avaliação menos negativa dos partidos brasileiros. Por exemplo, Meneguello (1998) e Mainwaring, Meneguello e Power (2000), sugerindo uma mudança de posicionamento, afirmam a existência de uma clara diferenciação programática dos partidos conservadores e a “imagem, antes prevalecente, de partidos não programáticos, com apenas pequenas diferenças entre si, é enganosa [...]” (MAINWARING et al., 2000, p. 42).

A hipótese de que o sistema partidário brasileiro está em processo de estruturação, foi defendida por Paulo Sérgio Peres (2000, p. 159 apud RODRIGUES, 2002, p. 48), em estudo que buscou verificar empiricamente o grau de instabilidade do sistema político brasileiro através da mensuração de índices de volatilidade eleitoral<sup>6</sup>. Nesta mesma linha e analisando dados relativos ao período 1982/2002, segue Braga (2006).

A partir do governo Lula, porém, parece ter havido uma mudança nos padrões ideológicos de alguns dos comportamentos dos partidos, o que pode colocar em dúvida a hipótese de que o sistema partidário estaria caminhando para um certo grau de estabilização, especialmente no que diz respeito à sinalização que os partidos fazem aos eleitores, para sua tomada de decisão no momento eleitoral. Assim, estudos mais recentes, como os de Santos e Vilarouca (2004) e

<sup>6</sup> Os índices de volatilidade medem as variações de votação de um partido entre uma eleição e outra. Entretanto, se agregarmos os blocos partidários segundo o critério do posicionamento no *continuum* esquerda- direita podemos observar a volatilidade ideológica “intra” ou “inter” blocos partidários.

Figueiredo e Limongi (2007) mostram que a partir do governo Lula, o padrão anterior, de maior consistência ideológica nas alianças partidárias no plenário da Câmara Federal, vem se alterando; seguindo um padrão que opõe a oposição à coalizão governamental, mas sem seguir a consistência ideológica existente antes do governo Lula. Carreirão (2006b) mostra um aumento das coligações ideologicamente inconsistentes em Santa Catarina, o que para o autor, reflete uma perda de nitidez ideológica que ocorre em âmbito nacional.

Concluindo este item, sem a pretensão de esgotar a discussão, a revisão aqui realizada parece mostrar que está em aberto o debate a respeito do grau de institucionalização (incluindo aí o grau de consistência ideológica) do sistema partidário brasileiro.



## 3 AS IDEOLOGIAS

### 3.1 INTRODUÇÃO

Santos (2005) afirma que foi o filósofo iluminista Destutt de Tracy que primeiro utilizou o termo ideologia:

Este pensador, adepto das teorias e práticas da burguesia francesa de meados do século XIX, pensava em criar uma ciência que se dedicaria ao estudo da gênese e evolução das idéias. A esta ciência, ele deu o nome de ideologia. Assim, aqui vemos o primeiro sentido que o conceito de ideologia assumiu ao longo de sua história. Para Destutt de Tracy, ideologia tem o sentido de uma doutrina teórica, especulativa [ciência das idéias].

Posteriormente, quando Napoleão chamou De Tracy e seus seguidores de "ideólogos", na acepção de "deformadores da realidade", esta palavra ganhou um sentido pejorativo.

Karl Marx desenvolveu uma teoria da ideologia, considerando-a como uma forma de falsa consciência cuja origem histórica ocorre com a emergência da divisão entre trabalho intelectual e manual. Para Marx, a dominação através das idéias se dá a partir das relações de produção que se estabelecem numa determinada sociedade. Por isso, a ideologia cria uma “falsa consciência” sobre a realidade que visaria reforçar e perpetuar essa dominação. Todavia, esta não é a única acepção do termo.

Usualmente o termo ideologia é empregado no sentido de crenças políticas, conjunto de pensamentos, doutrinas, princípios, idéias, percepções tanto de indivíduos como de grupos, que orientam suas ações sociais e políticas.

Como representações das opiniões dos grupos existentes em uma sociedade, os partidos políticos acabam por tomar a ideologia destes grupos que defendem, como suas próprias ideologias. Estas idéias e crenças por eles defendidas tornam-se guias para os demais cidadãos, ou então eleitores, para que possam se posicionar a favor deste ou daquele partido.

Para Downs (1999, p. 47),

As ideologias são um instrumento profícuo, pois permitem que os eleitores concentrem atenção na diferença entre os partidos políticos, utilizando-as como amostras de todas as posições diferenciadoras. As ideologias podem, portanto, funcionar como *atalhos* pelos quais os eleitores se poupam de se informarem acerca de uma gama mais ampla de questões (grifo meu).

Na esfera da competição eleitoral, como afirma Ferreira (2002, p. 35), os partidos políticos se diferenciam ao longo do espectro ideológico constituído por esquerda-centro-direita. Todas as circunstâncias que podem ser responsabilizadas pelo surgimento dos diferentes partidos políticos, como as crenças políticas de seus líderes e membros, as políticas que defendem e/ou implementam serão os determinantes do lado que irão ocupar no espectro ideológico. Por conseguinte, “a ideologia<sup>7</sup> é uma dimensão que ocupa posição de destaque na formação e diferenciação dos partidos políticos” (FERREIRA, 2002, p. 35).

Um dos principais papéis da ideologia no processo de representação política é o de conectar partidos, eleitores e governo. Os eleitores apresentam suas preferências e se utilizam do critério da ideologia para escolherem seus representantes. Roma (2006) afirma que para ganhar as eleições, “os partidos articulam seus programas de governo em torno dos temas da agenda eleitoral, de modo que os eleitores possam articular suas preferências na escolha de um partido político”. Para não perder a credibilidade junto ao seu eleitor, que monitora seus representantes no governo, os partidos tendem a manter uma certa coerência nas suas opiniões e políticas ao longo do tempo. Desta forma, existiria uma ligação intrínseca entre ideologia, partido e eleições. Entretanto, não há nenhum consenso na literatura sobre estas afirmações.

Uma das formas de enquadrar o tema das ideologias partidárias é a partir das distinções políticas entre direita e esquerda. Este é o tema do próximo tópico.

---

<sup>7</sup> Para esclarecimento, na pesquisa de Ferreira (2002), o termo *ideologia* foi utilizado no sentido de um sistema organizado de crenças políticas, isto é, idéias e valores que orientam e estruturam comportamentos políticos que diz respeito à ordem pública.

### 3.2 DIREITA E ESQUERDA

Originalmente a distinção política entre esquerda e direita adveio da disposição dos deputados nos Estados Gerais na França, antecedendo a Revolução Francesa. A nobreza sentava-se à direita, enquanto a representação geral do Terceiro Estado sentava-se à esquerda. “A direita era identificada, portanto, com posições aristocráticas, tradicionalistas e monárquicas; a esquerda com alinhamentos democráticos, racionalistas e, pelo menos potencialmente, republicanos” (FERNANDES, 1995, p. 108).

Há mais de dois séculos, embora tendo seus “conteúdos” modificados, os termos direita e esquerda são utilizados para distinguir os contrastes entre ideologias e os movimentos em que se divide o universo, eminentemente cultural, do pensamento e das ações políticas (BOBBIO, 1995). E mesmo considerando a linha contínua entre esquerda e direita, onde um centro torna-se possível e existente, este mesmo centro não elimina as diferenças entre os extremos do *continuum*, e só os faz reafirmar.

Direita e esquerda não indicam apenas distinções ideológicas, mas programas contrapostos com relação a diversos problemas cuja solução pertence habitualmente à ação política, contendo contrastes de interesses e de valores.

Para Bobbio (1995), os termos direita e esquerda ainda são pertinentes, pois conseguem distinguir atores no cenário da luta política. O autor busca diferenciar as duas expressões baseando sua análise na distinção entre os conceitos de liberdade e igualdade empregados pelos dois campos ideológicos. A análise de igualdade de Bobbio (1995) é concisa e evidencia que o campo da esquerda permanece numa eterna busca de uma liberdade fundamentada numa igualdade “entre quem está em cima e quem está embaixo na escala social” e que o campo da direita permanece desigual por considerar a desigualdade uma premissa para alcançar o desenvolvimento social.

A obra ‘Direita e Esquerda’ de Norberto Bobbio (1995) postula que, apesar da complexidade existente hoje na política e com o fim do socialismo em muitos países do Leste Europeu, a dicotomia Direita e Esquerda ainda serve para distinguir alas, visões diferentes da realidade e práticas políticas diversas. Sobretudo, superando a fronteira política, sendo usada num cotidiano muito mais amplo, e é esta amplitude prática que a díade adquiriu que a valida.

Classicamente, afirma Singer (2000, p. 146) as diferenças entre esquerda e direita estão vinculadas à questão da mudança ou de conservação e da igualdade ou de uma desigualdade baseada no mérito individual. “[...] o que divide esquerda e direita no debate político é que a esquerda deseja mudança em favor de maior igualdade, enquanto a direita prefere breçar essas mudanças em nome da ordem”.

Com o passar dos anos, as distinções de esquerda e direita sofreram modificações: o movimento socialista teve um crescimento a partir da segunda metade do Século XIX, e a esquerda “passou a ser associada à defesa de ações enérgicas do Estado para coibir e ou reverter as desigualdades econômicas geradas pela industrialização capitalista” (SINGER, 2000, p. 146). O novo balizador político-ideológico passa a considerar as posições assumidas pelos partidos diante das questões sociais emergentes.

Fernandes (1995, p. 108) aludindo ao enfoque de W. Pickles, estruturou uma diferenciação entre esquerda e direita no discurso contemporâneo, que pode ser traduzida no Quadro 2, abaixo:

**Quadro 2. Elementos Principais da Diferenciação Esquerda x Direita**

	<b>Esquerda</b>	<b>Direita</b>
1.	Ênfase na perfectibilidade e educabilidade dos seres humanos	Ênfase na ação das autoridades estabelecidas para controlar seres humanos intrinsecamente limitados
2.	Confiança na influência de instituições racionalmente concebidas sobre a conduta humana	Confiança apenas em instituições já consolidadas e evoluídas, dotadas de autoridade “natural”
3.	Afirmação da prioridade dos direitos e necessidades sociais sobre os individuais quando estes estiverem em conflitos	Afirmação da prioridade dos direitos e necessidades individuais sobre os sociais quando estes estiverem em conflitos (exceto quando a necessidade individual pareça ser atendida de forma mais satisfatória por autoridades tradicionalmente valorizadas, como a Igreja e o Estado)

Fonte: Baseado em W. Pickles (1987, p. 413 apud FERNANDES, 1995, p. 109).

Com referência à política na América Latina, Castañeda (1994, p. 31-32 apud FERNANDES, 1995, p. 108-109) opta por uma diferenciação conceitual mais operacional entre esquerda e direita, onde, segundo ele, “os dois pólos seriam definidos por posicionamentos opostos diante de incompatibilidades que vêm marcando a história da região”. Os termos desta diferenciação podem ser observados no Quadro 3:

**Quadro 3. A Polarização Esquerda x Direita na América Latina**

<b>Prioridades no Plano Político</b>	
<b>Esquerda</b>	<b>Direita</b>
1.transformação 2.democracia e direitos humanos 3.identidade e soberania nacionais	1.continuidade 2.segurança nacional 3.integração com os centros de poder dominantes no mundo
<b>Prioridades no Plano Econômico – Social</b>	
<b>Esquerda</b>	<b>Direita</b>
1.justiça social 2.redução de desigualdades 3.necessidade de investimentos 4.subsídios 5.gasto social 6.garantia de emprego 7.distribuição de renda 8.controle nacional de recursos naturais e de setores estratégicos da economia	1.desempenho econômico 2.competitividade 3.saneamento das finanças governamentais 4.rigor fiscal 5.controle da inflação 6.eficácia 7.bom funcionamento do mercado 8.políticas de livre mercado e livre empresa para atrair investidores estrangeiros

Fonte: Baseado em Castañeda (1994, p. 31-32 apud FERNANDES, 1995, p. 109).

Algumas características dos partidos conservadores no Brasil são diversas se comparadas com os equivalentes na maioria dos países da América Latina:

(1) uma ênfase na política estadual e local; (2) menor disciplina partidária comparada aos partidos na maioria das democracias; (3) um baixo nível de fidelidade partidária e (4) a dependência do clientelismo. Na primeira dimensão, os conservadores são mais ou menos semelhantes com outros partidos brasileiros. Na segunda e na quarta, são similares às legendas do centro, mas diferentes dos partidos de esquerda, que são mais disciplinados. Para a terceira, os partidos conservadores têm mostrado uma baixa fidelidade partidária desde 1990, e o contraste com os partidos de esquerda é especialmente notável (MAINWARING et al., 2000, p. 91).

Após a queda do comunismo no Leste Europeu, do declínio de vários Estados socialistas e da generalização da adoção das políticas de mercado na maioria dos países da época presente, é possível questionar se a diferenciação entre as posturas direita-esquerda ainda é válida.

Nas posições apresentadas por Castañeda (1994) e Fernandes (1995) os conceitos direita e esquerda refletem impasses ainda existentes na sociedade; “são dilemas de ação muito reais e concretos, moldados por contradições e impasses fundamentais que seguem se agravando no mundo contemporâneo” (FERNANDES, 1995, p. 109-110). Desta forma, eles fornecem ainda

uma chave conceitual básica e eficaz que nos permite conhecer, analisar e sistematizar o comportamento dos principais atores políticos da atualidade. No entanto, não se abstrai a necessidade de reformulações na construção taxonômica, para que ela incorpore e reflita mais acuradamente os múltiplos realinhamentos políticos em curso (Ibid.).

A opinião de Fernandes é também corroborada por Ferreira (2002, p. 63), quando observa que no final dos anos 80, com a crise do socialismo no leste europeu, alguns pesquisadores chegaram a ventilar a hipótese das fronteiras entre direita e esquerda estarem no fim, porém o que se percebe é que ainda hoje, decorridos alguns anos, “vários princípios norteadores dessas tradições não só continuam válidos como servem de elemento balizador do comportamento dos atores políticos dos nossos dias”.

Entretanto, como afirma Leoni (2002, p. 372), o significado de direita e esquerda dependerá do contexto histórico e cultural de cada país; além do mais, é necessário que tais acepções sejam compartilhadas pela maior parte dos atores envolvidos, sendo ainda necessário que se vislumbre um meio termo, um ser *mais ou menos* de ‘esquerda’ ou de ‘direita’. “Além disso, as dimensões do espaço ideológico não são fixas, mas latentes, ou seja, elas são determinadas pela maneira como estão relacionadas às crenças ou retórica dos partidos” (HINICH e MUNGER, 1997, p. 191 apud ROMA, 2006).

As analogias espaciais da política, como ‘esquerda’, ‘centro’ e ‘direita’, são para Leoni (2002), representações abstratas e tendem a ser unidimensionais. Tanto os legisladores como os eleitores acabam por utilizar-se desses conceitos no intuito de legitimar suas decisões políticas. O exemplo que o autor sugere, citando Poodle e Rosenthal, remete aos Estados Unidos, onde a dicotomia liberal/conservador se assemelha à dicotomia esquerda/direita:

Um liberal dos dias de hoje [...] provavelmente apóia um aumento no salário mínimo; [...] é contra o uso da força no estrangeiro; apóia programas compulsórios de ação afirmativa; e apóia o financiamento federal de programas seguro-saúde e creches. De fato, saber se um político se opõe a um aumento no salário mínimo é suficiente para predizer, com razoável confiabilidade, a opinião do político em muitas questões aparentemente desconexas (POODLE e ROSENTHAL, 1997, p. 11 apud LEONI, 2002).

Nos planos econômico e social, a esquerda tem-se definido por uma postura que enfatiza “a redução das desigualdades sociais, o papel do Estado como agente econômico e como promotor de políticas de distribuição de renda, defesa dos direitos humanos [e a] garantia de emprego” (FERREIRA, 2002, p. 63). Entretanto, a agenda das esquerdas, principalmente na América Latina, “tem-se concentrado na defesa dos chamados setores estratégicos da economia, da identidade e soberania nacionais perante o crescente processo de globalização da economia e integração dos mercados” (Ibid.). De qualquer modo, algumas questões ainda não foram vencidas e merecem certa atenção por parte da esquerda, como as privatizações de empresas estatais e o processo de reformas econômicas em curso nos países latino-americanos.

Os que se posicionam mais à esquerda são mais favoráveis ao intervencionismo econômico, à reforma agrária e mais hostis ao capital estrangeiro (RODRIGUES, 2002).

No outro curso, a direita caminha na “defesa enfática dos mecanismos do livre-mercado, não só na alocação de recursos, mas também no que diz respeito a questões de emprego, distribuição de renda, integração dos mercados e globalização da economia” (FERREIRA, 2002, p. 63). As políticas aplicadas nos governos de direita e acolhidas por todos que atuam nesta posição têm-se mantido rígidas na defesa das privatizações, buscando repassar do Estado à iniciativa privada todas as administrações possíveis; buscam o enxugamento da máquina pública no que tange às políticas sociais, e pregam uma redefinição do papel do Estado, que o torne mínimo nas questões sociais.

Os partidos de direita, em geral, são mais abertos ao capital estrangeiro, sustentando posições econômicas pró-mercado. Entretanto, apesar das diferenças com relação às políticas econômicas nos anos 90 virem se amenizando, é o predomínio do crescimento econômico sobre a distribuição que diferencia os partidos de direita, dos de centro e de esquerda, além da defesa da reforma e do enxugamento estatal, da redução dos gastos públicos e da privatização.

Estas análises estão ainda em reflexão por parte de muitos pesquisadores; para alguns deles o referencial esquerda–direita ainda é útil para mapear as diferenças ideológicas entre os partidos (CASTAÑEDA, 1994; FERNANDES, 1995 e FERREIRA, 2002). No que respeita ao caso brasileiro, como foi visto, o debate parece em aberto; embora diversos analistas tenham se utilizado deste referencial produtivamente, alguns autores (SANTOS e VILAROUCA, 2004 e CARREIRÃO, 2006b, entre outros), mostram que alguns dos comportamentos dos partidos que

são formalmente localizados à esquerda têm se aproximado do comportamento dos partidos formalmente localizados à direita. Esta é justamente uma das questões que se pretende verificar a partir da base empírica que será aqui analisada.



#### **4. DIMENSÕES EM QUE SE MANIFESTAM AS DIFERENÇAS IDEOLÓGICAS ENTRE OS PARTIDOS POLÍTICOS BRASILEIROS**

Um conjunto significativo de estudos tem se utilizado do *continuum* direita - esquerda para analisar os partidos brasileiros no período atual. Estas análises são centradas em diferentes aspectos da vida partidária: as propostas eleitorais, as opiniões dos membros dos partidos, as coligações, a migração partidária, a composição social dos partidos, a disciplina partidária, os padrões de coalizão no legislativo.

Kinzo (1993, p. 96) já no início da década de noventa, afirmava que, ao menos no nível nacional:

Os partidos mais importantes, como PMDB, PFL, PSDB, PPR, PT, PDT e PTB, têm tomado posições diferenciadas, e seus posicionamentos têm manifestado razoável continuidade, indicando uma possível fixação de seus perfis. Embora a coesão interna ainda seja precária na maioria dos partidos e apesar da forte fragmentação que caracteriza o sistema partidário, já existem alguns condutos ou espaços ideológico-partidários capazes de balizar a luta político-eleitoral.

Estudos como o de Novaes (1994) e o de Figueiredo e Limongi (1995) ressaltaram que as afinidades ideológicas conformam campos estáveis no interior do Legislativo brasileiro, demonstrando ser possível tomar como base o posicionamento dos partidos no processo de votações em plenário, por exemplo, para distribuí-los, de forma coerente, ao longo de um *continuum* esquerda/direita (MELO, 2000).

Os dados de Figueiredo e Limongi (1999) demonstram que nas votações na Câmara dos Deputados as coalizões seguem os posicionamentos dos partidos numa escala esquerda-direita:

O quadro que emerge da análise revela um padrão de coalizões partidárias que é coerente com a disposição dos partidos num *continuum* ideológico. Podemos falar tranquilamente em partidos de direita, de centro e de esquerda (FIGUEIREDO e LIMONGI, 1999, p.75).

Apresenta-se a seguir, uma breve revisão da literatura, organizada em ordem cronológica dos estudos (ou do período a que se referem suas evidências empíricas), para cada um dos

aspectos mencionados mais acima (no início deste item), de forma a embasar, mais à frente, as hipóteses que serão testadas na presente pesquisa.

#### 4.1 OPINIÕES E ATITUDES DE DEPUTADOS FEDERAIS

De maneira geral, nos anos 90 os partidos políticos do campo da direita conseguiram se unificar em torno das agendas neoliberais, segundo Mainwaring et al. (2000), que classificaram, através de pesquisas de opiniões e atitudes entre os deputados federais em 1997, a maioria dos membros destes partidos como ‘liberais econômicos puros’, o que já havia sido feito por Rodrigues (1987).

Nesta última pesquisa, Rodrigues (1987, p. 99) solicitou que os deputados federais se auto-localizassem no *continuum* direita-esquerda, numa escala de cinco pontos e o que se observou com a pesquisa foi que, dos 428 deputados que responderam, nenhum “aceitou o rótulo de ‘direita radical’ e apenas 6% se auto-definiram como moderados ou de centro-direita”. Os demais dados indicaram uma concentração no campo do centro (37%) e mais ainda no campo de centro - esquerda (52%), sobrando ainda um percentual de 5% para os que se consideram de esquerda radical.

Rodrigues observou que 40% dos deputados federais se autolocalizaram como ‘liberais econômicos puros’; e com ironia, concluiu que “ao julgar pela autodefinição política dos deputados, o Brasil seria um país sem direita”. Entretanto, Mainwaring et al. (2000) observaram em suas pesquisas de opinião que a autodenominação ‘liberais’ havia aumentado para 56%, justificada pela crescente aceitação das idéias neoliberais durante os anos 90, tendo sido “perceptível em todos os maiores partidos, à exceção do PT” (MAINWARING, et al., 2000, p. 36).

Na opinião de Mainwaring et al. (2000), a localização dos partidos conservadores na escala esquerda-direita corrobora a afirmação dos autores de que os partidos conservadores podem ser diferenciados com base nas suas posições programáticas. Na verdade, para os autores, não houve mudanças nas posições dos partidos na escala esquerda-direita entre os anos de 1990 a 1997, e a opinião dos deputados de direita com relação à posição dos seus partidos é bastante

coerente, porém ao serem indagados sobre a sua posição individual no espectro ideológico, estes mesmos deputados se autolocalizam mais à esquerda do que seus partidos de origem, refletindo a dificuldade destes deputados em aceitarem para si o rótulo de conservadores.

#### 4.2 POSICIONAMENTO DOS DEPUTADOS EM VOTAÇÕES NO PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.

Alguns estudos considerando o *continuum* direita–esquerda foram realizados utilizando-se de dados relativos às votações dos deputados no plenário da Câmara dos Deputados.

Nos anos próximos a 1985, os maiores embates entre direita e esquerda centraram-se na disputa pela democracia e pelo fim do regime militar, o que propiciou observar votações que versavam sobre o ‘entulho democrático’ na Assembléia Nacional Constituinte de 1987-1988. Segundo Mainwaring et al. (2000), “os partidos conservadores tendiam a apoiar algumas posições autoritárias mais do que os outros partidos, e defendiam políticas militares controversas”. E somente após os partidos conservadores afastarem-se mais das políticas autoritárias do regime militar é que as diferenças entre os campos nesta área de ‘entulhos autoritários’ foi perdendo a relevância.

Aliás, para diversos autores, como Kinzo (1990) e Fernandes (1995), foi no período da Constituinte, entre 1987 e 1988, que o mapeamento das posições ideológicas dos partidos pôde ser observado nas votações com maior relevância, não só por acadêmicos, como por diversos institutos e entidades.

É possível citar como exemplo, a votação nº 980 da Assembléia Constituinte, onde 78,2% dos deputados de partidos conservadores foram a favor de suprimir o tabelamento dos juros em 12%, contra 33,8% dos deputados de partidos não conservadores (MAINWARING et al., 2000).

Kinzo (1990, p. 117), analisando a atuação dos partidos na Constituinte, principalmente no que se refere a seus posicionamentos nas votações mais relevantes, baseou seu trabalho distribuindo em grupos os principais temas de votação, e construiu cinco escalas que permitiram à autora medir a posição defendida pelos representantes dos diversos partidos a partir destas categorias analíticas: 1) governismo; 2) conservadorismo; 3) democratismo; 4) nacionalismo e 5)

oposicionismo ao sistema financeiro<sup>8</sup>. Considerando que estes graus variam de 0.0 a 10.0, os resultados apresentados possibilitaram à autora afirmar que a maioria do PFL e do PDS teve nota 8 para governismo e conservadorismo, enquanto a maioria do PSDB, do PT, dos PCs e do PSB teve nota 0 de governismo e de conservadorismo. Os partidos que tendiam a ser governistas e conservadores foram também os que se mostraram contrários às medidas de conteúdo democratizante nacionalista e contra o sistema financeiro. Doutro lado, o PT, os Partidos Comunistas, o PSDB, o PDT e o PSB posicionaram-se contra as propostas governistas e conservadoras e foram também os que apoiaram as medidas de cunho democratizante, nacionalista e antibancos.

#### 4.3 AS COLIGAÇÕES

Kinzo (2004, p. 33) argumenta que, “em um contexto de multipartidarismo e de eleições majoritárias para os cargos executivos, é natural que os partidos formem alianças, principalmente em se tratando de eleições nacionais - como são as presidenciais - em um país com as dimensões do Brasil”. Entretanto, as coligações são praticadas em todos os níveis de disputa do país, desde as eleições municipais até as presidenciais, e não obstante, independentemente das afiliações ideológicas ou do tamanho da agremiação, todos acabam por utilizar-se da prática das coligações para maximizar seus ganhos eleitorais, incluindo as disputas ao legislativo, que ocorrem “sob o sistema de representação proporcional, o qual se destina, justamente, a garantir a representação das minorias que, por sua vez, desejam se diferenciar dos grandes partidos”<sup>9</sup>.

A fragmentação partidária<sup>10</sup> impõe a prática das coligações, que por sua vez torna-se um dos fatores que determinam a continuidade da fragmentação do sistema partidário. Neste sentido

<sup>8</sup> Algumas das votações que foram agrupadas por Kinzo (1990) nestas categorias: Governismo: cinco anos para o mandato do presidente Sarney e cinco anos para demais presidentes; suspensão de dois turnos nas eleições. Conservadorismo: garantia de emprego; direito irrestrito de greve; adicional de 33% do salário nas férias; licença paternidade; jornada máxima de 06 horas ininterruptas de trabalho; unicidade sindical; reforma agrária; desapropriação de propriedade produtiva. Democratismo: democracia direta; Forças Armadas na ordem interna; pena de morte; censura artística. Nacionalismo: monopólio da União sobre recursos minerais; nacionalização da distribuição dos combustíveis; definição de empresa nacional; contratos de risco. Oposicionismo ao Sistema Financeiro: limite de 12% de juros; estatização dos bancos; estatização gradual dos bancos; anti-oligopolização do sistema financeiro (Kinzo, 1990, p. 128-132).

<sup>9</sup> Ibid.

as alianças se transformam em excelentes estratégias tanto para os pequenos partidos quanto para os grandes.

Muitas são as motivações específicas<sup>11</sup> de se realizar uma coligação. Quanto a isso, há consenso na literatura de que o objetivo mais geral das coligações é ampliar as chances eleitorais dos partidos, e que a decisão estratégica sobre coligações é tomada com base em um cálculo de custos e benefícios eleitorais (SOUZA, 1976; LIMA JÚNIOR, 1983; SANTOS, 1987; FIGUEIREDO, 1994; NICOLAU, 1994, CARREIRÃO, 2006b).

De um lado, ao se coligar com um grande partido que lança uma candidatura ao governo do Estado, os pequenos partidos garantem sua participação na coligação para as eleições proporcionais, aumentando suas chances de conquistar uma cadeira na Câmara dos Deputados ou nas Assembléias Legislativas. De outro, ao se aliar aos pequenos, os grandes partidos aumentam seus recursos eleitorais (o que inclui tempo maior de propaganda eleitoral no rádio e na televisão) e, portanto, suas chances de vencer a eleição majoritária. Em contrapartida, sua chance de eleger uma grande bancada no legislativo torna-se mais restrita, pois ao concorrerem nas eleições legislativas em uma lista de candidatos coligados (não previamente ordenados) os grandes partidos abrem espaço para os candidatos bem votados dos pequenos partidos da coligação (KINZO, 2004, p. 33).

No período entre 1950 e 1962, a maioria dos estudos sobre as coligações minimiza o posicionamento ideológico dos partidos como variável relevante e traz afirmações de que as coligações inconsistentes estariam num crescente. Carreirão (2006b, p. 141), aponta como exemplo o estudo de Santos (1987, p. 108), que, dividindo os partidos do período em dois grupos (progressistas e conservadores) e analisando as coligações para a Câmara Federal naquele período, conclui que:

---

<sup>10</sup> Alguns autores, entre eles SOUZA (1976); SANTOS (1987); NICOLAU (1996) e TAVARES (1998) abordam os possíveis impactos das coligações sobre a fragmentação do sistema partidário e a representatividade do sistema político, especialmente no que se refere a possíveis distorções de representação na Câmara Federal.

<sup>11</sup> Lima Jr. (1983, p. 76-77) observa que se a orientação geral das coligações é a maximização das chances eleitorais e a obtenção do maior número de votos, as motivações específicas variam muito: “assim, nos pleitos proporcionais, os pequenos partidos visam escapar do quociente eleitoral, coligando-se com partidos maiores. Estes últimos podem ter interesse em se coligar com os pequenos nas eleições majoritárias – vinculando-se, assim, muitas vezes as coligações nos dois tipos de pleitos –, seja para evitar que estes últimos se coliguem com outros partidos, seja para ampliar seu tempo no horário eleitoral gratuito, seja ainda para ampliar o número de candidatos (acomodando, assim, disputas internas ao partido)”.

a porcentagem de alianças inconsistentes aumenta ao longo do período, à exceção de 1962, quando retornou aos valores de 1950, mas ainda assim superior a 50% do número total de coligações [...]. A dinâmica das coligações obedeceria, assim, ao objetivo de maximizar votos, nas circunstâncias dadas, idiossincrasias estaduais também levadas em consideração.

Por outro lado, segundo Soares (1964, p. 107), como representação de um grupo de eleitores, os partidos políticos tendem a defender determinadas agendas, ou seja, ideologias, que fazem por merecer a confiança destes eleitores. Em estudo sobre as coligações realizadas na Câmara Federal o autor afirma que, "tanto para atrair, quanto para manter a atração com relação à determinada classe social, um partido tem que funcionar como representante dessa classe. Os desvios dessa função são punidos com a perda de grande parte do eleitorado". Por isso, conclui que, aos partidos com base classista não lhes é permitido coligações ideologicamente inconsistentes sob pena de serem castigados pelas classes que representam.

Em relação ao sistema partidário atual, analisando dados relativos ao período de 1986 a 1994, Schmitt (1999), apresenta dados de coligações razoavelmente consistentes ideologicamente, pois trata-se de 66% delas envolvendo apenas partidos do mesmo campo ideológico contra 16% de coligações que poderiam ser consideradas ideologicamente inconsistentes, abarcando simultaneamente partidos de direita e de esquerda; e ainda, 18% de coligações entre partidos de centro com partidos de direita ou de esquerda. Um padrão, portanto, que não revelaria uma miscigenação indiscriminada entre os partidos, apesar de ser este o quadro apresentado constantemente nos meios de comunicação.

No tocante à lógica ideológica das coligações, Novaes (1994, p. 113) observa que "as coligações não são tão aleatórias como habitualmente se tende a crer, o que diminui seu significado como indicador da inconsistência programática dos partidos. [...] Embora haja coligações inconsistentes, a maioria obedece à lógica da afinidade ideológica". Novaes (Ibid) afirma que o "caráter estratégico das coligações não significa que elas ocorram desconsiderando certos limites ideológicos". Para ele, as direções dos partidos buscam no processo eleitoral ampliar suas chances de obtenção de sucesso e este cálculo, que leva em conta as afinidades ideológicas, estaria presente na escolha e formação das coligações que o partido poderá realizar.

Figueiredo (1994), analisando as eleições para governador em 1994, conclui que os partidos decidem sua estratégia de coligações a partir de um cálculo de custos e benefícios eleitorais, em que, mantidos os benefícios constantes, procuram aliados à sua direita ou à sua esquerda em função de sua base eleitoral. Já na análise relativa às mesmas eleições, Jairo Nicolau (1994) observou que o único dos grandes partidos a estabelecer uma política nacional de coligações foi o PT, sendo que a direção do partido definiu diversas alianças regionais. Para ele, "os partidos de esquerda se coligam preferencialmente e em casos excepcionais com os da direita" (sic).

Com relação ao tema das coligações, é possível perceber que não existe um consenso, e que o tema ainda está em discussão.

#### 4.4 AS MIGRAÇÕES PARTIDÁRIAS

A partir da Emenda Constitucional nº 25<sup>12</sup>, de maio de 1985, a mudança de políticos de um partido para outro passou a ocorrer em larga escala no Brasil. Em 1985, em decorrência do fim do regime militar, 79 deputados abandonaram o Partido Democrático Social (PDS) para fundar o Partido da Frente Liberal (PFL), no que foram seguidos por outros 39 congressistas no ano seguinte. A migração partidária na Câmara continuou nas legislaturas seguintes até que passou a assumir um caráter de uma movimentação produzida estritamente pelo cálculo individual (MELO, 2000).

Mas claramente, o período inicial dos mandatos presidenciais no Brasil provoca este intenso realinhamento dos partidos e deputados principalmente em decorrência do cálculo dos deputados na correlação de forças procedente das eleições; pela avaliação dos pesos que os partidos adquirem e por tudo que este peso pode implicar, desde a composição ministerial e o arranjo do tempo de horário eleitoral gratuito até a distribuição de prerrogativas partidárias no

---

<sup>12</sup> Disponível para consulta em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc\\_ant\\_1988/emc25-85.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_ant_1988/emc25-85.htm)>. A emenda estabeleceu eleições diretas para prefeitos das capitais, reconheceu o direito de voto aos analfabetos, suspendeu as restrições aos partidos comunistas, permitiu que partidos dotados de registro provisório concorressem às eleições daquele ano e aboliu o instituto da fidelidade partidária. A fidelidade partidária havia sido introduzida no cenário institucional brasileiro pelos militares em 1967 (MELO, 2000).

legislativo, como a composição da Mesa Diretora e das comissões da Casa. O primeiro ano dos mandatos presidenciais antecede às eleições municipais do ano seguinte e este fato também interfere no realinhamento dos deputados nas legendas partidárias<sup>13</sup>.

Para Melo (2000), em nenhuma outra democracia no mundo ocorre a migração partidária na proporção que ocorre no Brasil; em diversos países onde, há tempos, a democracia logrou estabilizar-se, são escassos os registros de migrações no Parlamento.

O autor retrata em seus estudos que 686 deputados mudaram de partido nos anos de 1985 a 1998, dados que podem ser observados na tabela 1.

Estudando as migrações partidárias no período entre 2000 e 2004<sup>14</sup>, Melo e Anastasia (2005, p. 304), argumentam que para a maioria dos partidos na Câmara dos Deputados a coesão não é uma regra, ao contrário, existe uma opção para os deputados que não desejam seguir o líder de sua bancada “para obter o seu 'naco de patronagem': buscar um líder melhor posicionado no processo decisório”.

**Tabela 1. Deputados federais que mudaram de partido por legislatura (%)**

Tipo de deputado	Legislatura				Total (N)
	1983/1987	1987/1991	1991/1995	1995/1999	
Não Migrante	68,8	72,5	67,7	73,1	(1643)
Migrante	31,3	27,5	32,3	26,9	(686)
Total (N)	(528)	(560)	(620)	(621)	(2329)

Fonte: Melo, 2000.

Mesmo entre os 686 migrantes, ocorreram situações em que um mesmo parlamentar mudou de partido mais de uma vez, o que totalizaria 812 migrações. Desta forma, a migração partidária tornou-se endêmica no cenário político nacional, e passou a vigorar como instrumento suplementar de modificação da correlação de forças no Congresso. O enorme número de mudanças de partido por parte de parlamentares acaba por evidenciar esta faceta. “Entre 1985 e 6

<sup>13</sup> Ibid.

<sup>14</sup> Não houve tempo para uma análise aprofundada das conclusões dos estudos de Melo para o ano de 2004, entretanto, as opiniões que pudemos colher, mesmo que superficialmente, apontam para conclusões semelhantes às anteriores.



de outubro de 2001, [...] nada menos que 846 parlamentares, [...] mudaram de partido na Câmara dos Deputados” (MELO, 2003, p. 322).

Diferentemente de Figueiredo e Limongi, que entendem que a única saída para um parlamentar que desejasse a sua própria sobrevivência política seria o fortalecimento de sua agremiação partidária, Melo (2003) entende que este parlamentar descobriu uma nova saída: filiar-se a outra legenda.

A análise das migrações partidárias possibilitou, para Melo (2000), chegar a duas conclusões: 1º) que os deputados dos partidos de direita tendem a migrar toda vez que isso signifique um melhor posicionamento político, sobretudo porque os partidos de direita são organizações partidárias que proporcionam aos deputados uma maior visibilidade individual, ou seja uma maior autonomia. De qualquer modo, o autor salienta que as migrações dos deputados de partidos de direita na maioria dos casos ocorrem para partidos com posicionamento ideológico próximo; 2º) que os deputados de partidos de esquerda acabam migrando menos, talvez por manterem vínculos mais sólidos com seus partidos de origem ou por que acreditam que se beneficiarão de estratégias coletivas desenvolvidas por suas organizações.

Entretanto, neste campo da esquerda uma grande parcela dos deputados migrantes acaba por mudar também de campo ideológico. Pode-se analisar estes dados na Tabela 2, que permite observar que 413 (sendo 13 de esquerda, 76 de centro e 324 de direita) dentre os 686 deputados que migraram o fizeram dentro de um mesmo campo ideológico, o que corresponde a 60,2% dos migrantes. Entretanto, 36 deputados (sendo 23 de esquerda e 13 de direita) cruzam de um extremo a outro o espectro político, o que corresponde a apenas 5,2% dos migrantes. Os demais 237 deputados (34,5%) circulam entre campos contíguos:

**Tabela 2. Mudança de partido e ideologia, segundo partido de origem e de destino dos deputados federais (maio de 1985/janeiro de 1999)**

Ideologia do partido de origem	Ideologia do partido de destino			Total (N)
	Esquerda	Centro	Direita	
Esquerda	13	27	23	(63)
Centro	42	76	90	(208)
Direita	13	78	324	(415)
Total (N)	(68)	(181)	(437)	(686)

Fonte: Melo, 2000.

Com relação à primeira conclusão a que Melo (2000) chegou, os pesquisadores Santos e Vilarouca (2004, p. 06), deram continuidade à pesquisa (porém durante o período do primeiro mandato do presidente Lula) e observaram que 27% dos deputados de direita migraram de partido, enquanto apenas 9,7% dos deputados de esquerda foram migrantes, mantendo-se a configuração da pesquisa realizada por Melo (2000).

Com relação à segunda conclusão de Melo (2000), de que os parlamentares tenderão a migrar para partidos pertencentes ao mesmo campo ideológico ou, ao menos, para manter algum grau de coerência, para partidos em um campo contíguo (movimentos tendo como ponto de partida ou chegada partidos de centro), também Santos e Vilarouca (2004, p. 06), deram continuidade à pesquisa durante o período do primeiro ano do primeiro mandato do presidente Lula, e apresentam os seguintes dados:

**Tabela 3. Migração e bloco ideológico de destino (Câmara Federal – 2003)**

Ideologia do partido de origem	Ideologia do partido de destino			Total (N)
	Esquerda	Centro	Direita	
Esquerda	18,8 (3)	43,8 (7)	37,5 (6)	100 (16)
Centro	17,1 (6)	8,6 (3)	74,3 (26)	100 (35)
Direita	14,3 (7)	10,2 (5)	75,5 (37)	100 (49)
Total (N)	(16)	(15)	(69)	(100)

Fonte: Banco de Dados NECON. IN: Santos e Vilarouca (2004, p. 07).

Tais dados revelam que os deputados eleitos por partidos de esquerda são responsáveis por apenas 16% das trocas de legenda totais. Porém, Santos e Vilarouca (2004, p. 07) chamam a atenção para a “incoerência” na migração de seis deputados de partidos de esquerda para partidos de direita. Do outro lado do espectro ideológico, “os dois partidos de direita na coalizão de governo – o PTB e o PL – foram os grandes destinatários das trocas de legenda no primeiro ano de governo Lula, recebendo cerca de 54% do total de migrantes vindo dos diversos espectros ideológicos” (Op. cit, p. 09). Se considerarmos que a direita era situação até a eleição do Lula, e que os dois partidos representantes mais próximos deste campo ideológico que fizeram parte da coalizão do governo neste período foram os que mais receberam deputados migrantes, isto pode significar que os deputados acreditam que suas melhores chances políticas encontram-se na permanência no governo e não na oposição, não importando qual ideologia seja a do governo.

Para Santos e Vilarouca (2004, p. 09) parece não restar nenhuma dúvida do caráter pró-governo da dinâmica das migrações partidárias com relação à coalizão governamental. Cerca de 13% das migrações ocorreram dentro da própria coalizão de governo, no entanto, em torno de 57% das migrações ocorridas no primeiro ano do governo Lula foram de deputados daqueles partidos que não estavam no governo e que caminharam em sua direção. O recurso da migração partidária foi significativo para o desempenho da coalizão governista, pois no começo da sua administração o governo Lula controlava apenas 40% das cadeiras da Câmara baixa, mas com a adesão dos membros migrantes, a base ultrapassou a maioria absoluta dos votos.

Entretanto, em comparação com os dados da pesquisa realizada por Melo (2000) entre os anos de 1985 a 1999, onde apenas 5,2% das migrações ocorreram entre partidos de blocos ideológicos opostos, os dados de 2003, apresentados por Santos e Vilarouca (2004), demonstram um crescimento destas migrações inconsistentes para 13% do total.

Esta é uma informação bastante relevante a esta pesquisa, pois tende a demonstrar que ao menos para fins de migração, as ideologias partidárias têm se tornado menos relevantes nas escolhas dos deputados migrantes do que os benefícios que tais trocas possam trazer-lhes.

#### 4.5 A DISCIPLINA PARTIDÁRIA

O estudo da disciplina partidária não está relacionado diretamente com a ideologia dos partidos, mas vale ressaltar que os partidos políticos que apresentam diferentes posicionamentos ideológicos têm apresentado diferentes graus de disciplina. Este tópico aborda um pouco este tema.

Figueiredo e Limongi (1999), em suas pesquisas sobre disciplina partidária na Câmara dos Deputados entre 1989 e 1999 chegaram à conclusão de que era bastante alta a probabilidade de um deputado votar juntamente com a liderança de seu partido, o que representaria dizer que há uma probabilidade de prever uma votação na Câmara dos Deputados com acerto em 89%. “Em suma, o comportamento do plenário [no período de 1989 a 1999] é previsível e consistente” (FIGUEIREDO e LIMONGI, 1999, p. 93). Entretanto, os autores lembram que estas probabilidades variam entre os partidos.

Ao medir a disciplina partidária através da obediência dos parlamentares à indicação dos líderes das bancadas quando nas votações no plenário da Câmara dos Deputados no período de 1995 a 1998, Jairo Nicolau (2000), considerando a significativa variação nas taxas médias de disciplina dos partidos no Brasil no período, sugeriu uma classificação em três grupos: “o primeiro, com valores próximos a 100%, seria composto pelo PC do B e o PT; o segundo seria integrado por partidos cujas taxas variam em torno de 90%: PFL, PDT, PSDB, PSB e PTB. Em um último grupo estariam três partidos com taxas mais baixas, em torno de 80%: PPR/PPB, PMDB e PL”.

Comparadas com o período anterior (1989-1994), analisado por Limongi e Figueiredo (1995), as taxas de disciplina dos partidos nas votações nominais apresentam algumas alterações. “Quatro partidos tornaram-se mais disciplinados: o PFL aumentou sua taxa de disciplina de 89,2% para 93,4%; o PSDB, de 86,5% para 91,6% e o PTB, de 85,4% para 88,3% e o PDT, de 90,8% para 92,1%. Dois partidos ficaram mais indisciplinados: o PDS (atual PPB) (sic), de 83,1% para 82,9% e o PMDB, de 86,8 % para 80,1%. A taxa de disciplina do PT ficou no mesmo patamar: 98% no período 1989-1994 e 98,7% no período 1995-1998”<sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup> Ibid.

Certamente o grau de disciplina diverge entre os partidos, mesmo entre os partidos do mesmo bloco programático. Rodrigues (2002, p. 44) afirma em seus estudos sobre a 51ª legislatura (1999-2002) que “os deputados dos partidos de esquerda eram os mais obedientes às decisões da maioria da bancada, mais propensos a acompanhar as decisões das suas lideranças”.

Nas questões que se enquadram na dimensão ideológica, a orientação do líder deveria simplesmente explicitar a posição ideológica que o deputado já compartilhava com seus partidários, pois “se não houvesse partido, votaria ele do mesmo jeito, pois é difícil imaginar um parlamentar que vote numa proposição, cujas implicações entenda, contra os interesses da classe com a qual se identifica, racionalizados em sua ideologia” (SAMUELS, 2003, p. 163).

Para Santos e Vilarouca (2004, p. 19), que analisaram os dados do primeiro ano do governo Lula (2003), entre os partidos de direita, o PFL é o partido com maior nível de indisciplina declarada, seguido do PSDB: “apenas 21,3% dos deputados do PFL e 31,9% dos deputados do PSDB seguiram em mais de 70% das vezes a indicação dos seus líderes, no entanto, apenas 6,6 e 4,3% o fizeram em mais de 80% das votações. Os partidos que apresentam melhor desempenho quando consideramos o limiar superior a 80% são o PT, o PC do B e o PPS”.

#### 4.6 COALIZÕES GOVERNAMENTAIS

A importância das coalizões tem sido alvo da atenção de muitos autores (ABRANCHES, 1988; AMORIM NETO, 1998; FIGUEIREDO E LIMONGI, 1999; NICOLAU, 2000; SANTOS E VILAROUCA, 2004, entre outros) que estudam o funcionamento do presidencialismo brasileiro, na medida em que no sistema multipartidário brasileiro é muito difícil um governo ter como base de apoio no Congresso um único partido.

Quanto à composição ideológica das coalizões, que é o que nos interessa aqui, no período de 1989 a 1994, Figueiredo e Limongi (1999), analisando as coalizões existentes na Câmara dos Deputados através dos encaminhamentos de votações pelos líderes partidários<sup>16</sup>, puderam

---

<sup>16</sup> O regimento da Câmara dos Deputados permite que antes das votações nominais os líderes partidários façam encaminhamento de votação, nesta oportunidade eles informam publicamente qual serão os votos dos seus partidos, conferindo um posicionamento oficial do partido sobre a matéria e orientando a sua bancada. O direito regimental de encaminhamento de voto de bancada é restrito aos partidos que possuam bancada superior ou igual a seis centésimos

observar a existência de um padrão que lhes permitiu distribuir os partidos de maneira coerente num *continuum* ideológico. Para os autores, “a probabilidade de dois partidos adjacentes votarem de maneira análoga é sempre maior que a de partidos não adjacentes. A probabilidade de dois partidos se ‘coligarem’ cai monotonicamente com a distância ideológica a separá-los” (Op. cit, p. 77).

Para os autores, quando as coalizões são formadas por partidos que ocupam posições contíguas no espaço ideológico, elas podem se consideradas como consistentes do ponto de vista ideológico, o que pôde ser observado em 148 dos 221 casos por eles estudados, um percentual de aproximadamente 67%. Baseados nestas análises os pesquisadores concluíram que para o período estudado “a atuação dos partidos brasileiros em plenário segue um padrão ideológico bastante definido”<sup>17</sup>.

**Tabela 4. Proporção de encaminhamentos similares pelos líderes de cada partido (1989/1994)**

PARTIDOS	PFL	PTB	PMDB	PSDB	PDT	PT
PDS	68,8	61,5	54,8	43,4	20,4	13,6
PFL		64,3	64,3	46,6	17,2	11,8
PTB			55,2	45,7	22,2	15,8
PMDB				64,3	37,6	30,3
PSDB					49,3	48,9
PDT						71,5

Fonte: Figueiredo e Limongi, 1999, p. 77.

Em outro estudo, que abrange o período de 1988 a 1998, Figueiredo e Limongi (2006, p. 273) continuaram analisando os dados das votações em plenário na Câmara dos Deputados, e concluíram que em todo o período pós 1988 há um padrão de votação muito mais consistente e estável do que no período entre 1946-1964. Os partidos que estão ideologicamente mais próximos votam de maneira semelhante e votam de maneira diferente dos que estão mais distantes de sua postura ideológica, ou seja, os dados analisados mostram que, em plenário, as coalizões, nas votações nominais, seguem padrões de consistência ideológica consideráveis, confirmando as conclusões obtidas no estudo anterior.

---

do plenário. Por isso, somente os grandes partidos possuem este direito.

<sup>17</sup> (Op. Cit., p. 81).

Também mais recente, o estudo de Santos e Vilarouca (2004, p. 04) verificou a ocorrência de um fenômeno muito interessante a partir do primeiro governo Lula: “se durante todo o período de redemocratização, passando pelos governos Sarney, Collor, Itamar Franco e FHC, predominou um claro padrão ideológico no modo pelo qual os líderes se posicionavam diante das questões postas à votação, isto não mais se verifica no período que se inicia em janeiro [2003]”. O padrão que até então existia sofreu algumas alterações significativas, pois o posicionamento dos partidos teria deixado de ser ideológico, configurando a seguinte equação: partidos do governo *mais* independentes *versus* oposição, situação que pode ter sido ocasionada pela mudança significativa na operação do presidencialismo de coalizão<sup>18</sup>. Para alguns pesquisadores, teria sido uma mudança de posicionamento do PT, maior partido de esquerda que provocou tais alterações.

#### 4.7 A COMPOSIÇÃO SOCIAL DOS PARTIDOS POLÍTICOS BRASILEIROS

Com relação à composição social das elites partidárias, Rodrigues (2002, p. 45) em seu estudo referente à legislatura 1999-2002, apresenta diferenças também significativas no tocante às profissões, às ocupações e ao patrimônio dos deputados federais dos diferentes partidos.

Sua hipótese principal era a de que haveria diferenças significativas na composição social das bancadas dos seis partidos (PFL, PSDB, PMDB, PPB, PT, PDT) e que poderiam ser observadas empiricamente pela distribuição dos segmentos sócio-profissionais que as compõem – e que, a essas diferenças, corresponderiam posições políticas, programáticas e ideológicas convencionalmente tidas como de direita, centro e esquerda. Desta forma, o autor esperava encontrar nos partidos de direita uma maior proporção de empresários e pessoas de alta renda, enquanto, nos partidos de esquerda, deveria haver maior proporção de deputados oriundos das classes médias e das classes trabalhadoras e populares. Nos partidos de centro sugeriu-se haver, proporcionalmente, menos empresários e trabalhadores e mais parlamentares oriundos de outros estratos sociais intermediários, com patrimônio inferior aos dos partidos de direita, mas superior aos de esquerda, o que de fato ocorreu.

---

<sup>18</sup> Os dados apresentados em Figueiredo e Limongi (2007, p. 174), referentes ao período 1989-2006 apontam nesta mesma direção.

Para o autor, “os dados relativos à composição sócio-ocupacional, à dimensão patrimonial [...] indicam que os partidos brasileiros se diferenciam não apenas quanto à ideologia e à orientação política [...], mas também quanto aos segmentos sociais neles representados”<sup>19</sup> O que permitiu ao autor supor que a dinâmica das disputas internas dos partidos, seus conflitos e as opções dos parlamentares não devem ser entendidas sem referência aos interesses da composição social dominante internamente.

Sem ignorar o jogo interno das disputas parlamentares e o anseio individual dos políticos, essa constatação permite supor que os conflitos e as escolhas partidárias no interior da Câmara dos Deputados só poderão se compreendidos satisfatoriamente se levarem em conta os interesses que a composição social dominante dos partidos sugere.

Esta é, portanto, mais uma das dimensões em que haveria diferenças significativas entre os partidos segundo seu posicionamento no *continuum* esquerda-direita.

#### 4.8 OS PARTIDOS BRASILEIROS NO *CONTINUUM* ESQUERDA-DIREITA

Embora com algumas variações, existe um certo consenso na literatura especializada sobre a classificação dos principais partidos políticos brasileiros no espectro esquerda-direita<sup>20</sup>. Neste item será realizado um balanço das diversas classificações realizadas na literatura, para, a partir daí, situar a classificação que será aqui adotada.

O trabalho na Constituinte Nacional constituiu-se num enorme jogo de pressões que contou com a presença ativa dos mais diversos grupos de interesses, que buscaram influenciar as negociações das lideranças partidárias e também as votações das propostas, o que para Kinzo (1990, p. 116), “foi algo jamais visto na experiência constitucional brasileira”. Para a autora, o momento implicou no posicionamento dos partidos políticos e dos seus membros sobre diversos temas, além dos sociais, políticos e econômicos, também os temas de caráter regional, racial, religioso, e ecológico. O embate encadeado pela Constituinte referente às questões fundamentais

---

<sup>19</sup> Ibid.

<sup>20</sup> Sobre a definição ideológica dos partidos, ver, por exemplo, por ordem cronológica decrescente: Santos (2001 e 2000); Ames (2001); Mainwaring, Meneguello e Power (2000); Amorim Neto (2000); Figueiredo e Limongi (1999); Melo (1999); Singer (1999); Schmitt (1999 e 1998); Meneguello (1998); Samuels (1998 e 1997); Lima Jr. (1997); Fernandes (1995); Novaes (1994) e Lamounier (1989).



e controversas da realidade revelou o volumoso arco de interesses tão diversificados que estavam em disputa e que acabaram por desenvolver algumas cisâmias internas nos partidos, provocar indisciplina partidária, levar a cisões, a discordâncias, a dissensões e à criação de blocos suprapartidários.

Segundo Fernandes (1995, p. 110), “o período do Congresso Constituinte, 1987-1988, ofereceu rara oportunidade para se mapear o posicionamento do conjunto dos partidos brasileiros diante de uma ‘avalanche’ de votações envolvendo todo o ordenamento político, jurídico, econômico e social do País”.

Estes comportamentos dos deputados foram analisados em diversos estudos, sendo que as votações foram também analisadas pelas principais entidades de classe do país: o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), pelo lado dos sindicatos dos trabalhadores, e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) pelo lado empresarial.

Estes estudos apontam para “a correspondência geral entre o posicionamento político-ideológico dos partidos e a imagem que deles tem a sociedade. [...] O quadro partidário revelado pelo período constituinte situou, assim, em um campo à direita: PFL, PDS, PTB, PL, PDC e PSC; em um (enorme) campo ao centro: PMDB e, em um campo à esquerda: PDT, PT, PCdoB, PCB e PSB” (FERNANDES, 1995, p. 110).

Com as devidas atualizações, o estudo de Fernandes (1995) chegou à seguinte classificação dos partidos políticos, em 1994:

- (1) Partidos situados à direita: PFL, PPR (fusão PDS - PDC), PTB, PL, PSD, PSC, PRP e Prona.
- (2) Partidos situados no centro: PMDB, PSDB, PP (fusão do PTR com PST) e PRS.
- (3) Partidos situados à esquerda: PT, PDT, PCdoB, PMN, PPS (antigo PCB) e PV.

Melo (2000), considerando a configuração partidária do ano de 2000 dispõe os blocos ideológicos da seguinte maneira: à esquerda, PT, PDT, PSB, PC do B, PPS e PV; ao centro, PMDB e PSDB; à direita, PFL, PPB, PTB, PL e o restante das pequenas legendas. Para o autor, esta classificação é semelhante à “utilizada por Lima Jr. (1993) e é compatível com aquela proposta por Kinzo (1990; 1993) para a legislatura 1987/1991, com base em uma combinação das

escalas de governismo, conservadorismo, democratismo, nacionalismo e oposição ao sistema financeiro”.

Outro autor que trabalhou com uma classificação ideológica dos partidos<sup>21</sup> é Lamounier<sup>22</sup>, que afirma: “ao centro do espectro ideológico, encontram-se o PMDB e o PSDB, este último nascido de uma dissidência do primeiro durante a Assembléia Nacional Constituinte, em 1988”. Este último, após a eleição de um de seus líderes, Fernando Henrique Cardoso, para a Presidência da República, em outubro de 1994, teria apresentado um maior crescimento. Entre os grandes partidos, à direita, destacam-se PFL [atualmente Democratas ou D25], PTB e PP [antigo PPB - Partido Popular Brasileiro]. Finalmente, entre os grandes partidos à esquerda, sobressaem o PT e o PDT.

Nos estudos realizados por Rodrigues (2002, p. 32-33) sobre os partidos políticos e ideologia, os partidos foram selecionados através de dois critérios; um maior número de cadeiras conquistadas na Câmara dos Deputados (ao menos, cerca de 5% do total), e um perfil programático-ideológico relativamente consistente e nítido. Baseando-se nestes dois critérios, o autor chegou também à composição de três blocos ideológicos: “no bloco da direita, o PPB [atual PP] e o PFL [atualmente Democratas ou D25]; no do centro, o PMDB e o PSDB e, no da esquerda, o PDT e o PT. Essa classificação ideológica é predominante entre os cientistas políticos brasileiros e estrangeiros e corresponde àquela veiculada pelos meios de comunicação”.

Na opinião de Carreirão (2006b, p. 139), “há um conjunto de estudos que pleiteia a pertinência do uso do *continuum* esquerda-direita como uma forma possível de mapear o campo político-partidário brasileiro atual, estabelecendo semelhanças entre certos grupos de partidos entre si e diferenças com outros grupos de partidos”. Essa forma de diferenciação permitiria compreender alguns elementos do processo de tomada de decisão do eleitorado e também as diferenças de opinião e de comportamento que ocorrem entre políticos de diferentes partidos, apesar dele mesmo ter observado que os dados que analisou parecem refletir uma perda de nitidez ideológica que ocorre em âmbito nacional.

---

<sup>21</sup> Para Mainwaring et al. (2000, p. 31) tanto o PMDB quanto o PSDB são considerados partidos de centro, mesmo que ao longo dos anos, eles tenham adquirido posicionamentos mais conservadores e de centro-direita.

<sup>22</sup> Disponível em: <<http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/consnac/orgpol/oposicao/partpol/apresent.htm>>.

Com base nesta revisão acima, e com base especialmente nas classificações formuladas nos estudos de Kinzo (1990), Novaes (1994), Figueiredo e Limongi (1999), Fernandes (1995) e Rodrigues (2002), Carreirão (2006b), será formulada, no capítulo 6 uma classificação dos partidos no eixo direita-esquerda<sup>23</sup>, de forma a operacionalizar a análise empírica.

---

<sup>23</sup> Mesmo considerando certo consenso da literatura com relação ao espectro direita -esquerda, é possível encontrar certas divergências. Na opinião de Kinzo (1993, p. 79) “o PT seria o único partido ‘realmente de esquerda’, observação que parece correta à luz não apenas de seu programa, como também da composição social da bancada petista”. Entretanto a autora classificou o PDT e o PSDB como sendo de centro-esquerda; o PMDB (junto com o PTB) ocuparia o centro do espectro e o PFL seria de centro-direita. Para Novaes (1993) o PDT e o PSDB figurariam como centro-esquerda e o PMDB como centro-direita.

## 5 OS PARTIDOS CATARINENSES E SEUS POSICIONAMENTOS IDEOLÓGICOS

Apesar de diversos estudos em âmbito nacional discutirem em que medida as supostas diferenças ideológicas entre os partidos se manifestam efetivamente em opiniões e ações dos membros dos diversos partidos, como nas coligações eleitorais, nas coalizões de governo e nas políticas públicas, essa produção em Santa Catarina<sup>24</sup> é mais escassa.

Carreirão (2006b, p. 137) analisou os padrões ideológicos das coligações realizadas nas eleições para governador, deputado federal, deputado estadual e prefeito, no período 1986/2004. “O principal objetivo foi verificar em que medida a ideologia constitui (ou não) um obstáculo à realização de coligações ‘inconsistentes’<sup>25</sup> e se há mudança nos padrões de coligação, ao longo do período estudado”.

Carreirão (2006b) nas suas análises sobre Santa Catarina, concluiu que os dados encontrados contrastam com as análises recorrentes, principalmente as análises veiculadas nos meios de comunicação, que indicavam que o sistema partidário brasileiro seria totalmente desordenado desde o final da década de 1980. Em verdade, “os dados relativos até o final da década de 1990 estão em consonância com análises como as de Kinzo (1990) e Figueiredo e Limongi (1999), que pleiteiam certo grau de diferenciação ideológica entre os partidos”. Para o autor, haveria um razoável grau de consistência ideológica das coligações<sup>26</sup>, nas eleições para governador, deputado federal, deputado estadual e em menor grau para prefeito.

Certamente, o grau de consistência ideológica das coligações não revela um comportamento homogêneo de todos os partidos<sup>27</sup>, principalmente se considerarmos as diferentes

---

<sup>24</sup> Além dos trabalhos que serão aqui resenhados, sobre o tema das oligarquias catarinenses ver Lenzi (1977), Andrade (1984 e 1994), Silva (1995) e Auras (1991). Sobre o tema das elites políticas ver Teixeira (1996), Araldi (1997) e Hass (2000). Sobre as eleições para Governador de 1982, ver Aguiar (1995) e sobre as eleições para a prefeitura de Florianópolis, ver Viola (1986). Sobre a dinâmica interna do sistema partidário no período de 1946-1964, ver Carreirão (1990), e para o período de 1982 a 1994, ver Grohman (1997). Sobre os resultados eleitorais de 1994, ver Carreirão (1995). E o trabalho de Borba (2003) que analisa o desempenho do partidos em Santa Catarina a partir do processo de redemocratização.

<sup>25</sup> Coligações inconsistentes são aquelas que reuniam partidos de direita e esquerda simultaneamente.

<sup>26</sup> Os percentuais de coligações ideologicamente inconsistentes para este período foram de “11,5% das candidaturas a governador (ou seja, uma em cada nove); 10% das candidaturas para deputado federal e estadual (uma em cada dez, portanto) e 16% das candidaturas para prefeito (uma em cada seis)” (CARREIRÃO, 2006b, p. 156).

<sup>27</sup> Como exemplo o autor cita o caso do PT, que no conjunto do período, coligou-se, nas eleições para governador e nas eleições proporcionais, apenas uma vez com um partido de direita (o PL, em 2002) e apresentou apenas 13% de coligações “inconsistentes”, num total de 722 candidaturas a prefeito de que participou. O PDT, por outro lado,

eleições, onde as eleições de âmbito estadual (governador, deputado federal e estadual) mostraram maior consistência ideológica do que as coligações realizadas nas eleições para prefeito. Também se percebeu o aumento das coligações, especialmente as de grau de coerência ideológica médio e fraco<sup>28</sup>. Os dados analisados pelo autor mostram que no período de 1986 a 1998, considerando as eleições para governador, a média de coligações que envolviam simultaneamente partidos de esquerda e de direita foi de apenas 5%; contudo, na eleição de 2002, este percentual sobe para 40%.

Entre 1988 e 2004, os dados sobre as coligações para prefeito no estado mostram que além do crescimento do número de coligações em relação ao total das candidaturas (que em 1988, foi de 32% e em 2000 subiu para 73%), cresceu também, o grau de inconsistência ideológica das coligações.

Para o autor a explicação que parece mais plausível para este enorme salto de coligações ideologicamente inconsistentes é a inflexão política do PT, que parece ter um peso determinante. Carreirão (2006b, p. 158), concorda com a avaliação de Singer (2000), de que “o PT constituía, pelo menos até recentemente, a ‘espinha dorsal’, em termos ideológicos do sistema partidário”. Sendo assim, a inflexão petista constituiu-se no processo de maior influência na perda de nitidez ideológica no conjunto do sistema partidário, resultando no vertiginoso aumento das coligações inconsistentes.

Santa Catarina também foi objeto de outros estudos. Borba e Sell (2006) analisaram o desempenho dos partidos políticos nas eleições municipais no período de 1996 a 2004, testando algumas das principais teses existentes na literatura “institucionalista” e “culturalista” de análise política. Montenegro (2006) analisou as leis produzidas pela Assembléia Legislativa de Santa Catarina e a suas motivações, buscando verificar a existência de leis clientelistas na produção

---

embora não tenha se coligado com nenhum partido de centro ou de direita nas eleições para governador, e apenas uma vez (em 2002) com o PTB nas eleições proporcionais, das candidaturas de que participou para prefeito, entre 1988 e 2004, 55% envolviam partidos de direita e outras 26% envolviam partidos de centro (CARREIRÃO, 2006b, p. 156).

<sup>28</sup> Carreirão (2006b) para operacionalizar sua análise, definiu os "graus de coerência ideológica" das coligações da seguinte forma: a) Forte: quando a coligação se dá apenas entre partidos situados em um mesmo "campo" do espectro político – esquerda (E), centro (C) ou direita (D). As possibilidades de coligação nesse caso são: D-D; C-C; E-E; b) Médio: quando a coligação envolve partidos de centro com partidos de esquerda ou com partidos de direita. As possibilidades são: C-D; C-E; c) Fraco: quando a coligação envolver partidos de pólos extremos (direita e esquerda). As possibilidades são: D-E; D-C-E.

catarinense. Por seu turno, Gilmar Rodrigues (2006) traçou o perfil dos gastos públicos municipais na década de 90 em Santa Catarina.

As análises realizadas por Borba e Sell (2006) com relação às eleições municipais, no período de 1996 e 2004, demonstraram um processo de crescente pluralização dos partidos, dispondo nosso sistema partidário, ao final deste período, cinco partidos de maior relevância e com poucos sinais de oligarquização. Sobre o desempenho dos partidos catarinenses, os partidos seguem a lógica do quadro nacional, com exceção do PP, que no restante do país tem uma participação mais restrita e em Santa Catarina figura na segunda colocação de partido mais influente.

Analisando a produção de leis na Assembléia Legislativa de Santa Catarina, no período de 1990 a 2000, Montenegro (2006, p. 168) revela que a maior parte das leis produzidas pelos deputados (independentemente do partido a que pertençam) no período são as do tipo por ele chamadas de TCR (Transferência Concentrada de Recursos); estas leis permitem a criação e a destinação de verbas para entidade de utilidade pública e outros, sendo considerada pelo autor as mais clientelistas<sup>29</sup>. O autor sistematizou sua pesquisa da seguinte forma: dividindo os deputados pelas regiões do Estado que representavam tentou averiguar o tipo de lei que os deputados propunham, verificando a existência principalmente das TCR, ou seja, aquelas leis que beneficiavam sua região ou sua base eleitoral.

Gilmar Rodrigues (2006, p. 187), analisou o perfil dos gastos públicos no poder executivo municipal, na década de 90, e afirma que eles seriam realizados de maneira similar por todos os partidos políticos, independente de sua vertente ideológica. Sua análise constatou que

de forma geral, os partidos políticos, embora de diferentes acepções ideológicas, quando estão no poder executivo municipal, agem de forma muito semelhante, (isto pode, como hipótese, ser atribuído ao engessamento financeiro dos municípios em relação a recursos vindos da União) embora os partidos que estão situados em um campo mais democrático popular tenham dado maior atenção às áreas sociais, já os partidos conservadores, [se mostram mais] preocupados com a infra-estrutura dos municípios.

---

<sup>29</sup> O conceito de clientelismo utilizado por Montenegro (2006) em sua pesquisa foi extraído da tese de doutorado de Luiz Bahia (1997), sendo “o tipo singular de relações de trocas assimétricas...” (BAHIA, 1997, p. 99 apud MONTENEGRO, 2006, p. 144).

Há algumas variações entre as conclusões de Rodrigues, Montenegro e Carreirão, quanto ao grau em que os partidos se diferenciam ideologicamente (incluindo variações ao longo do tempo), mas o fato de os deputados catarinenses estarem mais preocupados com suas chances eleitorais, e que sua grande maioria, independente do partido a que pertence, busca aprovar políticas clientelistas, como demonstram os dados de Montenegro (2006) e que já no poder os partidos políticos tendem a desenvolver políticas públicas semelhantes independente de sua filiação ideológica, como afirma Rodrigues (2006), corroboram a análise de Carreirão (2006b), que aponta aumento das coligações inconsistentes. A intenção, neste trabalho, é tentar contribuir neste debate. A contribuição específica será testar estas hipóteses no âmbito das opiniões expressas por membros relevantes dos partidos, ou seja, os deputados estaduais.

## 6 OBJETIVOS, HIPÓTESES, METODOLOGIA

O principal tema deste estudo é a ideologia partidária. Com intuito de uma compreensão melhor do tema, iniciou-se a pesquisa analisando o conceito a partir de revisão da literatura (tarefa que teve continuidade ao longo de todo o período da pesquisa) e a partir de pesquisa empírica buscou-se analisar as diferenciações ideológicas entre os partidos catarinenses através das opiniões dos deputados estaduais de Santa Catarina, em três diferentes legislaturas, manifestadas através das respostas destes deputados a questionários aplicados ao longo daquelas legislaturas.

No que concerne ao posicionamento dos partidos no *continuum* direita-esquerda, com base na revisão da literatura apresentada anteriormente será utilizada a seguinte classificação:<sup>30</sup>

- Direita: PP (PPB; PPR; PDS); PFL [DEMOCRATAS ou D25]; PL; PTB e PRB.
- Centro: PMDB e PSDB.
- Esquerda: PT; PDT e PPS.

As pesquisas<sup>31</sup> utilizadas para análise dos dados foram realizadas nos anos de 1989, 2002 e 2008. A pesquisa realizada em 1989 foi desenvolvida pelo IDESP – Instituto de Estudos Econômicos Sociais e Políticos de São Paulo – sob a coordenação da professora Maria D’Alva Gil Kinzo (Universidade de São Paulo), intitulada “A Estrutura Partidária Brasileira, da Reforma de 1979 à Constituinte: Articulação entre os níveis Estadual e Nacional”. Em 2002, a pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP), com financiamento da FAPESP, e também desenvolvida sob a coordenação da professora

---

<sup>30</sup> Foram classificados apenas os partidos que elegeram deputados nas legislaturas em estudo, já que são eles o objeto de análise, não havendo necessidade de classificar partidos que não serão estudados. Compreende-se que a redução das opções político-ideológicas a apenas três (direita, centro e esquerda) pode dificultar a compreensão de certas nuances, nas diferenças entre os partidos (e deputados). A introdução de alternativas adicionais (como, por exemplo, centro-direita e a centro-esquerda) permitiria uma análise mais precisa e matizada do alinhamento político-ideológico dos partidos. Seguindo a grande maioria da literatura, porém, e de forma a tornar a análise mais operacional, optou-se pela limitação a apenas três campos.

<sup>31</sup> Este trabalho seria impossível sem a colaboração da Dra. Maria D’Alva Gil Kinzo [in memoriam], que gentilmente permitiu o acesso aos dados das pesquisas sob sua coordenação; sem estes dados não seria possível fazer a análise da evolução das opiniões dos deputados ao longo do período.



Maria D’Alva Gil Kinzo (Universidade de São Paulo), intitulada “Partidos e Representação Política: o Impacto dos Partidos na Estruturação da Escolha Eleitoral no Brasil”. O trabalho de campo em Santa Catarina ficaram sob coordenação do professor Yan de Souza Carreirão (Universidade Federal de Santa Catarina), nestas duas pesquisas.

Em Santa Catarina, no período de 02 de junho a 20 de julho de 1989, foram entrevistados 31 deputados, sendo que destes apenas 3 eram de partidos de esquerda – 1 do PT e 2 do PDT. Da totalidade, 17 eram de partidos considerados de direita – 6 do PFL, 1 do PL e 10 do PDS. Os demais 11 deputados são de partidos do centro do espectro ideológico, todos do PMDB.<sup>32</sup> Em 2002, pesquisa semelhante foi retomada, para analisar as alterações ocorridas nas legislaturas seguintes e foram entrevistados em Santa Catarina 37 deputados, sendo que destes, 18 eram de partidos de direita – 9 do PP, 2 do PTB, 6 do PFL e 1 do PL. Ainda, 7 deputados eram de partidos considerados de esquerda no espectro ideológico - 5 do PT, 1 do PDT e 1 do PPS. Os demais 12 deputados são de partidos de centro – 10 do PMDB e 02 do PSDB.

A pesquisa de 2008 foi fruto da pesquisa empírica por mim conduzida, no âmbito da minha dissertação de Mestrado, sob orientação do professor Yan de Souza Carreirão. Nesta pesquisa foram entrevistados, entre 01 de novembro de 2007 e 02 de abril de 2008, 39 deputados em Santa Catarina, sendo que 13 deputados são de partidos de direita: 6 – PFL, 6 – PP, 1 – PRB; e 18 são de partidos de centro, sendo 5 – PSDB e 13 – PMDB. Os 8 restantes são dos partidos de esquerda: 6 são do PT e 2 do PDT.

Os principais objetivos desta pesquisa são, a partir da análise das opiniões e atitudes dos deputados estaduais: 1) mapear os posicionamentos dos deputados catarinenses em relação a uma diversidade de temas; 2) verificar se o *continuum* esquerda-direita é um bom referencial para diferenciar os posicionamentos dos parlamentares dos diferentes partidos catarinenses e 3) verificar se está ocorrendo um processo de diluição das diferenças ideológicas entre os partidos catarinenses ao longo do período democrático recente, principalmente após as eleições de 2002.

As principais hipóteses a serem testadas são:

---

<sup>32</sup> A listagem dos deputados entrevistados nas três pesquisas e a íntegra dos questionários aplicados encontram-se no Anexo V e nos Apêndices, respectivamente.

H1) O *continuum* Direita-Esquerda continua sendo útil para a análise dos partidos políticos brasileiros, permitindo perceber certas semelhanças e diferenças significativas entre eles;

H2) No entanto, este referencial teve seu poder analítico reduzido, dado que as diferenças ideológicas entre os partidos se reduziram nos últimos anos;

H3) Especificamente: os deputados de partidos mais à direita apresentam posições mais liberais, do ponto de vista econômico; posições mais conservadoras no que concerne a temas como aborto, pena de morte, direitos dos homossexuais, etc; posições mais autoritárias no que se refere à possibilidade do Estado restringir manifestações populares, greves, etc. (Em conformidade com H2, espera-se que estes padrões sejam mais claros em relação aos deputados da legislatura 1986/90 do que em relação à legislatura atual).

Nesta análise, identificar-se-á as eventuais diferenças ideológicas entre os partidos políticos com mandato na Assembléia Legislativa de Santa Catarina, tomando como referência sua localização no *continuum* ideológico esquerda-direita e utilizando como indicadores as opiniões de seus deputados estaduais com relação a vários temas, como, por exemplo: aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal, atribuição às Forças Armadas de poder de polícia, atuação dos governos da América Latina, atuação dos Movimentos Sociais, desregulamentação do mercado de trabalho, direito irrestrito de greve, instituição da pena de morte, privatizações, proibição de troca de partido durante o mandato e utilização de medidas provisórias, etc. Do ponto de vista metodológico, estes indicadores foram reunidos em seis dimensões diferenciadas, que nos permitem organizar mais produtivamente a análise, sendo assim apresentadas:

**1 – Estatismo X Liberalismo Econômico**, onde foram reunidas as análises das questões que envolvem o Estado e as formas de governo (parlamentarismo x presidencialismo); o liberalismo; o papel do estado; as formas de gestão e outros. Tais análises podem fornecer uma “medida” das diferenças de opiniões entre as posições mais estatistas e as mais liberais, segundo os partidos a que pertencem os deputados.

**2 – Nacionalismo X Abertura para o Exterior**, onde foram reunidas as análises das questões sobre economia, globalização, blocos econômicos, políticas de caráter mais nacionalista, defesa da soberania Nacional.

**3 – Conservadorismo Social – Política Social e Trabalhista**, onde buscou-se tratar das questões sociais, e principalmente das questões trabalhistas e políticas de inclusão, de distribuição de renda e redução das desigualdades e da miséria.

**4 – Conservadorismo Social e Moral**, onde se concentrou a análise da defesa ou não das políticas democratizantes e posições mais duras ou mais flexíveis em relação aos assuntos de caráter cultural.

**5 – Democracia, Participação Política, Autoridade e Grau de concentração de poder**, contendo uma análise da democracia e das formas de acumulação e concentração de poder e as diversas maneiras de se aceitar e até de se incentivar a participação popular. Incluindo uma análise da autoridade como poder legítimo e das ações e práticas das lideranças constituídas.

**6 – Representação: Interesses Individuais, de Grupos ou de Todos?** onde a análise é centrada nas diferentes maneiras como os deputados percebem como deveria ser sua atuação como representantes, contrastando uma percepção que privilegia a atenção individual e buscando benefícios específicos aos eleitores, a uma percepção mais universalista, voltada para a produção de leis de caráter mais geral.

Para cada dimensão serão formuladas hipóteses, que serão testadas a partir da análise das opiniões dos deputados estaduais. Apenas para exemplificar, algumas das expectativas são as seguintes: deputados dos partidos de esquerda devem ser mais favoráveis à intervenção do governo na economia, à maior participação do governo nas políticas sociais, à defesa dos direitos trabalhistas; devem dar um maior apoio aos movimentos sociais e a formas variadas de participação popular, etc.

## 7 AS OPINIÕES POLÍTICAS DOS DEPUTADOS ESTADUAIS CATARINENSES

Antes de analisar as opiniões e as atitudes dos deputados dos partidos políticos catarinenses, a partir das dimensões apresentadas, será feita uma primeira análise, com base na autolocalização dos deputados no *continuum* direita-esquerda. A expectativa era que os deputados participantes das pesquisas pudessem se autolocalizar no “campo ideológico” no qual seu partido de origem está inserido, conforme as análises correntes da literatura.

**Tabela 5. Autolocalização ideológica do deputado, segundo posicionamento ideológico do partido (de acordo com a literatura)<sup>33</sup> (%)**

Ano da Pesquisa	Autolocalização ideológica do deputado	Posicionamento ideológico do partido (de acordo com a literatura)			TOTAL
		Direita	Centro	Esquerda	
1989	Esquerda	42	73	100	61
	Centro	58	18	-	35
	Direita	-	9	-	4
	Total (N)	(12)	(11)	(3)	(26)
2002	Esquerda	6	58	100	40
	Centro	72	42	-	49
	Direita	22	-	-	11
	Total (N)	(18)	(12)	(7)	(37)
2008	Esquerda	8	58	100	51
	Centro	50	32	-	31
	Direita	42	10	-	18
	Total (N)	(12)	(19)	(8)	(39)

Fontes: Pesquisas com Deputados Estaduais (1989, 2002 e 2008).

A evolução da autolocalização dos deputados no *continuum* direita-esquerda ao longo dos anos ocorreu de forma ambígua. No ano de 1989, 61% dos deputados se autodefiniram como sendo de esquerda, 35% como sendo de centro e apenas 4% como sendo de direita. Estes dados se alteram em 2002, quando 40% dos deputados se definiram como de esquerda, 49% como de

<sup>33</sup> Nesta pergunta, considera-se como esquerda os posicionamentos entre 1 e 4, centro 5 e 6 e direita posicionamentos entre 7 e 10. É necessário ressaltar que se outra forma de agrupamento das respostas fosse escolhida, como por exemplo: esquerda entre 1 e 3, centro entre 4 e 7 e direita entre 8 e 10, possivelmente haveriam conclusões diferentes das aqui chegadas. Mas acreditou-se que a forma aqui apresentada refletiria melhor a questão da autolocalização.

centro e 11% como de direita. Nota-se que o centro supera os de esquerda naquele ano. Mas em 2008, a maioria de deputados (51%) volta a se autodefinir como de esquerda,; os de centro são 31% e os de direita subindo para 18%.

A autolocalização dos deputados por segmento ideológico representa um dado muito significativo: somente os deputados dos partidos considerados de esquerda pela literatura corrente, se autolocalizam no espectro ideológico no qual seu partido é localizado. Em verdade 100% dos deputados dos partidos de esquerda se consideram de esquerda, nas três pesquisas, inclusive; mas são acompanhados: na pesquisa de 1989 por 73% de deputados de centro e 42% dos deputados de direita; na pesquisa de 2002 por 58% de deputados de centro e 6% dos deputados de direita, e; na pesquisa de 2008 por 58% dos deputados de centro e 8% dos deputados de direita. Isto posto, observa-se que os deputados dos partidos considerados de centro e de direita apresentam mais dificuldade em localizarem-se no campo onde seu partido é localizado predominantemente pela literatura, e a maioria acaba optando por outro segmento ideológico. No ano de 1989, 58% dos deputados dos partidos de direita<sup>34</sup> se autolocalizam como centro, e o mais interessante: 42% deles se autolocalizam como esquerda. Não havendo, naquele ano, nenhum deputado de partido de direita que assim se considere. Esta mesma manifestação já havia sido observada por Rodrigues (1987), quando em pesquisa junto aos deputados federais em 1987 não encontrou nenhum deputado que se autolocalizasse como ‘direita radical’ e apenas 6% se autodefiniram como moderados ou de centro-direita. Em 2002, os deputados dos partidos de direita já se posicionam em 22% como sendo de direita, mas o maior percentual concentra-se no centro, 72% deles. Em 2008 a configuração entre os deputados de direita ainda apresenta 50% optando pelo centro, mas já configura 42% com autolocalização na direita, e apenas 6% como esquerda.

A maioria dos deputados dos partidos de centro também não se coloca neste segmento do espectro ideológico. Em 1989, somente 18% se consideravam no centro, e 73% deles se autodefiniram como sendo de esquerda. Para 2002, apesar do centro ter subido para 42%, o restante (58%) se considerava de esquerda. Em 2008, os mesmos 58% se mantiveram como esquerda, mas os de direita aumentaram para 10%.

---

<sup>34</sup> Para não tornar o texto repetitivo, quando for mencionado “partido de direita” (etc), leia-se “partido considerado pela maioria da literatura como localizado à direita do espectro ideológico” (etc).

Foi no período dos anos 90 que as idéias neoliberais tomaram mais força, e foi o período onde muitos governos implementaram as políticas desta vertente ideológica. Entretanto, vinculavam-se os partidos de direita ao rótulo de conservadores, ou seja, políticos que desejariam manter o status quo. Desta forma, é possível imaginar que, os deputados dos partidos considerados de direita tinham bastante dificuldade em se rotularem como direita para não se caracterizarem conservadores, e buscavam se autolocalizar mais ao centro-esquerda do espectro ideológico, de forma a casarem seus posicionamentos com as novas idéias implementadas pelos governos da época.

Mainwaring et al. (2000) concluíram em suas pesquisas, que a maior aceitação do rótulo de liberal a partir dos anos 90, justificava-se pelo fato de que, naquela década, haveria uma maior aceitação das idéias neoliberais e estes mesmos deputados acabavam se autolocalizando mais à esquerda do que seus partidos de origem porque apresentavam uma dificuldade em aceitar para si o rótulo de conservadores.

A seguir são analisadas as opiniões dos deputados, agrupadas em torno das dimensões já mencionadas. Devido às discrepâncias encontradas no autoposicionamento ideológico dos deputados, daqui para frente, ao agrupar os deputados segundo seu posicionamento, será utilizada sempre a classificação dos partidos (como de esquerda, centro ou direita) feita na literatura.

## 7.1 ESTATISMO X LIBERALISMO ECONÔMICO

### ***7.1.1 Papel do Estado X Mercado***

Durante boa parte do século XX, o desenvolvimento do chamado Estado de Bem Estar impediu o avanço do liberalismo mundial, no entanto, nas últimas décadas do século passado, após a crise econômica em âmbito mundial e principalmente após o fim do socialismo no leste europeu, o liberalismo ressurgiu com novo vigor sob o nome de neoliberalismo. O chamado neoliberalismo, como crítica ao crescimento do papel do Estado na economia, já estava formulado pelo menos desde a década de 40, a partir de análises de Hayek e outros. Como a economia crescia, no mundo capitalista, entre as décadas de 40 e 70, estas idéias não tiveram

muito eco. A partir da crise econômica mundial após a década de 70, estas idéias passam a ganhar força, não só no debate acadêmico, mas, sobretudo, no debate político. Thatcher, Reagan e vários outros governantes passam a aplicar o receituário “neoliberal” a partir dos anos 80. Vale ressaltar que o liberalismo, enquanto sistema, está embasado no livre jogo das forças do mercado, na não interferência do Estado na economia, na livre iniciativa de indivíduos e grupos, na livre concorrência entre eles e no livre acesso à propriedade e ao lucro.

O ano de 1989 marcou uma fase mais objetiva do liberalismo mundial e da “afirmação como tendência dominante, de uma nova direita, neoliberal, a partir das contribuições da escola austríaca (Hayek, Von Mises), dos monetaristas (Friedman, Phelps, Johnson), dos novos clássicos relacionados com as expectativas racionais (Lucas e Sargent) e da escola da escolha pública (Buchanan, Olson, Tullock, Niskanen)” (BRESSER-PEREIRA, 1990), especialmente nas Américas, momento do desenvolvimento do chamado Consenso de Washington<sup>35</sup>.

Essa nova visão teórica e economicista é partilhada pelas agências multilaterais em Washington, o Tesouro, o FED<sup>36</sup> e o Departamento de Estado dos Estados Unidos, os ministérios das finanças dos demais países do G-7<sup>37</sup> e os presidentes dos 20 maiores bancos internacionais constantemente ouvidos em Washington; e contou com a participação de integrantes do Instituto de Economia Internacional e Washington, do Banco Mundial, do Banco Internacional de Desenvolvimento e do Fundo Monetário Internacional; e também representantes dos EUA, países da América Latina, Central e Caribe.

---

<sup>35</sup> “Segundo Williamson (1990, p. 8-17 apud Bresser-Pereira, 1990), o ‘consenso de Washington’ é constituído de 10 reformas: a) disciplina fiscal visando eliminar o déficit público; b) mudança das prioridades em relação às despesas públicas, eliminando subsídios e aumentando gastos com saúde e educação; c) reforma tributária, aumentando os impostos se isto for inevitável, mas “a base tributária deveria ser ampla e as taxas marginais deveriam ser moderadas”; d) as taxas de juros deveriam ser determinadas pelo mercado e positivas; e) a taxa de câmbio deveria ser também determinada pelo mercado, garantindo-se, ao mesmo tempo, que fosse competitiva; f) o comércio deveria ser liberalizado e orientado para o exterior (não se atribui prioridade à liberalização dos fluxos de capitais); g) os investimentos diretos não deveriam sofrer restrições; h) as empresas públicas deveriam ser privatizadas; i) as atividades econômicas deveriam ser desreguladas; j) o direito de propriedade deve ser tornado mais seguro. Observe-se que as cinco primeiras reformas poderiam ser resumidas em uma: promover a estabilização da economia através do ajuste fiscal e da adoção de políticas econômicas ortodoxas em que o mercado desempenhe o papel fundamental. As cinco restantes são formas diferentes de afirmar que o Estado deveria ser fortemente reduzido. Esta lista de reformas é, portanto, perfeitamente coerente com o diagnóstico de que a crise latino-americana origina-se na indisciplina fiscal (populismo econômico) e no estatismo (protecionismo nacionalista)”.

<sup>36</sup> O Banco central dos Estados Unidos: Federal Reserve. Disponível em: <<http://www.federalreserve.gov/>>

<sup>37</sup> O G7 é um grupo internacional que reúne os sete países mais industrializados e desenvolvidos economicamente do mundo: Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá.

Para Bresser-Pereira (1990), a abordagem do Consenso de Washington delinea duas causas para a crise latino-americana, a saber:

a) o excessivo crescimento do Estado, traduzido em protecionismo (o modelo de substituição de importações), excesso de regulação e empresas estatais ineficientes e em número excessivo; e b) o populismo econômico, definido pela incapacidade de controlar o déficit público e de manter sob controle as demandas salariais tanto do setor privado quanto do setor público.

Com a implementação da cartilha do Consenso de Washington, as reformas no curto prazo deveriam combater o populismo econômico e alcançar a estabilização e o equilíbrio fiscal. Já em médio prazo ou estruturalmente, a idéia é adotar uma estratégia de crescimento baseada na redução do tamanho do Estado, na liberalização do comércio internacional e na promoção das exportações.

Uma das principais diretrizes é o processo das privatizações, ocorrido em grande número nos anos 90 em vários países da América Latina. Em retrospectiva, no Brasil na década de 80 houve 38 reprivatizações<sup>38</sup>, de empresas que haviam sido absorvidas pelo Estado, na maioria dos casos, em função de dificuldades financeiras. Naquele momento, ainda não havia por parte do governo a intenção de implementar um programa em larga escala.

O governo Collor<sup>39</sup>, adotando o ideário liberal ou neoliberal, criou, em 1990, o Programa Nacional de Desestatização, que autorizava a alienação da totalidade ou parte das ações representativas do controle do capital social de empresas estatais federais, com a exclusão daquelas que, pela Constituição, exploravam atividades monopolizadas pela União (como a PETROBRAS, a ELETROBRÁS e a TELEBRÁS).

Desta forma, a privatização tornou-se parte integrante das reformas econômicas iniciadas pelo governo. A magnitude e escopo das privatizações foram significativamente ampliados. A partir de 1995, com o início do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, uma maior prioridade é conferida à privatização: entre os anos de 1995 e 1996 mais 19 empresas foram

<sup>38</sup> Os dados a seguir são do Histórico das Privatizações do governo, disponível no sítio da Internet do BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento: <<http://www.bndes.gov.br/privatizacao/resultados/historico/history.asp>>.

<sup>39</sup> Governo do presidente Fernando Collor de Mello, de 1990 à outubro de 1992, que foi afastado do cargo através do processo de *Impeachment*. Collor modificou a Medida Provisória baixada em 15.1.1989, de n.º 26, transformando-a na Lei n.º 8.031, de 12.4.1990.



privatizadas. O PND é apontado como um dos principais instrumentos de reforma do Estado, sendo parte integrante do programa de governo.

Em 1997 ocorre a venda da Cia. Vale do Rio Doce, e em 2002 foi realizada a oferta pública global de 78 milhões de ações ordinárias da Cia. Vale do Rio Doce - CVRD, tendo sido considerada a maior operação de venda de ações realizada no Brasil, em número de compradores. Entre as empresas cogitadas para privatização naquele período, a Petrobras<sup>40</sup> foi a que recebeu maior relutância por parte da sociedade brasileira.

O pesquisador do Instituto Ipsos Brasil, Carlos Marchi (2007)<sup>41</sup> afirmou na pesquisa “Maioria é contra privatizações” para o Jornal ‘O Estado de São Paulo’ que a maioria da população condena uma hipotética privatização do Banco do Brasil (77%), da Caixa Econômica Federal (78%) e da Petrobras (78%).

Como aponta Castañeda (1994, p. 31-32 apud FERNANDES, 1995, p. 108-109), ao discutir as principais diferenças entre esquerda e direita na América Latina, estas propostas neoliberais (bom funcionamento do mercado, priorizando políticas de livre mercado e pretendendo atrair investimentos estrangeiros, com instituições financeiras que não sofram influência do Estado, etc) são prioridades da direita.

Com base nesta discussão acima, as hipóteses a serem testadas, quanto às opiniões dos deputados catarinenses são:

H1: Espera-se que as privatizações e a transformação do Banco Central em instituição financeira independente sejam mais prioritárias para deputados de partidos de direita do que para deputados de partidos de esquerda, ficando os de partidos de centro em posição intermediária;

H2: Ao longo do tempo a opinião de que as privatizações de empresas estatais têm grande prioridade deve declinar, pois, à medida que o processo foi avançando, a privatização das

<sup>40</sup>A Petrobras é uma sociedade anônima de capital aberto, que atua de forma integrada nos seguintes segmentos da indústria de óleo, gás e energia: exploração e produção, refino, comercialização, transporte e petroquímica, distribuição de derivados, gás natural, biocombustíveis e energia elétrica. Líder do setor petrolífero brasileiro vem expandindo suas operações para estar entre as cinco maiores empresas integradas de energia do mundo até 2020. É também notório o pioneirismo e a liderança mundial da Petrobras na pesquisa e exploração de petróleo em águas profundas.

<sup>41</sup> MARCHI, Carlos. Maioria é contra privatizações, aponta pesquisa. Levantamento ‘Estado’/Ipsos indica que 62% do eleitorado era contra e apenas 25% a favor, em novembro de 2007. São Paulo: Economia & Negócios, O Estado de S. Paulo, 11 novembro de 2007. Disponível em: <<http://txt.estado.com.br/editorias/2007/11/11/eco1.93.4.20071111.1.17.1.xml>>. Acesso em: 09 Mai 2008.

empresas estatais ainda não privatizadas adquiriu menor prioridade do que anteriormente (num contexto em que o Estado detinha um conjunto muito grande de empresas);

H3: Após anos de intenso debate sobre a validade, a legitimidade e a rentabilidade das privatizações, o debate acerca da revisão das mesmas ganhou certo fôlego no final dos anos 90. A tendência, desde cedo, dos deputados dos partidos de esquerda de posicionarem-se contrários às privatizações deve manter-se no tocante às revisões, sendo que os deputados dos partidos de direita deverão posicionar-se contrários à revisão de uma das políticas que era o carro-chefe de seus governos até então;

H4: A tendência é que, ao longo do tempo analisado o debate sobre a revisão das privatizações já ocorridas e concretizadas, perca consistência em todos os segmentos ideológicos, incluindo a esquerda, considerando a não centralidade deste debate e seu distanciamento do momento de criação do Plano Nacional de Desestatização;

Para testar estas hipóteses e medir o grau de estatismo (ou, inversamente, de liberalismo econômico) dos deputados estaduais catarinenses, são utilizadas as questões abaixo relacionadas ao quesito privatização (em geral e de empresas importantes, como a Petrobras), a prioridade na sua revisão e o papel dos bancos neste processo<sup>42</sup>.

Doutro modo, ao final, foi criado um índice de estatismo, relacionando o papel do Estado e do mercado, utilizando-se as respostas dos deputados estaduais, no ano de 2008, à pergunta de número 30 do questionário: Sobre quem deveria administrar (Opções: Só o governo, Mais o governo do que as empresas, Mais as empresas do que o governo ou Só as empresas) as diversas políticas públicas citadas (educação, saúde, aposentadoria e previdência social, transporte, estradas e rodovias, fornecimento de água, serviços de esgoto, recolhimento de lixo, energia elétrica e bancos). Conforme todas as demais análises, supõem-se que o maior grau de estatismo encontre-se entre os deputados de esquerda.

---

<sup>42</sup> Algumas perguntas analisadas aparecem no questionário de maneira agrupada em uma única questão, como subitens a serem abordados, mas para melhor visualização e compreensão, foram transcritas abaixo de maneira individual.

1. Numa escala de 1 (um) a 10 (dez), onde o 1 significasse prioridade mínima e o 10 prioridade máxima, que nota o (a) Sr.(a) daria à privatização de empresas estatais ainda não privatizadas<sup>43</sup>?
2. Gostaríamos de saber qual sua opinião com relação à estatização dos bancos (Contrário/Favorável).
3. Numa escala de 1 (um) a 10 (dez), onde o 1 significasse prioridade mínima e o 10 prioridade máxima, que nota o (a) Sr.(a) daria à transformação do Banco Central em instituição financeira independente?
4. Suponhamos que o (a) Sr. (a) tivesse de votar as seguintes medidas que vou mencionar, o Sr(a) votaria a favor ou contra a privatização da Petrobras?
5. Numa escala de 1 (um) a 10 (dez), onde o 1 significasse prioridade mínima e o 10 prioridade máxima, que nota o (a) Sr.(a) daria à revisão das privatizações de empresas estatais?

Para a análise dos dados<sup>44</sup> que vêm a seguir, são necessárias algumas observações metodológicas<sup>45</sup> no intuito de explicar de que modo os dados foram tratados.

---

<sup>43</sup> Na pesquisa de 1989 a pergunta era: “Numa escala de 1 (um) a 10 (dez), que prioridade o Sr. daria às seguintes medidas: (1) Privatização das empresas estatais?” Naquele ano, o PND – Plano Nacional de Desestatização ainda não havia sido criado, o que ocorreu somente em 1990, portanto, não era possível falar de privatizações no mesmo sentido que 2002 e 2008. Nestes anos, a pergunta realizada incorporou a seguinte frase: “ainda não privatizadas”, pois a onda de privatizações mais intensa ocorreu na década de 90. A partir do ano 2000, o número de empresas ainda não privatizadas era bem menor. Considerando estas ressalvas, manteve-se os dados agrupados na Tabela 6 para melhor visualização dos dados. Entretanto, leva-se em consideração no processo de análise os diferentes períodos e formatos que as pesquisas tiveram.

<sup>44</sup> Para melhor visualização dos dados colhidos é apresentada uma Tabela para todos os dados disponíveis de cada questão, sendo que, em geral, quando nas Tabelas apresentadas, não houver dados relativos a uma das pesquisas, é porque a pergunta correspondente não foi contemplada naquela pesquisa, como exemplo, na Tabela 7 não aparecem dados para o ano de 2002, pois naquela pesquisa, os deputados não foram questionados acerca da estatização dos bancos. Quando o número de casos apresentado em uma tabela for inferior ao total de questionários aplicados em uma dada pesquisa, isso se deve a uma não resposta de algum(ns) deputado(s) em relação àquela pergunta.

<sup>45</sup> Com intuito de facilitar a análise dos dados e principalmente sua comparação e visualização, optou-se pela operacionalização das variáveis de respostas da seguinte forma: nas pesquisas as variáveis que se apresentavam como porcentagem, em escala de 01 (um) a 10 (dez), (onde o 1 significasse prioridade mínima e o 10 prioridade máxima), foram invertidas para facilitar a comparação entre todos os questionários e transformadas, ficando assim representadas: 1 e 2 para a opção ‘muito alta’, 3 e 4 para a opção ‘alta’, 5 e 6 para a opção ‘média’, 7 e 8 para a opção ‘baixa’ e 9 e 10 para a opção ‘muito baixa’. Posteriormente, optou-se pela simplificação de maneira agrupada, sendo que as categorias ‘muito alta’ e ‘alta’ ficaram representadas pela nomenclatura ‘alta’, as categorias ‘baixa’ e ‘muito baixa’, pela nomenclatura ‘baixa’ e a categoria ‘média’ permaneceu inalterada. Esta configuração aparece tanto nas Tabelas como também nas análises textuais dos dados.

As questões das pesquisas de 2002 e 2008 foram configuradas de maneira igual, sem nenhuma alteração, entretanto na pesquisa de 1989 algumas questões apresentam algumas alterações, que serão mencionadas ao longo da análise.

A Tabela 6 apresenta os dados referentes às opiniões dos deputados, quanto à prioridade das privatizações das empresas estatais. Os deputados foram agregados segundo o posicionamento ideológico dos partidos a que eram filiados (de acordo com a classificação explicitada no capítulo 6).

Os dados mostram que a evolução das opiniões do conjunto dos deputados não teve um sentido unívoco: em 1989, apenas 10% dos deputados viam a privatização de empresas estatais como sendo de alta (ou muito alta) prioridade. Este percentual cresce para 16% em 2002, mas declina para 8% em 2008.

**Tabela 6. Prioridade para privatização de empresas estatais (ainda não privatizadas), segundo posicionamento ideológico do partido a que pertence o deputado**

Ano da Pesquisa	Prioridade	Posicionamento Ideológico do Partido			TOTAL
		Direita	Centro	Esquerda	
1989	Baixa ou Muito Baixa	88	64	33	74
	Média	6	27	33	16
	Alta ou Muito Alta	6	9	33	10
	Total (N <sup>46</sup> )	(17)	(11)	(3)	(31)
2002	Baixa ou Muito Baixa	44	83	100	68
	Média	28	8	-	16
	Alta ou Muito Alta	28	8	-	16
	Total (N)	(18)	(12)	(7)	(37)
2008	Baixa ou Muito Baixa	42	72	100	68
	Média	42	22	-	24
	Alta ou Muito Alta	17	6	-	8
	Total (N)	(12)	(18)	(8)	(38)

Fontes: Pesquisas com deputados estaduais (1989, 2002 e 2008).

Entre os deputados de partidos de direita, ocorreu evolução semelhante: os que consideravam as privatizações como uma prioridade eram 6% em 1989, 28% em 2002 e 17% em 2008.

<sup>46</sup> Os valores entre parênteses representam números absolutos de casos (totais). Os demais valores são percentuais, calculados sobre estes totais, em cada pesquisa. Isso vale para as demais tabelas.

Estes dados demonstram que a opinião dos deputados dos partidos de direita segue a tendência geral, conforme o período pesquisado. Entretanto, os dados levantados junto aos deputados dos partidos de esquerda não seguem tal padrão. Em 1989, cada categoria recebeu 33% da opinião dos deputados. Estes dados alteram-se em 2002, passando a opinião de 100% dos deputados para baixa prioridade, e esta mesma linha se mantém na pesquisa de 2008.

Estes dados parecem mostrar que em 1989 os deputados de esquerda eram mais privatistas do que eram em 2002 ou 2008. Talvez o baixo número de casos de deputados de esquerda em 1989 possa ter influenciado estes percentuais, já que os 33% em cada grau de prioridade correspondem apenas a um caso em cada variável, o que gera uma possibilidade maior destes deputados não representarem bem as opiniões de seus partidos, como seria se o número de casos fosse maior. Doutro modo, em 1989, dos três deputados dos partidos de esquerda, um era do PT e dois do PDT, nos demais anos, os deputados petistas tornaram-se a representação da maioria no quadrante da esquerda, o que poderia ter influenciado o resultado das pesquisas. No caso em tela, os deputados pedetistas dividiram-se entre alta e média prioridade, enquanto o deputado petista defendeu uma baixa prioridade nas privatizações.

Tomando como referência as hipóteses formuladas, pode-se concluir que a proposição de que as privatizações seriam mais prioritárias para os partidos de direita do que para os de esquerda, é válida para 2002 e 2008, mas não para 1989, já que neste ano foi justamente entre os deputados de esquerda que as privatizações foram consideradas mais prioritárias<sup>47</sup>. Esta última conclusão, porém, é prejudicada pelo baixo número (absoluto) de deputados de esquerda (apenas três), o que traz problemas de representatividade dos casos analisados.

Já a segunda hipótese não foi corroborada para o conjunto dos deputados. Embora não haja um sentido unívoco de crescimento ou declínio do grau de prioridade atribuído pelo conjunto dos deputados ao longo do tempo, em 1989 é que houve a maior proporção de deputados que achavam que as privatizações tinham baixa prioridade - quando o esperado pela

---

<sup>47</sup> As correlações (gama) entre o posicionamento ideológico dos deputados e o grau de prioridade dado às privatizações foram altas e estatisticamente significativas. Para não sobrecarregar o texto, será mencionado apenas se as associações entre variáveis são (ou não) estatisticamente significativas, ao nível de 0,05. Os valores dos coeficientes de associação entre as variáveis e das probabilidades de significância (ver Barbetta, 2001, p. 198) são apresentados nas Tabelas Anexas 1 e 2 (relativas às Tabelas e Gráficos ao longo do texto, respectivamente). Para testar a significância estatística da associação entre variáveis, será usado o coeficiente gama (de Goodman e Kruskall), quando as variáveis forem ordinais; quando pelo menos uma delas for nominal será usado o coeficiente de contingência (Barbetta, 2001, p 260-266).

hipótese é que neste ano (comparado às demais pesquisas) deveria haver um maior percentual de deputados que achassem que a medida era prioritária. Entre os deputados de partidos de esquerda, a hipótese se confirma; mas não entre os demais (especialmente os de partidos de direita). Esse posicionamento, entretanto, pode ter explicação nas observações anteriormente levantadas. De toda forma, as diferenças entre um ano e outro não são muito grandes, no total do eleitorado.

Considerando o âmbito temporal das pesquisas, o significado do processo de privatização é diferente hoje, após um grande número de privatizações, do que era em 1989, quando as privatizações ainda estavam praticamente no início.

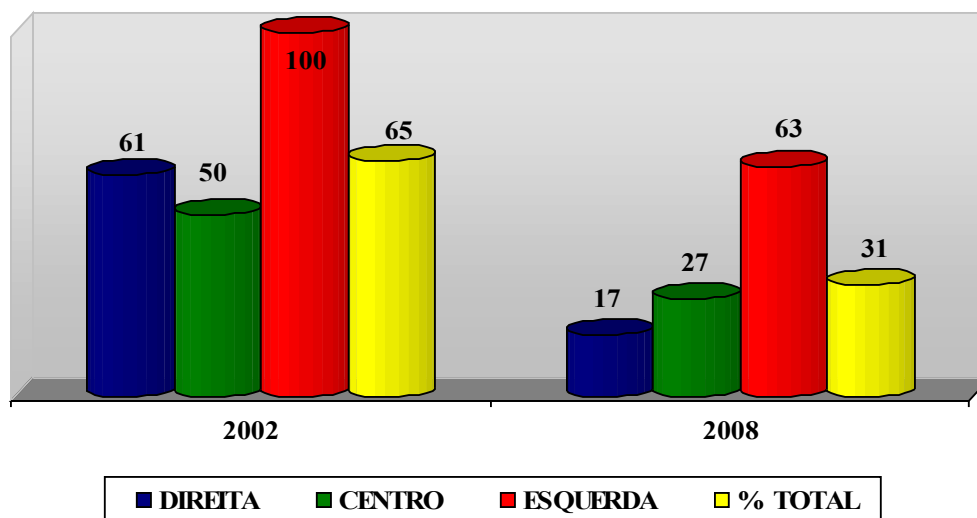
É provável que em 1989, período da primeira pesquisa, o baixo percentual de respostas afirmativas sobre a prioridade das privatizações decorra do fato de que o PND (Plano Nacional de Desestatização) somente foi criado em abril de 1990. Outra possibilidade é que o clima geral logo após a promulgação da nova Constituição Federal em 1989 não era tão propício ao debate das privatizações, que vai se aprofundar somente na metade de década de 90.

Com o passar do tempo, a opinião sobre as privatizações de empresas estatais tem sofrido diversas influências e alterações e muitos deputados passaram a questionar os modelos de governos mais privatistas. Quando se comparam os dados das duas últimas pesquisas, 2002 e 2008, observa-se que, nos dois anos, são os deputados de partidos esquerda, seguidos dos de partidos de centro e, por último dos de partidos de direita, que acham de alta prioridade a revisão das privatizações; havendo então um declínio dos percentuais de deputados, de todos os posicionamentos ideológicos, que achavam de alta prioridade esta medida (Gráfico 1).

Na média geral, o declínio foi de 65% para 31%, um declínio significativo, que poderia ter explicação na questão temporal, ou seja, muitos deputados e até mesmo alguns partidos acabaram por desistir da revisão das privatizações visto que já havia se passado um relativo período; até por que, em 2002 eram mais recentes as denúncias quanto à lisura dos processos de privatização. Parte da motivação de revisar as privatizações decorre de que, naquele momento, haviam questionamentos não só às privatizações (em si), mas à forma como algumas delas teriam acontecido. Desta forma, com o passar do tempo, e com o maior distanciamento (temporal) em relação àquelas denúncias diminuiriam também a prioridade na revisão.

O Gráfico 1 apresenta claramente as diferenças das opiniões apresentadas pelos deputados nos anos de 2002 e 2008.

**Gráfico 1. Porcentagem de deputados que consideram 'alta' prioridade para a revisão das privatizações das empresas estatais, segundo posicionamento ideológico do partido a que pertence o deputado (2002-2008)**



Em 2002, período mais contíguo às privatizações e ano de privatização da Cia. Vale do Rio Doce - CVRD, a 'alta' prioridade quanto à revisão das privatizações era maior junto aos deputados dos partidos de esquerda, atingindo 100% e igualmente era grande entre os deputados dos partidos de direita e de centro, 61% e 50%, respectivamente. De fato, essa situação se apresenta inesperada, visto que no período em questão, as privatizações eram realizadas por um governo de centro-direita, que deveria ter suas ações apoiadas pelos representantes dos seus partidos. O fato de mais da metade dos deputados dos partidos de centro e direita apoiarem uma revisão das privatizações contradiz esta expectativa.

Seguindo as mesmas considerações anteriores, em 2008, entre os deputados de esquerda cerca de 63% indicavam a revisão das privatizações já realizadas como de 'alta' prioridade. Já entre os deputados de centro e direita estes percentuais caem para 27% e 17%, respectivamente. De toda forma, a associação entre o posicionamento ideológico dos deputados e o grau de prioridade dado à revisão das privatizações não foi estatisticamente significativa em nenhum dos dois anos.

Alguns pesquisadores supõem que estas mudanças no posicionamento dos deputados dos partidos de esquerda após a sua ascensão ao governo são provenientes de uma mudança de

posicionamento ideológico enfrentada pelo principal partido de esquerda, o PT. Para estes pesquisadores, foi esta mudança para uma linha mais moderada que alterou diversos posicionamentos até históricos da sigla e de seus representantes, o que justificaria a mudança de posicionamento dos deputados de esquerda com relação à prioridade da revisão das privatizações. Dentre os deputados entrevistados, um do PT e um do PDT apresentam baixa prioridade na revisão das privatizações. Esse não é um número elevado, mas é um número representativo, visto que refere-se à metade dos deputados do PDT entrevistados e 1/6 dos deputados do PT. De qualquer modo, a maioria dos deputados dos PT continua apoiando a revisão das privatizações, mesmo com o passar dos anos.

A Tabela 7 indica que ocorreram mudanças significativas entre 1989 e 2008 no posicionamento do conjunto de deputados sobre a estatização dos bancos, representando uma diminuição de 87% dos contrários em 1989, para 68% em 2008. Nos dois momentos há uma grande maioria dos deputados de partidos de centro e direita contrários à estatização dos bancos. As oscilações estão concentradas nas opiniões dos deputados dos partidos de esquerda; que em 1989, eram 33% favoráveis à estatização dos bancos, e em 2008, este dado altera-se para uma parcela de 75% dos deputados. O baixo número de representantes da esquerda, principalmente em 1989 dificulta a representação das opiniões. Em 1989, o deputado petista entrevistado era favorável à estatização dos bancos, ficando entre os pedetistas a posição contrária. Já em 2008, cinco dos seis petistas também opinaram pela estatização dos bancos, enquanto os pedetistas dividiram-se (50%) para cada resposta. Desta forma, a mudança nos percentuais deriva-se da composição da bancada de esquerda, que em 1989 era predominantemente do PDT, enquanto em 2008 o PT predomina<sup>48</sup>.

---

<sup>48</sup> Essas alterações entre a representação majoritária das bancadas estudadas podem refletir indicações relevantes ao trabalho. Infelizmente, não houve tempo de um estudo aprofundado para todos os grupos ideológicos. Seria importante, por exemplo, investigar o posicionamento, ao longo dos anos, dos deputados de centro e da direita também, o que poderá ser realizado na continuidade deste trabalho.



**Tabela 7. Opinião dos deputados sobre a estatização dos bancos, segundo posicionamento ideológico do partido a que pertence o deputado**

Ano da Pesquisa	Opinião	Posicionamento Ideológico do Partido			TOTAL
		Direita	Centro	Esquerda	
1989	Contrário	100	73	67	87
	Favorável	-	27	33	13
	Total (N)	(16)	(11)	(3)	(30)
2008	Contrário	91	74	25	68
	Favorável	9	26	75	32
	Total (N)	(11)	(19)	(8)	(38)

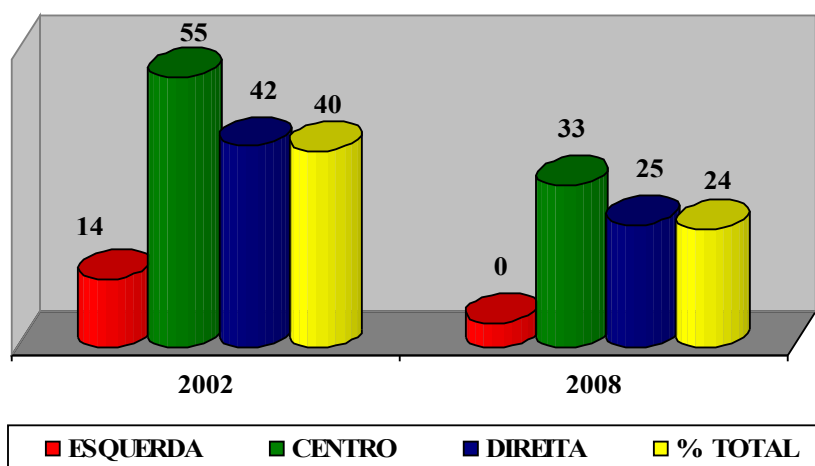
Fontes: Pesquisas com deputados estaduais (1989 e 2008).

Os dados de 2008 corroboram a hipótese de que a estatização dos bancos é mais prioritária para deputados de partidos de esquerda do que para deputados de partidos de direita; a associação entre as variáveis é no sentido esperado e estatisticamente significativa. Mas em 1989, os deputados de todos os partidos, mesmo que em graus diferenciados, em sua maioria eram contrários à estatização dos bancos. Disso resultou uma associação estatisticamente não-significativa.

No que se refere à proposta de transformação do Banco Central em instituição financeira independente, entre 2002 e 2008 houve uma redução nos percentuais de deputados (de todos os posicionamentos ideológicos) que estabeleciam uma alta prioridade à medida. No conjunto dos deputados eram 40% os que achavam de alta prioridade em 2002; esse percentual caiu para 24% em 2008 (Gráfico 2). Na pesquisa de 2002, 42% dos deputados dos partidos de direita acreditavam que a transformação do Banco Central em instituição financeira independente era de ‘alta’ prioridade. Observa-se que esta prioridade vem diminuindo nos últimos anos, chegando em 2008, a apenas 25%. Já entre os deputados dos partidos de esquerda, em 2002, 14% destes consideravam ‘alta’ a prioridade desta modificação, número que caiu para 0% em 2008.

Estes dados permitem verificar que tanto em 2002 quanto em 2008 eram os deputados de centro que davam mais prioridade à transformação do banco central em instituição independente, seguidos dos deputados de direita e, por último, dos de esquerda. Só em 2008, porém, a associação entre as variáveis (posicionamento ideológico e opinião sobre o tema) foi estatisticamente significativa.

**Gráfico 2. Porcentagem de deputados que consideram 'alta' prioridade na transformação do Banco Central em instituição financeira independente, segundo o posicionamento ideológico do partido a que pertence o deputado**



A hipótese de que a tendência de priorizar a transformação do Banco Central em instituição financeira independente seria prioridade dos deputados dos partidos de direita, foi parcialmente corroborada, visto que os dados demonstram que o maior número desta tendência concentra-se nos deputados dos partidos de centro, apesar de que os dados dos deputados dos partidos de direita são bastante semelhantes àqueles. Mas foi corroborada junto aos deputados dos partidos de esquerda que apresentaram uma maior concentração na opinião de 'baixa' prioridade. Quanto à evolução da opinião em relação a este tema, é possível levantar-se uma hipótese parcial, de que o declínio do percentual ocorrido entre os deputados deva-se ao fato de que o Banco Central brasileiro, apesar de não ser formalmente independente, tenha consolidado, nos últimos anos, um espaço próprio de decisão, e as suas afirmações e ações são hoje respeitadas e ouvidas até mesmo pelo atual governo, até com um certo grau de autonomia.

Na pesquisa de 2002, o percentual de deputados que se posicionaram contrários à privatização da Petrobras era de 89%, tendência que aumentou para 95% do total dos deputados entrevistados em 2008, independentemente de sua filiação partidária (Tabela 8).

**Tabela 8. Opinião dos deputados sobre a privatização da Petrobras, segundo posicionamento ideológico do partido a que pertence o deputado**

Ano da Pesquisa	Opinião	Posicionamento Ideológico do Partido			TOTAL
		Direita	Centro	Esquerda	
2002	Contrário	78	100	100	89
	Favorável	22	-	-	11
	Total (N)	(18)	(12)	(7)	(37)
2008	Contrário	92	95	100	95
	Favorável	8	5	-	5
	Total (N)	(12)	(19)	(8)	(39)

Fontes: Pesquisas com deputados estaduais (2002 e 2008).

Em 2002, foi possível encontrar 22% de deputados dos partidos de direita a favor da privatização da empresa, tendência que declinou para 8% em 2008. Junto aos deputados de centro, os dados revelam uma acanhada alteração na tendência, pois em 2002, 100% dos deputados concentravam-se no posicionamento contrário à privatização da Petrobras, mas em 2008, esse número declinou para 95%. Nos dois anos de pesquisa, os deputados dos partidos de esquerda mantiveram-se 100% contrários a privatização da Petrobras.

Segundo indicam os dados do pesquisador Carlos Marchi (2007), 78% da população brasileira é contrária à privatização de empresas como o Banco do Brasil, a Caixa Econômica e a Petrobras. Uma das hipóteses deste posicionamento tão elevado na variável ‘contrário’ à privatização da Petrobras em todas as vertentes ideológicas pode estar relacionada aos dados encontrados nesta pesquisa, pois a tendência é que a opinião do eleitorado influencie também a tendência do posicionamento dos deputados frente a questionamentos importantes. Ou mesmo pelos dados tão favoráveis que a empresa apresenta, constituindo-se em uma das empresas mais rentáveis e bem administradas do país, o que dificultaria a argumentação corrente entre os privatistas, de que o governo deve se liberar das empresas que não geram lucros e rentabilidade.

A fraca inclinação dos deputados dos partidos de direita, apenas 8% em 2008, a serem favoráveis à privatização da Petrobras; seguidos pelos deputados dos partidos de centro (5% em 2008), indicam que neste caso a hipótese (H3) também não se confirma para os deputados de centro e direita, pois sua tendência seria aprovar mais as privatizações. Tanto em 2002 quanto em 2008 a associação entre posicionamento ideológico e opinião quanto à privatização da Petrobras

foi estatisticamente não significativa. Com relação à privatização da Petrobras, uma empresa controlada pela União, que atualmente responde pela quase totalidade da oferta de derivados desse produto no Brasil, talvez por ser considerada uma empresa num setor estratégico, a empresa receba um tratamento especial no que tange ao nacionalismo. Ou ainda, por todas as manchetes jornalísticas, que há anos apresentam os fabulosos lucros<sup>49</sup> desta estatal. Outra possibilidade traduz-se no fato de que a Petrobras originou-se e foi criada com base numa campanha de caráter nacionalista (“O Petróleo é Nosso”) bastante forte.

Não somente no que tange os vultosos lucros, mas a eficiência desta estatal é um dos argumentos contra sua privatização; é importante ressaltar que, desde dezembro de 2006, a empresa passou a compor o Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa, um seletivo grupo que agrega as mais bem administradas empresas brasileiras.

Sobre o grau de estatismo<sup>50</sup> proposto a partir dos questionamentos sobre administração de políticas públicas (de educação, saúde, transporte, etc), cruzando o índice de estatismo com o posicionamento ideológico dos partidos a que pertencem os deputados chegamos à seguinte tabela:

**Tabela 9. Índice de Estatismo, segundo posicionamento ideológico do partido a que pertence o deputado (%) (2008)**

Índice de Estatismo	Posicionamento Ideológico do Partido			TOTAL
	Direita	Centro	Esquerda	
Baixo (6 a 17)	55	21	13	29
Médio (18 a 22)	45	58	13	45
Alto (23 a 30)		21	75	26
Total (N)	(11)	(19)	(8)	(38)

Coef. Gama = 0,725 (Sign. = 0,000).

<sup>49</sup> Sobre lucros e rentabilidade da Petrobras ver: <[http://www2.Petrobras.com.br/ri/port/ConhecaPetrobras\\_RelatorioAnual/pdf/RelatorioAnual\\_2007.pdf](http://www2.Petrobras.com.br/ri/port/ConhecaPetrobras_RelatorioAnual/pdf/RelatorioAnual_2007.pdf)>. Acesso em 09 Jun 2008.

<sup>50</sup> O índice foi assim criado: 1º) as opções de resposta a cada um dos itens foi assim recodificado: Só as empresas = 0; Mais as empresas do que o governo = 1; Mais o governo do que as empresas = 2; Só o governo = 3; demais respostas = missing. (É como se atribuíssemos uma “nota” para o grau de estatismo de cada resposta, variando de zero (só as empresas) a três (só o governo); 2º) foi criado um índice de estatismo, somando, para cada deputado, os pontos referentes às respostas a cada item. Os índices resultantes poderiam variar de zero (caso de um deputado que respondesse sempre “só as empresas”) a 30 (caso de um deputado que respondesse sempre “só o governo”) em todos os 10 itens. Efetivamente, porém, os índices resultantes variaram de 6 a 30; 3º) o índice foi recodificado, criando-se três grupos, distribuídos de forma a que cerca de 1/3 dos deputados ficasse em cada um deles: baixo (6 a 17); médio (18 a 22) e alto (23 a 30). A definição das políticas públicas abordadas na construção do Índice de estatismo, foi baseada na pergunta 30 do questionário aplicado aos deputados estaduais catarinenses no ano de 2008, disponível para consulta no Apêndice.

As diferenças entre o posicionamento dos deputados são bastante significativas: os deputados de esquerda são bem mais estatistas do que os deputados de centro e de direita, como se esperava, chegando o alto índice a 75%. O médio índice de estatismo ficou maior entre os deputados do centro, sendo que entre os deputados de direita a maior proporção (55%) encontra-se no baixo índice de estatismo.

### ***7.1.2 Gestão do Estado***

Posteriormente à análise do papel do Estado frente aos mercados, é necessário fazer uma análise quanto à gestão deste Estado, e à maneira como são conduzidas as políticas definidas.

Segundo Castañeda (1994, p. 31-32 apud FERNANDES, 1995, p. 108-109), o posicionamento dos deputados dos partidos de direita estaria mais vinculado ao controle da inflação e a um maior rigor fiscal do que os deputados dos partidos de esquerda. Doutro modo, para Mainwaring et al. (2000), os partidos de esquerda estariam mais preocupados com o papel fomentador do Estado, conferindo a ele a responsabilidade nos gastos públicos<sup>51</sup>.

É preciso compreender que, para uma parcela de estudiosos das teorias administrativas<sup>52</sup>, o controle sobre o que se arrecada e o que se gasta é fundamental para uma boa administração, tanto do nosso salário, do nosso lar, como o do Estado/Nação. Para eles, é necessário estabelecer o equilíbrio entre o que se arrecada e o que se gasta nas administrações públicas. A solução para a gestão adequada das despesas públicas envolve não apenas ações sobre o seu aspecto quantitativo, mas, sobretudo a adoção de mecanismos e instrumentos que lhe confirmem eficiência, eficácia e economicidade no seu aspecto qualitativo.

Órgãos como os TC – Tribunais de Contas Estaduais e da União<sup>53</sup> – e o Poder Legislativo, têm como função a fiscalização destes gastos. E a fiscalização da administração pública a cargo dos Tribunais de Contas está definida pela Constituição Federal de 1988. Todavia, no intuito de

---

<sup>51</sup> Para maiores esclarecimentos sobre o conceito de Controle Social dos Gastos Públicos ver: CASAGRANDE, Maria Leila (2005), BRANDÃO, Marinete Alves (2006) e PESSINA, Leonardo (2006).

<sup>52</sup> Ver, entre outros: Moreira (2005), Pires (2006) e Lopes (2007).

<sup>53</sup> Para maiores informações sobre as atribuições do TCU ver: sítio da Internet do TCU: <[http://www2.tcu.gov.br/portal/page?\\_pageid=33,404478&\\_dad=portal&\\_schema=PORTAL](http://www2.tcu.gov.br/portal/page?_pageid=33,404478&_dad=portal&_schema=PORTAL)>.

incentivar o controle social dos gastos públicos, diversas entidades, conselhos, redes, fóruns e organizações não-governamentais foram instituídos; entre as mais importantes estão: Contas Abertas e Transparência Brasil<sup>54</sup>.

No que se refere ao controle dos gastos públicos a principal medida legal tomada no período em estudo foi a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)<sup>55</sup>. Esta lei é o roteiro das boas práticas de gestão das finanças públicas. Em outras palavras, ela procura obrigar os governantes, os legisladores, a cuidarem dos recursos do governo e das coisas do povo, da mesma forma que um chefe de família gerencia seu dinheiro. A LRF estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e sua relevância está atrelada ao combate à corrupção, mas principalmente, a estabelecer limites aos gastos públicos.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (ou Lei Complementar nº 101, de 4/5/2000) foi proposta pelo governo de Fernando Henrique Cardoso e aprovada em 04/05/2000, contra o voto de toda a bancada do PT, na Câmara e no Senado. Esta situação de deveu ao fato de estarem em jogo dois posicionamentos distintos: um que buscava estabelecer os limites de endividamento do Estado, impossibilitando-o de criar ou gerar um descontrole fiscal e o levasse à inflação; e outro; que acreditava na necessidade de não engessar o Estado, afim de que ele pudesse endividar-se para pagar ou ao menos administrar a dívida social existente, mesmo considerando que isto pudesse levar à inflação.

Em 29 de junho de 2000, o Partido dos Trabalhadores juntamente com o PCdoB e o PSB entram no STF - Supremo Tribunal Federal com uma ação direta de inconstitucionalidade (nº 2238), alegando alguns motivos para considerar a lei integralmente inconstitucional e, se derrotados, reclamando o veto a 37 dispositivos da lei.

Os partidos de esquerda, oposição na ocasião da votação desta lei entendiam que esta lei era o argumento do governo para o não investimento nas áreas sociais, que eram bandeiras da oposição. Pois o governo, então de centro-direita, utilizaria o argumento de não poder gastar mais

---

<sup>54</sup> Respectivamente disponíveis em: <<http://contasabertas.uol.com.br/asp/>> e <<http://www.transparencia.org.br/>>.

<sup>55</sup> Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Sobre este assunto ver: Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. Guia: lei de responsabilidade fiscal: lei complementar nº 101/2000. - 2. ed. rev. e ampl. Florianópolis: Tribunal de Contas, 2002. Disponível em: <[http://www.tce.sc.gov.br/acom/08\\_publicou/livros/pdf/guia\\_lrf\\_2ed.pdf](http://www.tce.sc.gov.br/acom/08_publicou/livros/pdf/guia_lrf_2ed.pdf)>. Acesso em: 09 Maio de 2008.

do que arrecada para não implementar políticas de cunho social consideradas mais justas e igualitárias.

Nas eleições de 2002 todos os presideciáveis já se posicionavam favoráveis à aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal e ao controle social dos gastos públicos.

Tendo em vista tais afirmações, as hipóteses a serem testadas quanto às opiniões dos deputados catarinenses são:

H5: Com relação ao controle dos gastos públicos, o menor grau de prioridade deve ser encontrado junto as deputados dos partidos de esquerda, enquanto entre os representantes dos partidos de direita deve-se encontrar um alto grau de prioridade. Já entre os deputados dos partidos de centro deve-se encontrar uma posição intermediária;

As questões utilizadas para analisar este tema foram:

1. Numa escala de 1 (um) a 10 (dez), onde o 1 significasse prioridade mínima e o 10 prioridade máxima, que nota o (a) Sr.(a) daria ao controle dos gastos públicos?

2. Numa escala de 1 (um) a 10 (dez), onde o 1 significasse prioridade mínima e o 10 prioridade máxima, que nota o (a) Sr.(a) daria à aplicação integral da Lei de Responsabilidade Fiscal?

Quando se analisa os dados da Tabela 10, observa-se que, para os deputados de todos os “campos” ideológicos o controle dos gastos públicos representa uma ‘alta’ ou ‘muito alta’ prioridade. Mas, desde 1989, quando 100% dos deputados encontravam-se neste posicionamento, este número vem caindo. Em 2002 já havia caído para 97%, e em 2008 para 90%. Apesar da redução percentualmente ser pequena, esta redução é mais significativa no campo da esquerda.

**Tabela 10. Prioridade no controle dos gastos públicos, segundo posicionamento ideológico do partido a que pertence o deputado**

Ano da Pesquisa	Prioridade	Posicionamento Ideológico do Partido			TOTAL
		Direita	Centro	Esquerda	
1989	Baixa ou Muito Baixa	-	-	-	-
	Média	-	-	-	-
	Alta ou Muito Alta	100	100	100	100
	Total (N)	(17)	(11)	(2)	(30)
2002	Baixa ou Muito Baixa	-	-	-	-
	Média	6	-	-	3
	Alta ou Muito Alta	94	100	100	97
	Total (N)	(18)	(12)	(7)	(37)
2008	Baixa ou Muito Baixa	-	-	25	5
	Média	-	-	25	5
	Alta ou Muito Alta	100	100	50	90
	Total (N)	(12)	(17)	(8)	(37)

Fontes: Pesquisas com deputados estaduais (1989, 2002 e 2008).

Os dados demonstram que 100% dos deputados dos partidos de direita e dos deputados dos partidos de centro consideram, em 2008, o controle dos gastos públicos uma prioridade ‘alta’ ou ‘muito alta’. Mas entre os deputados dos partidos de esquerda este percentual - que em 1989 era de 100% - cai para 50 %.

Com relação ao controle dos gastos públicos, a hipótese de que a esquerda deveria posicionar-se mais contrária não condiz com os dados de 1989 e 2002, onde todos os deputados de todos os campos ideológicos apresentam-se favoravelmente ao controle dos gastos públicos. Mas em 2008 o cenário alterou-se um pouco, e já foi possível encontrar 50% dos deputados de esquerda contrários ao controle dos gastos públicos. Apenas para este último ano a associação foi estatisticamente significativa.

Em 1989, pode-se supor que pelo fato da inflação representar um grande vilão na economia brasileira, os deputados apoiassem o controle dos gastos como forma de controle da inflação. Entretanto, em 2002, dois anos após o PT e outros partidos da esquerda terem se posicionado contrários a LRF, os deputados de esquerda se posicionam favoráveis ao controle dos gastos. Esta mudança no posicionamento dos deputados de partidos de esquerda pode estar relacionada à passagem dos partidos de oposição para a situação, ocorrida após as eleições de



2002, podendo estar relacionado a uma moderação no discurso petista. Doutro modo, poderia-se questionar, se os dados de 2008, ou seja, a opção de 50% dos deputados dos partidos de esquerda posicionarem-se a favor do controle dos gastos públicos, não estariam relacionados a uma justificativa num eventual não atendimento de pleitos sociais, podendo então utilizar a Lei de Responsabilidade Fiscal como justificativa, desta forma, tal política não foi desenvolvida pois a LRF impede gastar mais do que se arrecada.

Com relação à aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal, ao longo do período 2002-2008, observa-se que uma média de 84 % dos deputados das diversas correntes ideológicas considera alta prioridade aplicá-la. Mas, é também entre os deputados dos partidos de esquerda que as opiniões sofreram maiores alterações no período.

**Tabela 11. Prioridade na aplicação da lei de responsabilidade fiscal, segundo posicionamento ideológico do partido a que pertence o deputado**

Ano da Pesquisa	Prioridade	Posicionamento Ideológico do Partido			TOTAL
		Direita	Centro	Esquerda	
2002	Baixa ou Muito Baixa	-	-	28	5
	Média	-	-	43	8
	Alta ou Muito Alta	100	100	29	86
	Total (N)	(18)	(12)	(7)	(37)
2008	Baixa ou Muito Baixa	-	10	25	10
	Média	-	5	25	8
	Alta ou Muito Alta	100	85	50	82
	Total (N)	(12)	(19)	(8)	(39)

Fontes: Pesquisas com deputados estaduais (2002 e 2008).

Em 2002, apenas 29% deles conferiam à Lei de Responsabilidade Fiscal uma alta prioridade, mas em 2008 já eram 50% (Tabela 11). Contrariamente, 100% dos deputados dos partidos de direita, tanto em 2002 quanto em 2008, são favoráveis à aplicação integral da Lei de Responsabilidade Fiscal. Os deputados de centro seguiram a tendência contrária, pois na pesquisa de 2002 aparecem 100% favoráveis à aplicação da lei, mas este número cede para 85% na pesquisa de 2008.

No tocante à hipótese sobre a aplicação integral da Lei de Responsabilidade Fiscal, onde se acreditava que os partidos de direita tenderiam a conferir um maior grau de prioridade à

aplicação da lei, ela foi corroborada. Os deputados de centro, acabaram dando maior prioridade do que se supôs, e entre os deputados de esquerda, essa hipótese não se confirmou, pois em 2002, o maior número de opiniões conferiu um grau de prioridade médio e em 2008, 50% deles optaram pelo alto grau de prioridade. Tanto em 2002 quanto em 2008 a associação entre posicionamento ideológico dos deputados e sua opinião sobre a aplicação da LRF foi estatisticamente significativa.

Doutro modo, é importante salientar que a tendência encontrada no período foi a esperada, visto que, foi entre os deputados de esquerda que o controle dos gastos públicos e a prioridade na aplicação da LRF foram considerados menos prioritários, em comparação aos de centro e de direita. Esta situação pode justificar-se, em 2002, pelo fato de que os deputados, de modo geral, não queiram dizer que consideram baixa a prioridade de LRF, e indiquem uma média prioridade para não caracterizarem uma certa irresponsabilidade. Estes dados são bastante interessantes, pois apenas dois anos antes, no momento da discussão e aprovação da lei de responsabilidade fiscal, o PT, maior partido de esquerda e outras siglas menores posicionaram-se contrários a sua aprovação.

Mas o fato mais relevante é que, em 2002, (29%) e em 2008, (25%) dos deputados de esquerda consideram alta a prioridade na aplicação da lei de responsabilidade fiscal, contra 100% dos deputados de direita (nas duas pesquisas), o que corrobora a hipótese de que os deputados dos partidos de esquerda deveriam seguir a tendência das votações de aprovação da lei de responsabilidade fiscal.

### **7.1.3 Impostos**

No caso da discussão envolvendo investimentos *versus* impostos, segundo Castañeda (1994, p. 31-32 apud FERNANDES, 1995, p. 108-109), o posicionamento dos deputados dos partidos de esquerda estaria mais voltado à necessidade de investimentos e de subsídios do que o fim dos impostos<sup>56</sup>.

A hipótese é:

---

<sup>56</sup> É possível que estas repostas tenham sido influenciadas pela recente votação do fim da CPMF (dezembro de 2007), que foi defendido pelos partidos de direita e opositores do atual governo, e sua manutenção foi defendida pelos governistas, no intuito de garantir os recursos do orçamento de 2008.

H6: os deputados dos partidos de esquerda devem considerar como de baixa prioridade o fim da CPMF<sup>57</sup> e de outros impostos, pois entendem que tais impostos são a fonte arrecadadora dos fundos para investimentos em saúde e outras políticas sociais, enquanto os deputados de partidos de direita acreditam que o mercado não deve arcar com as políticas sociais desenvolvidas pelo Estado.

Na análise deste tema foi utilizada a seguinte questão: “Numa escala de 1 (um) a 10 (dez), onde o 1 significasse prioridade mínima e o 10 prioridade máxima, que nota o (a) Sr.(a) daria para o fim da CPMF e das outras contribuições que oneram a produção?”

Tanto em 2002 quanto em 2008 a maior parte dos deputados, cerca de 70% deles, acreditam ser de alta e ou muito alta prioridade o fim da CPMF e dos impostos que oneram a produção.

Os dados da Tabela 12 demonstram que em 2002 72% dos deputados dos partidos de direita consideravam de alta prioridade o fim da CPMF e dos impostos que oneram a produção. Pode-se observar que este percentual sobe para 100% em 2008. Nos demais campos ideológicos esta tendência se inverte.

Em 2002, entre os deputados dos partidos de centro, 84% concebiam uma alta prioridade, tendo este percentual caído para 68% em 2008. Entre os deputados dos partidos de esquerda, o percentual dos que consideram de alta prioridade o fim da CPMF e dos impostos que oneram a produção cai ainda mais, de 43% em 2002 para 25% em 2008.

A hipótese de que os deputados dos partidos de esquerda deveriam posicionar-se com uma baixa prioridade com relação ao fim da CPMF e de outros impostos, foi corroborada na pesquisa de 2008 (onde a associação entre as variáveis é estatisticamente significativa, ao contrário do que acontece em 2002), confirmando a opinião de que para os deputados de partidos de esquerda, tais impostos são a fonte arrecadadora dos fundos para investimentos em saúde e

---

<sup>57</sup> Sobre o Fim da CPMF, pela Imprensa ver: Revista Veja: Disponível em: <[http://veja.abril.com.br/191207/p\\_056.shtml](http://veja.abril.com.br/191207/p_056.shtml)>; O Estadão: Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/interatividade/Multimedia/ShowEspeciais%21destaque.action?destaque.idEspeciais=368>>, <[http://www.estadao.com.br/economia/not\\_eco95364,0.htm](http://www.estadao.com.br/economia/not_eco95364,0.htm)> e <[http://www.estadao.com.br/\\_nacional/not\\_nac95069,0.htm](http://www.estadao.com.br/_nacional/not_nac95069,0.htm)>; e Globo.com: Disponível em: <[http://g1.globo.com/Noticias/Economia\\_Negocios/0,,MUL2166379356,00PARA+ECONOMISTAS+FIM+DA+CPMF+OBRIGARA+governo+A+GASTAR+MELHOR.html](http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL2166379356,00PARA+ECONOMISTAS+FIM+DA+CPMF+OBRIGARA+governo+A+GASTAR+MELHOR.html)>.

outras políticas sociais, sendo necessária sua manutenção para que o Estado exerça sua função de fomentador e de regulador social.

**Tabela 12. Prioridade para o fim da CPMF e das outras contribuições que oneram a produção, segundo posicionamento ideológico do partido a que pertence o deputado**

Ano da Pesquisa	Prioridade	Posicionamento Ideológico do Partido			TOTAL
		Direita	Centro	Esquerda	
2002	Baixa ou Muito Baixa	11	8	14	11
	Média	17	8	43	19
	Alta ou Muito Alta	72	84	43	70
	Total (N)	(18)	(12)	(7)	(37)
2008	Baixa ou Muito Baixa	-	16	75	23
	Média	-	16	-	8
	Alta ou Muito Alta	100	68	25	69
	Total (N)	(12)	(19)	(8)	(39)

Fontes: Pesquisas com deputados estaduais (2002 e 2008).

Conforme a hipótese, a prioridade em acabar com a CPMF e outros impostos diminuiu à medida que se passa dos deputados de direita para os de esquerda, tanto em relação à 2002, quanto em 2008. Além disso, para os deputados de direita, a posição dos partidos em relação ao governo federal parece ter influência, tanto para 2002 como para 2008, pois aumentou a prioridade do fim da CPMF. Já entre os deputados dos partidos de esquerda, a prioridade diminuiu, apesar da posição do governo em âmbito nacional ter sido contrário a extinção da CPMF. Desta forma, tanto o posicionamento ideológico quanto o pertencimento ou não ao governo federal, parecem ter tido influência nas opiniões dos deputados, apesar de a influência da ideologia parecer maior.

Quanto ao centro, houve uma diminuição da porcentagem dos que achavam de alta prioridade o fim da CPMF e de outros impostos que oneram a produção. Isso poderia estar associado ao posicionamento dos partidos do bloco ideológico com relação ao seu posicionamento quanto ao governo: entretanto, seria necessária uma análise mais detalhada dos questionários dos deputados destes partidos a fim de verificar se naquele momento eles faziam ou não parte da aliança governamental, o que, neste momento, por falta de tempo, foi possível fazer somente para 2008.

Em 2008, o PMDB fez parte do bloco de apoio ao Governo Lula, mas apesar disso, 67% dos deputados do PMDB entrevistados consideram de alta prioridade o fim da CPMF e dos impostos que oneram a produção, e somente 8% consideram de baixa prioridade. Já entre os deputados do PSDB, que em 2008 encontra-se na oposição ao governo federal, 66% consideram de alta prioridade o fim da CPMF e dos impostos que oneram a produção, e 17% consideram de baixa e média prioridade concomitantemente.

#### **7.1.4 Sistema bancário**

Com relação ao sistema bancário e às questões de juros, Castañeda (1994, p 31-32 apud FERNANDES, 1995, p. 108-109) ressaltou que o posicionamento dos deputados dos partidos de esquerda estaria mais voltado à necessidade dos investimentos e FERREIRA (2002) considerou que a esquerda tenderia a posicionar-se mais a favor do Estado como agente econômico e promotor de políticas de distribuição de renda.

Alguns economistas acreditam que o principal efeito que a redução dos juros tem sobre a economia é permitir investimentos que seriam inviáveis quando as taxas estão mais elevadas. Calibrar bem a taxa de juros é tarefa de primordial importância, pois os juros têm papel fundamental na determinação do nível de atividade, do emprego, da taxa de câmbio e de outras variáveis econômicas. Um exemplo deste pensamento, seria quando uma empresa necessita de um empréstimo para financiar a aquisição de novas máquinas no intuito de incrementar a produção, o que não se pode realizar se os juros estiverem muito altos. Do mesmo modo, as pessoas passam a consumir mais quando os juros estão menores, pois o crédito fica mais barato.

Já o pensamento mais liberal argumenta que se os juros forem mais baixos, e as pessoas passarem a consumir mais, a hipótese das empresas não conseguirem acompanhar o aumento da produção seria maior, o que poderiam obrigá-los a fazer novos investimentos para aumentar sua capacidade de produção, cujas ações podem demorar meses ou anos para o retorno desejado. Neste caso, os preços subiriam, pois a demanda aumentaria mais que a oferta, até que a produção voltasse a se normalizar.

Com relação ao assunto a hipótese levantada é:

H7: Considerando que os partidos de esquerda posicionam-se mais a favor do Estado como agente econômico e promotor de políticas de distribuição de renda e, a elevação dos juros não contribui com tal expectativa, acredita-se que a tendência é a esquerda posicionar-se favorável ao limite de 12% ao ano nas taxas de juros reais para operações de crédito e ainda indicar a redução acentuada das taxas de juros como de alta prioridade.

As questões utilizadas na análise são:

1. Numa escala de 1 (um) a 10 (dez), onde o 1 significasse prioridade mínima e o 10 prioridade máxima, que nota o (a) Sr.(a) daria a: redução acentuada das taxas de juros?

2. Sobre o limite de 12% ao ano nas taxas de juros reais para as operações de crédito:  
( ) 1. Contrário ou ( ) 2. Favorável.

Pode-se observar na Tabela 13, que a porcentagem de deputados das diversas posições do espectro ideológico que acreditavam ser alta a prioridade na redução das taxas de juros vem caindo nos últimos anos. Em 2002, eram 89% e em 2008 este número cai para 69%. De toda forma ainda cerca de dois em cada três deputados acredita ser esta uma medida de alta prioridade.

**Tabela 13. Prioridade para a redução acentuada das taxas de juros, segundo posicionamento ideológico do partido a que pertence o deputado**

Ano da Pesquisa	Prioridade	Posicionamento Ideológico do Partido			TOTAL
		Direita	Centro	Esquerda	
2002	Baixa ou Muito Baixa	17	-	-	8
	Média	5	-	-	3
	Alta ou Muito Alta	78	100	100	89
	Total (N)	(18)	(12)	(7)	(37)
2008	Baixa ou Muito Baixa	-	26	25	18
	Média	25	5	12	13
	Alta ou Muito Alta	75	69	63	69
	Total (N)	(12)	(19)	(8)	(39)

Fontes: Pesquisas com deputados estaduais (2002 e 2008).

Em 2002, entre os deputados dos partidos de direita a porcentagem apesar de alta (78%), ainda é, conforme a Hipótese (H7) menor que a encontrada entre os deputados de esquerda. Entretanto, a mesma hipótese não pôde ser corroborada para 2008, pois a redução da porcentagem no período concentra-se nos deputados de centro e de esquerda, de 100% em 2002, cai para 69% e 63%, respectivamente. Para 2008, são os deputados de direita que acham mais prioritária a redução dos juros (75%), e não os de esquerda (63%) conforme o esperado. Enquanto em 2002 a associação entre a opinião dos deputados sobre as taxas de juros e o seu posicionamento ideológico foi estatisticamente significativa, em 2008 não foi.

Os dados da Tabela 14 indicam que, em 1989, 40% dos deputados eram contrários ao limite de 12% ao ano nas taxas de juros reais para operações de crédito. Sendo que, dos deputados dos partidos de direita, 50% eram favoráveis e 50% eram contrários. Já entre os deputados dos partidos de esquerda, 100% eram favoráveis ao limite.

Em 2008, apenas 28% dos deputados eram contrários ao limite de 12% ao ano nas taxas de juros reais para operações de crédito. Tanto entre os deputados de direita quanto entre os de esquerda houve alterações significativas. Entre os deputados de direita, que em 2002 dividiam suas opiniões, em 2008, cresce para 83% a porcentagem de deputados favoráveis ao limite. Já entre os deputados dos partidos de esquerda, esta porcentagem cai para apenas 63% deles favoráveis.

**Tabela 14. Opinião dos deputados sobre o limite de 12% ao ano nas taxas de juros reais para as operações de crédito, segundo posicionamento ideológico do partido a que pertence o deputado**

Ano da Pesquisa	Opinião	Posicionamento Ideológico do Partido			TOTAL
		Direita	Centro	Esquerda	
1989	Contrário	50	36	-	40
	Favorável	50	64	100	60
	Total (N)	(16)	(11)	(3)	(30)
2008	Contrário	17	32	37	28
	Favorável	83	68	63	72
	Total (N)	(12)	(19)	(8)	(39)

Fontes: Pesquisas com deputados estaduais (1989 e 2008).

Acreditou-se que a tendência seria a esquerda posicionar-se mais favorável ao limite de 12% ao ano nas taxas de juros reais para operações de crédito e ainda ter a redução das taxas de juros com alta prioridade (H7). Estes dados são corroborados nas pesquisas de 1989, mas não na de 2008. De toda forma, as associações são estatisticamente não-significativas tanto para 1989 quanto para 2008. Nesta pesquisa, os dados dos deputados dos partidos de esquerda apresentam uma significativa redução dos que eram favoráveis ao limite de 12% ao ano nas taxas de juros reais para operações de crédito. Esta tendência pode relacionar-se com o fato de que, estando no exercício do poder, os partidos de esquerda passaram a preocupar-se mais com as questões de controle monetário e inflação, deixando a preocupação com o crescimento econômico em um plano paralelo ou secundário. Essa também foi a batalha travada entre os dois campos no governo Lula – os monetaristas e os desenvolvimentistas. De alguma maneira, a preocupação com o controle e rigor fiscal, a manutenção dos juros e a contenção da inflação passaram a fazer parte da ponderação anterior, que priorizava os investimentos sociais, o aumento do poder de compra da população e aplicação de políticas que minimizam as desigualdades sociais.

É relevante destacar que estes dados não eram esperados, tanto para 1989 quanto para 2008 a maior parte dos deputados, incluindo os de centro e de direita, posicionou-se favorável ao limite de 12% ao ano nas taxas de juros. Em 1989, apesar da hipótese ser corroborada, pois a maior parte dos deputados favoráveis são da esquerda, a porcentagem dos deputados de centro e direita também favoráveis é bastante elevada. Mas em 2008, são os deputados de direita que apresentam a maior porcentagem de favoráveis, o que contraria frontalmente a hipótese de uma menor ênfase da direita na intervenção do Estado na economia.

Uma possibilidade que se pode apontar, é que talvez o posicionamento dos partidos em relação ao governo tenha pesado de alguma maneira. De toda forma, o fato de que a grande maioria dos deputados, tanto em 1989 quanto em 2008, tenha se mostrado favorável talvez possa ser um indicador de que os deputados majoritariamente possuem uma visão bastante populista do papel do Estado, no que tange à economia.



## 7.2 NACIONALISMO X ABERTURA PARA O EXTERIOR

### ***7.2.1 Ênfase no Mercado Interno x Integração à Economia Internacional***

Com relação ao mercado, a tendência dos partidos de direita é aceitar mais a liberalização dos mercados, como lembra Castañeda (1994, p. 31-32 apud FERNANDES, 1995, p. 108-109) buscando atrair investidores e os capitais estrangeiros, oferecendo-lhes um mercado mais liberalizado, enquanto a esquerda preocupa-se mais com o controle estratégico da economia e com a participação do Estado neste controle.

Os partidos de direita acabam por incentivar a participação do Brasil nos grupos de países com livre comércio, como a ALCA, a fim de ampliar este mercado externo. Com a globalização da economia mundial, a formação de blocos econômicos é quase inevitável para as economias dos países. A tendência é que esses blocos proporcionem a redução nas tarifas alfandegárias, facilitem a circulação de mercadorias e pessoas, além de fomentar o desenvolvimento de infraestrutura nos países participantes.

A Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) deve reunir 34 países do continente americano (com exceção de Cuba), os quais apresentam condições bastante diversas, tanto em termos de dimensões econômicas quanto em termos de envolvimento comercial; este conjunto de países conta com um PIB (Produto Interno Bruto) de quase US\$ 11 trilhões e mais de 800 milhões de habitantes. Enquanto a União Européia demorou quase 30 anos para se concretizar, ela agrega a metade da população da ALCA e cerca de US\$ 2 trilhões a menos de PIB.

Embora se imagine que o acordo trate apenas do livre comércio, o alcance da ALCA deve avançar na total desregulamentação das economias latino-americanas e na anulação completa do papel dos estados nacionais. Para os defensores deste projeto, a ALCA criaria o paraíso do consumo, com o fim de qualquer restrição à circulação de mercadorias, serviços e capitais. Para os contrários, a principal questão, é o papel do consumidor ante o papel de trabalhador, quando afirmam que: se para o primeiro (consumidor) haveria a possibilidade de comprar importados mais baratos e, por vezes, de melhor qualidade, para o segundo (trabalhador), poderia haver

muitas demissões, porque o acesso do consumidor aos produtos importados mais baratos acarretaria dificuldades para a fábrica ou empresa onde o trabalhador labora.

Algumas garantias são tomadas com relação às riquezas existentes em cada país. No Brasil, por exemplo, quando a Petrobras foi criada, através da Lei Nº 2004 de 05 de outubro de 1953, foi criado junto com ela o monopólio estatal sobre o petróleo, que ainda hoje está previsto na Constituição. Trata-se da exclusividade da titularidade de certo produto ou serviço, ou seja, a Constituição Federal de 1988 atribui à União o monopólio das atividades econômicas relativas ao petróleo e a correspondente titularidade do recurso mineral e sua comercialização.

Busca-se a proteção também com relação à proibição de contratos de risco<sup>58</sup> na exploração de petróleo e gás mineral e também, sobre a garantia do monopólio da União sobre os recursos minerais; e os partidos de esquerda tendam a se preocupar mais com o controle das políticas junto aos setores estratégicos nacionais, incluindo também a questão dos recursos nacionais. Vale ressaltar que a dimensão do Estatismo caminha de forma paralela à dimensão do Nacionalismo nestes casos.

A partir do que foi exposto surge, em conseqüente, a hipótese:

H8: Considerando a tendência dos partidos de esquerda a se posicionarem contrariamente ao livre mercado e à participação do Brasil em processos globalizantes, sendo comumente favoráveis ao controle nacional dos recursos naturais e de setores estratégicos da economia, acredita-se que os partidos de esquerda posicionem-se favoravelmente quanto à defesa da soberania nacional, e dos setores estratégicos nacionais, incluindo também a questão dos recursos nacionais e das empresas nacionais.

Contrariamente, os partidos de direita buscam na liberalização dos mercados atrair os investimentos estrangeiros. Esta postura deve traduzir-se no apoio à participação do Brasil nos grupos de países com livre comércio, como a ALCA e no posicionamento contrário a ações que privilegiem a soberania nacional ou as empresas nacionais.

As questões<sup>59</sup> utilizadas para testar estas hipóteses são:

---

<sup>58</sup> Ver LUGON (2005).

<sup>59</sup> Ressalta-se uma certa sobreposição das dimensões do Estatismo e do Nacionalismo, já mencionada, principalmente nas questões analisadas de número 2 e 4.

1. O Sr (a) concorda ou discorda das seguintes afirmações:

1. a. “O país deveria caminhar para uma postura mais autônoma, de afirmação nacional, priorizando o mercado interno e, se necessário, repudiando a dívida externa”.

1. b. “O Brasil deveria se integrar ainda mais à economia internacional, liberalizando o comércio e abrindo mais a economia ao capital estrangeiro”.

2. Sobre a atribuição de status de Empresa Nacional somente àquelas cujo controle efetivo (isto é, a maioria de seu capital votante e o exercício do poder decisório) esteja, em caráter permanente, sob titularidade de pessoas físicas domiciliadas e residentes no país:

( ) 1. Contrário ou ( ) 2. Favorável

3. Numa escala de 1 (um) a 10 (dez), onde o 1 significasse prioridade mínima e o 10 prioridade máxima, que nota o (a) Sr.(a) daria à integração à ALCA.

Os dados apresentados na Tabela 15 referem-se à afirmação “o Brasil deveria se integrar ainda mais à economia internacional, liberalizando o comércio e abrindo mais a economia ao capital estrangeiro”. Em 2002, 57% dos deputados concordavam com esta afirmação, posição que cresceu bastante em 2008, chegando a 72%. Os principais atores desta mudança foram os deputados dos partidos de centro, que passaram, de 33%, em 2002, para 79% em 2008. Outra alteração significativa deste quadro ocorreu entre os deputados dos partidos de esquerda, onde o posicionamento favorável à integração internacional cresceu de zero para 25%, de 2002 para 2008.

**Tabela 15. Opinião dos deputados sobre a afirmação: “O Brasil deveria se integrar ainda mais à economia internacional, liberalizando o comércio e abrindo mais a economia ao capital estrangeiro”, segundo posicionamento ideológico do partido a que pertence o deputado**

Ano da Pesquisa	Opinião	Posicionamento Ideológico do Partido			TOTAL
		Direita	Centro	Esquerda	
2002	Concorda	94	33	-	57
	Discorda	6	67	100	43
	Total (N)	(18)	(12)	(7)	(37)
2008	Concorda	92	79	25	72
	Discorda	8	21	75	28
	Total (N)	(12)	(19)	(8)	(39)

Fontes: Pesquisas com deputados estaduais (2002 e 2008).

Destaca-se que quanto mais em direção à esquerda caminha-se, maior é o percentual dos que discordam da frase, ou seja, maior é o nacionalismo, nos dois anos pesquisados (e as associações são estatisticamente significativas para os dois anos). Mesmo que tenha diminuído de 2002 para 2008, o número continua o mais alto entre os três blocos ideológicos, conforme sugere-se na hipótese H8.

Com relação à afirmação de que “o país deveria caminhar para uma postura mais autônoma, de afirmação nacional, priorizando o mercado interno e, se necessário, repudiando a dívida externa”, observa-se na Tabela 16, que em 2002, 68% do total de deputados entrevistados concordavam com esta postura, dados que caíram para 56% em 2008. As alterações não se referem aos deputados dos partidos de esquerda, que se mantiveram 100% concordantes em aprofundar uma postura mais autônoma, de afirmação nacional, priorizando o mercado interno.

**Tabela 16. Opinião dos deputados sobre a afirmação: “O país deveria caminhar para uma postura mais autônoma, de afirmação nacional, priorizando o mercado interno e, se necessário, repudiando a dívida externa”, segundo posicionamento ideológico do partido a que pertence o deputado**

Ano da Pesquisa	Opinião	Posicionamento Ideológico do Partido			TOTAL
		Direita	Centro	Esquerda	
2002	Concorda	50	75	100	68
	Discorda	50	25	-	32
	Total (N)	(18)	(12)	(7)	(37)
2008	Concorda	33	53	100	56
	Discorda	67	47	-	44
	Total (N)	(12)	(19)	(8)	(39)

Fontes: Pesquisas com deputados estaduais (2002 e 2008).

As mudanças mais significativas novamente ocorrem entre os deputados dos partidos de centro, que passam de 75% dos deputados que concordam da afirmação em 2002 para 53% em 2008. Entre os deputados de partidos de direita que se posicionavam divididos em 2002 (50%) e passam para uma minoria de concordantes em 2008 (33%), observa-se uma diminuição da opinião mais favorável ao nacionalismo. Contrariamente, os partidos de esquerda mantiveram o índice de 100% nas duas pesquisas, refletindo a inalteração de seu posicionamento favorável ao

nacionalismo ao longo dos anos, e mantiveram um distanciamento com relação às opiniões do bloco de direita.

A hipótese H8 é corroborada pelo fato de que os deputados de esquerda, conforme o esperado, concordam mais com a afirmação do que os deputados de centro, que por sua vez, concordam em maior proporção que os de direita, tanto para 2002 quanto para 2008 (sendo estatisticamente significativas as associações entre opiniões e posicionamentos ideológicos dos deputados em 2002 e 2008).

A opinião dos deputados sobre a participação do Brasil junto à ALCA também foi investigada. Apesar de que a tendência mais geral dos deputados é um crescimento da (alta) prioridade nos últimos anos, passando de 15% (2002) para 31% em 2008, com base nos dados apresentados na Tabela 17, verificou-se alterações no posicionamento dos três campos ideológicos.

**Tabela 17. Prioridade na integração do Brasil à ALCA, segundo posicionamento ideológico do partido a que pertence o deputado**

Ano da Pesquisa	Prioridade	Posicionamento Ideológico do Partido			TOTAL
		Direita	Centro	Esquerda	
2002	Baixa ou Muito Baixa	11	55	100	42
	Média	44	36	-	33
	Alta ou Muito Alta	44	9	-	15
	Total (N)	(18)	(11)	(7)	(36)
2008	Baixa ou Muito Baixa	-	42	71	34
	Média	75	21	-	34
	Alta ou Muito Alta	25	37	29	31
	Total (N)	(12)	(19)	(7)	(38)

Fontes: Pesquisas com deputados estaduais (2002 e 2008).

Em 2002, a direita estava dividida entre média e alta prioridade, e o posicionamento dos deputados dos partidos de centro concentrava-se na baixa prioridade (55%). Entre os deputados de partidos de esquerda, a totalidade considerava a integração do Brasil à ALCA uma baixa prioridade. Quando analisados os dados de 2008, algumas alterações se apresentam entre os deputados dos partidos de direita, que passam a concentrar sua opinião em uma média prioridade, chegando a 75%.

Entre os deputados dos partidos de centro, apesar de uma pequena diminuição das porcentagens entre 2002 e 2008, o maior percentual ainda encontra-se na baixa prioridade (42%), da mesma forma que esta pequena redução também apresentou-se junto ao deputados dos partidos de esquerda, mas mantendo a seu maior percentual na baixa prioridade (71%).

A hipótese de que os partidos de direita buscam na liberalização dos mercados atrair os investimentos estrangeiros e para alcançarem estas medidas acabam incentivando a participação do Brasil nos grupos de países com livre comércio, como a ALCA, foi corroborada tanto para o ano de 2002 quanto para 2008. Enquanto os deputados dos partidos de esquerda mantiveram, em sua maioria, a tendência de apoiar a autonomia e a soberania nacionais (H8). A associação entre a opinião dos deputados e seu posicionamento ideológico foi estatisticamente significativa para 2002, mas não para 2008 (embora a probabilidade de significância, de 0,066, seja apenas um pouco maior do que o nível de significância de 0,050, neste último ano).

As maiores alterações ocorridas nos últimos anos, e observadas nos dados de 2008 podem revelar a forte influência do processo de globalização advindo nas últimas décadas em escala mundial. É possível que muitos deputados, sob influência da onda globalizante, passe a ponderar sobre a necessidade do Brasil integrar-se mais ao processo de mercado mundial, do que anteriormente. Essa participação do Brasil em outros mercados, principalmente o MERCOSUL e a ALCA passam a representar a porta de entrada a este novo mercado mundial, alterando as visões eminentemente nacionalistas antes observadas, para uma visão mais economicista.

No que diz respeito à classificação e gestão das empresas, os deputados dos partidos de direita são menos contundentes sobre atribuição de status de empresa nacional somente àquelas cujo controle efetivo (isto é, a maioria de seu capital votante e o exercício do poder decisório) esteja, em caráter permanente, sob titularidade de pessoas físicas domiciliadas e residentes no país. Em 1989, eles dividiam-se em 50% para cada tendência, enquanto os deputados dos partidos de centro concentravam-se favoravelmente (90%), conjuntamente com os de esquerda 67% (Tabela 18). Em 2008, cresce o número de deputados favoráveis a esta atribuição, aumentando para: 67% dos deputados dos partidos de direita, 95% dos deputados dos partidos de centro e 100% dos deputados dos partidos de esquerda.

A hipótese (H8) dos deputados dos partidos de direita serem menos favoráveis à atribuição de status de empresa nacional somente àquelas cujo controle efetivo (isto é, a maioria

de seu capital votante e o exercício do poder decisório) esteja, em caráter permanente, sob titularidade de pessoas físicas domiciliadas e residentes no país, do que os de esquerda foi corroborada nos dois anos da pesquisa, sendo que em 2008 a diferenciação da porcentagem das opiniões entre os dois blocos, direita-esquerda, ampliou-se ainda mais (e só neste ano a associação foi estatisticamente significativa).

**Tabela 18. Opinião dos deputados sobre a atribuição de status de empresa nacional somente àquelas cujo controle efetivo (isto é, a maioria de seu capital votante e o exercício do poder decisório) esteja, em caráter permanente, sob titularidade de pessoas físicas domiciliadas e residentes no país, segundo posicionamento ideológico do partido a que pertence o deputado**

Ano da Pesquisa	Opinião	Posicionamento Ideológico do Partido			TOTAL
		Direita	Centro	Esquerda	
1989	Contrário	50	10	33	34
	Favorável	50	90	67	66
	Total (N)	(16)	(10)	(3)	(29)
2008	Contrário	33	5	-	13
	Favorável	67	95	100	87
	Total (N)	(12)	(19)	(8)	(39)

Fontes: Pesquisas com deputados estaduais (1989 e 2008).

Já, sobre o dever de dar tratamento preferencial à empresa nacional na aquisição de bens e serviços (Tabela 19), a tendência entre os deputados permanece unívoca nos últimos 20 anos, ou seja, em média 91% é favorável a este tratamento preferencial. Ainda, entre os deputados dos partidos de esquerda, esta tendência nem sequer se modificou, permanecendo 100% favorável ao longo do período. Em 1989, 19% dos deputados de direita eram contrários a esta atribuição, percentual que caiu para 8% em 2008. Ainda que este percentual permaneça baixo, ele é superior aos encontrados no bloco de esquerda (0%).

**Tabela 19. Opinião dos deputados sobre o dever de dar tratamento preferencial à empresa nacional na aquisição de bens e serviços, segundo posicionamento ideológico do partido a que pertence o deputado**

Ano da Pesquisa	Opinião	Posicionamento Ideológico do Partido			TOTAL
		Direita	Centro	Esquerda	
1989	Contrário	19	-	-	10
	Favorável	81	100	100	90
	Total (N)	(16)	(11)	(3)	(30)
2008	Contrário	8	10	-	8
	Favorável	92	90	100	92
	Total (N)	(12)	(19)	(8)	(39)

Fontes: Pesquisas com deputados estaduais (1989 e 2008).

A hipótese de que os deputados de esquerda seriam mais favoráveis à defesa das empresas nacionais, privilegiando-as nas negociações e garantindo-lhes maiores espaços de atuação, de certa forma, foi encontrada, mas é importante ressaltar que a porcentagem entre os deputados dos partidos de direita não fica muito atrás nos dois anos (resultando em associações estatisticamente não-significativas). O esperado era que esta distância fosse maior, visto que o esperado era que os deputados dos partidos de direita se importassem menos com a nacionalidade do capital e na visão mais conservadora, a concepção de criar protecionismos geraria menos eficiência.

### 7.3 CONSERVADORISMO SOCIAL – POLÍTICA SOCIAL E TRABALHISTA

#### 7.3.1 Conservadorismo Social – Política Social e Trabalhista

Apesar de estar em pauta desde 2001, foi a partir de 2007 que a redução da jornada de trabalho tornou-se uma das principais bandeiras dos trabalhadores, dos sindicatos e das centrais sindicais do Brasil, principalmente nos processos de negociações para renovação anual das convenções coletivas das diferentes categorias. Os sindicalistas alegam que uma redução na jornada de trabalho, além de possibilitar emprego para um número maior de pessoas, permitiria



aos trabalhadores mais tempo livre para investir em qualificação profissional e também no lazer. Para a Confederação Nacional das Indústrias, que posiciona-se contrária a esta medida, os argumentos sobre os possíveis efeitos da redução da jornada de trabalho estariam ligados à redução da produtividade e ao aumento dos custos de produção, levando a uma redução da competitividade tanto no mercado interno, quanto no mercado externo. Desta forma, as vendas poderiam diminuir, diminuindo também a produção, que por sua vez diminuiria o emprego e a renda, e sucessivamente.

Uma simulação feita pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2008) indica que a redução da jornada de 44 para 40 horas semanais pode abrir espaço para a criação de 2,252 milhões de novos postos de trabalho com carteira assinada.

No Brasil, a taxa de desemprego – ainda que atualmente esteja em queda - tem níveis elevados desde a década passada. A difícil situação financeira que atinge uma parcela significativa da população, associada à falta de empregos acaba fazendo com que milhões de brasileiros dependam das ações sociais dos governos para sobreviver e manter sua família. O desemprego causa vários problemas: para o desempregado, para a família e para o Estado. Para o cidadão desempregado e sua família, o desemprego provoca insegurança, a indignidade, aquela sensação de inutilidade para o mundo social. Para os governos a situação impõe ações imediatas de auxílio ao sustento e a criação de políticas para a recolocação profissional.

Levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), mostra que, do total de 54,7 milhões de domicílios particulares pesquisados em 2006, em cerca de 10 milhões foram encontradas pessoas que recebem dinheiro de ao menos um programa social do governo, o que corresponde a 18,3% dos domicílios particulares do país. Em 2004, ano em que o Bolsa Família, carro-chefe dos programas do governo federal, encontrava-se em processo de implantação, esse percentual era de 15,6%<sup>60</sup>.

Quando se passa a observar a pobreza no Brasil, acaba-se observando que a “raça negra” se faz presente em grande número. É possível observar a relação histórica deste fato: o passado de escravidão que levou a população de origem africana a níveis de renda e condições de vida

---

<sup>60</sup> Para maiores informações ver: IBGE (2004).

precárias. Entretanto, o preconceito e a discriminação contribuem para que esta situação pouco se altere. Em decorrência disso, existem grupos sociais que argumentam que haveria a necessidade de políticas sociais que compensassem os que foram prejudicados no passado, ou que herdaram situações desvantajosas. Essas políticas, ainda que reconhecidamente imperfeitas, se justificariam porque viriam a corrigir um mal maior.

Contrariamente, outros grupos afirmam que a adoção de identidades raciais não deve ser imposta e regulada pelo Estado e que as políticas dirigidas a grupos "raciais" estanques em nome da justiça social não eliminam o racismo e podem até mesmo produzir o efeito contrário, dando respaldo legal ao conceito de raça, e possibilitando o acirramento do conflito e da intolerância. Desta forma, coloca-se em xeque o princípio da igualdade de todos perante a lei. Surgem, então, perguntas do tipo: por que outras categorias ou grupos, como judeus, orientais ou bissexuais não deveriam merecer o mesmo tratamento diferenciado? Para estes grupos fica evidente o retrocesso ao se definir direitos com base na tonalidade de pele dos cidadãos.

Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) revelam que dos 22 milhões de brasileiros que vivem abaixo da linha de pobreza extrema ou indigência, 70% são negros. Entre os 53 milhões de pobres do país, 63% são negros. Entre 2001 e 2004, a pobreza se reduziu (e de maneira semelhante) tanto entre os brancos quanto entre os negros. Mesmo assim, a proporção de negros em situação de pobreza continua duas vezes superior à de brancos. Em 2004, 19,6% da população branca podia ser considerada pobre, percentual que alcançava 41,7% entre a população negra (Tabela 20).

**Tabela 20. Proporção da população em situação de pobreza 2001 a 2004 por cor/raça - Brasil**

População	2001	2004
Branco	21,9	19,6
Negro	46,6	41,7
Outros	21,9	20,2
Total	33,3	30,1

Fonte: Elaboração Disoc/Ipea a partir de Pnad/IBGE<sup>61</sup>

<sup>61</sup> IPEA (2006).

O IDH<sup>62</sup> - Índice de Desenvolvimento Humano, é parte integrante do Relatório de Desenvolvimento Humano produzido pelo PNDU - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano, e abrange 177 países. Tem como finalidade ser um indicador de qualidade de vida das populações. Este índice leva em consideração uma série de variáveis como escolaridade, acesso à saúde e renda. Se considerarmos apenas o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos brancos, o Brasil se colocaria entre os países de bom desenvolvimento humano (46º lugar, numa lista de 173 nações). Mas, se considerarmos somente o IDH dos negros, o país despencaria para o 105º lugar. No quesito da renda, o vão que separa os dois grupos é de cerca de 40%. Enquanto a renda *per capita* ‘média’ dos negros era de R\$ 162,84 em 2000, a dos brancos atingia R\$ 406,77<sup>63</sup>.

Pesquisas realizadas pela UNB - Universidade de Brasília<sup>64</sup> comprovam o déficit de renda dos estudantes negros em relação aos demais estudantes. Os dados apontam que 57,7% dos candidatos negros possuem renda familiar inferior a 1.500 reais; já em relação ao grupo de brancos esse percentual é bem menor, 30%.

As políticas de ações afirmativas, como o caso da cotas universitárias são defendidas por instituições como a UNB e uma grande parcela dos deputados dos partidos de esquerda, que entendem que tais políticas comprometem-se com a promoção de grupos não atingidos pelas políticas de caráter universal, em nome da efetivação do princípio constitucional de igualdade.

O projeto atualmente tramitando na Câmara dos Deputados, PL 73/99, já aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, favoreceria os alunos e alunas oriundos das escolas públicas, colocando como requisito uma representatividade racial e étnica equivalente à existente na região onde está situada cada universidade.

Para os defensores desta política, o Brasil estaria longe de ser uma democracia racial. No mercado de trabalho, na política, na educação, em todos os âmbitos, os/as negros/as teriam menos oportunidades e possibilidades que a população branca. O racismo no Brasil estaria imbricado

---

<sup>62</sup> Por definição o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH é uma medida comparativa de riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros fatores entre os países membros da ONU. Também pode ser calculado para um estado, município ou região. Este relatório foi desenvolvido em 1990 pelo economista paquistanês Mahbub Haq, e é emitido desde 1993.

<sup>63</sup> Reportagem O Estado de São Paulo, 16/02/03.

<sup>64</sup> Portal da UNB –Universidade de Brasília. Sistema de Cotas para Negro. Disponível em: <[http://www.unb.br/admissao/sistema\\_cotas/](http://www.unb.br/admissao/sistema_cotas/)>. Acesso em: 01 Mai 2008.

nas instituições públicas e privadas. E agiria de forma silenciosa. As cotas teriam criado o racismo. Ele já existiria. As cotas ajudariam a colocar em debate sua perversa presença, funcionando como uma efetiva medida anti-racista.

Para os contrários à aplicação da lei de cotas, quando ela torna obrigatória a reserva de vagas para negros e indígenas nas instituições federais de ensino superior, ela estaria ameaçando educação universitária, pois o mérito acadêmico perderia espaço, e a duplicidade de critérios estimularia o recrudescimento do racismo nos bancos escolares. E o rendimento dos estudantes cairia, pois o acesso não se daria mais pelo conhecimento acumulado do estudante e sua capacidade de estudos, mas sim pela cor da sua pele.

A hipótese levantada, no que se refere a esta dimensão, é:

H9: Com base na maior preocupação quanto à desigualdade social e à distribuição de renda, os partidos de esquerda acabam por defender mais vigorosamente: a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem a redução dos salários; o direito irrestrito de greve; maiores gastos nos programas sociais do governo; o estatuto da igualdade racial e o sistema de cotas nas universidades. Enquanto os deputados dos partidos de direita tenderão a ser contrários a estas medidas.

As questões utilizadas para testar a hipótese são:

1. Suponhamos que o (a) Sr. (a) tivesse que votar as seguintes medidas que eu vou mencionar, o Sr(a) votaria a favor ou contra:

1.a. Redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas, sem redução de salário:

( ) 1. Contrário ou ( ) 2. Favorável

1.b. Direito irrestrito de greve: ( ) 1. Contrário ou ( ) 2. Favorável

2. O governo Federal investe milhões em programas sociais como Bolsa Escola, o Bolsa Família e o Luz para Todos. No seu ponto de vista: ( ) 1. Estes investimentos são necessários para beneficiar a população de baixa renda e incrementar a economia interna do país. Ou: ( ) 2. Estes recursos deviam ser aplicados em infra-estrutura (hidrelétricas, portos, rodovias), auxiliando o país a crescer e gerar empregos.

3. Na sua opinião, a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial: ( ) 1. Ajuda a combater a desigualdade racial no Brasil ou ( ) 2. Introduce na lei uma forma de discriminação racial

4. Na sua opinião, o sistema de cotas nas Universidades: ( ) 1. Ajuda a minimizar o problema do racismo e da desigualdade social, como política de ação afirmativa ou ( ) 2. Só aumenta a desigualdade, discriminando as raças.

Inicia-se a análise dos dados nesta dimensão tratando da polêmica redução da jornada de trabalho sem a redução salarial. É possível constatar, nos dados da Tabela 21, que a evolução das opiniões do conjunto dos deputados vem apresentando uma ligeira queda na porcentagem dos favoráveis nos últimos anos: em 1989, 61% dos deputados eram favoráveis à redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, sem a redução de salário; em 2002 eram 56% e em 2008 eram 51%.

**Tabela 21. Opinião dos deputados sobre a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, sem a redução de salário, segundo posicionamento ideológico do partido a que pertence o deputado**

Ano da Pesquisa	Opinião	Posicionamento Ideológico do Partido			TOTAL
		Direita	Centro	Esquerda	
1989	Contrário	29	54	33	39
	Favorável	71	46	67	61
	Total (N)	(17)	(11)	(3)	(31)
2002	Contrário	76	25	-	44
	Favorável	24	75	100	56
	Total (N)	(17)	(12)	(7)	(36)
2008	Contrário	64	61	-	49
	Favorável	36	39	100	51
	Total (N)	(11)	(18)	(8)	(37)

Fontes: Pesquisas com Deputados Estaduais (1989, 2002 e 2008).

Em 1989, os deputados de esquerda se posicionavam da seguinte maneira: 33% contrários e 67% favoráveis. Em 2002 este posicionamento modificou-se para 100% favorável, mantendo-se inalterado em 2008. Já entre os deputados de direita os dados de alteram em 1989, onde 71% dos deputados eram favoráveis para chegar em 24% em 2002 e 36% em 2008. Os deputados de

centro mantiveram-se majoritariamente em oposição às opiniões dos deputados de direita nos anos de 1989 e 2002, sendo que em 1989 54% eram contrários à redução da jornada de trabalho (sem redução de salário) e em 2002 75% passaram a ser favoráveis. No ano de 2008, o centro partilha da mesma opinião dos deputados de direita e, mudando a configuração majoritária dos anos anteriores, passa a ter 61% dos deputados contrários à redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, sem a redução de salário.

Com relação à redução da jornada de trabalho, apesar de em 1989, 67% dos deputados de esquerda se apresentarem favoráveis, este número cresceu para 100%, em 2002 e assim permaneceu em 2008. Enquanto que no período de 2002 e 2008 os deputados dos partidos de direita se mantiveram majoritariamente contrários à redução da jornada de trabalho. Mas em 1989, eram os deputados de direita que se posicionavam, em maior proporção, favoráveis à redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, sem a redução de salário. Do ponto de vista da significância estatística, as associações entre posicionamentos ideológicos dos deputados e suas opiniões sobre a redução da jornada de trabalho foram significativas em 2002 e 2008, mas não em 1989.

Demonstrando sua antipatia aos direitos trabalhistas (Tabela 22), os deputados de direita vêm ao longo dos anos mantendo-se desfavoráveis ao direito irrestrito de greve, sendo 88% em 1989 e 2002 e 75% em 2008. De maneira geral, o ano de 2002 foi o que atingiu menor índice de contrariedade ao direito irrestrito de greve, chegando a 58%; contra 84% em 1989 e 72% em 2008. Isto porque os deputados de centro pesaram nesta balança em 2002. Entre os deputados de centro, não ocorre uma evolução linear em seus posicionamentos: em 1989, 91%, ou seja, a grande maioria dos deputados de centro eram contrários ao direito irrestrito de greve. Mas em 2002 essa porcentagem se inverte, caindo para apenas 42% dos deputados de centro.

Já em 2008, os contrários voltam a crescer e alcançam 79% dos deputados de centro. Entre os de esquerda, esta evolução também não foi linear: em 1989, 67% dos deputados de esquerda eram favoráveis ao direito irrestrito de greve, já em 2002 este número cresce para 86%. Entretanto em 2008 ocorre uma redução, chegando à casa dos 50%. Em 1989, foram os deputados de esquerda que se colocaram mais favoráveis ao direito irrestrito de greve, chegando a 67%, bem superior aos 12% da direita e aos 9% do centro. Do mesmo modo, em 2002,

permanece sendo os deputados de esquerda os mais favoráveis, aumentando para 86%, mas neste ano os deputados de centro também apresentaram um aumento, chegando a 58% favoráveis.

**Tabela 22. Opinião dos deputados sobre o direito irrestrito de Greve, segundo posicionamento ideológico do partido a que pertence o deputado.**

Ano da Pesquisa	Opinião	Posicionamento Ideológico do Partido			TOTAL
		Direita	Centro	Esquerda	
1989	Contrário	88	91	33	84
	Favorável	12	9	67	16
	Total (N)	(17)	(11)	(3)	(31)
2002	Contrário	88	42	14	58
	Favorável	12	58	86	42
	Total (N)	(17)	(12)	(7)	(36)
2008	Contrário	75	79	50	72 (28)
	Favorável	25	21	50	28 (11)
	Total (N)	12	19	8	39

Fontes: Pesquisas com Deputados Estaduais (1989, 2002 e 2008).

No ano de 2008, a esquerda permanece sendo a mais favorável ao direito irrestrito de greve, mas decaiu um pouco a porcentagem, chegando à 50%, contra 25 entre os deputados de direita e 21% entre os deputados de centro. Enquanto em 1989 e 2002 as associações entre posicionamento ideológico e opiniões foram estatisticamente significativas, em 2008 isso não ocorreu.

Com relação às ações e programas sociais do governo<sup>65</sup>, principalmente quanto à destinação de recursos, para programas como Bolsa Escola<sup>66</sup>, Bolsa Família<sup>67</sup>, Luz para Todos<sup>68</sup>, pode-se verificar na Tabela 23 que a maior parcela dos deputados catarinenses acredita que tais

<sup>65</sup> Para outras informações sobre os Programas Sociais do atual governo ver: SANTOS (2004).

<sup>66</sup> Programa de transferência de renda a famílias carentes para combater a evasão escolar e o trabalho infantil. Concede benefício de R\$ 15 por beneficiário, para até 3 beneficiários.

<sup>67</sup> Programa de complementação de renda que beneficia famílias pobres. O benefício é concedido para famílias com renda mensal de até R\$ 50, benefício fixo de R\$ 50 tenham elas filhos ou não. Além do valor fixo, as famílias com filhos entre 0 e 15 anos têm um benefício variável de R\$ 15 por filho, até o limite de três benefícios. Para famílias com renda mensal acima de R\$ 50 e até o limite de R\$ 100, o Bolsa-Família paga mensalmente o benefício variável de R\$ 15 por filho de 0 a 15 anos, até o limite de três benefícios.

<sup>68</sup> Programa criado em novembro de 2003 para levar energia elétrica a 10 milhões de brasileiros residentes no meio rural até o ano de 2008, e dessa forma universalizar o acesso à energia a todas as pessoas. Estimativa de beneficiados: 7,2 milhões. Investimento previsto para 2008: R\$ 3,5 bilhões.

recursos possuem o intuito de privilegiar a população de baixa renda e incrementando, assim, um mercado e uma economia interna do país, inserindo maiores recursos por intermédio desta população. Mas, a maior parcela encontra-se entre os partidos de esquerda, ou seja, 88%, enquanto os deputados dos partidos de direita são apenas 64% e os de centro, 74%. Estas pequenas diferenças, porém, resultam em uma associação estatisticamente não-significativa.

**Tabela 23. Opinião dos deputados sobre os investimentos financeiros nos programas sociais do governo, segundo posicionamento ideológico do partido a que pertence o deputado**

Ano da Pesquisa	Opinião	Posicionamento Ideológico do Partido			TOTAL
		Direita	Centro	Esquerda	
2008	Estes investimentos são necessários para beneficiar a população de baixa renda e incrementar a economia interna do país	64	74	88	74 (28)
	Estes recursos deviam ser aplicados em infra-estrutura (hidrelétricas, portos, rodovias) auxiliando o país a crescer e gerar empregos	36	26	12	26 (10)
	Total (N)	11	19	8	38

Fontes: Pesquisas com Deputados Estaduais (2008).

Apesar de acreditar que os deputados dos partidos de direita se mantivessem contrários a algumas medidas de cunho mais sociais e inclusivas, com relação aos recursos destinados aos programas sociais do governo Lula, mesmo que em proporção menor que os deputados de esquerda (88%), existe uma aprovação (64%) na aplicação destes recursos no intuito de privilegiar a população de baixa renda e incrementar assim um mercado e uma economia interna do país. Essa aceitação, apesar de contrária à expectativa, pode justificar-se pelo fato desta população de baixa renda constituir-se de uma fatia grande do eleitorado catarinense, e nenhum deputado, que tem intenção de manter seu mandato – na busca de uma possível reeleição ou manutenção na vida pública – desejaria ou procuraria contrariar seu eleitorado. É muito difícil verificar tal hipótese, da mesma forma que é improvável que os deputados só emitam opiniões baseados na idéia de não contrariar seu eleitorado, visto que os deputados não sabem a opinião



concreta dos eleitores, e sim uma mera expectativa. De qualquer modo, quando se trata de questões sociais, a aposta no assistencialismo parece ser mais vantajosa.

Na linha de inserção social (Tabela 24), no ano de 2008 a maioria dos deputados é contrária ao Estatuto da Igualdade Racial, sendo 51% os que acreditam que o Estatuto introduz na própria lei uma forma de discriminação racial e apenas 49% dos deputados acreditam que ele ajuda a combater a desigualdade vivida pela população negra.

**Tabela 24. Opinião dos deputados sobre a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, segundo posicionamento ideológico do partido a que pertence o deputado (2008)**

Ano da Pesquisa	Opinião	Posicionamento Ideológico do Partido			TOTAL
		Direita	Centro	Esquerda	
2008	Ajuda a combater a desigualdade racial no Brasil	42	32	100	49
	Introduz na própria lei uma forma de discriminação racial	58	68	-	51
	Total (N)	(12)	(19)	(8)	(39)

Fontes: Pesquisas com Deputados Estaduais (2008).

Em 2008, a totalidade dos deputados dos partidos de esquerda aprovou a implantação do Estatuto da Igualdade Racial. Nesta concepção, a aplicação do Estatuto minimizaria a problemática do racismo ajudando a combater a desigualdade imposta à população negra. Na contramão destas políticas, 58% dos deputados de direita e 68% dos deputados de centro acreditam que ele introduz na própria lei uma forma de discriminação racial. A associação entre posicionamentos ideológicos dos deputados e suas opiniões sobre o Estatuto é estatisticamente significativa.

Quando se trata de discriminação, um dos temas mais controversos consiste nas cotas nas universidades. Na tabela 25, verifica-se que 32% dos deputados acreditam que o sistema de cotas ajuda a minimizar o problema do racismo e da desigualdade social. As diferenças, porém, são muito grandes, dependendo do posicionamento ideológico a que pertencem os deputados: aderem a esta opinião 88% dos deputados de partidos de esquerda, 10% dos de centro e 27% dos de direita (associação estatisticamente significativa). Mas 68% dos deputados acreditam que o

sistema de cotas só aumenta a desigualdade, discriminando as raças, sendo 90% dos deputados de centro e 73% dos deputados de direita e 12% dos deputados dos partidos de esquerda.

**Tabela 25. Opinião dos deputados sobre o sistema de cotas nas universidades, segundo posicionamento ideológico do partido a que pertence o deputado**

Ano da Pesquisa	Opinião	Posicionamento Ideológico do Partido			TOTAL
		Direita	Centro	Esquerda	
2008	Ajuda a minimizar o problema do racismo e da desigualdade social	27	10	88	32
	Só aumenta a desigualdade, discriminando as raças	73	90	12	68
	Total (N)	(11)	(19)	(8)	(38)

Fontes: Pesquisas com Deputados Estaduais (2008).

Vale ressaltar que, nas duas últimas questões analisadas: a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial e as cotas nas universidades foram os deputados dos partidos de centro que se posicionaram com maior distanciamento dos deputados de esquerda. A expectativa era que os deputados dos partidos de direita desempenhassem esse papel de oposição à esquerda no espectro ideológico. Com relação ao campo do centro, a expectativa configurava-se numa posição mais mediana, que não se confirmou, conferindo a este campo ideológico um papel determinante para conjunto das respostas.

## 7.4 CONSERVADORISMO SOCIAL E MORAL

### *7.4.1 Conservadorismo Social e Moral*

Uma das maiores preocupações da população brasileira é hoje a violência urbana<sup>69</sup>. Talvez maior que o problema do desemprego, da miséria ou da economia, a violência é um problema que desassossega os governos. Até por que, é intrínseco ao papel do Estado dar garantia à segurança e demonstrar sua capacidade de assegurar a preservação da vida, a liberdade de ir e vir e o direito à inviolabilidade da propriedade, evidenciando sua habilidade de reservar para si o monopólio da violência. O Estado perderia sua legitimidade se não conseguisse exercer tais preceitos. O problema comportamental dos novos tempos introduziu na sociedade situações que vêm se agravando com o tempo, como o caso da violência urbana. Estas manifestações em desacordo com o esperado pela sociedade, associadas às áreas urbanas, onde a falta de infra-estrutura mínima de sobrevivência e a baixa oferta de postos de trabalho imperam, agregados ao crescimento do tráfico de drogas e à disseminação das armas de fogo, propiciam que as discussões mais banais, como brigas familiares, de bar e de trânsito, terminem em assassinato ou outras formas de violência conhecidas.

Da mesma forma como a discussão sobre os problemas geradores da violência não é unânime na sociedade, a discussão sobre as possíveis soluções, também não o é. Alguns preferem priorizar uma política governamental de redução da miséria e da desigualdade, investindo em educação e outras oportunidades; e outros, preferem priorizar leis mais duras e uma política mais eficaz de repressão ao bandido, com o aumento de policiais treinados e equipados nas ruas.

Uma composição entre as duas opiniões também é corrente na sociedade brasileira, onde a solução passaria tanto por investimentos na segurança pública como na educação. Sendo a escola

---

<sup>69</sup> A fim de explicar o sentimento de insegurança generalizada que está no centro da experiência de vida urbana na atualidade, a perspectiva defendida por Silva (2004, p. 68), estabelece uma seqüência de nexos causais entre: "(a) uma crise de legitimidade do Estado; (b) o enfraquecimento da capacidade de controle social por parte das agências estatais, em particular; (c) o esgarçamento da ordem pública, devido ao mau funcionamento de suas 'garantias externas'; (d) a ampliação do recurso à violência como meio de obtenção de interesses; e, (e) a expansão e organização da criminalidade que recorre a este meio".

um espaço privilegiado de convívio e de formação da pessoa, devendo ter qualidade e se integrar à comunidade a sua volta, e uma polícia melhor equipada e um Poder Judiciário mais ágil e, se necessário, mais rigoroso.

As formas de punição às contravenções e aos crimes no Brasil são bastante discutíveis. A pena de morte é uma questão bastante controversa na sociedade brasileira, pois questiona se as pessoas têm ou não o direito de privar da vida um criminoso. Entre os argumentos a favor, mencionam-se: há crimes tão hediondos que só a morte resolve; a sociedade não deve trabalhar para sustentar os criminosos; só a pena de morte tem valor exemplificativo o bastante para coibir a brutalidade humana. Entre os argumentos contrários encontram-se: ninguém tem o direito de privar o outro da vida; a prisão perpétua ou prisões de longos períodos têm suficiente poder de coerção da criminalidade, oferecendo, além disto, a vantagem da plena recuperação do criminoso.

Na sociedade brasileira, outra questão moral que possui vertentes com opiniões distintas é o aborto: de um lado, grupos que apóiam a vontade e a decisão da mulher de escolher o que fazer com o seu corpo, grupo esse, representado pelos movimentos feministas, mas não composto somente por ele. De outro lado, grupos religiosos, entre outros, que condenam a prática abortiva, garantindo o direito à vida para os nascituros.

O direito à escolha é talvez, o principal argumento a favor da legitimação da prática do aborto induzido em determinadas circunstâncias. E o direito à vida, seria o principal argumento contrário ao aborto.

Tendo em vista estes argumentos, a hipótese levantada é:

H10: Os deputados de direita, por adotarem posturas mais conservadoras, tendem a ser favoráveis às punições mais severas, aplicando leis mais duras e uma política mais eficaz de repressão aos bandidos, como a pena de morte e ainda, acredita-se que se posicionem contrários ao ato do aborto. Os deputados dos partidos de esquerda devem apresentar-se mais propensos a discriminar o aborto, conferindo à mãe/mulher o direito à escolha e a possibilidade de administrar e conduzir a sua vida sob seu próprio juízo, enquanto tendem a criticar mais as violações dos direitos humanos, devem posicionar-se contrários às punições mais rígidas, como a pena de morte, tendendo a aplicar políticas governamentais de redução da miséria e desigualdade

no combate à violência. Os deputados dos partidos de centro, nestes casos, devem permanecer numa postura mediana.

As questões utilizadas para testar as hipóteses são:

01. Para resolver o problema da violência urbana o(a) Sr(a). priorizaria ( ) 1. Uma política governamental de redução da miséria e desigualdade ou ao contrário, ( ) 2. Leis mais duras e uma política mais eficaz de repressão aos bandidos.

02. Com qual das frases o(a) Sr(a). concorda mais..( ) 1. O aborto deve ser proibido em qualquer situação, ( ) 2. O aborto deve ser permitido se a mulher ficar grávida por causa de estupro, ou se houver risco de vida à gestante ou ( ) 3. O aborto é uma decisão que cabe à mulher, não devendo o Estado interferir na decisão.

03. Suponhamos que o (a) Sr. (a) tivesse que votar as seguintes medidas que eu vou mencionar, o Sr(a) votaria a favor ou contra: a instituição da pena de morte

Desde 2002, a maior parcela (87%) dos deputados catarinenses apóia a tese de que a violência urbana está diretamente relacionada ao problema da miséria e da desigualdade social, sendo, portanto, necessário combatê-la através de uma política governamental de redução destes níveis de miséria e proporcionando uma maior igualdade social. Em 2008, apesar de uma pequena redução, esta parcela ainda alcança 79% (Tabela 26). Entre os deputados catarinenses, 100% dos entrevistados dos partidos de esquerda vem mantendo desde 2002 um posicionamento favorável à adoção de uma política governamental de redução da miséria e da desigualdade social. Porém, entre os deputados dos partidos de direita, onde acreditava-se encontrar uma maior parcela de apoio à aplicação de leis mais duras e uma política mais eficaz de repressão ao bandido, este número, que em 2002 chegou a 22%, caiu para a metade (11%) em 2008. Neste ano, a maioria (89%) apoiou a opinião dos deputados dos partidos de esquerda. Com relação aos partidos de centro, mais uma vez encontram-se diferenciações contundentes: em 2002, 92% eram favoráveis a aplicação de uma política governamental de redução da miséria e da desigualdade social, mas em 2008 este índice cai para 65%.As associações entre as opiniões relativas a este tema e os posicionamentos ideológicos dos deputados não foram estatisticamente significativas, para nenhum dos dois anos em estudo.

Apesar do posicionamento dos deputados do partidos de esquerda corroborar a hipótese (H10) de que seriam mais preocupados em solucionar o problema da violência através de adoção políticas sociais e de combate à miséria e a fome, foi entre os deputados dos partidos de direita que a expectativa não se confirma. Entre eles, acreditava-se encontrar uma maioria disposta a aplicar medidas mais duras e punições mais rígidas no combate à violência urbana, mas encontra-se uma baixa porcentagem, que vem caindo nos últimos anos. Não foi possível construir uma linha única de explicação para este fato. De qualquer modo, é entre os deputados de esquerda que encontramos em maior grau o posicionamento que considera prioritária a aplicação de uma política governamental de redução da miséria e da desigualdade em contraposição à aplicação de leis mais duras e uma política mais eficaz de repressão aos bandidos.

**Tabela 26. Opinião dos deputados sobre a violência urbana, segundo posicionamento ideológico do partido a que pertence o deputado**

Ano da Pesquisa	Prioridade	Posicionamento Ideológico do Partido			TOTAL
		Direita	Centro	Esquerda	
2002	Uma política governamental de redução da miséria e desigualdade.	78	92	100	87
	Leis mais duras e uma política mais eficaz de repressão aos bandidos	22	8	-	13
	Total (N)	(18)	(12)	(7)	(37)
2008	Uma política governamental de redução da miséria e desigualdade.	89	65	100	79
	Leis mais duras e uma política mais eficaz de repressão aos bandidos	11	35	-	21
	Total (N)	(9)	(17)	(8)	(34)

Fontes: Pesquisas com Deputados Estaduais (2002 e 2008).

No caso da instituição da pena de morte no Brasil (Tabela 27), apesar da maior parte dos deputados entrevistados situarem-se no campo contrário a sua implementação (67% em 1989, 64% em 2002 e 74% em 2008), os deputados dos partidos de esquerda apresentaram-se 100% contrários em duas situações: 1989 e 2008. Em 2002 houve uma pequena redução, e este número caiu para 86%.

Entre os deputados dos partidos de direita houve uma inversão, pois em 1989, 75% eram contrários a adoção de uma política de pena de morte, em 2002 este número cai para 59% e volta a subir em 2008 para 64%. Já entre os deputados dos partidos de centro, ocorre uma evolução contínua, passando de 45% em 1989, para 58% em 2002 e chegando a 68% em 2008.

Por se tratarem de políticos mais inclinados à defesa dos direitos humanos, os deputados dos partidos de esquerda na sua totalidade, se apresentaram contrários à instituição da pena de morte nos anos de 1989 e 2008. Em 2002 houve uma pequena redução, e este número caiu para 86%. Entre os deputados dos partidos de centro, ocorre uma evolução de forma lenta e continuada, aumentando gradativamente o número dos que se apresentam contrários à aplicação da pena de morte no país. Em todos os três anos as associações encontradas não foram estatisticamente significativas.

Apesar da maioria dos deputados apresentarem-se contrários à instituição da pena de morte, a presença de altos índices de criminalidade e violência urbana fazem com que ainda configurem 26% dos deputados favoráveis. Essa proporção pode estar relacionada à sensação de impotência dos cidadãos brasileiros diante da impunidade impregnada na sociedade. Crimes são cometidos e leis existem para punir seus praticantes, mas o sistema judiciário, como um todo, possui inúmeras e incontáveis falhas que possibilitam que estes criminosos utilizem-se destes subterfúgios para manterem-se impunes, ou simplesmente, pelo fato de muitos não condenarem veementemente com a prática destes atos hediondos.

**Tabela 27. Opinião dos deputados sobre a instituição da pena de morte, segundo posicionamento ideológico do partido a que pertence o deputado**

Ano da Pesquisa	Prioridade	Posicionamento Ideológico do Partido			TOTAL
		Direita	Centro	Esquerda	
1989	Contrário	75	45	100	67
	Favorável	25	55	-	33
	Total (N)	(16)	(11)	(3)	(30)
2002	Contrário	59	58	86	64
	Favorável	41	42	14	36
	Total (N)	(17)	(12)	(7)	(36)
2008	Contrário	64	68	100	74
	Favorável	36	32	-	26
	Total (N)	(11)	(19)	(8)	-38

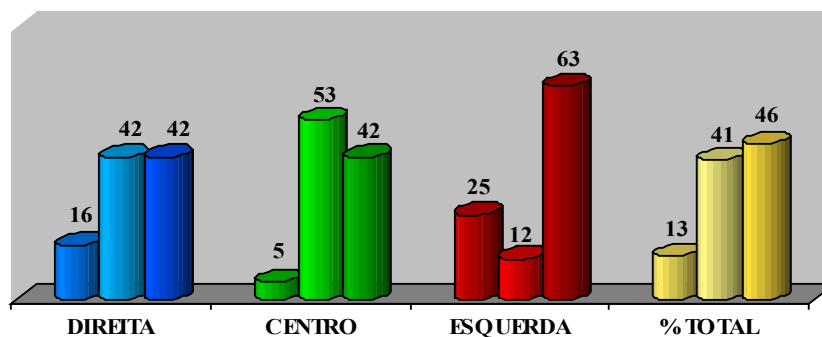
Fontes: Pesquisas com Deputados Estaduais (1989, 2002 e 2008).

O tema do aborto é mais polêmico e controverso: 46% dos deputados acham que o aborto é uma decisão que cabe à mulher (Gráfico 3). A maior parte dos deputados de esquerda, ou seja, 63% acreditam que o aborto é uma decisão que cabe somente a mulher e o Estado não deve interferir nesta decisão. Porém, entre os deputados dos partidos de direita, houve um empate entre as seguintes opiniões: ‘o aborto deve ser permitido se a mulher ficar grávida por causa de estupro ou se houver risco à gestante’ e ‘o aborto é uma decisão que cabe à mulher, não devendo o Estado interferir’, ambos com 42% e apenas 12% opinaram pela proibição do aborto em qualquer situação.

Com relação ao aborto, duas questões importantes devem ser observadas (Tabela 28), primeiramente, com relação à hipótese (H10) que acreditava que os deputados dos partidos de esquerda se apresentariam mais propensos a discriminar o aborto, conferindo à mãe/mulher o direito à escolha e à possibilidade de administrar e conduzir a sua vida sob seu próprio juízo, entretanto, na posição contrária ao aborto o maior número de deputados veio dos partidos de esquerda, com 25%, e não há uma ligação estrita com a religiosidade, profissão e partido, visto que os dois votos são de um petista e um pedetista, e os dois com formação superior em áreas distintas. Entre os deputados dos partidos de centro, 53% opinou pela lei atual: ‘o aborto deve ser permitido se a mulher ficar grávida por causa de estupro ou se houver risco à gestante’ e apenas 5% opinou pela proibição.



**Gráfico 3. Opinião dos deputados sobre a prática do aborto, segundo posicionamento ideológico do partido a que pertence o deputado (2008)**



<input checked="" type="checkbox"/>	<b>O aborto deve ser proibido em qualquer situação</b>
<input type="checkbox"/>	O aborto deve ser permitido se a mulher ficar grávida por causa de estupro ou se houver risco à vida da gestante
<input checked="" type="checkbox"/>	<b>O aborto é uma decisão que cabe à mulher, não devendo o Estado interferir nesta decisão</b>

Outro dado interessante que, neste caso, contraria a hipótese inicial (H10) é que apenas 16% dos deputados dos partidos de direita e, menos ainda, 5% dos de centro, condenam e proíbem a prática do aborto. A associação entre opinião sobre aborto e o posicionamento ideológico dos deputados não se mostrou estatisticamente significativa.

**Tabela 28. Opinião dos deputados sobre a prática do aborto, segundo posicionamento ideológico do partido a que pertence o deputado.**

Ano da Pesquisa	Prioridade	Posicionamento Ideológico do Partido			TOTAL
		Direita	Centro	Esquerda	
2008	O aborto deve ser proibido em qualquer situação	16	5	25	13
	O aborto deve ser permitido se a mulher ficar grávida por causa de estupro ou se houver risco à gestante	42	53	12	41
	O aborto é uma decisão que cabe à mulher, não devendo o Estado interferir	42	42	63	46
	Total (N)	(12)	(19)	(8)	(39)

Fontes: Pesquisas com Deputados Estaduais (2008).

## 7.5 DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO POLÍTICA, AUTORIDADE E GRAU DE CONCENTRAÇÃO DE PODER

### ***7.5.1 Democracia e Participação Política***

A palavra democracia<sup>70</sup> tem matriz no grego (demo = povo e cracia = governo), significando um governo do povo. De forma geral, deve-se entender a democracia como um sistema em que os cidadãos podem participar da vida política e possuem liberdade de expressão e manifestações de suas opiniões. A responsabilidade cívica é exercida por todos os cidadãos, diretamente ou através dos seus representantes livremente eleitos. A democracia é um regime político que se constitui na soberania popular, na liberdade eleitoral, na divisão de poderes e no controle da autoridade.

A democracia é um regime político: (a) que promove eleições competitivas livres e limpas para o Legislativo e o Executivo; (b) que pressupõe uma cidadania adulta abrangente; (c) que protege as liberdades civis e os direitos políticos; (d) no qual os governos eleitos de fato governam e os militares estão sob controle civil. Essa descrição minimalista procedural contrasta com aquelas não-procedurais, como a de Bollen (1980; 1991), e com as procedurais submínimas, como as de Schumpeter (1947) e Przeworski et alii (2000) (MAINWARING et al, 2001, pp. 645-6).

A grande maioria dos autores da literatura de democratização adota, na tradição Schumpeter/Dahl, a definição procedural mínima de democracia. Esta se refere basicamente a eleições livres, honestas e competitivas, a direitos civis e direitos políticos. Tem sido argüido, contudo, que o procedural mínimo é mínimo demais (SANTOS, 2001, p. 741).

Santos (2001, p. 741) cita a advertência que Terry Karl (1995) faz contra a 'falácia do eleitoralismo', onde nem sempre o fato de existirem partidos políticos e eleições seriam suficientes para a existência de uma democracia. Desta forma, “muitos autores 'precisam' essa

---

<sup>70</sup> Para acompanhar o debate sobre democracia, ver, entre outros: Schumpeter (1975), Sartori (1987), Bobbio (1989), Terry Karl (1990, 1995), Huntington (1991), Przeworski, et al (1996), Linz e Stepan (1996), O'Donnell (1997, 1999), Downs (1999), Mainwraing (2001), Leoni (2002), Kinzo (2004), Figueiredo (2006, 2007).

definição de democracia, adicionando-lhe novos 'atributos definidores'(cf. Collier e Levitsky, 1997)”.

Uma democracia, para Larry Diamond, Juan Linz e Seymour Lipset (1990, p. 6-7 apud O'DONNELL, 1999) consiste num sistema ou forma de governo que atenda a três condições primordiais: que exista uma vasta concorrência entre os indivíduos e os partidos políticos para as ocupações do governo, onde o poder possa ser verdadeiramente exercido, com intervalos adequados de tempo, e que não exista o uso da força; possuindo um grau de inclusão e da valorização da participação política na seleção dos líderes e das políticas públicas e “[...] um grau suficiente de liberdades civis e políticas; liberdade de expressão, liberdade de imprensa, liberdade de formar e filiar-se a organizações; para garantir a integridade da competição e da participação política”.

Para O'DONNELL (1999) a democracia possuiria quatro características específicas diferenciando-a dos demais tipos de regimes políticos existentes no mundo:

- (1) eleições competitivas e institucionalizadas;
- (2) uma aposta includente e universalista;
- (3) um sistema legal que promulga e respalda, no mínimo, os direitos e liberdades incluídos na definição de um regime democrático;
- e (4) um sistema legal que exclui a possibilidade de que uma pessoa, papel ou instituição sejam de *legibus solutus*. As duas primeiras características dizem respeito ao regime e as duas últimas ao Estado e ao seu sistema legal.

É através da participação popular que se desenvolve e se pratica a cidadania. A participação popular é um dos princípios clássicos da democracia, e está garantida em imprescindíveis mecanismos institucionais: como o voto universal e secreto, por meio do qual a população elege seus representantes, e as consultas populares – o plebiscito e o referendo. A Constituição de 1988 apresenta, ainda, em seu art. 14, inciso I, a iniciativa popular de lei, ou seja, a participação direta da população no Legislativo.

Na democracia direta, a decisão sobre os assuntos políticos ou administrativos de sua cidade, estado ou país, é tomada pelo povo de forma direta, através de plebiscitos ou consultas populares. Não existem intermediários. Na democracia indireta, o povo somente participa elegendo seus representantes (deputados, senadores, vereadores) através do voto, das eleições, e estes representantes é que tomam decisões em nome daqueles que os elegeram. Esta forma também é conhecida como democracia representativa.

A participação popular nas tomadas de decisões ou democracia participativa, nem sempre foi bem recebida pelos governantes, pois são eles que fazem o papel de atores na democracia representativa e não desejam perder sua posição de prestígio. Para alguns autores, como Rodrigues Filho (2007a), a democracia brasileira se limita basicamente ao ato de votar, o que, por si só, não caracteriza uma democracia, mas um cenário utilizado apenas durante o período de eleições. Para o autor, é necessária uma democracia entre as eleições, onde o povo possa ser ouvido sobre as grandes decisões deste país, muitas delas tomadas por pequenos grupos. Diferentemente, algumas opiniões são de que a democracia representativa é a única forma que contém certa possibilidade de controle e fiscalização, o que não ocorreria na participação popular.

Outro debate sugere a necessidade de combinar a democracia representativa com a democracia participativa. A maneira como os governos lidam com a questão da democracia e do populismo, num cenário mundial, acaba identificando alguns países como mais ou menos democráticos que outros, possuindo governos populares, populistas, ou autoritários.

Atos considerados antidemocráticos são ainda praticados no mundo todo. A não renovação da concessão da Rádio Caracas Televisión (RCTV) da Venezuela, para muitos políticos foi fruto de uma decisão política, uma consequência, sanção ou punição àquele canal de TV por supostamente posicionar-se contrário ao governo Chavista. Esta medida, tomada por Hugo Chávez, feriria a liberdade de imprensa e se constituiria num ato antidemocrático.

Entretanto, para outros, foi o resultado de um fato lógico considerando o término da vigência da concessão, pois na Venezuela não existe processo de revogação de concessão, já que isso teria que estar de acordo com o artigo 171 da Lei Orgânica de Telecomunicações (Lotel). Nesse sentido, de acordo com os artigos 1 e 4 do Regulamento sobre as Concessões para Televisões e Radiodifusoras Venezuelanas (decreto 1577), aquelas concessões outorgadas para estabelecimento e exploração de estações de televisão seriam válidas até o término de 20 anos, ou seja, em 27 de maio de 2007.

No embate político ao tema da democracia assume perspectivas diversas. E a própria democracia assim o faz em diversos países e épocas. Os movimentos populares, de todas as formas, caracterizam a possibilidade de expressão e posicionamento que a democracia permite. Onde esta possibilidade está posta, diversos movimentos reivindicatórios, sociais, políticos e de expressão cultural se organizaram e desenvolveram.

No Brasil, entre os movimentos sociais atuais, encontram-se duas organizações de trabalhadores rurais que se destacam no cenário político, tendo como suas bandeiras a luta pela democratização do acesso a terra e por melhores condições de trabalho e salário no campo: a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG<sup>71</sup>, e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra - MST<sup>72</sup>.

A CONTAG é a maior entidade sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais da atualidade. Foi fundada em 22 de dezembro de 1963, no Rio de Janeiro. É a mais antiga e está organizada em todo o país, e representa os interesses e os anseios dos trabalhadores e trabalhadoras rurais assalariados, permanentes ou temporários; dos agricultores e agricultoras familiares, assentados pela reforma agrária ou não; e, ainda, daqueles que trabalham em atividades extrativistas. O MST<sup>73</sup> – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, surgiu no estado do Rio Grande do Sul, a partir de uma ação coordenada de ocupação de terras ociosas. Na visão do próprio MST, o seu papel como movimento social seria o de continuar organizando os pobres do campo, conscientizando-os de seus direitos e mobilizando-os para que lutem por mudanças. Muitos acreditam que o MST é formado por grupos de arruaceiros, que organiza os trabalhadores rurais para se apossarem de terras, com o intuito de vendê-las posteriormente, na busca de proveito próprio ou de partidos políticos que representariam.

A reforma agrária consiste num sistema de redistribuição de terras, que são adquiridas pelo governo e distribuídas para famílias que não possuem terras para plantar. O governo deveria ainda fornecer as condições para estas famílias desenvolverem o cultivo, de forma a se estabelecerem no novo local de moradia. Uma das principais causas do problema agrário no Brasil está na concentração de terra, e num latifúndio improdutivo que se instalou no país. O desafio da reforma agrária continua a ser, em primeiro lugar, o de dar terra a quem não a tem,

<sup>71</sup> Ver: <<http://www.contag.org.br>>.

<sup>72</sup> O MST teve sua gestação no período de 1979 a 1984, e foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que se realizou de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, no estado do Paraná. Para maiores informações sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ver: STEDILE, João Pedro & FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente**. A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, e a página do MST: <<http://www.mst.org.br/mst/home.php>>.

<sup>73</sup> “O MST tem 19 anos de história e cerca de 1,5 milhão de afiliados. De acordo com o comando do movimento, cerca de 350.000 famílias foram assentadas até hoje e mais 80.000 vivem em acampamentos organizados pelo grupo. Com 1.800 escolas montadas. O MST tem cerca de 160.000 crianças estudando nos assentamentos, e 19.000 jovens e adultos envolvidos em programas de alfabetização”. Dados extraídos da **Revista VEJA** on line. Reforma Agrária em profundidade. Disponível em: <[http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/reforma\\_agraria/estatisticas.html](http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/reforma_agraria/estatisticas.html)>. Acesso em: Jun 2008.

mas passa a ser, cada vez mais, igualmente o de assegurar que o assentado possa transformar-se em agricultor produtivo e rentável.

Segundo Mainwaring et al. (2000), [...] no período pós-85, a direita se opôs energicamente à reforma agrária (e ao Movimento dos Sem-Terra). De outro lado, segundo Rodrigues (2002) a esquerda é mais favorável à reforma agrária.

Quando se trata da maneira como os movimentos sociais demonstram suas lutas e reivindicações, é possível questionar se estas ações ajudam a politizar a população sobre o problema social que defendem, ou se tais protestos mais ousados dos movimentos sociais, como a ocupação de prédios públicos e de terminais de ônibus urbanos só aumenta a insatisfação popular contra estes opositores e se sua legalidade.

A tendência dos partidos de esquerda é aceitar e incentivar mais a participação popular, deste modo, a ação dos movimentos sociais tende a ser vista como politizadora e conscientizadora das massas populares, estando a serviço do esclarecimento e da inclusão social.

A partir disso, é possível formular as hipóteses seguintes:

H11: O posicionamento dos partidos de esquerda aceita mais a participação popular nas tomadas de decisões, principalmente na busca da redução das desigualdades, na distribuição de renda e na implementação dos direitos sociais e da democracia, por isso, acredita-se que é possível encontrar nas respostas dos deputados de esquerda, uma maioria que apóia a participação popular nas decisões políticas;

H12: Acredita-se existir uma tendência dos partidos de esquerda em apoiar mais os governos populistas, apoiando mais as nações onde a democracia exercida através de referendos e plebiscitos. Por isso, os deputados dos partidos de esquerda devem apoiar países como a Venezuela, tanto no que diz respeito às formas de democracia, quanto nas ações destes governos mais populistas, como o caso da renovação da concessão da RCTV. Por seu turno, os deputados dos partidos de direita devem rejeitar estes posicionamentos;

H13: Os partidos de esquerda devem identificar-se com a defesa dos movimentos sociais, defendendo os movimentos como o MST e a Contag e ainda a reforma agrária e outras reformas

de cunho social do governo. Contrariamente os deputados dos partidos de direita devem apresentar sua antipatia com os mesmos.

As questões utilizadas para testar as hipóteses foram:

1. Qual a sua opinião sobre a seguinte afirmação: “Só há democracia se houver participação direta do povo nas decisões mais importantes, através de referendos e plebiscitos”. O (A) sr. (a): ( ) 1. Concorda totalmente ( ) 2. Concorda parcialmente ( ) 3. Discorda parcialmente ( ) 4. Discorda totalmente

2. Qual a sua opinião sobre o presidente venezuelano Hugo Chávez não ter renovado a concessão da emissora RCTV? ( ) 1. Atuou dentro da Lei Venezuelana ou ( ) 2. Um ato de censura, antidemocrático ou ( ) 3. Não Sabe (NS)

3. Qual das situações se aproxima mais de um regime democrático? ( ) 1. A situação que o Brasil vive atualmente. ( ) 2. A situação que a Venezuela vive atualmente.

4. Gostaríamos de saber: qual sua opinião com relação a estes temas:

4 a. Sobre a instituição do mecanismo de participação popular direta nas decisões, como os referendos, os plebiscitos e a iniciativa popular para apresentação de projetos de lei: ( ) 1. Contrário ou ( ) 2. Favorável

4 b. Sobre a participação popular, através de consultas, nas formulações de políticas públicas, no planejamento e no controle das ações do poder público, principalmente nas áreas de saúde, educação, assistência e seguridade social: ( ) 1. Contrário ou ( ) 2. Favorável

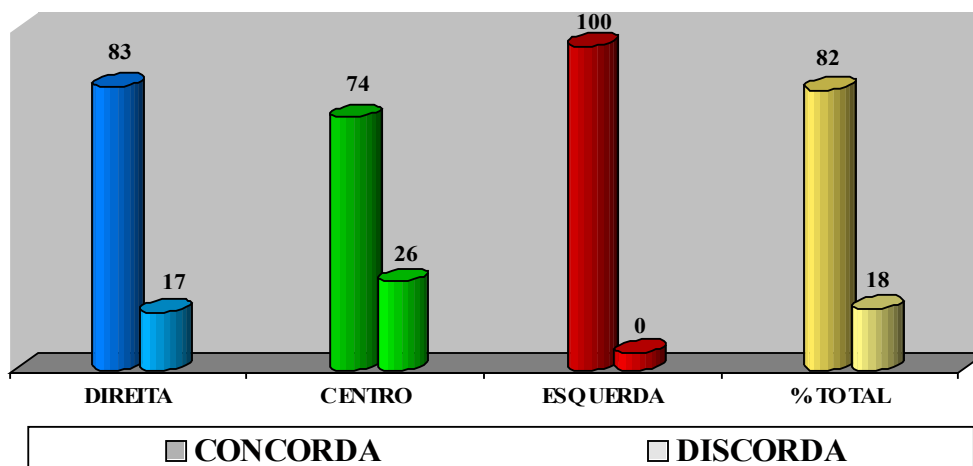
5. Na sua opinião, os protestos mais ousados dos movimentos sociais (EX: o MST, o Movimento Estudantil, o Movimento pela redução das passagens e o Movimento dos Sem-Teto), como a ocupação de prédios públicos e de terminais de ônibus urbanos: ( ) 1. Ajudam a politizar a população sobre o problema social que defendem ou ( ) 2. Só aumentam a insatisfação da população contra os movimentos sociais ou ( ) 3. Não Sabe (NS)

6. O Sr (a) concorda ou discorda das seguintes afirmações: B) “O MST não traz nenhum benefício para os trabalhadores rurais, servindo apenas para criar instabilidade política”: ( ) 1.

Concorda totalmente ou ( ) 2. Concorda em parte ou ( ) 3. Discorda em parte ou ( ) 4. Discorda totalmente.

Percebe-se, através dos dados do Gráfico 4, que a maioria dos parlamentares (82%), independente da filiação partidária concorda com a afirmação de que “só há democracia se houver participação direta do povo nas decisões mais importantes, através de referendos e plebiscitos”. Entre os deputados de esquerda este número sobe para 100%, mas entre os deputados de direita este número cai para cerca de 83%, e entre os deputados de centro este número diminui ainda mais, chegando a apenas 74%. Dessas pequenas diferenças entre deputados dos diversos “campos ideológicos” resulta uma associação estatisticamente não-significativa.

**Gráfico 4. Opinião dos deputados sobre a afirmação: "Só há democracia se houver participação direta do povo nas decisões mais importantes, através de referendos e plebiscitos" segundo posicionamento ideológico do partido a que pertence o deputado (2008)**

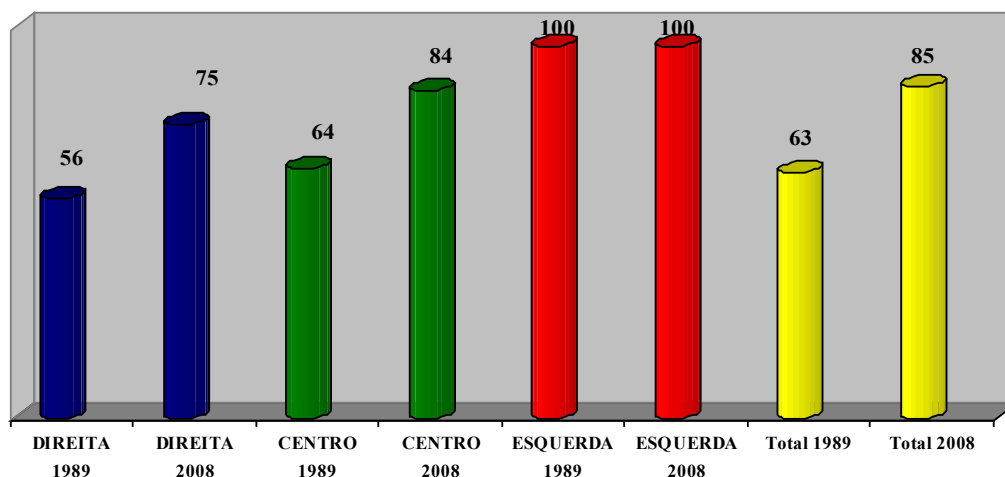


Sobre a instituição do mecanismo de participação popular direta nas decisões, como os referendos, os plebiscitos e a iniciativa popular para apresentação de projetos de lei (Gráfico 5), a proporção encontrada entre os favoráveis cresceu muito em 2008, passando de 63% (1989) para 85%.



Entre os deputados dos partidos de esquerda nas duas pesquisas observa-se 100% deles como favoráveis. Contudo, é importante ressaltar que esse quadro sofreu alterações nos últimos vinte anos, pois o posicionamento dos deputados dos partidos de direita e de centro favoráveis a estes mecanismos de participação direta cresce significativamente, passando de 56% e 64% em 1989, para 75% e 84% em 2008, respectivamente. De toda forma, as associações são estatisticamente não-significativas, tanto em 1989 quanto em 2008.

**Gráfico 5. Porcentagem dos deputados favoráveis a instituição do mecanismo de participação popular direta nas decisões, como os referendos, os plebiscitos e a iniciativa popular para apresentação de projetos de lei, segundo posicionamento ideológico do partido a que pertence o deputado**

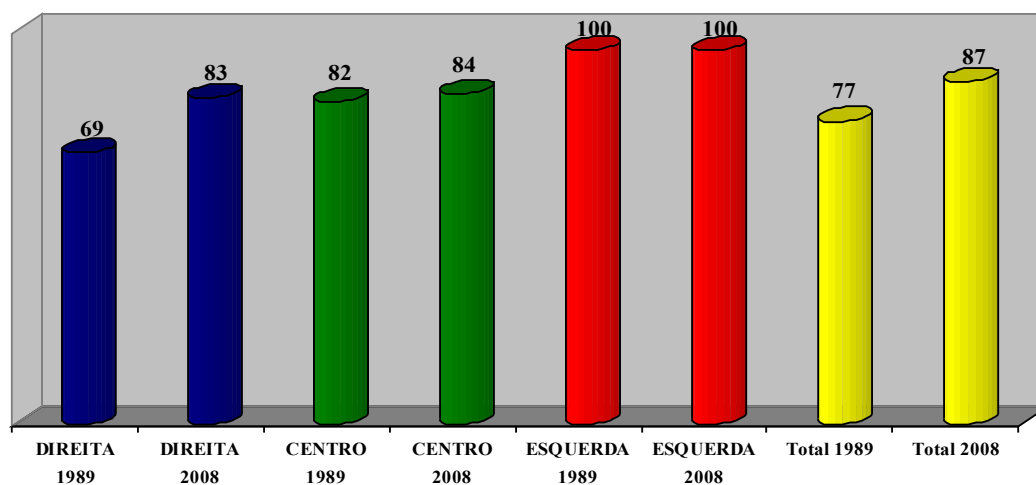


Da mesma forma, foi perguntado sobre a participação popular, através de consultas, nas formulações de políticas públicas, no planejamento e no controle das ações do poder público, principalmente nas áreas de saúde, educação, assistência e seguridade social (Gráfico 6); a proporção geral entre os deputados é predominantemente favorável, desde 1989, quando era 77% até 2008 quando chega a 87%.

Vale ressaltar que o posicionamento dos deputados dos partidos de esquerda não se altera no período, mantendo-se 100% favoráveis, tanto em 1989 quanto em 2008. De maneira similar, os deputados dos partidos de centro, que também mantiveram seu posicionamento numa média de

83% favoráveis a participação popular. Os deputados dos partidos de direita, também se apresentam mais favoráveis do que em 1989, subindo de 69%, para 83% em 2008.

**Gráfico 6. Porcentagem dos deputados favoráveis a participação popular, através de consultas, nas formulações de políticas públicas, no planejamento e no controle das ações do poder público, principalmente nas áreas de saúde, educação, assistência e seguridade social, segundo posicionamento ideológico do partido a que pertence o deputado**



A hipótese (H11) sobre o posicionamento dos partidos de esquerda com relação a uma maior aceitação da participação popular nas tomadas de decisões, como também através de consultas, nas formulações de políticas públicas, no planejamento e no controle das ações do poder público, principalmente nas áreas de saúde, educação, assistência e seguridade social, foi confirmada nas duas pesquisas, devendo salientar que, o posicionamento dos deputados dos partidos de direita e de centro apesar de diferente do posicionamento da esquerda, vem nos últimos anos, caminhando a uma relativa ampliação. Dado que as diferenças são relativamente pequenas, as associações entre as opiniões sobre este tema e os posicionamentos ideológicos dos deputados revelaram-se estatisticamente não-significativas, nos dois anos.

Buscou-se conhecer o entendimento dos deputados catarinenses sobre o regime democrático, com a pergunta: qual das situações: entre Brasil e Venezuela, se aproxima mais de um regime democrático? Para esta indagação, 100% dos deputados dos partidos de direita e de centro entenderam que, a situação que o Brasil vive hoje se aproxima mais com o que entendem

por regime democrático. Somente 14% dos deputados da esquerda compreendem que a situação mais próxima de regime democrático é a situação que a Venezuela vive atualmente. Esta pequena proporção reflete a opinião de apenas um deputado, dentre sete deputados, o que pode-se entender é uma proporção menor do que se esperava encontrar (do que resulta uma associação estatisticamente não-significativa).

**Tabela 29. Opinião dos deputados sobre qual das situações se aproxima mais de um regime democrático, segundo posicionamento ideológico do partido a que pertence o deputado**

Ano da Pesquisa	Opinião	Posicionamento Ideológico do Partido			TOTAL
		Direita	Centro	Esquerda	
2008	A situação que o Brasil vive atualmente.	100	100	86	97 (37)
	A situação que a Venezuela vive atualmente.	-	-	14	3 (1)
	Total (N)	12	19	7	38

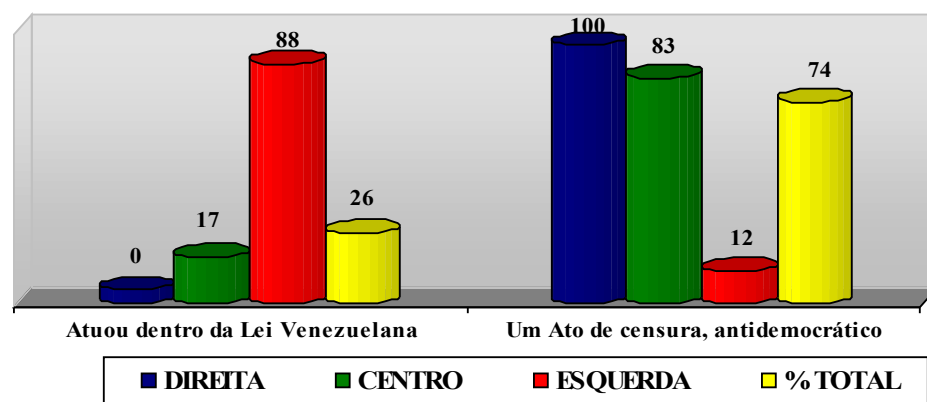
Fontes: Pesquisas com Deputados Estaduais (2008).

Consideradas a controvérsia e toda a divulgação que adquiriu o ato do presidente venezuelano Hugo Chávez de não ter renovado a concessão da emissora RCTV, buscou-se a opinião dos deputados catarinenses, segundo posicionamento ideológico do partido a que pertence o deputado. Os dados apresentados no Gráfico 7, mostram que 74% dos entrevistados acreditam que este ato foi antidemocrático, fazendo retornar a prática da censura. As diferenças de opinião, neste caso, são enormes (e a associação é muito forte e estatisticamente significativa): 100% dos deputados dos partidos de direita e 83% dos deputados dos partidos de centro entenderam esta atitude do governo Venezuelano como um ato de censura, um ato antidemocrático, de repressão e contrário a liberdade de imprensa. Somente 12% dos deputados de esquerda compartilham desta opinião, a maior parte dos deputados dos partidos de esquerda considerou que o presidente Hugo Chávez atuou dentro da lei venezuelana, não praticando nenhum ato desabonador, mas democraticamente utilizando-se da lei para atuar.

Os deputados dos partidos de esquerda apoiaram a ação do governo Venezuelano no caso da renovação da concessão da RCTV, confirmando a hipótese (H12) que considerava que os

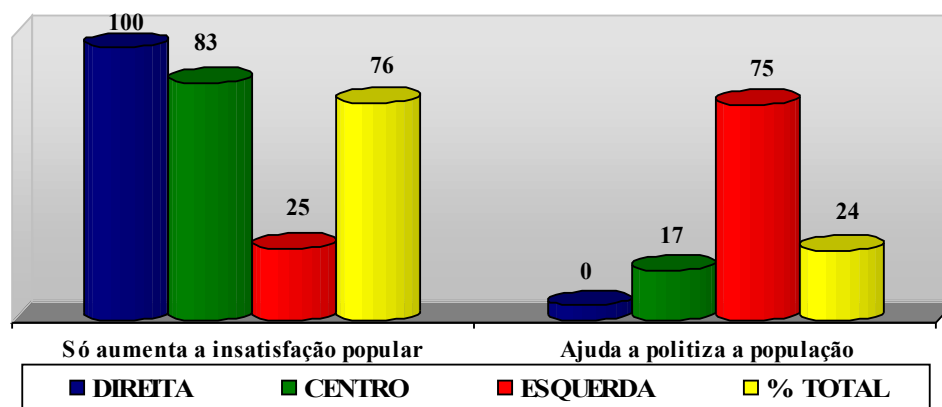
deputados dos partidos de esquerda, mais que os de centro e de direita acreditam que presidente Hugo Chávez atuou dentro da lei venezuelana. Por seu turno, os deputados dos partidos de direita e de centro entenderam este ato como um ato antidemocrático.

**Gráfico 7. Opinião dos deputados catarinenses sobre o caso da renovação da concessão da RCTV, segundo posicionamento ideológico do partido a que o deputado pertence (2008)**



Atos mais extremos são praticados por governos e também pelos movimentos sociais durante toda a história. O MST é um dos movimentos sociais de maior ousadia, acaba optando por invasões de terras, fazendas e institutos rurais para demonstrar sua insatisfação pela demora da implantação da política de reforma agrária no Brasil. Suas ações mais enérgicas acabam dividindo a opinião da população, pois muitos não acreditam nas suas bandeiras de lutas e outros, apesar de apoiarem suas idéias não admitem a prática das invasões.

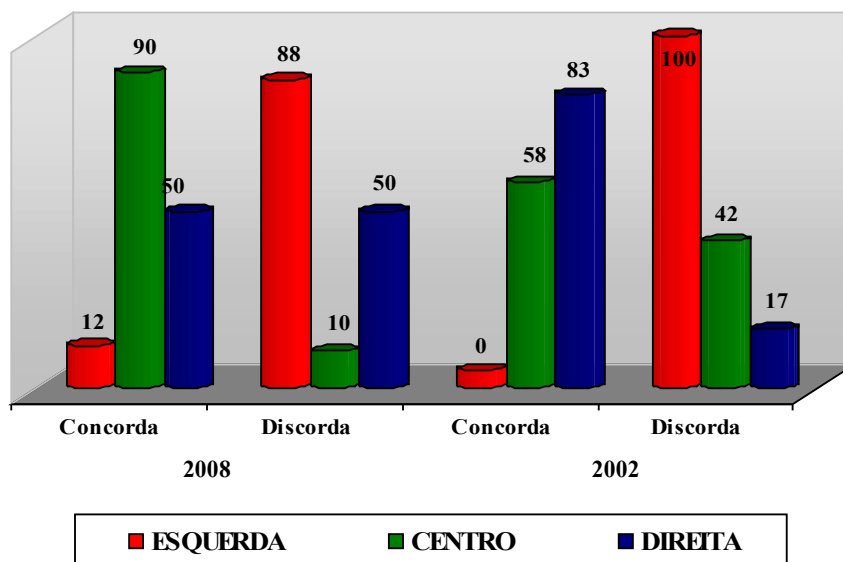
**Gráfico 8. Opinião dos deputados catarinenses sobre o papel dos protestos mais ousados dos movimentos sociais, segundo posicionamento ideológico do partido a que o deputado pertence (2008)**



Na opinião dos deputados catarinenses sobre o papel dos protestos mais ousados dos movimentos sociais, de modo geral, 76% os deputados acreditam que estas atitudes só aumentam a insatisfação popular (Gráfico 8). Opinião corroborada por 100% dos deputados dos partidos de direita. Na condição mediana, 83% dos deputados dos partidos de centro também posicionam-se nesta linha, contrariando os deputados dos partidos de esquerda, onde somente 25% compartilham desta opinião (resultando daí uma associação muito forte e estatisticamente significativa).

Com relação à afirmação de que “O MST não traz nenhum benefício para os trabalhadores rurais, servindo apenas para criar instabilidade política”, pode-se observar no Gráfico 9 uma tendência unívoca para os anos de 2002 e 2008, sendo que em média 60% concorda.

**Gráfico 9. Opinião dos deputados sobre a afirmação: “O MST não traz nenhum benefício para os trabalhadores rurais, servindo apenas para criar instabilidade política”, segundo posicionamento ideológico do partido a que pertence o deputado**



Em 2002 este posicionamento era mais contundente, pois 83% dos deputados dos partidos de direita concordavam com a afirmação acima, e nenhum dos deputados dos partidos de esquerda concordavam com ela. Os deputados dos partidos de centro, mantiveram-se em posições mais centrais, 58% concordavam e 42% discordavam da afirmação. Já em 2008, esta opinião diminuiu para 50% dos que concordam, entre os deputados dos partidos de direita, e subiu para 90% entre os deputados de centro. Nos dois anos encontramos associações estatisticamente significativas entre as opiniões sobre o tema e os posicionamentos ideológicos dos deputados.

Entretanto, em 2008, foi possível encontrar um deputado dos partidos de esquerda (12% deste grupo) que concorda com a afirmação de que o MST não traz nenhum benefício para os trabalhadores rurais, servindo apenas para criar instabilidade política, uma visão que cresceu em relação à pesquisa anterior.

### **7.5.2 Autoridade Política – Poder**

Autoridade é o legítimo poder de comando ou de ação. O poder do homem consiste nos meios de que dispõe para obter qualquer bem futuro. Em algumas situações a relação autoridade-submissão é confundida com um confronto entre poder e impotência, força e fraqueza. A liderança deveria existir para dar direção ao grupo e para que se empregue melhor os recursos humanos e materiais visando o objetivo comum. Uma liderança reúne em si as qualidades indispensáveis para conduzir o grupo a este objetivo comum.

Bobbio, Matteucci, Pasquino (1995, p. 940), na obra *Dicionário de Política*, assim se manifestam sobre o assunto:

A fonte do poder é, portanto a lei, à qual ficam sujeitos não apenas aqueles que prestam obediência, como são os cidadãos e consórcios, mas também aquele que manda. O aparelho administrativo do poder é o da burocracia, com sua estrutura hierárquica de superiores e de subordinados, na qual as ordens são dadas por funcionários dotados de competência específica.

As autoridades políticas de modo geral, e os líderes principalmente, desgostam particularmente de opositores. Os atos da oposição põem em discussão a justeza ou a veracidade de uma política implementada; negam, objetam, replicam ou rebatem opiniões e ações. Muitas vezes estas demonstrações são as únicas maneiras encontradas dos movimentos organizados demonstrarem suas opiniões aos demais cidadãos para que o debate e a discussão sobre o tema tomem maiores proporções, até mesmo porque, muitas vezes a discussão sobre as decisões governamentais fica restrita às assembleias legislativas, câmara de vereadores e palácios.

Autoridade é um tipo de poder e baseia-se no reconhecimento da legitimidade ou na legalidade da tentativa de exercer influência. Os indivíduos ou grupos que tentam exercer influência são percebidos como tendo o direito de fazê-lo dentro de limites reconhecidos, um direito que decorre de sua posição formal numa organização (SILVA, 1996).

Os partidos de direita tendem a apoiar a maior concentração de poder nas tomadas de decisão, principalmente por que passaram longos anos no poder e puderam usufruir desta prática. O poder de polícia é a limitação necessária de direitos de um segmento em razão dos interesses e direitos de outro. Enfim, o poder de polícia é a essencial característica do Estado que veio civilizar a vida selvagem anterior do homem. Por isso, polícia é, então, a organização administrativa que tem por atribuição impor limitações à liberdade (individual ou de grupo) na exata medida da necessidade da salvaguarda e da manutenção da ordem pública.

Como já havíamos apresentado, Singer (2000, p. 146) afirma que as diferenciações entre esquerda e direita vinculam-se muito mais à questão da mudança ou de conservação da ordem, ou seja, “a esquerda deseja mudança em favor de maior igualdade, enquanto a direita prefere breçar essas mudanças em nome da ordem”. Entretanto, como o tema da igualdade estaria presente na sociedade brasileira como um todo, a maneira como se daria a mudança torna-se um divisor entre esquerda e direita. “A divisão, na realidade, se dá em torno da mudança de dentro da ordem ou contra a ordem, resultando em instabilidade”.<sup>74</sup> Desta forma, as ações, mesmo que representem mudanças realizadas através da autoridade do Estado, devem ser apoiadas pelos deputados dos partidos de direita, incluindo ações que requerem força, no sentido da repressão, como o uso do exército brasileiro atuando como polícia, como também as que se referem à autoridade do Estado.

Quando estas mudanças são pretendidas através da mobilização popular, ou através da participação dos movimentos sociais, onde aparece a contestação da autoridade do Estado, elas tendem a ter o apoio dos partidos de esquerda. Para Singer (2000, p. 153), a direita prefere reforçar a autoridade do Estado, apoiando, inclusive, o seu direito de reprimir os movimentos sociais. “A esquerda, por seu turno, contesta a autoridade do Estado para fazê-lo, preferindo correr o risco da instabilidade, para produzir as mudanças necessárias, a ter que conviver com a autoridade estatal reforçada”(Ibid.).

Uma das formas do Estado, na figura de seu presidente, exercer sua autoridade de maneira direta, mesmo que provisoriamente, sobre os demais poderes, é a instituição da Medida Provisória.

A Constituição Federal prevê que, em casos de relevância e urgência, o presidente da República pode editar Medidas Provisórias – as chamadas MPs -, que contam com força de lei a

---

<sup>74</sup> Op. cit., p. 149.



partir do momento em que são publicadas no Diário Oficial da União. Após a edição, a MP é submetida imediatamente ao Congresso Nacional. A medida provisória perde sua eficácia caso não seja convertida em lei no prazo de 60 dias, que pode ser prorrogado uma vez por igual período. Desde a emenda 32/2001 ficou proibida a reedição de MPs. Assim, caso a medida provisória não seja votada em 120 dias ela perde sua força de Lei e não pode ser reeditada.

As Medidas Provisórias integram a realidade jurídica de modo contínuo, e às vezes, abusivamente, por parte daquele a quem compete sua emissão. É preciso cautela e uma razão crítica apurada para o estudo desse assunto. A vertente de maior relevância hoje entende que em determinadas situações emergenciais, o país realmente careça de medidas de natureza provisória. Porém, é admissível o aviltamento das MPs através de sucessivas edições?

Assim, as hipóteses a serem testadas são:

H14: Os deputados dos partidos de direita tenderão a apoiar a maior concentração de poder nas tomadas de decisão, apoiando a existência de líder que coloque as coisas no lugar, e tenderão a apoiar as ações do Estado, visando garantir a estabilidade mesmo aquelas que representem mudanças, incluindo ações que requerem força, no sentido da repressão, como o uso do exército brasileiro atuando como polícia, e contrariamente, devem recriminar os protestos mais ousados dos movimentos sociais;

H15: Sobre o uso das Medidas Provisórias, mecanismo através do qual o presidente implementa medidas consideradas urgentes, os partidos de direita tendem a apoiar a maior concentração de poder nas tomadas de decisão, o que definiria sua tendência nesta concordância.

Questões a serem utilizadas:

1. Para resolver os problemas do Brasil, é melhor: ( ) 1. A atuação de um líder que coloque as coisas no lugar ou ( ) 2. A participação da população nas decisões importantes do governo

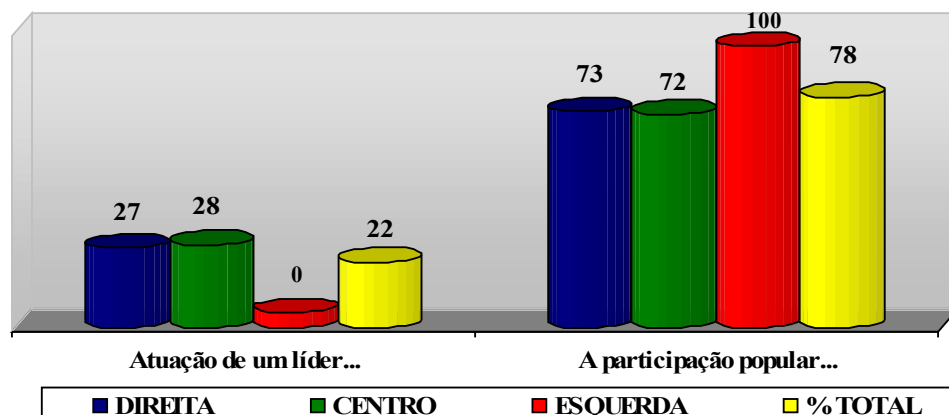
2. Sobre o uso das Medidas Provisórias, mecanismo no qual o presidente implementa medidas consideradas urgentes, o Sr. (a): ( ) 1. Concorda ou ( ) 2. Discorda ou ( ) 3. Não Sabe (NS)

3. Suponhamos que o (a) Sr. (a) tivesse que votar as seguintes medidas que eu vou mencionar, o Sr(a) votaria a favor ou contra: a atribuição às Forças Armadas de poder de polícia:  
( ) 1. Contrário ou ( ) 2. Favorável

Com relação à participação popular *versus* a atuação de um líder que coloque as coisas no lugar, os dados do Gráfico 11 mostram que, em 2008, 78% do total de deputados entrevistados acreditam na participação popular como melhor solução para resolver os problemas do Brasil, e apenas 22% acreditam na atuação de líder que coloque as coisas no lugar. Entretanto, em torno de 27% dos deputados dos partidos de direita e 28% de centro ainda acreditam na figura de um líder que tome para si a responsabilidade de conduzir a política brasileira. Entre os deputados dos partidos de esquerda, nenhum acredita nesta possibilidade, sendo que a totalidade acredita na participação popular nas decisões mais importantes do governo.

A hipótese (H14) de que os deputados dos partidos de direita tenderiam a apoiar a maior concentração de poder nas tomadas de decisão, apoiando a existência de líder que coloque as coisas no lugar, não se corrobora por completo, visto que 73% deles acreditam na participação popular, entretanto, é preciso ressaltar que, apesar de a maioria discordar da atuação de um líder, o maior número de apoiadores desta opinião corresponde efetivamente aos deputados de direita e de centro. De toda forma, a associação é estatisticamente não significativa. Como não se tem dados das pesquisas anteriores, não é possível fazer um comparativo ao longo dos anos sobre a evolução deste pensamento.

**Gráfico 10. Opinião dos deputados catarinenses sobre a atuação de um líder versus a participação popular, segundo o posicionamento ideológico do partido a que o deputado pertence (2008)**



Na opinião dos deputados catarinenses, sobre dar atribuição às Forças Armadas poder de polícia, observa-se na Tabela 30 que a maior parte dos deputados entrevistados em 1989 (79%) e 2008 (66%) eram favoráveis. Mas em 2002 estes dados se inverteram, revelando uma proporção de apenas 31% favoráveis a esta medida.

**Tabela 30. Opinião dos deputados sobre a atribuição às Forças Armadas de poder de polícia, segundo posicionamento ideológico do partido a que pertence o deputado**

Ano da Pesquisa	Prioridade	Posicionamento Ideológico do Partido			TOTAL
		Direita	Centro	Esquerda	
1989	Contrário	20	9	67	21
	Favorável	80	91	33	79
	Total (N)	(15)	(11)	(3)	(29)
2002	Contrário	53	75	100	69
	Favorável	47	25	-	31
	Total (N)	(17)	(12)	(7)	(36)
2008	Contrário	27	32	50	34
	Favorável	73	68	50	66
	Total (N)	(11)	(19)	(8)	(38)

Fontes: Pesquisas com Deputados Estaduais (1989, 2002 e 2008).

A disparidade observada nos dados é extraordinária. Entre os deputados dos partidos de direita, em 1989, 80% eram favoráveis, caindo para 47% em 2002 e voltando a subir em 2008

para 73%. Entre os deputados dos partidos de esquerda, ocorre situação inversa, em 1989, 33% eram favoráveis à atribuição de poder de polícia às forças armadas brasileiras, caindo para 0%, em 2002 e subindo para 50%, em 2008. E, entre os deputados de centro as diferenciações são bastante marcantes (seguindo a mesma direção dos partidos de direita): 91% deles são favoráveis em 1989, 25% em 2002 e 68% em 2008.

A utilização das Forças Armadas com poder de polícia, em alguns casos, tende a ser vista como demonstração do Estado do seu poder de mando, enquanto em outras situações pode ser interpretado como uma ação mais enérgica e eficaz no combate ao crime. A maior parte dos deputados entrevistados em 1989 (79%) e 2008 (66%) mostrou-se favorável à utilização dos soldados do exército como força policial. Mas em 2002 estes dados se inverteram, revelando uma proporção de apenas 31% dos deputados favoráveis. Não foi possível verificar se os dados de 2002 refletem alguma queda mais expressiva da criminalidade, mas a hipótese (H14) de que os deputados dos partidos de direita apoiariam as ações do Estado, visando garantir a estabilidade, mesmo aquelas que representem mudanças, incluindo ações que requerem força, no sentido da repressão, como o uso do exército brasileiro atuando com poder de polícia foi corroborada nos anos de 1989 e 2008, pois em 1989, 80% eram favoráveis, e 73%, em 2008. Entretanto, para nenhum dos três anos foi encontrada associação estatisticamente significativa entre os posicionamentos ideológicos dos deputados e suas opiniões sobre a atribuição de poder de polícia às Forças Armadas. Se, porém, agregarmos os deputados de direita e centro e contrastarmos este conjunto com os deputados de esquerda, as diferenças passam a ser estatisticamente significativas. As formas de repressão e aplicação da autoridade do Estado se apresentam de diversas maneiras. Não só pela repressão policial, ou seja, física, mas também pela aplicação de medidas que restrinjam a participação popular e parlamentar nos processos de tomada de decisões.

O uso das Medidas Provisórias é uma estratégia considerada por muitos como uma ação autoritária e restritiva da ação popular, onde o presidente implementa medidas consideradas urgentes sem que a passagem pelos trâmites legais e parlamentares seja necessária. Com algumas variações, medidas desta natureza são utilizadas em muitos países do mundo, pois facilitam o processo de tomada rápida de decisão, mas restringem o debate acerca do assunto a ser votado. A maior crítica que se faz ao uso das medidas provisórias é a maneira irrestrita com que ela seria

usada no Brasil. Diversas matérias são editadas desta forma; só em 2008 foram 39 medidas editadas, e 26 já convertidas em lei, totalizando 451 MPs desde 1988<sup>75</sup>.

Em 1989, a maioria dos deputados entrevistados (71%) declarou ser contrário à utilização das medidas provisórias (Tabela 31). Este número declina significativamente em 2008, quando 46% dos entrevistados manifestaram a sua discordância ao uso das MP's

Tinha-se como base a idéia de que os parlamentares dos partidos de direita tenderiam apoiar uma maior concentração de poder nas tomadas de decisão, o que definiria sua tendência nesta concordância. Porém, entre os deputados dos partidos de direita, 59% constituíam os contrários em 1989, e em 2008 este número saltou para 83%. Através dos dados observa-se que atualmente 12% dos deputados dos partidos de esquerda rejeitam o uso das medidas provisórias. Este número diminuiu bastante desde 1989, onde os contrários somavam 67%. Concomitante aos deputados dos partidos de esquerda, 91% dos deputados dos partidos de centro discordavam do uso das medidas provisórias em 1989, mas esta relação mudou bruscamente, sendo que em 2008, este número caiu para apenas 37% deles.

Em 2008, quando a esquerda ocupa o poder em âmbito nacional, os deputados estaduais destes partidos passam a ser mais favoráveis ao uso das MP's do que os demais deputados, chegando a 88%.

**Tabela 31. Opinião dos deputados sobre o uso da medida provisória, segundo posicionamento ideológico do partido a que pertence o deputado**

Ano da Pesquisa	Prioridade	Posicionamento Ideológico do Partido			TOTAL
		Direita	Centro	Esquerda	
1989	Contrário <sup>76</sup>	59	91	67	71
	Favorável	41	9	33	29
	Total (N)	(17)	(11)	(3)	(31)
2008	Contrário	17	63	88	54
	Favorável	83	37	12	46
	Total (N)	(12)	(19)	(8)	(39)

Fontes: Pesquisas com Deputados Estaduais (1989 e 2008).

<sup>75</sup> Base de dados do Governo Federal. Disponível em: <<http://legislacao.planalto.gov.br/>>. Acesso em 24 Dez 2008.

<sup>76</sup> Na pesquisa de 1989 as opções de respostas ofertadas foram: Concorda ou Discorda, que para condição de comparação com as demais pesquisas utilizamos Favorável e Contrário.

A disposição dos deputados dos partidos de direita de apoiarem a autoridade do Estado sugeriria haver uma aprovação maior entre este segmento, com relação ao uso das Medidas Provisórias, pois os parlamentares dos partidos de direita tenderiam a apoiar uma maior concentração de poder nas tomadas de decisão. Esta hipótese (H15) não foi corroborada para o ano de 1989.

Uma possibilidade para o fato da hipótese (H15) não ser corroborada em 1989 é que o clima nacional do período era exatamente o da redemocratização e o fim dos governos autoritários do período ditatorial, sendo muito recente a abertura política no Brasil.

Esta hipótese foi corroborada para 2008, entre os deputados dos partidos de direita, e mesmo para o ano de 1989 os deputados de direita eram mais favoráveis do que o de esquerda, conforme previa a hipótese. Entre os deputados de esquerda a hipótese se confirma, pois em 1989, 67% eram contrários e em 2008, chegam a 88%. E mesmo em 2008, vale ressaltar que a chegada da esquerda ao poder em âmbito federal não influenciou os deputados de esquerda a serem mais complacentes com o uso das MPs. Os deputados de centro também alternaram seu posicionamento: em 1989 eram 91% contrários e em 2008, apenas 63%. A associação é estatisticamente significativa em 2008, mas não em 1989.

Uma possibilidade para o fato de a maioria dos deputados de direita e centro serem contrários ao uso das MPs em 1989 é que o clima nacional do período era exatamente o da redemocratização e o fim dos governos autoritários do período ditatorial, sendo muito recente a abertura política no Brasil.

## 7.6 REPRESENTAÇÃO: INTERESSES INDIVIDUAIS, DE GRUPOS OU DE TODOS?

### *7.6.1 De Quem são os Interesses*

O político pauta seus projetos e funções de acordo com interesses de indivíduos ou grupos, com os quais cultivava uma relação de proximidade pessoal. Em troca, o político recebe

votos. Assim, clientelismo<sup>77</sup> refere-se a trocas entre particulares de bens privados ou também públicos entre atores desiguais, chamados de patrões e clientes, e “indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto”(CARVALHO, 1997). “As relações clientelísticas ocorrem entre o governo, ou políticos, e setores pobres da população. Deputados trocam votos por empregos e serviços públicos que conseguem graças à sua capacidade de influir sobre o Poder Executivo”<sup>78</sup>.

De acordo com esta visão, políticos brasileiros buscariam adotar estratégias para construir junto ao seu eleitorado laços pessoais, onde a troca de votos seria trocado por favores políticos ou financeiros. Entretanto, como demonstra Figueiredo (2002a, p. 305) “o sistema político brasileiro não gera as condições motivacionais, e nem mesmo as institucionais, para que políticos baseiem suas carreiras políticas exclusivamente em vínculos pessoais e partidários com os eleitores e com o Executivo”.

No Brasil, a prerrogativa conferida aos parlamentares de apresentar emendas ao orçamento é tomada como prova suficiente de que poderiam imprimir um perfil distributivista às políticas públicas,[...] [entretanto] o arcabouço institucional em vigor provê poucos recursos e pequenas possibilidades para que os legisladores venham a influenciar individualmente nos resultados da alocação de recursos (FIGUEIREDO, 2002A, P. 313).

De toda forma, os partidos políticos se organizam de formas distintas entre si. Para Mainwaring (2001), os partidos políticos do tipo partido de massas, no qual a maior parte dos partidos de esquerda se enquadram, buscam identificar-se com uma determinada classe ou grupo social, e buscam defender políticas de interesse destes grupos. Para isto, necessitam estar mais enraizados junto ao seu eleitorado, e necessariamente devem ter uma postura mais clara da ideologia que defendem.

Já os partidos *Cath All Parties*, também chamados de partidos pega-tudo, buscam atrair eleitores e votos assumindo uma postura mais ampla de propostas eleitorais, sem que precisem se posicionar definitivamente em temas que considerem mais polêmico. Os *cath all* tendem a buscar

---

<sup>77</sup> Sobre o tema do Clientelismo ver, entre outros autores: Leal (1948), Graham (1997) e Carvalho (1997).

<sup>78</sup> Ibid.

posicionamentos que agradem um número maior de grupos, desvinculando-se de um único grupo de sustentação ou base eleitoral. “Evitam posições ideológicas polarizadas e buscam se aproximar de uma ampla variedade de grupos de interesse” (MAINWARING, 2001, p. 48-49).

Assim, no Brasil, os partidos de direita tenderiam a funcionar como partidos *catch all*, atendendo aos interesses de todos, enquanto os partidos de esquerda tenderiam a defender políticas mais ligadas a grupos de interesses.

No seu papel de agente do povo os deputados acabam recebendo solicitações para realizar/interpor proposições para atingir e realizar ações que atendam as necessidades dos seus eleitores. Entre as solicitações que os deputados catarinenses recebem de seus eleitores, buscou-se observar se a maioria se refere ao atendimento de problemas de ordem pessoal (emprego, hospitalização, vaga em escola, etc.), ou se refere, em sua maioria, a problemas mais coletivos. Mais importante ainda: como o deputado se comporta frente a estas solicitações?

Sobre este tema as hipóteses são as seguintes:

H16: Os partidos de esquerda se enquadram no tipo de partido que busca identificar-se com uma determinada classe ou grupo social, enquanto os partidos de direita buscam funcionar como partidos *catch all*, atendendo aos interesses de todos. Com base na dicotomia utilizada por Mainwaring entre partidos de massa e partidos *catch all*, supõe-se que a posição mais “universalista” partiria dos deputados dos partidos de direita, que tenderiam a defender o “interesse de todos”, enquanto os deputados dos partidos de esquerda poderiam mais facilmente dizer que defendem interesses de grupos.

H17: A tendência é que os deputados dos partidos de direita se posicionem de maneira a receberem mais reivindicações de caráter individual, e atendam mais solicitações deste caráter. Enquanto os deputados dos partidos de esquerda, em maior grau que os de direita, tendem a dizer que o atendimento das demandas tem um caráter mais coletivo, do que o estritamente pessoal.

As questões utilizadas são:



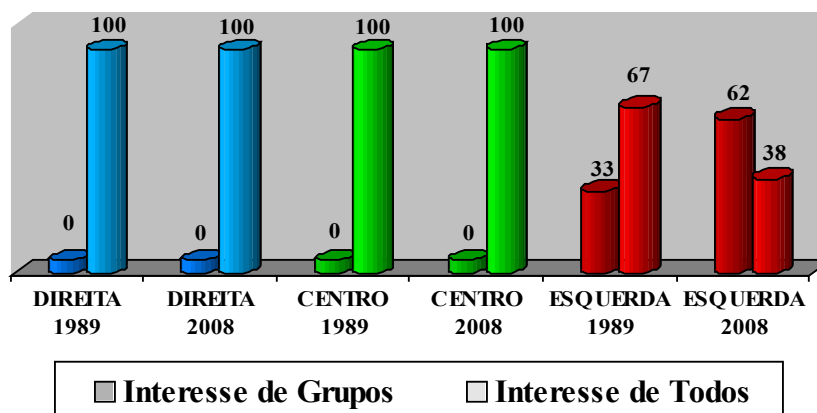
1. O (A) Sr. (a) acha que os partidos devem defender: ( ) 1. O Interesse de grupos ou ( ) 2. O Interesse de todos.

2. Entre as solicitações que recebe de seus eleitores, o (a) Sr.(a) diria que a maioria se refere a atendimento de problemas de ordem pessoal (emprego, hospitalização, vaga em escola, etc.), ou se refere, em sua maioria, a problemas mais coletivos? ( ) 1. Maioria pessoal ou ( ) 2. Maioria coletivo ou ( ) 3. Igual.

3. E seu atendimento a tais solicitações, tem caráter mais pessoal ou coletivo? ( ) 1. Maior parte tem caráter pessoal ou ( ) 2. Maior parte tem caráter coletivo ou ( ) 3. Igual.

Buscou-se perceber de que maneira os partidos políticos são vislumbrados pelos deputados catarinenses, principalmente no que tange à questão de qual interesse os partidos devem defender. Observa-se no Gráfico 11 que tanto em 1989 quanto em 2008 a maior parte dos deputados acredita que os partidos devem defender os interesses de todos, sendo respectivamente 96% e 87% os percentuais de deputados que têm esta opinião. Essa ligeira queda em 2008 reflete o posicionamento dos deputados dos partidos de esquerda, onde em 1989 apenas 33% priorizava o interesse de grupos, passando para 62%, em 2008. A opinião dos deputados de direita e de centro não se alterou ao longo dos anos, mantendo-se em 100% na defesa do interesse de todos. Tanto em 1989 quanto em 2008 as associações encontradas foram estatisticamente significativas.

**Gráfico 11. Opinião dos deputados sobre o tipo de interesse que os partidos políticos devem defender, segundo o posicionamento ideológico do partido a que o deputado pertence.**



Segundo a hipótese (H16), os partidos de esquerda no Brasil tenderiam a se enquadrar no típico partido de massas, enraizado ao seu eleitorado, normalmente focado em um segmento da sociedade. Este tipo de partido tende a defender o interesse de um grupo que os apóia, de uma classe social distinta. A hipótese foi corroborada neste sentido, mas só em 2008, onde mais de 60% dos deputados assim se posicionaram na pesquisa; enquanto os partidos de direita e de centro se identificaram 100% com a opção de interesses de todos. Mais uma vez o fato de haver somente um deputado do PT em 1989 pode ter influenciado neste resultado, visto que naquele período, mais que em qualquer outro da história daquele partido, o PT se apresentava como representante da 'Classe Trabalhadora' e o deputado petista assim se posicionou, entretanto, os demais deputados do PDT posicionaram-se a favor do interesse de todos, refletindo a porcentagem de 67%.

Com relação à opinião dos deputados catarinenses sobre o tipo de solicitações que recebem do seu eleitorado (Tabela 32) é preciso apresentar uma ressalva: na pesquisa realizada em 2008 foi incluída a opção “igual” nas respostas, ou seja, o deputado poderia optar e afirmar que recebe igualmente solicitações de ordem pessoal e de ordem coletivas<sup>79</sup>. Na pesquisa de 1989 e de 2002 essa opção não existia, por isso é possível dividir as opiniões entre ‘Maioria Caráter Pessoal’ e ‘Maioria Caráter Coletivo’. Em 1989, 73% dos deputados receberam a maioria das solicitações de caráter pessoal, e somente 27% referiam-se a solicitações de caráter coletivo. Já em 2002, somente 45% dos deputados afirma ter recebido a maioria das solicitações de caráter pessoal, enquanto 55% afirmam ter recebido a maior parte das solicitações de caráter coletivo.

Em 2008, com a inclusão da opção ‘igual’ as opiniões ficaram bastante divididas. Mas é possível notar que o número de solicitações pulveriza-se nas três opções.

Em 1989, os deputados dos partidos de direita afirmam que 71% das solicitações que receberam eram de caráter pessoal, sendo superados pelos partidos de esquerda, onde 100% das solicitações que receberam eram de caráter pessoal. Em 2002, tanto dos partidos de esquerda (20%) como dos de direita (40%), tiveram um queda no percentual de solicitações de caráter pessoal, mas entre os deputados dos partidos de centro os números permanecem: 71% receberam mais solicitações de caráter pessoal.

---

<sup>79</sup> Compreende-se que a comparação destes dados fica bastante prejudicada com a diferenciação das questões.

No ano de 2008, entre os deputados dos partidos de esquerda caem para 0% as solicitações de caráter pessoal, sendo que caem também para o centro (48%) e entre os deputados de direita (25%). Nos três anos as associações são não-significativas.

**Tabela 32. Opinião dos deputados sobre as solicitações que recebem dos seus eleitores, segundo posicionamento ideológico do partido a que pertence o deputado**

Ano da Pesquisa	Solicitações	Posicionamento Ideológico do Partido			TOTAL
		Direita	Centro	Esquerda	
1989	Maioria Caráter Pessoal	71	70	100	73 (19)
	Maioria Caráter Coletivo	29	30	-	27 (7)
	Total (N)	14	10	2	26
2002	Maioria Caráter Pessoal	40	71	20	45 (10)
	Maioria Caráter Coletivo	60	29	80	55 (12)
	Total (N)	10	7	5	22
2008	Maioria Caráter Pessoal	25	48	-	31 (12)
	Maioria Caráter Coletivo	33	26	62	36 (14)
	Igual <sup>80</sup>	42	26	38	33 (13)
	Total (N)	12	19	8	39

Fontes: Pesquisas com Deputados Estaduais (1989, 2002 e 2008).

Uma das hipóteses para que as solicitações pessoais sejam maioria entre as solicitações entre todas as correntes partidárias é o fato de que a população acaba identificando o deputado pela cidade que representa, ou classe profissional, ou outra característica que não seja necessariamente a sua filiação partidária. Desta forma, ao formular uma solicitação pessoal ao deputado, o eleitor pesa menos a filiação partidária do deputado, do que pesaria o fato de serem conterrâneos, ou de uma mesma profissão, ou pelo fato de serem conhecidos de outras situações. Em 2008 com a inclusão da opção recebimento de solicitações de forma ‘igual’, os números embaralharam mais ainda, sendo 31% de caráter pessoal, 36% de caráter coletivo e 33% os dois tipos, de forma igual. Neste caso, o mais importante é saber como os deputados lidam com estas solicitações. De que modo elas são atendidas, quais delas tem prioridade e se atendem mais as de caráter pessoal ou coletivo?

<sup>80</sup> Na pesquisa de 2008 foi incluída a opção de resposta: Igual, mas ainda é possível realizar o comparativo entre os demais anos.

É necessário observar como se comporta o deputado quanto ao atendimento das solicitações que recebe<sup>81</sup>; ele prioriza o atendimento às solicitações de caráter mais pessoal ou coletivo? Entre os anos de 2002 e 2008, pode-se observar nos dados da Tabela 33, uma diminuição na porcentagem do caráter dos atendimentos dos deputados catarinenses, pois em 2002, 78% atendia as solicitações de caráter coletivo; passando em 2008 para 67%.

Os dados com relação aos deputados dos partidos de esquerda e de direita também seguiram a redução, onde em 2002, 82% dos deputados de direita e 100% dos deputados de esquerda atendiam a maioria das solicitações de caráter coletivo, esta proporção cai, em 2008, com a inclusão da opção 'Igual', para 75% e 88% respectivamente.

**Tabela 33. Opinião dos deputados sobre o atendimento às solicitações que recebem dos seus eleitores, segundo posicionamento ideológico do partido a que pertence o deputado**

Ano da Pesquisa	Atendimentos	Posicionamento Ideológico do Partido			TOTAL
		Direita	Centro	Esquerda	
2002	Maioria Caráter Pessoal	18	43	-	22 (5)
	Maioria Caráter Coletivo	82	57	100	78 (18)
	Total (N)	11	7	5	23
2008	Maioria Caráter Pessoal	8	21	-	13 (5)
	Maioria Caráter Coletivo	75	53	88	67 (26)
	Igual <sup>82</sup>	17	26	12	20 (8)
	Total (N)	12	19	8	39

Fontes: Pesquisas com Deputados Estaduais (2002 e 2008).

Apesar de que em nenhum dos dois anos, ter sido encontrada associação estatisticamente significativa entre o posicionamento ideológico dos deputados e o tipo de atendimento que eles dizem ser preferencial, aos seus eleitores, com base nos dados encontrados a hipótese (H17) de que os deputados dos partidos de esquerda se posicionem de maneira a receberem mais reivindicações de caráter coletivo do que os de centro e de direita, e atendam mais solicitações

<sup>81</sup> Com relação à opinião dos deputados catarinenses sobre o atendimento às solicitações que recebem do seu eleitorado Tabela 34, é necessário fazer a mesma ressalva da Tabela 33: na pesquisa realizada em 2008 foi incluída a opção “igual” nas respostas, ou seja, o deputado poderia optar e afirmar que atende igualmente solicitações de ordem pessoal e de ordem coletivas. Compreende-se que a comparação destes dados fica bastante prejudicada com a diferenciação das questões.

<sup>82</sup> Na pesquisa de 2008 foi incluída a opção de resposta: Igual, mas ainda é possível realizar o comparativo entre os demais anos.

deste caráter teria se confirmado para os anos de 2002 e 2008. Entre os deputados dos partidos de direita, o índice de atendimento das solicitações de caráter coletivo ainda é alto, mas é inferior aos dos deputados de esquerda, conforme expectativa.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para alguns pesquisadores e principalmente no senso comum, os partidos políticos se diferenciam muito pouco uns dos outros no tocante ao que têm para oferecer aos seus eleitores. Para melhor atender seus eleitores, os partidos políticos estariam apoderando-se das políticas apresentadas nos programas partidários dos partidos concorrentes, dificultando ainda mais a sua localização no espectro ideológico.

As práticas democráticas ao longo destes quase 20 anos abrangidos por esta pesquisa estão avançando e se consolidando, impondo aos partidos inventarem novas maneiras de se relacionar com os atores sociais envolvidos na sociedade brasileira e no processo democrático.

Conseguimos avançar no mapeamento dos posicionamentos dos deputados catarinenses em relação a uma diversidade de temas, o que nos permitiu as seguintes conclusões:

No que se refere à primeira dimensão analisada (**Estatismo X Liberalismo Econômico**), a hipótese H1, de que as privatizações seriam mais prioritárias para os partidos de direita do que para os de esquerda, é válida para 2002 e 2008, mas não para 1989. No ano de 1989, as privatizações foram consideradas prioritárias também entre os deputados de esquerda, apesar de que apenas três deputados pertenciam ao bloco da esquerda, conferindo dificuldades de representatividade dos casos analisados.

É provável que em 1989, período da primeira pesquisa, o baixo percentual de respostas afirmativas sobre a prioridade das privatizações decorra do fato de que o PND (Plano Nacional de Desestatização) somente foi criado em abril de 1990. Outra possibilidade é que o clima geral logo após a promulgação da nova Constituição Federal em 1989 não era tão propício ao debate das privatizações, que vai se aprofundar somente na metade de década de 90. De toda forma, a mudança nos percentuais no bloco da esquerda, ao longo do tempo, pode se dever mais à composição da bancada de esquerda, que em 1989 era predominantemente do PDT, enquanto em 2008 era predominantemente do PT.

Os dados de 2008 corroboram a hipótese H1, de que a estatização dos bancos é mais prioritária para deputados de partidos de esquerda do que para deputados de partidos de direita.

A hipótese de que a tendência de priorizar a transformação do Banco Central em instituição financeira independente seria prioridade dos deputados dos partidos de direita, e seria de baixa prioridade entre os deputados de esquerda foi parcialmente corroborada. Isto porque os deputados de direita e de esquerda se comportaram conforme o esperado, mas tanto em 2002 quanto em 2008 eram os deputados de centro que davam mais prioridade à transformação do banco central em instituição independente, superando inclusive os deputados de direita.

Já com relação ao grau de estatismo relacionado à administração de políticas de educação, saúde, transporte, etc, confirmou-se a idéia de que os deputados de esquerda seriam mais estatistas do que os deputados de centro e de direita, tendo os deputados de direita apresentado o menor índice de estatismo.

Quanto à Lei de Responsabilidade Fiscal (H5), o fato mais relevante é que, em 2002, apenas 29% dos deputados de esquerda consideravam alta a prioridade na aplicação daquela lei, contra 100% dos deputados de centro e de direita, o que corrobora a hipótese de que os deputados estaduais catarinenses dos partidos de esquerda seguiam a tendência dos partidos de esquerda na votação na Câmara Federal, devendo posicionar-se contrários à aplicação da lei, enquanto os deputados de partidos de direita deveriam posicionar-se favoráveis à aplicação da lei. Para o ano de 2008, os deputados de esquerda continuam sendo os que acham de menor prioridade a aplicação da LRF, comparados aos de centro e direita, mas em relação a 2002, aumentou a porcentagem dos deputados de esquerda que acham de alta prioridade a aplicação da LRF, o que pode estar relacionado ao fato de, em 2008, fazerem parte de partidos da base de sustentação do governo federal.

A hipótese de que os deputados dos partidos de esquerda deveriam posicionar-se com uma baixa prioridade com relação ao fim da CPMF e de outros impostos, foi corroborada na pesquisa de 2008, da mesma forma que a prioridade em acabar com a CPMF e outros impostos diminuiu à medida que se passa dos deputados de direita para os de esquerda, tanto em 2002, quanto em 2008. Além disso, para os deputados de direita, a posição dos partidos em relação ao governo federal parece ter influência, tanto para 2002 como para 2008, pois aumentou a prioridade do fim da CPMF. Já entre os deputados dos partidos de esquerda, a prioridade diminuiu, acompanhando a posição do governo em âmbito nacional, que era contrária à extinção da CPMF.

A tendência dos deputados dos partidos de esquerda posicionarem-se mais favoráveis à redução acentuada das taxas de juros como alta prioridade (H7) foi corroborada na pesquisa de 2002, onde a associação entre as variáveis é estatisticamente significativa.

Quanto à dimensão 1 (**Estatismo X Liberalismo Econômico**), para o ano de 2008 as hipóteses se confirmam quase que na totalidade, e a maior parte das associações entre as variáveis é estatisticamente significativa, mas para os anos anteriores algumas inversões foram encontradas. Várias hipóteses explicativas destas inversões foram apresentadas e outras podem surgir a partir delas. Mas, de modo geral, pode-se concluir que o grau de estatismo dos partidos de esquerda, apesar da inquietação dos últimos anos, ainda é válido para análises outras, da mesma forma que o grau de liberalismo econômico dos deputados dos partidos de direita.

De certa forma é necessário incluir-se duas menções. Uma delas diz respeito ao posicionamento dos deputados frente ao governo federal, pois, embora de menor relevância que o posicionamento ideológico do partido, o posicionamento frente ao governo parece ter alguma influência nas opiniões manifestadas pelos deputados.

A outra menção refere-se à representatividade das opiniões, que principalmente para o ano de 1989 foi bastante prejudicada pelo fato do baixo número de representantes da esquerda, constituindo-se numa grande dificuldade em se chegar a conclusões mais sólidas com base nas opiniões dos deputados. Havia somente três deputados neste campo ideológico, sendo um petista e dois pedetistas. Já em 2002, ocorre uma nova situação, ou seja, uma alteração significativa na composição da esquerda, que passa a ser majoritariamente petista; e que reflete também no aumento do número de representantes, passando para sete: cinco do PT, um do PDT e um do PPS. E em 2008, o número de representantes aumenta para oito, sendo seis petistas e dois pedetistas. Deste modo, a composição da bancada de esquerda parece ter influenciado bastante nos resultados encontrados: principalmente em 1989, quando a maior parte da bancada de esquerda advinha do PDT, as opiniões eram menos características, ou seja, mais distantes daquelas esperadas pelas hipóteses. Esta configuração parece revelar que o perfil do PDT em Santa Catarina não se caracteriza claramente num partido de esquerda (embora o pequeno número de deputados impeça conclusões sólidas).

No que tange à dimensão 2 (**Nacionalismo X Abertura para o Exterior**) e com relação à defesa da soberania nacional, os partidos de esquerda apresentam um grau de nacionalismo maior



dos que os demais partidos. A hipótese H8 foi corroborada para todas as situações previstas no posicionamento da esquerda, mesmo considerando que as diferenças encontradas entre os blocos ideológicos tenham sido menores do que o esperado. A esquerda manteve a tendência de preocupar-se mais com o controle das políticas junto aos setores estratégicos nacionais, incluindo também a questão dos recursos nacionais. Seus deputados mantiveram-se mais favoráveis ao controle nacional dos recursos naturais e de setores estratégicos da economia, e optaram pela defesa das empresas nacionais e do mercado interno, reprovando mais amplamente o acesso do Brasil aos mercados e grupos internacionais, como a ALCA.

Com base nas respostas apresentadas observa-se que os deputados dos partidos de direita, conforme esperado, foram menos favoráveis à aplicação de políticas de proteção aos recursos nacionais do que os de esquerda, defenderam mais o posicionamento de atrair os investimentos estrangeiros com a liberalização dos mercados, incentivando a participação do Brasil nos grupos de países com livre comércio, como a ALCA, e buscando ampliar a abertura do mercado nacional para o Exterior. Mas não desprivilegiam as empresas nacionais como se acreditava; ao contrário, mantêm o foco nas negociações mundiais e também buscam manter o avanço e o sucesso das empresas nacionais.

A postura adotada pelos partidos de esquerda ressalta a busca pela redução das desigualdades e a implementação de um Estado promotor de políticas de distribuição de renda, defesa dos direitos humanos e a garantia de emprego, conforme esperado na hipótese da dimensão 3 (**Conservadorismo Social – Política Social e Trabalhista**). A hipótese (H9) de que os deputados dos partidos de esquerda apresentariam, em suas opiniões, maior preocupação com relação à desigualdade social e a distribuição de renda, e que acabariam por defender mais enfaticamente a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem a redução dos salários, o direito irrestrito de greve, os programas sociais do governo, o estatuto da igualdade racial e o sistema de cotas nas universidades, foi corroborada.

A hipótese de redução da jornada de trabalho foi corroborada para os anos de 2002 e 2008, pois durante este período, os deputados de esquerda mantiveram-se favoráveis, e os deputados dos partidos de direita se mantiveram majoritariamente contrários à redução da jornada de trabalho. Mas em 1989, eram os deputados de direita que se posicionavam, em maior proporção, favoráveis à medida. Novamente o baixo número de representantes da esquerda

dificultou bastante as análises, pois no campo da esquerda dois deputados (um pedetista e um petista) mantiveram-se favoráveis à redução da jornada, ou seja, o representante do PT (partido que nos anos seguintes tornou-se o maior do campo da esquerda) posicionou-se conforme o esperado. De todo modo, vale ressaltar que do ponto de vista da significância estatística, as associações entre posicionamentos ideológicos dos deputados e suas opiniões sobre a redução da jornada de trabalho foram significativas em 2002 e 2008, mas não em 1989. Quanto ao direito irrestrito de greve, os deputados de esquerda se mostram majoritariamente favoráveis nas duas primeiras pesquisas e se dividem igualmente entre as posições a favor e contra em 2008, enquanto os de direita majoritariamente contrários, corroborando a hipótese (H9).

Com relação ao Estatuto da Igualdade Racial, a totalidade dos deputados dos partidos de esquerda aprovou a sua implantação, enquanto a maioria dos deputados de centro e de direita avaliou que o Estatuto introduz na lei uma forma de discriminação racial. E com relação às cotas nas universidades, a hipótese se confirma novamente, pois a maioria (88%) dos deputados de esquerda aprova a medida, contra apenas 10% dos deputados de centro e 27% dos deputados de direita.

Quando se trata do **Conservadorismo Social e Moral**, abordado na dimensão 4, aquele relacionado a costumes e à cultura brasileira, acreditava-se (H10) que os partidos de direita costumavam ser menos favoráveis à ampliação de políticas de cunho democratizantes e por isso, segundo Kinzo (1990), seriam mais favoráveis à aplicação de medidas mais duras, estando mais inclinados a adotarem posições inflexíveis quanto à descriminação do aborto e ao crime (desta forma apoiando a pena de morte). Entretanto, estas posições não foram encontradas na pesquisa junto aos deputados catarinenses, sendo esta, talvez, a dimensão (4) onde foram encontradas as menores diferenças de opiniões entre os deputados de partidos de diferentes ideologias e onde a associação entre as opiniões dos deputados e o seu posicionamento ideológico não se mostrou estatisticamente significativa.

A efetivação das democracias depende em grande parte das condições de participação política. Sobre a participação, nas diversas formas abordadas pela pesquisa, principalmente na dimensão 5 (**Democracia, Participação Política, Autoridade e Grau de concentração de poder**), o grau de apoio à participação popular entre os deputados dos partidos de esquerda é bem superior ao encontrado junto aos deputados dos demais partidos. Considerando a autoridade

política, esperava-se que o maior grau de apoio à concentração de poder nas tomadas de decisão estivesse concentrado entre os deputados de direita, entretanto, foram os deputados dos partidos de centro os que mais aceitaram a atuação de um líder que coloque as coisas no lugar. Apesar do fato de que os partidos de esquerda tenderam a apoiar mais a participação direta, as diferenças entre os partidos são estatisticamente não significativas, o que não permite uma afirmação mais concreta.

A hipótese (H13) de que os partidos de esquerda deveriam identificar-se com a defesa dos movimentos sociais, defendendo os movimentos como o MST e a Contag e ainda a reforma agrária e outras reformas de cunho social do governo foi corroborada, pois, de modo geral, 76% do total de deputados acreditam que estas atitudes só aumentam a insatisfação popular. Entre os partidos de direita esta opinião é unânime (100%). Entre os deputados de centro, 83% também posicionam-se nesta linha, contrariando os deputados dos partidos de esquerda, onde somente 25% compartilham desta opinião, resultando uma associação muito forte e estatisticamente significativa.

Com relação à afirmação de que “O MST não traz nenhum benefício para os trabalhadores rurais, servindo apenas para criar instabilidade política”, pode-se observar uma tendência unívoca para os anos de 2002 e 2008, sendo que os deputados de esquerda são os que mais discordam desta opinião, conforme a expectativa.

Quanto ao tema da autoridade política, os dados são ambíguos: de um lado, as diferenças de opinião entre deputados vinculados a partidos de diferentes ideologias, quanto à resolução dos problemas brasileiros via participação popular ou um líder forte não são estatisticamente significativas (embora todos os deputados de esquerda tenham se inclinado pela primeira destas opções). No que diz respeito ao apoio a formas mais repressivas do Estado, incluindo as Forças Armadas com poder de polícia, há variações significativas de uma pesquisa a outra, mas os deputados dos partidos de direita e de centro (em conjunto) apresentam um grau de apoio superior ao dos deputados de esquerda, como esperado.

Sobre as Medidas Provisórias, mecanismo através do qual o presidente implementa medidas consideradas urgentes, em 2008 a hipótese (H15) foi corroborada: cresce o apoio ao seu uso à medida que se passa dos deputados de esquerda aos de direita. Já em 1989, embora os deputados de direita fossem mais favoráveis do que os de esquerda, as diferenças não são

estatisticamente significativas. Entre os deputados de esquerda em 1989, 67% eram contrários e em 2008, chegam a 88%. E mesmo em 2008, vale ressaltar que a chegada da esquerda ao poder em âmbito federal não influenciou os deputados de esquerda a serem mais complacentes com o uso das MPs. Assim, no que respeita ao tema da autoridade política, há muitas variações, conforme a questão em pauta e o ano da pesquisa. Mas há certa tendência, especialmente em 2008, de maior aceitação de dar poder de polícia às Forças Armadas e outras formas mais sutis de aplicação da autoridade do Estado - como o uso das medidas provisórias, que restringem a participação popular e parlamentar nos processos de tomada de decisões – por parte dos deputados de direita, quando comparados aos de esquerda.

No tocante à dimensão 6 (**Representação: Interesses Individuais, de Grupos ou de Todos?**), somente em 2008 a hipótese (H16) de que os partidos de esquerda no Brasil tenderiam a se enquadrar no típico partido de massas (focado em um segmento da sociedade) e de que os partidos de direita posicionariam-se pela defesa do interesse de todos, conforme os partidos catch all, foi corroborada. Esta situação pode ser decorrente da composição da bancada de esquerda de 1989, já que a maioria dos deputados de esquerda eram pedetistas e se posicionaram a favor do interesse de todos; enquanto o representante do PT, partido que se apresentava como representante da 'Classe Trabalhadora' posicionou-se a favor do interesse de grupos.

Com relação às solicitações recebidas pelos deputados e seus atendimentos (H17), o índice de atendimento das solicitações de caráter coletivo entre os deputados de esquerda manteve-se bem elevado em todo o período, conforme expectativa, podendo assim atendê-las em maior número. Entretanto, não há diferenças estatisticamente significativas para estas questões, em nenhum dos anos pesquisados, inviabilizando conclusões mais específicas.

Antes de finalizar, é importante indicar que a pesquisa aqui analisada apresenta algumas limitações, das quais vale salientar: a) A análise restringe-se aos deputados estaduais catarinenses, o que impede generalizações para o conjunto do país; b) A existência de um número pequeno de casos (deputados), gerando um problema de representatividade e significância estatística de dados; c) Ausência de perguntas em alguns questionários ou diferenças entre perguntas dos diferentes questionários, impedindo comparações mais rigorosas ao longo do tempo; d) A análise foi realizada com base nos blocos de esquerda, centro e direita, faltando uma análise mais detalhada, por partido.

Levando em consideração estas limitações, que de forma alguma invalidam a pesquisa, à guisa de conclusão, a pesquisa revela que:

1) O continuum Direita-Esquerda parece continuar sendo útil para a análise dos partidos políticos brasileiros, permitindo perceber certas semelhanças e diferenças significativas entre eles (neste caso, as semelhanças e diferenças relativas às opiniões políticas dos deputados estaduais catarinenses). Isto porque a maior parte das hipóteses levantadas em cada dimensão analisada foi corroborada.

2) Entretanto, contrariando as expectativas de que os padrões de diferenciação ideológica entre os blocos partidários fossem mais claros junto aos deputados da legislatura de 1986/90, foi exatamente no ano de 1989 que as conclusões mais se afastaram das hipóteses sugeridas pelos pesquisadores e aqui adotadas. Possivelmente, o baixo número de representantes da esquerda e a composição desta bancada (um petista e dois pedetistas) sejam os principais fatores explicativos daquele afastamento, em 1989.

3) Com base nas dimensões estudadas, fica evidenciado que a dimensão 1, que versou sobre estatismo X liberalismo econômico e a dimensão 3, que tratou do conservadorismo social – política social e trabalhista, foram as dimensões que mais diferenciaram os deputados catarinenses. A análise da dimensão 1 concentrou-se nas diferenças de opiniões entre as posições mais estatistas e as mais liberais, levando em consideração o papel do Estado e suas formas de gestão, o posicionamento diante dos processos de privatização, as instituições bancárias e a gestão de políticas públicas; e concluiu que os deputados dos partidos de esquerda são mais estatistas que os deputados dos partidos de direita, que por sua vez, são mais favoráveis ao liberalismo econômico. Enquanto a análise da dimensão 3 - que tratou do conservadorismo social, e enfocou as políticas sociais e trabalhistas, abrangendo as políticas de inclusão, de distribuição de renda e redução das desigualdades e da miséria - concluiu que os deputados dos partidos de esquerda majoritariamente apóiam os programas sociais e as medidas que combatem à desigualdade social e que favorecem a distribuição de renda, como o estatuto da igualdade racial e o sistema de cotas nas universidades, enquanto os deputados dos partidos de direita foram majoritariamente contrários a estas medidas.

As dimensões 2 e 5 foram as que diferenciaram de maneira intermediária os deputados catarinenses. A dimensão 2 abordou o nacionalismo x abertura para o exterior, analisou as questões de economia, globalização, blocos econômicos, políticas de caráter mais nacionalista, defesa da soberania nacional; concluiu-se da análise que os partidos de esquerda são majoritariamente contrários ao livre comércio, mas favoráveis ao controle nacional dos recursos naturais e de setores estratégicos da economia; enquanto os partidos de direita apóiam a liberalização dos mercados e a participação do Brasil nos grupos de países com livre comércio, como a ALCA. Já a dimensão 5 abordou o processo de democracia e a participação política x a autoridade e o grau de concentração de poder, abrangendo as formas de acumulação e concentração de poder, a autoridade e liderança, uso da força e das medidas provisórias e a participação popular. A análise desta dimensão concluiu que, considerando a autoridade política, o maior grau de apoio à concentração de poder nas tomadas de decisão concentrou-se entre os deputados de direita, entretanto, foram os deputados dos partidos de centro os que mais aceitaram a atuação de um líder que coloque as coisas no lugar. Os partidos de direita, especialmente em 2008, confirmam a tendência de aceitar o poder de polícia às forças armadas e outras formas mais sutis de aplicação da autoridade do Estado - como o uso das medidas provisórias, que restringem a participação popular e parlamentar nos processos de tomada de decisões. Os deputados dos partidos de esquerda, por sua vez, apoiaram mais a participação direta e a defesa dos movimentos sociais.

A dimensão 4 - referente ao Conservadorismo Social e Moral, cuja análise se concentrou em torno da defesa ou não das políticas democratizantes e posições conservadoras em relação aos assuntos de caráter cultural - e a dimensão 6 - que analisou a representação (interesses individuais, de grupos ou de todos) e as diferentes maneiras como os deputados percebem como deveria ser sua atuação como representantes - foram as dimensões onde foram encontradas as menores diferenças de opiniões entre os deputados de partidos de diferentes ideologias e onde a associação entre as opiniões dos deputados e o seu posicionamento ideológico se mostrou estatisticamente menos significativa. Desta forma, assuntos como o apoio à repressão aos bandidos, o apoio à pena de morte e a criminalização do aborto, que comumente e, em teoria, serviriam para diferenciar posicionamentos mais conservadores ou mais liberais, não mostraram ser diferenciadores ideológicos eficazes. Da mesma maneira, a representação dos deputados e as

questões relacionadas às solicitações que recebem dos eleitores e seus atendimentos não demonstraram diferenças estatisticamente significativas, em nenhum dos anos pesquisados.

Os vinte anos de redemocratização política no Brasil representam um espaço de tempo muito curto para concluirmos qualquer análise taxativamente. Nem seria a pretensão. Ainda assim, é preciso considerar que mesmo com o escasso período do sistema partidário que emergiu pós-democratização, as identidades partidárias fazem parte do cenário partidário-eleitoral e merecem todo o esforço no sentido de desvendá-las. Considerando as limitações já mencionadas, esperamos que nossa pesquisa possa contribuir para um maior conhecimento de aspectos relevantes do sistema partidário catarinense e possa servir, mais à frente, para estudos comparados com a realidade de outros estados brasileiros.

## BIBLIOGRAFIA <sup>83</sup>

A DEMOCRACIA pelos partidos. Redação. **Política Voz** - Seu canal de política na internet. Maio, 2003. Disponível em: <[http://www.politicavoz.com.br/partidospoliticos/artigo\\_04.asp](http://www.politicavoz.com.br/partidospoliticos/artigo_04.asp)>. Acesso em: 09 Mai 2008.

AFONSO, José Roberto R. Responsabilidade Fiscal não é só Gerar Superávit primário. Jun 2004. **Palestra no Programa Avançado em Gestão Pública Contemporânea da FUNDAP**, de São Paulo, em 18 Jun 2004. Disponível em: <[http://64.233.169.104/search?q=cache:sO2Lu0msRSsJ:www.geocities.com/alonf/joserobertoafonso\\_superavit.pdf+posi%C3%A7%C3%A3o+PT+lei+responsabilidade+fiscal&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=17&gl=br](http://64.233.169.104/search?q=cache:sO2Lu0msRSsJ:www.geocities.com/alonf/joserobertoafonso_superavit.pdf+posi%C3%A7%C3%A3o+PT+lei+responsabilidade+fiscal&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=17&gl=br)>. Acesso: 28 Mai 2008.

AGUIAR, I. **Violência e golpe eleitoral**: Jaison e Amin na disputa pelo governo catarinense. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.

ALACANTARA SÁEZ, Manuel A. e FREIDENBERG, Flávia. Partidos políticos na América Latina. **Opinião Pública**. [online]. Out. 2002, v. 8, no. 2, p. 137-157. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010462762002000200001&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010462762002000200001&lng=pt&nrm=iso)>. ISSN 0104-6276. Acesso em: 17 Out 2005.

\_\_\_\_\_. Las tipologías y funciones de los partidos políticos. In: Vários autores. **Curso de Partidos Políticos**. Madri: AKAL Universitária, p.37-57, 1997.

ALVES, Ângela M. Uso do Poder de Compra Governamental e o Setor Brasileiro de Software e Serviços. **Revista Espacios**. v. 28 (3) 2007. Disponível em: <<http://www.revistaespacios.com/a07v28n03/07280302.html>>. Acesso em: 12 Mai 2008.

ARRETCHE, Marta; RODDEN, Jonathan. Política distributiva na Federação: estratégias eleitorais, barganhas legislativas e coalizões de governo. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 3, 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S00115258200400030004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S00115258200400030004&lng=pt&nrm=iso)>. doi: 10.1590/S0011-525820040003 00004. Acesso em: 30 Jan 2007.

AMORIM NETO, Octavio; SANTOS, Fabiano. O segredo ineficiente revisto: o que propõem e o que aprovam os deputados brasileiros. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 4, 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582003000400002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582003000400002&lng=pt&nrm=iso)>. doi: 10.1590/S0011-525820030004 00002. Acesso em: 30 Jan 2007.

ANDRADE, Léo Rosa. **A estrutura coronelista de dominação**: análise de um caso. Florianópolis, Dissertação de Mestrado, UFSC, 1984.

ARALDI, Ivete Ana. **O jogo das Regras**: empresários, reforma eleitoral e distribuição nas eleições proporcionais em Santa Catarina. Florianópolis, Dissertação de Mestrado, UFSC, 1997.

<sup>83</sup> Alguns textos mencionados não possuem versão em PDF (Adobe), em razão disto não possuem numeração de página. Entretanto, todos estão disponíveis na Bibliografia, com indicação de local de consulta na Internet.



ARANHA, Alexandre. **A Díade Sobrevivente**. Disponível em: <<http://www.poppycorn.com.br/corpo.php>>. Acesso em 20 Mar 2004.

AURAS, Marli. **O poder oligárquico catarinense**: da guerra dos “fantásticos” do contestado à “opção” pelos pequenos. São Paulo, Tese de Doutorado, PUC, 1991.

BAHIA, Luiz. Clientelismo: história, conceitos e interpretações. In: **Raízes e fundamentos de uma teoria de troca política assimétrica/ clientelista**. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado, Instituto Universitário de Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro, 1997.

BENEVIDES, Maria Victoria, KERCHE, Fábio e VANNUCHI, Paulo (Org.). **Reforma Política e Cidadania**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda**: Razões e significado de uma distinção política. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

\_\_\_\_\_. **Estado, governo e Sociedade**: por uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 (1989).

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 8ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.

BORBA, Julian. Os partidos políticos e as eleições em Santa Catarina. In: HASS, M. **Partidos, eleições e voto**. Chapecó: Editora Grifos, 2003.

\_\_\_\_\_. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos sobre o caso brasileiro. **Opinião Política**. [online]. Mar 2005, v. 11, no. 1, p. 147-168. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010462762005000100006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010462762005000100006&lng=pt&nrm=iso)>.ISSN 0104-6276. Acesso em: 17 Out 2005.

BORBA, Julian; SELL, Carlos Eduardo. Eleições municipais e sistema partidário em Santa Catarina (1996-2004): uma análise a partir dos resultados eleitorais. IN: CARREIRAO, Yan de Souza; BORBA, Julian (Orgs). **Os partidos na política catarinense**. Eleições, processo legislativo, políticas públicas. Florianópolis: Editora Insular, 2006.

BRAGA, Maria S.S. **O processo partidário-eleitoral brasileiro**. Padrões de competição política (1982-2002). São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2006.

BRANDÃO, Marinete Alves. **Controle Social dos Gastos Públicos, Ponto de Vista de Alguns Adolescentes e Adultos Residentes em Brasília-DF**. UnB - Universidade de Brasília. FACE - Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação. CCA - Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais. Brasília-DF, 2006. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/70423/1/Monografia%20Controle%20Social%20dos%20Gastos%20P%20c3%bablico.pdf>>. Acesso em: 09 Mai 2008.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. “A crise da América Latina: Consenso de Washington ou crise fiscal?”. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, 21, abril 1991: 3-23. [Trabalho apresentado Aula magna

no XVIII Encontro Nacional de Economia da Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec), proferida em Brasília em 4 de dezembro de 1990].

CASAGRANDE, Maria Leila. Especialização em Controle da Administração Pública pela UFES. Artigo publicado no **Jornal A Tribuna** em 03 Mai 2005. Disponível em: <<http://64.233.169.104/search?q=cache:A1nm3kfROH0J:www.seger.es.gov.br/cesg/..%255Cimngs%255Cnoticias%255CartigosCESG%255CControle%2520de%2520Gastos%2520P%C3%BAblicos.pdf+controle+gastos+publicos&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=1&gl=br>>. Acesso em: 09 Mai 2008.

CARREIRAO, Yan de Souza. **Eleições e sistema partidário em Santa Catarina (1945-1979)**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1990.

\_\_\_\_\_.As eleições de 2004 em Santa Catarina. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 13, no. 17 e 18, Nov 1995, p. 192-220.

\_\_\_\_\_.Identificação ideológica e voto para presidente. **Opinião Pública**. [online]. Maio 2002a, v. 8, no. 1, p. 54-79. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762002000100004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762002000100004&lng=pt&nrm=iso)>. ISSN 0104-6276. Acesso em: 17 Out 2005.

\_\_\_\_\_.**A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras**. Florianópolis / Rio de Janeiro: Editora da UFSC / Editora da FGV, 2002b.

\_\_\_\_\_.O sistema partidário catarinense (1980-2005): histórico e evolução. In: CARREIRAO, Yan de Souza; BORBA, Julian (Orgs). **Os partidos na política catarinense**. Eleições, processo legislativo, políticas públicas. Florianópolis: Editora Insular, 2006a.

\_\_\_\_\_.Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. **Opinião Pública**. [online]. Campinas, v. 12, n. 1, 2006b. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?Script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762006000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?Script=sci_arttext&pid=S0104-62762006000100006&lng=en&nrm=iso)>. Pré-publicação. doi: 10.1590/S0104-62762006000100006. Acesso em: 04 Mar 2007.

\_\_\_\_\_ e KINZO, Maria D'Alva Gil. Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002). **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582004000100004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582004000100004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 24 Abr 2007.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52581997000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 17 Mai 2008.

COTARELO, Ramón. **Los partidos políticos**. Madri: Alianza, 1985.

DIAS, Guilherme Augusto Vicenti. Globalização . **Jus Navigandi**, Teresina, ano 8, n. 256, 20 mar. 2004. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4991>>. Acesso em: 22 Jun 2008.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED**. Mercado de Trabalho Metropolitano, desemprego estável e aumento de rendimentos. Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. Elaboração: DIEESE, [S.I.], Abr 2008.

\_\_\_\_\_. **Redução da Jornada de Trabalho no Brasil**. Nota Técnica. São Paulo, Número 16, Março de 2006. Disponível em: <<http://www.fenajufe.org.br/encontro6horas/arquivos/notatec16ReducaoDaJornada%20-%20Dieese.pdf>>. Acesso em 25 Out 2008.

\_\_\_\_\_. **Reduzir a Jornada de Trabalho é Gerar Empregos de Qualidade**. Nota Técnica. São Paulo, Número 57, Novembro de 2007. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/notatec57JornadaTrabalho.pdf>>. Acesso em: 30 Abr 2008.

DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: Edusp, 1999.

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1980. Título Original: Les Partis Politiques, 1951.

FERNANDES, Luis. Muito barulho por nada? O realinhamento político-ideológico nas eleições de 1994. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, V. 38, nº 1, 1995, p. 107-144.

FERREIRA, Denise Paiva. **PFL x PMDB – Marchas e Contramarchas (1982-2000)**. Goiânia: Alternativa, 2002.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. O processo legislativo e a produção legal no Congresso pós-constituente. **Novos Estudos CEBRAP**, no. 38, [S.I.], 1994.

\_\_\_\_\_. Instituições e política no controle do executivo. **Revistas Dados**, Rio de Janeiro, v. 44, no. 4, 2001, p. 689 - 727.

\_\_\_\_\_ e LIMONGI, Fernando. Partidos políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v 38, no. 3, 1995.

\_\_\_\_\_. **Executivo e Legislativo na ordem constitucional**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

\_\_\_\_\_. Incentivos eleitorais, partidos e política orçamentária. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 45, no. 2, 2002a, p. 303 – 344.

\_\_\_\_\_. Poder de agenda na democracia brasileira: desempenho do governo no presidencialismo pluripartidário. In: SOARES, Gláucio A.D. e RENNÓ, Lúcio. **Reforma Política. Lições da história recente**, Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2006.

\_\_\_\_\_. Instituições políticas e governabilidade: desempenho do governo e apoio legislativo na democracia brasileira. In: MELO, Carlos R. e SÁEZ, Manuel A. **A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

FIGUEIREDO, M. A lei de ferro da competição eleitoral: a aritmética eleitoral. **Cadernos de Conjuntura**, Rio de Janeiro: IUPERJ, n. 50, Jul 1994.

GALLO, Silvio. **Ideologia**. Curso de Filosofia da Unimep. Disponível em: <[http://www.suigeneris.pro.br/filo\\_ideologia.htm](http://www.suigeneris.pro.br/filo_ideologia.htm)>. Acesso em: Out 2006.

GONÇALVES, Arnaldo Manuel Abrantes. Os partidos políticos e a crise da democracia representativa. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 9, n. 707, 12 jun. 2005. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6818>>. Acesso em: 13 Mai 2007.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

GRESPIGNY, Antony de e GRONIN, Jeremy. **Ideologias Políticas**. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

GROHMAN, L. G. M. Santa Catarina: formato e tendências do sistema partidário. In: LIMA JUNIOR, Olavo Brasil de. **O sistema partidário brasileiro**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 211-266.

HASS, Mônica. **Os partidos políticos e a elite chapecoense: um estudo de poder local (1945-1965)**. Chapecó: Editora Argos, 2000.

HINICH, M.; MUNGER, M. **Analytical Politic**. Cambridge University Press, New York, NY/USA, 1997.

HUNTINGTON, Samuel P. **The Third Wave: democratization in the late twentieth-century**. Norman: University of Oklahoma Press, 1991.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Aspectos Complementares de Educação e Acesso a Transferências de Renda de Programas Sociais – 2004**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2004/suplemento\\_educacao/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2004/suplemento_educacao/default.shtm)>. Acesso em: 01 Mai 2008.

IPEA. Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. **Radar Social**. Brasília, Edição 2006. Disponível em : <<http://www.ipea.gov.br/default.jsp/>>. Acesso em: 01 Mai 2008.

KARL, Terry Lynn. **Dilemmas of Democratization in Latin America**. Comparative Politics, v. 23, nº 1, 1990.

\_\_\_\_\_. The Hybrid Regimes of Central America. **Journal of Democracy**, nº 6, 1995.

KINZO, Maria D'Alva Gil. O quadro partidário e a Constituinte. IN: LAMOUNIER, Bolivar (org.). **De Geisel a Collor: o balanço da transição**. São Paulo: Sumaré, 1990, p. 105-134.

\_\_\_\_\_. **Radiografia do quadro partidário brasileiro**, São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 1993.

\_\_\_\_\_. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. **Revista Brasileira Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 54, 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.hp?script=sci\\_arttext &pid=S0102-69092004000100002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.hp?script=sci_arttext &pid=S0102-69092004000100002&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 04 Set 2006.

\_\_\_\_\_. Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. **Revista Brasileira Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 57, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?>

[script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092005000100005&lng=pt&nrm=iso](#)>. Acesso em: 24 Abr 2007. Pré-publicação.

LACERDA, Alan Daniel Freire de. O PT e a Unidade Partidária como Problema. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?Script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582002000100002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?Script=sci_arttext&pid=S0011-52582002000100002&lng=pt&nrm=iso)>. doi: 10.1590/S0011-52582002000100002. Acesso em: 30 Jan 2007.

LAMOUNIER, Bolívar (org). **De Geisel a Collor: o balanço da transição**. São Paulo: Sumaré, 1990.

\_\_\_\_\_ e Rachel MENEGUELLO. **Partidos e Consolidação Democrática – O Caso Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LAVAREDA, Antônio. **A democracia nas urnas**. O processo partidário eleitoral brasileiro. Rio de Janeiro: Rio Funod/IUPERJ, 1991.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. Rio de Janeiro: Forense, 1948.

LENZI, C. A. **Poder político e mudança social: um estudo sobre o poder oligárquico no município de Lages-SC**. Florianópolis, Dissertação de Mestrado, UFSC, 1977.

LEONI, Eduardo. Ideologia, democracia e comportamento parlamentar: a Câmara dos Deputados (1991-1998). **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582002000300002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582002000300002&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 04 Set 2006.

LEVINO, Antonio. **Quem tem medo dos partidos políticos?** Jornal Carlos Branco, Manaus, 2007. Disponível em: <<http://www.carlosbranco.jor.br/mostraajuste.asp?codigot=1058&menuvolta=conteudo.asp>>. Acesso em: 14 Mai 2007.

LIMA JR, Olavo Brasil de. **Partidos políticos brasileiros – 45 a 64**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

\_\_\_\_\_. As eleições gerais de 1994: Resultados e Implicações Político-Institucionais. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 38, 1995.

\_\_\_\_\_. **Instituições Políticas Democráticas: o segredo da legitimidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

LINZ, J. J.; STEPAN, A. **Problems of Democratic Transition and Consolidation**. Baltimore: John Hopkins Press, 1996.

LIPSET, Seymour. M. & ROKKAN, Stein. Estructura de división, sistemas de partidos y alineamientos electorales, in BATTLE, A. **Diez textos básicos de Ciencia Política**. Barcelona: Airel, 1992.

LOPES, Cristiano Aguiar. Acesso à informação pública para a melhoria da qualidade dos gastos públicos – literatura, evidências empíricas e o caso brasileiro. **Caderno de Finanças Públicas**, Brasília, n.8, p. 5-40, dez.2007. Disponível em: <[http://64.233.169.104/search?q=cache:IkwcPtB9D54J:www.esaf.fazenda.gov.br/esafsite/publicacoes-esaf/caderno-financas/CFP8/CFP\\_n8\\_art1.pdf+teoria+administrativa+gasto+publico&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=1&gl=br](http://64.233.169.104/search?q=cache:IkwcPtB9D54J:www.esaf.fazenda.gov.br/esafsite/publicacoes-esaf/caderno-financas/CFP8/CFP_n8_art1.pdf+teoria+administrativa+gasto+publico&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=1&gl=br)>. Acesso em: 26 Mai 2008.

LOUCAULT, Frédéric. A Reeleição de Lula e a política interna brasileira. O reinado do pragmatismo?. Apresentado no **Congresso Ceisal em Bruxelas**, no Simpósio Esyp1 - América Latina 2006 - Balance De Un Año De Elecciones, 11 a 14 de Abril de 2007.

LUGON, Cecília Viana. **A natureza jurídica da concessão petrolífera**. Trabalho Técnico Científico apresentado no 3º Congresso Brasileiro de P&D em Petróleo e Gás, 2 a 5 de outubro de 2005, em Salvador. Disponível em: <[http://209.85.215.104/search?q=cache:mnYK0Y0GYDkJ:www.portalabpg.org.br/PDPetro/3/trabalhos/IBP0643\\_05.pdf+proibi%C3%A7%C3%A3o+de+contratos+de+risco+na+explora%C3%A7%C3%A3o+de+petr%C3%B3leo+e+g%C3%A1s+mineral&hl=ptBR&ct=clnk&cd=4&gl=br](http://209.85.215.104/search?q=cache:mnYK0Y0GYDkJ:www.portalabpg.org.br/PDPetro/3/trabalhos/IBP0643_05.pdf+proibi%C3%A7%C3%A3o+de+contratos+de+risco+na+explora%C3%A7%C3%A3o+de+petr%C3%B3leo+e+g%C3%A1s+mineral&hl=ptBR&ct=clnk&cd=4&gl=br)>. Acesso em: 13 Mai 2008.

MAINWARING, Scott. **Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil**. Porto Alegre/ Rio de Janeiro: Mercado Aberto/ Fundação Getúlio Vargas, 2001.

\_\_\_\_\_; MENEGUELLO, Rachel e POWER, Timoty. **Partidos Conservadores no Brasil Contemporâneo** – quais são, o que defendem, quais são suas bases. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

\_\_\_\_\_, BRINKS, Daniel; PEREZ-LINAN, Anibal. Classificando Regimes Políticos na América Latina, 1945-1999. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 4, 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/sciel o.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582001000400001&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/sciel o.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582001000400001&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 14 Dez. 2008.

MAIR, P. **Party System Change**. Oxford University Press, New York, NY/USA, 1997.

MANTOVANI, Thaís. O debate sobre a disciplina partidária na Argentina. **NECON**, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <<http://necon.iuperj.br>>. Acesso em: 14 Mai 2007.

MARCHI, Carlos. Maioria é contra privatizações, aponta pesquisa Levantamento ‘Estado’/Ipsos indica que 62% do eleitorado é contra e apenas 25% é a favor São Paulo: Economia & Negócios, **Jornal O Estado de São Paulo**, 11 novembro de 2007. Disponível em: <<http://txt.estado.com.br/editorias/2007/11/11/eco-1.93.4.20071111.17.1.xml>>. Acesso em: 09 Mai 2008.

MARX, Karl. Crítica ao Programa de Gotha. In: **Obras Escolhidas de Marx e Engels**. Disponível em: <[file:///C:/site/livros\\_gratis/gotha.html\(1of21\)](file:///C:/site/livros_gratis/gotha.html(1of21))>. Acesso em: 22 Jul 2001.

MELO, Carlos Ranulfo Felix de. Partidos e migração partidária na câmara dos deputados. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582000000200001&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582000000200001&lng=pt&nrm=iso)>. Pré-publicação. doi: 10.1590/S0011-52582000000200001. Acesso em: 04 Set 2006.

\_\_\_\_\_. Migração partidária na Câmara dos Deputados: causas, conseqüências ... IN: BENEVIDES, Maria Victoria, KERCHE, Fábio e VANNUCHI, Paulo (Org.). **Reforma Política e Cidadania**. – São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

\_\_\_\_\_. **Retirando as Cadeiras do Lugar**: Migração Partidária na Câmara dos Deputados (1985-2002). Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

\_\_\_\_\_; ANASTASIA, Fátima. A reforma da previdência em dois tempos. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 2, 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582005000200003&lng=&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582005000200003&lng=&nrm=iso)>. Acesso em: 17 Set 2008.

MENDONÇA, José Carlos. Partidos Políticos: da visão dos clássicos aos desafios da (pós?) modernidade. **Revista Em TESE**, Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, Florianópolis, v. 4 n. 2, janeiro-julho/2008, p. 67-83. Disponível em: <[http://www.emtese.ufsc.br/vol4\\_2art4.pdf](http://www.emtese.ufsc.br/vol4_2art4.pdf)>. Acesso em: 10 Dez 2008. ISSN 1806-5023.

MENEGUELLO, Rachel. **Partidos e governos no Brasil Contemporâneo (1985-1997)**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

\_\_\_\_\_. Eleitorado e reforma. IN: BENEVIDES, Maria Victoria, KERCHE, Fábio e VANNUCHI, Paulo (Org.). **Reforma Política e Cidadania**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

MONTENEGRO, Nelson Eugenio Pinheiro. A produção de leis na Assembléia Legislativa de Santa Catarina (1990/2000). IN: CARREIRAO, Yan de Souza; BORBA, Julian (Orgs). **Os partidos na política catarinense**. Eleições, processo legislativo, políticas públicas. Florianópolis: Editora Insular, 2006.

MOREIRA, Márcia Maria. O controle interno como paradigma da administração pública gerencial. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 10, n. 890, 10 dez. 2005. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7569>>. Acesso em: 26 Mai 2008.

MOURA, Joana Tereza Vaz de; SILVA, Marcelo Kunrath. Atores sociais em espaços de ampliação da democracia: as redes sociais em perspectiva. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 16, número suplementar, p. 43-54, ago. 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782008000300004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782008000300004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 21 Dez 2008.

MULLER, Gustavo. Comissões e partidos políticos na Câmara dos Deputados: um estudo sobre os padrões partidários de recrutamento para as comissões permanentes. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 2, 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext &pid=S0011-52582005000200005&lng=pt&nrm=isso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext &pid=S0011-52582005000200005&lng=pt&nrm=isso)>. doi: 10.1590/S0011-52582005000200005. Acesso em: 30 Jan 2007.

NICOLAU, Jairo. Disciplina partidária e base parlamentar na Câmara dos Deputados no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998). **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 4, 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582000000400004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582000000400004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 29 Jun 2007.

\_\_\_\_\_. A reforma da representação proporcional no Brasil. IN: BENEVIDES, Maria Victoria, KERCHE, Fábio e VANNUCHI, Paulo (Org.). **Reforma Política e Cidadania**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

NOVAES, C. A. M. Dinâmica institucional da representação – individualismo e partidos na Câmara dos Deputados. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 38, p. 99-147, Mar 1994.

O'DONNELL, Guillermo. Teoria democrática e política comparada. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 4, 1999. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-5258199900400001&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-5258199900400001&lng=pt&nrm=iso)>. doi: 10.1590/S0011-5258199900400001. Acesso em: 30 Jan 2007.

PANEBIANCO, Ângelo. **Modelos de partido**. Madri: Alianza Editorial, 1990.

PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 4, 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S00115258200300040004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S00115258200300040004&lng=pt&nrm=iso)>. doi: 10.1590/S0011-52582003000400004. Acesso em: 30 Jan 2007.

PERISSINOTTO, Renato M. e BRAUNERT, Mariana B. A direita, a esquerda e a democracia: os valores... [?] **Opinião Pública**. v. 12, no. 01. Campinas, Abr/Mai 2006, p. 114-135.

PESSINA, Leonardo. **O Chamado “Terceiro Setor” e o Controle Social do Gastos Públicos**. Palestra: O Tribunal de Contas da União na Promoção da Cidadania e do Controle Social no Terceiro Setor. ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais. Diálogo Público. 2006. Disponível em: <[http://64.233.169.104/search?q=cache:e\\_fvMhMmiq4J:www2.tcu.gov.br/pls/porta1/ur1/ITEM/1FB32515D35FD11BE040010A70007F69+controle+gastos+publicos&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=14&gl=br](http://64.233.169.104/search?q=cache:e_fvMhMmiq4J:www2.tcu.gov.br/pls/porta1/ur1/ITEM/1FB32515D35FD11BE040010A70007F69+controle+gastos+publicos&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=14&gl=br)>. Acesso em: 09 Mai 2008.

PIRES, Valdemir. **Gestão orçamentária e qualidade do gasto público**. Texto para discussão no Grupo de Pesquisa UNESP/CNPq “Controle Social do Gasto Público. Setembro de 2006. Disponível em: <<http://64.233.169.104/search?q=cache:7sDD7BIRoDQJ:www.pires.pro.br/documentos/gestaoorcamentariaequilidatedogastopublico59635.pdf+teoria+administrativa+gasto+publico&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=2&gl=br>>. Acesso em: 26 Mai 2008.

PRZEWORSKI, A.; LIMONGI, F. e CHEIBUB, J. A. Democracia e Cultura: Uma visão não culturalista. São Paulo: **Lua Nova**, nº 58, 2003.

\_\_\_\_\_.; ALVAREZ, M.; CHEIBUB, J. A.; LIMONGI, F. What Makes Democracy Endure?. **Journal of Democracy**, v. 7, n. 1, pp. 39-56, 1996.

REIS, Fábio Wanderley. Direita e esquerda e o eleitor brasileiro. In: REIS, F. W. **Tempo presente: do MDB a FHC**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

\_\_\_\_\_. Engenharia e Decantação. IN: BENEVIDES, Maria Victoria, KERCHE, Fábio e VANNUCHI, Paulo (Org.). **Reforma Política e Cidadania**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

RODRIGUES FILHO, José. **Reforma partidária – democracia entre eleições: parte I**. Publicado em: 21 Jan 2007a. Disponível em: <<http://congressoemfoco.ig.com.br/Noticia.aspx?id=14306>>. Acesso em 16 Mai 2008.

\_\_\_\_\_. **Reforma partidária – democracia entre eleições: parte II**. Publicado em: 30 Jan 2007b. Disponível em: <<http://congressoemfoco.ig.com.br/Noticia.aspx?id=14306>>. Acesso em 16 Mai 2008.

RODRIGUES, Gilmar. Os gastos públicos em Santa Catarina: partidos políticos e descentralização no poder executivo municipal. IN: CARREIRAO, Yan de Souza; BORBA, Julian (Orgs). **Os partidos na**



**política catarinense.** Eleições, processo legislativo, políticas públicas. Florianópolis: Editora Insular, 2006.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Quem é quem na Constituinte** - Uma análise sócio-política dos partidos e Deputados. São Paulo: OESP-Maltese, 1987, 368 p.

\_\_\_\_\_. As eleições de 1994. Uma apreciação Geral. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 38, no. 01, 1995, p. 71-91.

\_\_\_\_\_. Partidos, ideologia e composição social. **Revista Brasileira das Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 48, 2002a. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092002000100004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092002000100004&lng=pt&nrm=iso)>. doi: 10.1590/S0102-69092002000100004. Acesso em: 04 Set 2006.

\_\_\_\_\_. **Partidos, Ideologias e Composição Social.** Um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados. São Paulo: Edusp, 2002b.

RODRIGUES, Leticia M. Ruiz e MONTEIRO, Mercedes Garcia. Coerência partidária nas eleições parlamentares Latino Americanas. **Opinião Pública**. v. 08, no. 02. Campinas, 2002, p. 189-229.

ROMA, Celso. O mapa da ideologia da Câmara dos Deputados. **Revista Valor Econômico Online**, 25 Out 2006. Disponível em: <[http://www.valoronline.com.br/valoreconomico/285/primeiro\\_caderno/opiniaio/O+mapa+d...](http://www.valoronline.com.br/valoreconomico/285/primeiro_caderno/opiniaio/O+mapa+d...)>. Acesso em: Jan 2007.

\_\_\_\_\_. **Agenda, ideologia e coesão partidária na Câmara dos Deputados.** Apresentado ao Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 30. GT 07: Estudos Legislativo. Caxambu/MG, (mimeo) 2006.

ROSE, R. e MACKIE, T. Do Parties Persist or Fail? The Big Trade-off Facing Organizations. In: K. LAWSON e P. MERKEL (eds.). **When Parties Fail**. Princeton: Princeton University Press, 1988.

SAMUELS, David. Determinantes do voto partidário em sistemas eleitorais centrados nos candidatos: evidências... **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, no. 3, 1997, p. 493 – 533.

\_\_\_\_\_. Financiamento de campanha e eleições no Brasil: o que podemos aprender com o “caixa um”... IN: BENEVIDES, Maria Victoria, KERCHE, Fábio e VANNUCHI, Paulo (Org.). **Reforma Política e Cidadania**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

\_\_\_\_\_. **Ambition, federalism and legislative politics in Brazil**. Nova York: Cambridge University Press, 2003.

SANTOS, Eurico A. Gonzalez Cursino dos. **Estudo Referente aos Programas Sociais Governamentais em Funcionamento Atualmente**. Secretaria de Comissões, Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes, Comissão de Assuntos Sociais, Senado Federal. Brasília, 27 Out 2004. Disponível em: <[http://www.senado.gov.br/web/comissoes/cas/es/ES\\_ProgramasSociais1.pdf](http://www.senado.gov.br/web/comissoes/cas/es/ES_ProgramasSociais1.pdf)>. Acesso em 12 Mai 2008.

SANTOS, Fabiano Guilherme M. Microfundamentos do clientelismo político no Brasil. 1959-1963. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 38, no. 3, 1995, p. 459 – 496.

\_\_\_\_\_. Partidos e Comissões no Presidencialismo de Coalizão. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582002000200003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582002000200003&lng=pt&nrm=iso)>. doi: 10.1590/S0011-52582002000200003. Acesso em: 30 Jan 2007.

\_\_\_\_\_. Governos de coalizão no sistema presidencial: o caso do Brasil sob a égide da Constituição de 1988. In: AVRITZER, Leonardo e ANASTASIA, Fátima. Reforma Política no Brasil. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

SANTOS, Fabiano e VILAROUCA, Márcio. Relatório Primeiro Ano do Governo LULA: Alinhamento partidário, trocas de legenda e (in)disciplina partidárias, **NECON.**, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://necon.iuperj.br>>. Acesso em: 14 Mai 2007.

SANTOS, Lucas Maia. **Ideologia e luta de Classes**. Revista Possibilidades. Publicação do NPM - Núcleo de Pesquisa Marxista. Ano 1, no. 3, Jan./Mar. de 2005, p. 52-56. Disponível em: <<http://npmueg.ubbihp.com.br/pos3-8santos.html>>. Acesso em: Out 2006.

SANTOS, Maria Helena de Castro. Que Democracia?: Uma Visão Conceitual desde a Perspectiva dos Países em Desenvolvimento. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 4, 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582001000400003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582001000400003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 18 Dez 2008.

SANTOS, Wanderely Guilherme dos. **Regresso**. Mascaras Institucionais do Liberalismo ... Rio de Janeiro: Opera Nostra, 1994.

\_\_\_\_\_. A universalização da Democracia. IN: BENEVIDES, Maria Victoria, KERCHE, Fábio e VANNUCHI, Paulo (Org.). **Reforma Política e Cidadania**. São Paulo: Ed. Fund. Perseu Abramo, 2003.

SARTORI, Giovanni. **A Política**. Brasília: Editara da Universidade de Brasília, 1982a.

\_\_\_\_\_. **Partidos e sistemas partidários**. Brasília: Editara da Universidade de Brasília, 1982b.

\_\_\_\_\_. **A Teoria da Democracia Revisitada**, v. I, O Debate Contemporâneo. São Paulo: Ed. Ática, 1987.

SCHAWRTZMAN, Simon. Subdesenvolvimento, revolução e ideologia. Publicado originalmente na **Revista Latino-americana de Sociologia**. Buenos Aires, v. 1, 1967.

SCHMITT, R. Migração partidária e reeleição na Câmara dos Deputados. **Novos Estudos Cebrap**, n. 54, 1999.

SCHMITTER, Philippe C. **Portugal: do autoritarismo à democracia**. Trad. port. Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais, 1999.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Editara Zahar, 1984.

SEGRILLO, Angelo. A confusão esquerda/direita no mundo pós-Muro de Berlim: uma análise e uma hipótese. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 3, 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S001152582004000300006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S001152582004000300006&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 09 Jul 2007.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Soc. Estado**, Brasília, v. 19, n. 1, 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922004000100004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922004000100004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 16 Jul 2008. doi: 10.1590/S0102-69922004000100004.

SILVA, Clóvis L. **Machado da Mudança e análise organizacional**. Curitiba. UFPR-PMC/IMAP, 1996. Disponível em: <<http://www.pr.gov.br/batebyte/edicoes/1997/bb62/autorida.htm>>. Acesso em: 01 Mai 2008.

SILVEIRA, Flávio Eduardo. Escolha intuitiva: nova modalidade de decisão do voto. **Opinião Pública**, São Paulo, v. II, no. 2. Ano II, 1994.

SINGER, André. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro**. São Paulo: Edusp, 2000.

SOARES, Luiz Eduardo. **Os Dois Corpos do presidente**. Rio de Janeiro: ISER/Relume-Dumará, 1993.

SOARES, Glaucio Ary Dillon. Alianças e coligações eleitorais: notas para uma teoria. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, n. 17, julho 1964.

STEDILE, João Pedro & FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente**. A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

TAROUCO, Gabriela da Silva. **Ênfases programáticas, identidade e atuação partidária**. Texto apresentado no IV Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política – 2004.

TAVARES, José Antônio Giusti. **Reforma Política e Retrocesso Democrático**: agenda para as reformas pontuais no sistema eleitoral e ... Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

TEIXEIRA, José Paulo. **Os Donos da Cidade**: poder e imaginário das elites de Criciúma. Florianópolis, Dissertação de Mestrado, UFSC, 1995.

TEIXEIRA, Marco Antonio. Fisiologismo virou negociação política. Publicado em **O Estadão**, Sábado, 29 de Setembro de 2007. Disponível em: <[http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20070929/notimp58072\\_0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20070929/notimp58072_0.php)>. Acesso em: 17 Mai 2008.

TCE SC - Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. **Guia: Lei de Responsabilidade Fiscal: Lei Complementar nº 101/2000**. - 2. ed. rev. e ampl. Florianópolis: Tribunal de Contas, 2002. Disponível em: <[http://www.tce.sc.gov.br/acom/08\\_publicou/livros/pdf/guia\\_lrf\\_2ed.pdf](http://www.tce.sc.gov.br/acom/08_publicou/livros/pdf/guia_lrf_2ed.pdf)>. Acesso em: 09 Mai 2008.

UNB –Universidade de Brasília. **Sistema de Cotas para Negro**. Disponível em: <[http://www.unb.br/admissao/sistema\\_cotas/](http://www.unb.br/admissao/sistema_cotas/)>. Acesso em: 01 Mai 2008.

VIOLA, E. As eleições de 1985 e a dinâmica do sistema partidário em Santa Catarina. **Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 1, no. 1, 1986, p. 21-38.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. V II. Brasília: Edunb, 1999.

**ACESSOS NA WORLD WIDE WEB:**

BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento: <<http://www.bndes.gov.br/privatizacao/resultados/historico/history.asp>>.

CEPP – Centro de Estudos do Pensamento Político – ISCSP – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas/ Universidade Técnica de Lisboa/Portugal: <<http://www.iscsp.utl.pt/cepp/indexfro1.php3?http://www.iscsp.utl.pt/cepp/anuario/secxix/ano1868.htm>>.

CNE – Comissão Nacional de Eleições/ Portugal: <<http://www.cne.pt/index.cfm?sec=0506020000>>.

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura: <<http://www.contag.org.br>>.

Contas Abertas: <<http://contasabertas.uol.com.br/asp/>>.

FGV – Fundação Getúlio Vargas: <[http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_historia/htm/anos37-45/ev\\_fim\\_ppn.htm](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos37-45/ev_fim_ppn.htm)>.

IUPERJ - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro: <<http://www.iuperj.br>>.

Jornal Carlos Branco: <<http://www.carlosbranco.jor.br/mostraajuste.asp?codigot=1058&menuvolta=conteudo.asp>>.

Jornal O Estado de São Paulo: <<http://txt.estado.com.br/editorias/2007/11/11/eco1.93.4.20071111.17.1.xml>>.

Jus Navegandi: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6818&p=2>>.

MRE - Ministério das Relações Exteriores: <<http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/consnac/orgpol/oposicao/partpol/apresent.htm>>.

MST – Movimento dos Sem Terra: <<http://www.mst.org.br/mst/home.php>>.

NECON - Núcleo de Estudos sobre o Congresso (IUPERJ/UCAM): <<http://necon.iuperj.br>>.

NPMUEG - Núcleo de Pesquisa Marxista: <<http://npmueg.ubbihp.com.br/pos3-8santos.html>>.

Política Voz: <[http://www.politicavoz.com.br/partidospoliticos/artigo\\_04.asp](http://www.politicavoz.com.br/partidospoliticos/artigo_04.asp)>.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento: <<http://www.pnud.org.br/cidadania/reportagens/index.php?id01=286&lay=cid>>.

Revista Dados: <<http://www.scielo.br>>.

Revista das Ciências Sociais: <<http://www.scielo.br>>.

Sui Generis: <[http://www.suigeneris.pro.br/filo\\_ideologia.htm](http://www.suigeneris.pro.br/filo_ideologia.htm)>.

Transparência Brasil: <<http://www.transparencia.org.br/>>.

TCE – Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina: <<http://www.tce.sc.gov.br>>.

TSE – Tribunal Superior Eleitoral: <[http://www.tse.gov.br/institucional/centro\\_memoria/historia\\_eleicoes\\_brasil/os\\_partidos\\_politicos/os-partidos-politicos.html](http://www.tse.gov.br/institucional/centro_memoria/historia_eleicoes_brasil/os_partidos_politicos/os-partidos-politicos.html)>.

Valor Econômico Online: <[http://www.valoronline.com.br/valoreconomico/285/primeiro\\_caderno/ opiniao /O+mapa+d...](http://www.valoronline.com.br/valoreconomico/285/primeiro_caderno/ opiniao /O+mapa+d...)>.

Wikipedia: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido\\_político#column-one](http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_político#column-one)>.

**APÊNDICE**  
**QUESTIONÁRIO APLICADO EM 1989:**

1

IDESP - Instituto de Estudos Econômicos Sociais  
e Políticos de São Paulo  
Av. Dr. Arnaldo, 1973 - Sumaré  
01255 São Paulo - SP -  
Tel. : (011) 864-7500

Número da entrevista:

Data da entrevista:

--	--	--

Entrevistador:

Número de tentativas:

Duração da entrevista:

Revisão:

Nome do Deputado:

Estado:

PESQUISA

A Estrutura Partidária Brasileira, da Reforma de 1979 à  
Constituinte: Articulação entre os níveis Estadual e Nacional.



3

3. O SR. OCUPA ALGUM CARGO OU PARTICIPA DE ALGUMA ASSOCIAÇÃO,  
ENTIDADE PROFISSIONAL, RECREATIVA, RELIGIOSA, ETC.?

- ( ) 1. Não.  
( ) 2. Sim:

ASSOCIAÇÃO	PERIODO		CARGO	LOCAL
	DE	ATE		

4. SEU PARTIDO É \_\_\_\_\_

DESDE QUANDO O SR. PERTENCE AO \_\_\_\_\_?

\_\_\_\_\_

5. POR QUE O SR. OPTOU POR ESTE PARTIDO?

---

---

---



4

6. ANTES DE SEU PARTIDO ATUAL, O SR. JÁ PERTENCEU A ALGUM OUTRO PARTIDO? (Inclusive os anteriores ao sistema partidário atual).

( ) 1. Não

( ) 2. Sim

Qual(is)? (em ordem cronológica):

DE ATE

1.			
2.			
3.			
4.			
5.			
6.			

(Somente para os que responderam SIM na pergunta anterior)

7. QUAIS AS RAZOES QUE O LEVARAM A MUDAR DE PARTIDO?

---



---



---

8. O SR. ACREDITA QUE TERIA SIDO ELEITO MESMO QUE ESTIVESSE FILIADO A UM OUTRO PARTIDO?

( ) 1. Não

( ) 2. Sim

( ) 8. NS

( ) 9. NR

Por que? \_\_\_\_\_

---



---

5

9. A QUE PARTIDOS, DENTRE OS ATUAIS, O SR. NÃO SE FILIARIA DE MANEIRA ALGUMA?

- |                                   |   |
|-----------------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> )1. PDS  | <input type="checkbox"/> )9. PCdoB                  |
| <input type="checkbox"/> )2. PDT  | <input type="checkbox"/> )10. PSB                   |
| <input type="checkbox"/> )3. PT   | <input type="checkbox"/> )11. PL                    |
| <input type="checkbox"/> )4. PTB  | <input type="checkbox"/> )12. PDC                   |
| <input type="checkbox"/> )5. PMDB | <input type="checkbox"/> )13. Outros. Quais?: _____ |
| <input type="checkbox"/> )6. PFL  | _____   |
| <input type="checkbox"/> )7. PSDB | _____   |
| <input type="checkbox"/> )8. PCB  | _____   |
- )77. Teria se filiado a qualquer um deles  
 )88. NS  
 )99. NR

9.a POR QUE? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

10. O SR. ACHA QUE EXISTEM GRUPOS, ALAS OU CORRENTES NO SEU PARTIDO?

- )1. Não  
 )2. Sim:

Poderia identificá-las?:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

11. COM QUAL GRUPO, ALA OU CORRENTE DE SEU PARTIDO O SR. SE CONSIDERA IDENTIFICADO?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

- )6. Com nenhum deles  
 )7. NSA  
 )8. NS  
 )9. NR

8

12. QUAL E SUA PRINCIPAL BASE ELEITORAL?

---



---



---

13. EM QUE CLASSES SOCIAIS O SR. ACHA QUE OBTVEU MAIS VOTOS NAS ELEIÇÕES DE 1986?

---



---



---

( )8. NS

( )9. NR

14. EM SUA CAMPANHA ELEITORAL DE 1986, O SR. OBTVEU APOIO DE:

	SIM	NAO
1. Sindicatos/associação profissional.....	( )	( )
2. Associação de bairro.....	( )	( )
3. Grupo religioso.....	( )	( )
4. Associação esportiva/recreativa.....	( )	( )
5. Associação filantrópica.....	( )	( )
6. Amigos e parentes.....	( )	( )
7. Outros.Quais?.....	( )	( )

15. EM QUE CIDADES DO ESTADO O SR. OBTVEU MAIS VOTOS NAS ELEIÇÕES DE 1986? (Em ordem de importância).

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

3. \_\_\_\_\_

4. \_\_\_\_\_

5. \_\_\_\_\_

( )8. NS

( )9. NR

7

16. O SR. USA O DIRETORIO OU ALGUM OUTRO LOCAL DO PARTIDO PARA CONTACTO PESSOAL COM SEU ELEITORADO?

- ( )1. Não  
( )2. Sim

17. UTILIZA-SE DE ALGUM OUTRO MEIO PARA SE COMUNICAR COM SEU ELEITORADO?

- ( )1. Não  
( )2. Sim:Qual?\_\_\_\_\_

( )9. NR

18. ENTRE AS SOLICITAÇÕES QUE RECEBE, QUAL A PERCENTAGEM, GROSSO MODO, QUE SE REFERE A ATENDIMENTO DE PROBLEMAS DE ORDEM PESSOAL (EMPREGO, HOSPITALIZAÇÃO, LICENÇA, ETC.) E QUAL A PERCENTAGEM DE SOLICITAÇÕES QUE SE REFERE A PROBLEMAS MAIS COLETIVOS?

1. Problemas de ordem pessoal:\_\_\_\_\_

2. Problemas coletivos:\_\_\_\_\_

- ( )8. NS  
( )9. NR

19. O SR. OCUPA ALGUM CARGO NO PARTIDO NA:

	SIM	NAO	Qual /Quais?
Executiva Nacional			
Executiva Regional			
Executiva Municipal			
Executiva Distrital			

20. O SR. FREQUENTA AS REUNIOES DO DIRETORIO REGIONAL?

- )1. Não
- )2. Sim: COM QUE FREQUENCIA?
  - ) Todas
  - ) A maioria delas
  - ) Algumas

21. E COM RELAÇÃO AOS DIRETORIOS MUNICIPAIS/DISTRITAIS, O SR. PARTICIPA DE SUAS ATIVIDADES?

- )1. Não
- )2. Sim: Que tipo de atividade? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

22. O SR. ACREDITA QUE, NA ATIVIDADE PARLAMENTAR, EM GERAL UM DEPUTADO DEVE VOTAR COMO O PARTIDO INDICA, OU DE ACORDO COM O QUE ELE ACREDITA?

- )1. Como o partido indica
- )2. De acordo com o que ele acredita
- )3. Outra resposta: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

- )8. NS
- )9. NR

23. O SR. ACHA CORRETO O PARTIDO FECHAR QUESTAO E USAR O RECURSO DA FIDELIDADE PARTIDARIA?

- )1. Não
- )2. Sim: EM QUE SITUAÇÕES?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

24. IMAGINE QUE OS ELEITORES EXIJAM QUE UM DEPUTADO LUTE POR UMA COISA A QUE ELE PESSOALMENTE SE OPÕE. O QUE O SR. ACHA QUE ELE DEVE FAZER?

- ( )1. O que os eleitores querem
- ( )2. Fazer aquilo em que ele acredita
- ( )3. Outra resposta: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

- ( )8. NS
- ( )9. NR

25. PODERIA ME APONTAR OS PRINCIPAIS PROJETOS DE LEI APRESENTADOS PELO SR. NESTA LEGISLATURA?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

26. ESTES PROJETOS PARTIRAM DE SOLICITAÇÃO/REIVINDICAÇÃO DE ALGUM GRUPO DO QUAL O SR. SE CONSIDERA REPRESENTANTE, OU FOI DE SUA INICIATIVA INDIVIDUAL?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

27. E QUANTO A ELABORAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DE SEU ESTADO, O SR. JA RECEBEU A SOLICITAÇÃO DE ALGUMA ENTIDADE DA SOCIEDADE CIVIL, EM DEFESA DE ALGUMA QUESTÃO A SER DEFINIDA NA CONSTITUINTE ESTADUAL?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

10

28. EXISTE ALGUMA PROPOSTA OU ANTE-PROJETO DE CONSTITUIÇÃO ELABORADO POR SEU PARTIDO?

---

---

---

29. O SR. TEM CONHECIMENTO DAS QUESTOES MAIS IMPORTANTES QUE SEU PARTIDO IRA DEFENDER NA CONSTITUINTE ESTADUAL?

---

---

---

30. EXISTE ALGUMA QUESTAO ESPECIFICA QUE O SR. TEM DEFENDIDO OU VAI DEFENDER NA CONSTITUINTE ESTADUAL?

---

---

---

11

31. COM A INSTITUIÇÃO DOS DOIS TURNOS NAS ELEIÇÕES MAJORITARIAS PARA OS EXECUTIVOS, OS PARTIDOS NECESSARIAMENTE TERÃO QUE RECORRER AS ALIANÇAS PARTIDARIAS.

(a) CITE TRES PARTIDOS QUE O SR. SERIA INTEIRAMENTE CONTRARIO A QUE SEU PARTIDO SE ALIASSE NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS?

(Anote-os na ordem que foram citados pelo entrevistado)

Contrário: 1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

3. \_\_\_\_\_

( )7. Outra resposta \_\_\_\_\_

( )8. NS

( )9. NR

(b) AGORA, CITE TRES PARTIDOS QUE O SR. SERIA TOTALMENTE FAVORAVEL A QUE SEU PARTIDO SE ALIASSE NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS?

(Anote-os na ordem que foram citados pelo entrevistado)

Favorável: 1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

3. \_\_\_\_\_

( )7. Outra resposta \_\_\_\_\_

( )8. NS

( )9. NR



## 32. E AO NIVEL ESTADUAL,

- (a) PODERIA CITAR TRES PARTIDOS QUE O SR. SERIA INTEIRAMENTE contrário A QUE SEU PARTIDO ENTRASSE EM ALIANÇA, POR EXEMPLO, NAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO?

(Anote-os na ordem que foram citados pelo entrevistado)

Contrário: 1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

3. \_\_\_\_\_

( )7. Outra resposta \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

( )8. NS

( )9. NR

- (b) E QUAIS SAO OS TRES PARTIDOS QUE O SR. SERIA TOTALMENTE FAVORAVEL A QUE SEU PARTIDO SE ALIASSE NAS ELEIÇÕES ESTADUAIS?

(Anote-os na ordem que foram citados pelo entrevistado)

Favorável: 1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

3. \_\_\_\_\_

( )7. Outra resposta \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

( )8. NS

( )9. NR

13

AGORA EU GOSTARIA DE SABER SUA OPINIÃO A RESPEITO DE VARIOS TEMAS DA ATUALIDADE.

33. ALGUNS DIZEM QUE OS PARTIDOS DEVEM DEFENDER INTERESSES DE GRUPOS, OUTROS DIZEM QUE OS PARTIDOS DEVEM DEFENDER OS INTERESSES DE TODOS OS INDIVIDUOS. COM QUAL DESTAS OPINIÕES O SR. CONCORDA?

- ( )1. Os partidos devem defender interesses de grupos  
 ( )2. Os partidos devem defender os interesses de todos  
 ( )3. Outra resposta: \_\_\_\_\_

( )8. NS ( )9. NR

34. EM GERAL DIZ-SE QUE UM GRANDE PROBLEMA DO QUADRO POLITICO DO PERIODO ANTERIOR A 1964 ERA O CONFLITO ENTRE O PRESIDENTE E O CONGRESSO: ENQUANTO O EXECUTIVO ERA REFORMISTA E MODERNIZADOR, O LEGISLATIVO ERA CONSERVADOR E OLIGARQUICO. Na sua opinião, era isso o que ocorria?

- ( )1. Não ( )8. NS  
 ( )2. Sim ( )9. NR

(Se sim)

E AGORA, E AINDA O QUE OCORRE?

- ( )1. Não ( )7. NSA  
 ( )2. Sim ( )8. NS  
 ( )9. NR

35. PELA NOVA CONSTITUIÇÃO O DECRETO-LEI (ANTERIORMENTE UTILIZADO PELO EXECUTIVO) FOI SUBSTITUIDO PELAS CHAMADAS MEDIDAS PROVISÓRIAS, PELAS QUAIS O PRESIDENTE PODE IMPLEMENTAR MEDIDAS URGENTES QUE, NO ENTANTO, PERDERÃO VALIDADE CASO NÃO SEJAM APROVADAS PELO CONGRESSO NO PRAZO DE 30 DIAS. O SR. CONCORDA COM ESTE MECANISMO?

- ( )1. Não. Por que? \_\_\_\_\_  
 ( )2. Sim. Por que? \_\_\_\_\_

14

36. PRINCIPALMENTE EM EPOCA DE ELEIÇÃO, AS PESSOAS COSTUMAM DIZER QUE TEM OPINIÕES DE DIREITA, OU DE ESQUERDA, OU DE CENTRO. O QUE O SR. ENTENDE POR DIREITA E POR ESQUERDA EM POLITICA?

Direita: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Esquerda: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

( )88. NS

( )99. NR

37. AGORA VAMOS SUPOR QUE AQUI NESTA RETA (mostrar o cartão 1) O NUMERO 1 CORRESPONDE A ESQUERDA, O NUMERO 5 AO CENTRO, E O NUMERO 10 A DIREITA. COMO O SR. ESTA VENDO, UMA PESSOA QUE FOSSE MUITO DE ESQUERDA ESTARIA NO NUMERO 1, UMA MUITO DE DIREITA, NO NUMERO 10. ONDE E QUE O SR. SE COLOCARIA?:

ESQUERDA			CENTRO				DIREITA		
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

( )88. NS

( )99. NR

38. E ONDE É QUE O SR. COLOCARIA CADA UM DOS SEGUINTE PARTIDOS EM AMBITO NACIONAL? (mostrar o cartão) COMO O SR. CLASSIFICARIA O...

	ESQUERDA				CENTRO		DIREITA				NS	NR
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		
PDS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		
PDT	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		
PT	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		
PTB	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		
PMDB	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		
PFL	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		
PSDB	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		
PCB	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		
PCdoB	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		
PSB	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		
PL	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		
PDC	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		

39. E AQUI NO ESTADO DE ....., O SR. MANTERIA OU NAO AS MESMAS NOTAS PARA ESSES PARTIDOS NESTA QUESTAO DE DIREITA E ESQUERDA?

( )2. Sim

( )1. Não. COMO CLASSIFICARIA EM SEU ESTADO O PDS...

	ESQUERDA			CENTRO				DIREITA			NS	NR
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		
PDS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		
PDT	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		
PT	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		
PTB	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		
PMDB	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		
PFL	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		
PSDB	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		
PCB	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		
PCdoB	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		
PSB	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		
PL	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		
PDC	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		



18

43. NA SUA OPINIÃO, A CONSTITUIÇÃO DE 1988 CAMINHOU MAIS PARA O NACIONALISMO OU MAIS PARA A ABERTURA? EM QUAL POSIÇÃO ELA SE SITUARIA NA ESCALA?

(+)											(-)
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	NS	NR

44. NOS ULTIMOS ANOS TEM HAVIDO UM GRANDE DEBATE A RESPEITO DO SISTEMA ELEITORAL. O SR. E FAVORAVEL AO SISTEMA DE REPRESENTAÇÃO PROPORCIONAL, AO SISTEMA DISTRITAL MAJORITARIO OU AO SISTEMA MISTO (PROPORCIONAL PARA UMA PARTE DAS CADEIRAS E DISTRITAL-MAJORITARIO PARA AS RESTANTES?

1. sistema proporcional  
 2. sistema distrital majoritário  
 3. sistema misto.  
  
 8. NS  
 9. NR

45. AGORA EU GOSTARIA DE SABER SUA OPINIÃO SOBRE UMA SERIE DE QUESTOES QUE FORAM APROVADAS OU REJEITADAS DURANTE O PROCESSO DE VOTAÇÃO NA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, NO ANO PASSADO. SUPONHAMOS QUE O SR. TIVESSE PARTICIPADO DA VOTAÇÃO DAS QUESTOES QUE VOU AGORA ENUNCIAR, O SR. TERIA VOTADO A FAVOR OU CONTRA ...

- 1) Definição de 5 anos de mandato para o presidente Sarney.

- Favor  
 Contra

- 2) Cinco anos de mandato para os futuros presidentes da República.

- Favor  
 Contra

19

3) Estabelecimento dos dois turnos nas eleições para os Executivos da forma como estabeleceu a Constituição (i.e. em cidades com mais de 200 mil, no caso das eleições municipais).

( ) Contra. Por que? \_\_\_\_\_

( ) Favor. Por que? \_\_\_\_\_

4) Instituição do regime parlamentarista de governo.

( ) Contra

( ) Favor

E favorável:

( ) ao sistema misto (com eleição direta do Presidente

( ) ao sistema puro (com eleição indireta)

( ) ou a qualquer um deles

5) Garantia de estabilidade absoluta no emprego.

( ) Favor

( ) Contra

6) Ou proteção contra a despedida arbitrária, ou sem justa causa, através de indenização compensatória.

( ) Favor

( ) Contra

7) Direito irrestrito de greve.

( ) Favor

( ) Contra

8) Jornada de trabalho de 44 horas semanais.

( ) Favor

( ) Contra



- 9) Unicidade sindical, isto é, proibição de se criar mais de uma organização sindical por categoria profissional ou econômica na mesma base territorial.
- ( ) Favor  
( ) Contra
- 10) Desapropriação de propriedade produtiva para fins de reforma agrária.
- ( ) Favor  
( ) Contra
- 11) Desapropriação de propriedade improdutiva para fins de reforma agrária.
- ( ) Favor  
( ) Contra
- 12) Prisão apenas em flagrante delito ou por ordem escrita de autoridade judiciária competente (exceto nos casos de natureza militar).
- ( ) Favor  
( ) Contra
- 13) Instituição do mecanismo de participação popular direta nas decisões, através de referendo, plebiscito e iniciativa popular para apresentação de projeto de lei.
- ( ) Favor  
( ) Contra
- 14) Participação direta da população, através de consulta, na formulação de políticas, no planejamento e no controle das ações do poder público, principalmente nas áreas de saúde, educação, assistência e seguridade social.
- ( ) Favor  
( ) Contra

15) Direito de qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato de denunciar abusos ou irregularidades perante o Tribunal de Contas da União.

- Favor
- Contra

16) Inclusão do dispositivo que assegura às Forças Armadas o direito de intervenção para garantir a ordem interna.

- Favor
- Contra

17) Instituição da pena de morte.

- Favor
- Contra

18) A prática de racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão.

- Favor
- Contra

19) Garantia do monopólio da União sobre os recursos minerais

- Favor
- Contra

20) Nacionalização da distribuição dos combustíveis.

- Favor
- Contra

21) Atribuição de status de empresa nacional apenas àquelas cujo controle efetivo (isto é, a maioria de seu capital votante e o exercício do poder decisório) esteja, em caráter permanente, sob a titularidade de pessoas físicas domiciliadas e residentes no país.

- Favor  
 Contra

22) Proibição de contratos de risco na exploração de petróleo e gás mineral

- Favor  
 Contra

23) Dever do poder público de dar tratamento preferencial à empresa nacional na aquisição de bens e serviços.

- Favor  
 Contra

24) Limite de 12% ao ano nas taxas de juros reais para as operações de crédito.

- Favor  
 Contra

25) Estatização dos bancos.

- Favor  
 Contra

26) Atuação de instituições financeiras privadas (e públicas estaduais) apenas no estado onde estão sediadas.

- Favor  
 Contra

27) Aplicação de recursos de fundos e programas de responsabilidade da União apenas em instituições financeiras públicas.

( ) Favor

( ) Contra

DADOS PESSOAIS

46. SEXO:

( ) 1. Masculino

( ) 2. Feminino

47. IDADE:

\_\_\_\_\_anos  
00. NS/NR

48. QUAL E O SEU GRAU DE INSTRUÇÃO?

( ) 1. Primário incompleto

( ) 2. Primário completo

( ) 3. Ginásial incompleto

( ) 4. Ginásial completo

( ) 5. Colegial incompleto

( ) 6. Colegial completo

( ) 7. Universitário incompleto

( ) 8. Universitário completo. Curso.....

( ) 9. Pós-graduação

49. O Sr. tem alguma religião? Qual? \_\_\_\_\_

88. NS

99. NR

## 50. QUAL FOI SUA PRINCIPAL OCUPAÇÃO NOS ÚLTIMOS ANOS?

Marque apenas uma (a principal):

- ( ) 10. Fazendeiro - grande proprietário (lavoura ou pecuária)
- ( ) 11. Fazendeiro - médio proprietário (lavoura ou pecuária)
- ( ) 12. Fazendeiro - pequeno proprietário (lavoura ou pecuária)
- ( ) 13. Trabalhador rural (não proprietário de terras)
- ( ) 20. Grande comerciante (mais de 30 empregados)
- ( ) 21. Comerciante médio (de 11 a 30 empregados)
- ( ) 22. Pequeno comerciante (até 10 empregados)
- ( ) 30. Grande industrial (mais de 500 empregados)
- ( ) 31. Médio industrial (de 50 a 500 empregados)
- ( ) 32. Pequeno industrial (até 50 empregados)
- ( ) 40. Advogado
- ( ) 41. Farmacêutico
- ( ) 42. Médico
- ( ) 43. Dentista
- ( ) 44. Contador
- ( ) 45. Engenheiro
- ( ) 46. Agrônomo
- ( ) 50. Professor universitário
- ( ) 51. Professor secundário
- ( ) 52. Professor primário
- ( ) 60. Servidor público (federal, estadual ou municipal)  
ocupante de cargo de direção, chefia ou similares
- ( ) 61. Servidor público - outros cargos
- ( ) 70. Comerciante
- ( ) 71. Industriário
- ( ) 72. Militar
- ( ) 80. Estudante
- ( ) 90. Outra. Qual? \_\_\_\_\_

## QUESTIONÁRIO APLICADO EM 2002:

**Departamento de Ciência Política**  
**Universidade de São Paulo**  
**Pesquisa: Partidos e Representação Política**  
**Fapesp/CNPq**

No. da Entrevista: _____	Data: _____	Partido do Entrevistado _____
Nome do Entrevistado: _____		Estado: _____
Entrevistador: _____	Revisor: _____	

1. Por qual partido o Sr. (a) foi eleito? \_\_\_\_\_
2. O Sr (a) acredita que teria sido eleito mesmo se tivesse se candidatado por um outro partido?  
 1. Não                       2. Sim
3. A qual partido o Sr. (a) está filiado atualmente? \_\_\_\_\_ Desde quando? \_\_\_\_\_
4. O Sr. (a) já esteve filiado a algum outro partido **na atual legislatura**?  
 1. Não                       2. Sim \_\_\_\_\_
5. Antes da atual legislatura, a que outros partidos o Sr (a) esteve filiado? (**anotar em ordem cronológica**)

Partido	De	Até
1.		
2.		
3.		
4.		
5.		
6.		

77. Nenhum

6. Cite três partidos, entre os que eu vou mencionar, que o Sr (a) **não** se filiaria de maneira alguma?  
**(mostrar cartão 1)**

- |  |  |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> 1. PPB<br><input type="checkbox"/> 2. PDT<br><input type="checkbox"/> 3. PSDB<br><input type="checkbox"/> 4. PT<br><input type="checkbox"/> 5. PTB<br><input type="checkbox"/> 6. PMDB<br><input type="checkbox"/> 7. PFL | <input type="checkbox"/> 8. PPS<br><input type="checkbox"/> 9. PC do B<br><input type="checkbox"/> 10. PSB<br><input type="checkbox"/> 11. PL<br><input type="checkbox"/> 12. PRONA<br><input type="checkbox"/> 77. Teria se filiado a qualquer um deles |
|--|--|

7. O Sr (a) diria que no seu partido existem grupos, correntes ou tendências?

( ) 1. Não

( ) 2. Sim: Quais seriam? \_\_\_\_\_

8. A qual deles (as) o Sr (a) pertence? : \_\_\_\_\_

9. O Sr. (a) recebeu alguma orientação, por parte de seu partido, sobre a estratégia eleitoral a ser usada em sua campanha eleitoral?

( ) 1. Não

( ) 2. Sim

10. Em sua campanha eleitoral, que importância teve seu partido no que se refere a recursos financeiros, material de campanha e infra-estrutura de um modo geral? (**Ler as alternativas**)

( ) 1. Muita importância

( ) 2. Alguma importância

( ) 3. Mais ou menos

( ) 4. Pouca importância

( ) 5. Nenhuma importância

11. Que tipo de apoio o Sr (a) obteve de seu partido? (**Resposta Múltipla. Ler as alternativas**)

( ) 1. Financeiro

( ) 2. Material de campanha (panfletos, santinhos, cartazes...)

( ) 3. Espaço no Horário Eleitoral

( ) 4. Militância

( ) 5. De parlamentares ou outras lideranças do partido

( ) 6. Produção do programa de TV

12. Com relação às entidades sociais que eu vou mencionar, como o Sr (a) distribuiria, em termos percentuais, a contribuição de cada uma delas para sua campanha (em termos financeiros, de material ou de pessoal)? (**Mostrar Cartão 2**)

	%
1. Sindicatos/Associação Profissional	
2. Associação de Bairro	
3. Grupo Religioso	
4. Associação Esportiva/Recreativa	
5. Associação Filantrópica	
6. Empresas	
7. Pessoas Físicas	
8. Outros. Quais?	

13. Do ponto de vista geográfico, o Sr (a) diria que sua votação é concentrada em um ou alguns municípios contíguos, um ou alguns municípios não contíguos, em uma área ou distritos contíguos de um grande município, ou ela é dispersa em muitos municípios do estado?

( ) 1. Dispersa

( ) 2. Concentrada em municípios contíguos

( ) 3. Concentrada em municípios não contíguos

( ) 4. Concentrada em uma área ou distritos de um grande município

( ) 5. Outra alternativa (especificar): \_\_\_\_\_

14. Do ponto de vista dos setores da sociedade, seus eleitores são provenientes de...

(Ler a lista e pedir para especificar qual seria o grupo)

- ( ) 1. Grupo profissional/econômico: \_\_\_\_\_  
 ( ) 2. Grupo religioso : \_\_\_\_\_  
 ( ) 3. Grupo étnico : \_\_\_\_\_  
 ( ) 4. Grupo/movimento de opinião : \_\_\_\_\_  
 ( ) 5. Outro : \_\_\_\_\_ ( ) 6. Nenhum

15. Que importância o Sr (a) atribui, para sua eleição, ao horário eleitoral gratuito?

- ( ) 1. Muita importância  
 ( ) 2. Pouca importância  
 ( ) 3. Nenhuma importância

16a. Na última eleição, o Sr. (a) teve algum concorrente direto que disputou os votos na sua base eleitoral?

- ( ) 1. Não ( ) 2. Sim

16b . Se sim: ele era do mesmo partido ou de um outro partido? ( pode haver resposta múltipla)

- ( ) 1. Do mesmo partido  
 ( ) 2. De outro partido. Qual? \_\_\_\_\_ ( ) 9. Não se aplica

17. Entre as solicitações que recebe de seus eleitores, o Sr.(a) diria que a maioria se refere a atendimento de problemas de ordem pessoal (emprego, hospitalização, vaga em escola, etc.), ou se refere, em sua maioria, a problemas mais coletivos?

- ( ) 1. Maioria pessoal ( ) 2. Maioria coletivo ( ) 3. Igual

18. E seu atendimento a tais solicitações, tem caráter mais pessoal, coletivo ou igual?

- ( ) 1. Maioria pessoal ( ) 2. Maioria coletivo ( ) 3. Igual

19. O Sr (a) acredita que, na atividade parlamentar em geral, um deputado deve votar como o partido indica, ou de acordo com o que ele acredita?

- ( ) 1. Como o partido indica  
 ( ) 2. De acordo com o que ele acredita  
 ( ) 3. Outra resposta: \_\_\_\_\_

20. O Sr (a) acha correto o partido fechar questão e usar o recurso da fidelidade partidária?

- ( ) 1. Não  
 ( ) 2. Sim: em que situações? \_\_\_\_\_

21. Suponha que seus eleitores exijam que o Sr.(a) apóie um projeto ao qual pessoalmente se opõe. O que o Sr (a) faria?

- ( ) 1. O que seus eleitores querem  
 ( ) 2. Faria o que acredita  
 ( ) 3. Outra resposta: \_\_\_\_\_

22. O (a) Sr (a) acha que todas as votações na Assembléia devem ser abertas ou, em alguns casos a votação secreta seria necessária?

- ( ) 1. As votações devem sempre ser abertas  
 ( ) 2. Votação secreta em alguns casos. Quais? \_\_\_\_\_



23. Como o Sr(a) sabe, a prática de alianças eleitorais é um recurso utilizado nas eleições pela maioria dos partidos brasileiros. Cite três partidos que o Sr (a) seria inteiramente contrário a que seu partido se aliasse nas eleições presidenciais e três partidos que o Sr (a) seria totalmente favorável a uma aliança para as **eleições presidenciais**. (Anote-os na ordem que foram citados pelo entrevistado)

CONTRÁRIO:	FAVORÁVEL
1.	1.
2.	2.
3.	3.

24. E ao nível estadual: cite três partidos que o Sr (a) seria inteiramente contrário a que seu partido se aliasse nas **eleições para governador** e três que seria totalmente favorável. (Anote-os na ordem que foram citados pelo entrevistado)

CONTRÁRIO:	FAVORÁVEL
1.	1.
2.	2.
3.	3.

25. Agora, vamos supor que aqui nesta reta (mostre o cartão) o número 1 corresponda à esquerda e o número 10 à direita. Como o Sr (a) está vendo, uma pessoa que fosse muito de esquerda estaria no número 1, uma muito de direita, no número 10. Onde é que o Sr (a) se colocaria? **Mostrar Cartão 3)**

ESQUERDA										DIREITA									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

26. E onde é que o Sr (a) colocaria cada um dos seguintes partidos em âmbito nacional? (Mostrar o cartão) Como o Sr (a) classificaria o ...?

	ESQUERDA										DIREITA									
PPB	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
PDT	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
PT	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
PTB	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
PMDB	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
PFL	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
PSDB	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
PPS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
PCdoB	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
PSB	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
PL	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
PRONA	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

27. E aqui no seu estado, o Sr (a) manteria ou não as mesmas notas para esses partidos nesta questão de direita e esquerda?

2. Manteria  
ESQUERDA

1. Não. Como classificaria em seu estado o ...  
DIREITA

PPB	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
PDT	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
PT	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
PTB	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
PMDB	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
PFL	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
PSDB	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
PPS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
PCdoB	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
PSB	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
PL	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
PRONA	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

28. Nos últimos anos tem havido um grande debate a respeito do sistema eleitoral. O Sr (a) é favorável ao sistema de representação proporcional, ao sistema distrital majoritário ou ao sistema misto (proporcional para uma parte das cadeiras e distrital-majoritário para as restantes)?

1. Sistema Proporcional  
 2. Sistema Distrital Majoritário  
 3. Sistema Misto

29. Para resolver o problema da violência urbana o Sr (a) priorizaria uma política governamental de redução da miséria e desigualdade ou, ao contrário, leis mais duras e uma política mais eficaz de repressão ao bandido?

1. Uma política governamental de redução da miséria e desigualdade.  
 2. Leis mais duras e uma política mais eficaz de repressão ao bandido.

30. Suponhamos que o Sr. (a) tivesse que votar as seguintes medidas que eu vou mencionar, o Sr(a) votaria a favor ou contra:

	Favor	Contra
1.Redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas, sem redução de salário		
2. Fim da estabilidade dos funcionários públicos		
3. Desregulamentação do mercado de trabalho		
4. Direito irrestrito de greve		
5. Privatização da Petrobras		
6. Desapropriação de propriedade <b>improdutiva</b> para fins de reforma agrária		
7. Desapropriação de propriedade <b>produtiva</b> para fins de reforma agrária		
8. Instituição da pena de morte		
9. Atribuição às Forças Armadas de poder de polícia		
10. Fim da imunidade parlamentar para crimes comuns		
11. Suspensão do sigilo bancário para os detentores de cargos públicos		
12. Proibição de troca de partido durante o mandato		
13. Estabelecimento de cláusula de exclusão para os pequenos partidos		
14. Financiamento público das campanhas eleitorais		
15. Fim das coligações nas eleições proporcionais		

31. Numa escala de 1 (um) a 10 (dez), onde o 1 significasse prioridade mínima e o 10 prioridade máxima, que nota o Sr.(a) daria às seguintes medidas: **(Mostrar o cartão 4)**

	(-)					(+)				
1. Controle dos gastos públicos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
2. Privatização de Empresas Estatais ainda não privatizadas (Petrobras, Setor elétrico, Instituições financeiras federais e estaduais)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
3. Aplicação integral da Lei de Responsabilidade Fiscal	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
4. Redução acentuada das taxas de juros.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
5. Integração à ALCA (Área de Livre Comércio das Américas)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
6. Revisão das privatizações	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
7. Fim do CPMF e das outras contribuições que oneram a produção	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
8. Padronização do ICMS ao nível nacional	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
9. Transformação do Banco Central em instituição financeira independente	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

32. O Sr (a) concorda ou discorda das seguintes afirmações:

A) “Numa situação em que o Executivo não tem maioria parlamentar é perfeitamente legítimo que ele se utilize de cargos e verbas públicas para negociar apoio político”

- ( ) 1. Concorda totalmente  
 ( ) 2. Concorda em parte  
 ( ) 3. Discorda em parte  
 ( ) 4. Discorda totalmente

B) “O MST não traz nenhum benefício para os trabalhadores rurais, servindo apenas para criar instabilidade política”

- ( ) 1. Concorda totalmente  
 ( ) 2. Concorda em parte  
 ( ) 3. Discorda em parte  
 ( ) 4. Discorda totalmente

C) “O país deveria caminhar para uma postura mais autônoma, de afirmação nacional, priorizando o mercado interno e, se necessário, repudiando a dívida externa”.

- ( ) 1. Concorda totalmente  
 ( ) 2. Concorda em parte  
 ( ) 3. Discorda em parte  
 ( ) 4. Discorda totalmente

D) “O Brasil deveria se integrar ainda mais à economia internacional, liberalizando o comércio e abrindo mais a economia ao capital estrangeiro”.

- ( ) 1. Concorda totalmente  
 ( ) 2. Concorda em parte  
 ( ) 3. Discorda em parte  
 ( ) 4. Discorda totalmente

33. Cite o nome de três líderes de seu partido que, a seu ver, seriam os mais influentes em âmbito **nacional**? \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

34. Além de seu gabinete na Assembléia, o Sr (a) mantém um escritório próprio durante todo o ano para estar em contato com seu eleitorado?

- ( ) 1. Não ( ) 2. Sim.

35. O Sr (a) usa o diretório ou outro órgão do seu partido para contato com seu eleitorado? E associações locais?

Diretório: ( ) 1. Não ( ) 2. Sim.

Associações locais: ( ) 1. Não ( ) 2. Sim.

36. O Sr (a) ocupa algum cargo no partido na:

	SIM	NÃO	QUAL/QUAIS?
Executiva Nacional			
Executiva Regional			
Executiva Municipal			
Executiva Distrital			

37. O Sr (a) frequenta as reuniões do diretório regional de seu partido?

- ( ) 1. Não ( ) 2. Sim. Com que frequência?: ( ) Todas ( ) A maioria delas ( ) Algumas

38. E com relação à organização local de seu partido, o Sr (a) participou de alguma reunião do Diretório municipal no último mês?

- ( ) 1. Não (**se não**) Quando foi a ultima vez que participou? \_\_\_\_\_  
 ( ) 2. Sim

39. Antes de 1998 . o Sr (a) foi eleito para algum cargo público? (**listar todos os mandatos**)

( ) 1. Não, esta foi a primeira vez ( ) 2. Sim :Quais?

Cargo	Ano	Local	Partido

40. O Sr (a) já exerceu cargo público em alguma prefeitura ou órgão da administração **municipal** ?

( ) 1. Não ( ) 2. Sim : Quais?

Cargo municipal	Período (de/ até)	Local	Órgão

41. E no nível **estadual** ou **federal**, o Sr (a) já exerceu cargo público em alguma secretaria de estado ou outro órgão estadual ou federal?

( ) 1. Não ( ) 2. Sim : Quais?

Cargo estadual/federal	Período (de/ até)	Local	Órgão

42. E no **Legislativo**, municipal, estadual ou federal, o Sr (a) já exerceu algum cargo não-eletivo em alguma dessas instituições legislativas (Câmara municipal, Assembléia ou Legislativo Federal)?

( ) 1. Não ( ) 2. Sim : Quais?

Cargo não-eletivo Legislativo	Período(de/ até)	Local	Órgão

43. O Sr (a) é membro ou filiado(a) a alguma associação, entidade profissional, recreativa, religiosa?

( ) 1. Não ( ) 2. Sim : Quais?

Associação	Período (Ano: de /até)	Cargo	Local

44. Sexo: ( ) 1. Masculino ( ) 2. Feminino

45. Idade: \_\_\_\_\_ anos.

46. Grau de instrução: ( ) 1. Primário incompleto ( ) 2. Primário completo ( ) 3. Ginásial incompleto  
 ( ) 4. Ginásial completo ( ) 5. Colegial incompleto ( ) 6. Colegial completo  
 ( ) 7. Universitário incompleto ( ) 8. Universitário completo

Curso: \_\_\_\_\_

47. Qual foi a sua principal ocupação nos últimos anos? **(Marque apenas uma, a principal):**

<input type="checkbox"/> 10. Fazendeiro-Grande proprietário	<input type="checkbox"/> 44. Contador
<input type="checkbox"/> 11. Fazendeiro-Médio proprietário	<input type="checkbox"/> 45. Engenheiro
<input type="checkbox"/> 12. Fazendeiro-Pequeno proprietário	<input type="checkbox"/> 46. Agrônomo
<input type="checkbox"/> 13. Trabalhador rural (não proprietário de terras)	<input type="checkbox"/> 50. Professor universitário
<input type="checkbox"/> 20. Grande comerciante (mais de 30 empregados)	<input type="checkbox"/> 51. Professor secundário
<input type="checkbox"/> 21. Comerciante Médio (de 11 a 30 empregados)	<input type="checkbox"/> 52. Professor primário
<input type="checkbox"/> 22. Pequeno Comerciante (até 10 empregados)	<input type="checkbox"/> 60. Servidor público (cargo de direção, chefia etc)
<input type="checkbox"/> 30. Grande Industrial (mais de 500 empregados)	<input type="checkbox"/> 61. Servidor público (outros cargos)
<input type="checkbox"/> 31. Médio Industrial (de 50 a 500 empregados)	<input type="checkbox"/> 70. Comerciante
<input type="checkbox"/> 32. Pequeno Industrial (até 50 empregados)	<input type="checkbox"/> 71. Industriário
<input type="checkbox"/> 40. Advogado	<input type="checkbox"/> 72. Militar
<input type="checkbox"/> 41. Farmacêutico	<input type="checkbox"/> 80. Estudante
<input type="checkbox"/> 42. Médico	<input type="checkbox"/> 90. Outra.Qual? _____
<input type="checkbox"/> 43. Dentista	

48. O Sr (a) tem alguma religião? Qual? \_\_\_\_\_

49. Seu pai e/ou sua mãe ocuparam cargos públicos?

1. Não       2. Sim: o pai  a mãe  ambos

50. O Sr (a) pretende concorrer a algum cargo eletivo em 2002?

1. Não  
 2. Sim : Qual?  
 Deputado Estadual  
 Deputado Federal  
 Governador  
 Senador  
 Presidente

Duração da entrevista:

No. de tentativas



Comentário do entrevistador:

---



---

Número da Candidatura:

**CARTÃO 1**

<b>PPB</b>	<b>PPS</b>
<b>PDT</b>	<b>PC do B</b>
<b>PSDB</b>	<b>PSB</b>
<b>PT</b>	<b>PL</b>
<b>PTB</b>	<b>PRONA</b>
<b>PMDB</b>	<b>PFL</b>

**CARTÃO 2**

	<b>%</b>
<b>1. Sindicatos/Associação Profissional</b>	
<b>2. Associação de Bairro</b>	
<b>3. Grupo Religioso</b>	
<b>4. Associação Esportiva/Recreativa</b>	
<b>5. Associação Filantrópica</b>	
<b>6. Empresas</b>	
<b>7. Pessoas Físicas</b>	
<b>8. Outros. Quais?</b>	

**CARTÃO 3****ESQUERDA****DIREITA**


---

1      2      3      4      5      6      7      8      9      10

---

**CARTÃO 4****(-)****(+)**


---

1      2      3      4      5      6      7      8      9      10

---

## QUESTIONÁRIO APLICADO EM 2008:

**Universidade Federal de Santa Catarina**  
**Mestrado Sociologia Política**  
**Pesquisa: Deputados e Ideologia Partidária**

No. DA ENTREVISTA: _____ DATA: _____ PARTIDO DO ENTREVISTADO _____  NOME DO ENTREVISTADO: _____  ENTREVISTADOR: _____ REVISOR: _____
--

1. Por qual partido o (a) Sr. (a) foi eleito? \_\_\_\_\_
2. A qual partido o (a) Sr. (a) está filiado atualmente? \_\_\_\_\_ Desde quando? \_\_\_\_\_
3. O (A) Sr. (a) já esteve filiado a algum outro partido **na atual legislatura**?
- ( ) 1. Não
- ( ) 2. Sim. Qual : \_\_\_\_\_

4. Antes da atual legislatura, a que outros partidos o Sr (a) esteve filiado? (**anotar em ordem cronológica**)

Partido	De	Até
1.		
2.		
3.		
4.		
5.		

5. Cite três partidos, entre os que eu vou mencionar, a que o (a) Sr (a) **não** se filiaria de maneira alguma? (**mostrar cartão 1**)
- |  |  |
|--|--|
| <p>( ) 1. PP</p> <p>( ) 2. PDT</p> <p>( ) 3. PSDB</p> <p>( ) 4. PT</p> <p>( ) 5. PTB</p> <p>( ) 6. PMDB</p> <p>( ) 7. DEM (Ex-PFL)</p> <p>( ) 77. Poderia se filia a qualquer um deles</p> | <p>( ) 8. PPS</p> <p>( ) 9. PC do B</p> <p>( ) 10. PSB</p> <p>( ) 11. PRB</p> <p>( ) 12. PRONA</p> <p>( ) 13. PV</p> <p>( ) Outro: Qual? _____</p> |
|--|--|



6. Com relação às entidades sociais que eu vou mencionar, como o (a) Sr (a) distribuiria, em termos percentuais, a contribuição de cada uma delas para sua campanha (em termos financeiros, de material ou de pessoal)? (**Mostrar Cartão 2**)

	%
1. Sindicatos/Associação Profissional	
2. Associação de Bairro	
3. Grupo Religioso	
4. Associação Esportiva/Recreativa	
5. Associação Filantrópica	
6. Empresas	
7. Pessoas Físicas	
8. Outros. Quais?	

7. Do ponto de vista dos setores da sociedade, seus eleitores são provenientes majoritariamente de...  
(**Ler a lista e pedir para especificar qual seria o grupo**)

- ( ) 1. Grupo profissional/econômico: \_\_\_\_\_  
 ( ) 2. Grupo religioso : \_\_\_\_\_  
 ( ) 3. Grupo étnico : \_\_\_\_\_  
 ( ) 4. Grupo/movimento de opinião : \_\_\_\_\_  
 ( ) 5. Outro : \_\_\_\_\_  
 ( ) 6. Nenhum grupo em especial

8. Entre as solicitações que recebe de seus eleitores, o (a) Sr.(a) diria que a maioria se refere a atendimento de problemas de ordem pessoal (emprego, hospitalização, vaga em escola, etc.), ou se refere, em sua maioria, a problemas mais coletivos?

- ( ) 1. Maioria pessoal  
 ( ) 2. Maioria coletivo  
 ( ) 3. Igual

9. E seu atendimento a tais solicitações, tem caráter mais pessoal ou coletivo ?

- ( ) 1. Maior parte te caráter pessoal  
 ( ) 2. Maior parte te caráter coletivo  
 ( ) 3. Igual

10. O (A) Sr (a) acredita que, na atividade parlamentar em geral, um deputado deve votar como o partido indica, ou de acordo com o que ele acredita?

- ( ) 1. Como o partido indica  
 ( ) 2. De acordo com o que ele acredita  
 ( ) 3. Outra resposta \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

11. O (A) Sr. (a) acha que os partidos devem defender:

- ( ) 1. O Interesse de grupos  
 ( ) 2. O Interesse de todos  
 ( ) 3. Outra resposta \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

12. Suponha que seus eleitores exijam que o (a) Sr.(a) apóie um projeto ao qual pessoalmente se opõe. O que o (a) Sr (a) faria?

- ( ) 1. O que seus eleitores querem  
 ( ) 2. Faria o que acredita  
 ( ) 3. Outra resposta \_\_\_\_\_

13. Como o (a) Sr(a) sabe, a prática de alianças eleitorais é um recurso utilizado nas eleições pela maioria dos partidos brasileiros. Cite três partidos que o (a) Sr (a) seria inteiramente contrário a que seu partido se aliasse nas eleições presidenciais e três partidos que o (a) Sr (a) seria totalmente favorável a uma aliança para as **eleições presidenciais**. (Anote-os na ordem em que foram citados pelo entrevistado)

CONTRÁRIO:	FAVORÁVEL
1.	1.
2.	2.
3.	3.

14. E ao nível estadual: cite três partidos que o (a) Sr (a) seria inteiramente contrário a que seu partido se aliasse nas eleições **para governador** e três que seria totalmente favorável.

(Anote-os na ordem em que foram citados pelo entrevistado)

CONTRÁRIO:	FAVORÁVEL
1.	1.
2.	2.
3.	3.

15. Qual a sua opinião sobre a seguinte afirmação: “ Só há democracia se houver participação direta do povo nas decisões mais importantes, através de referendos e plebiscitos. O (A) sr. (a):

- ( ) 1. Concorda totalmente  
 ( ) 2. Concorda parcialmente  
 ( ) 3. Discorda parcialmente  
 ( ) 4. Discorda totalmente

16. Qual das situações se aproxima mais de um regime democrático?

- ( ) 1. A situação que o Brasil vive atualmente.  
 ( ) 2. A situação que a Venezuela vive atualmente.

17. Principalmente em época de eleição, as pessoas costumam dizer que existem opiniões de direita, ou de esquerda, ou de centro. O que o (a) senhor (a) entende por direita e por esquerda em política?

DIREITA: \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

ESQUERDA: \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

18. Agora, vamos supor que aqui nesta reta (mostre o cartão 3) o número 1 corresponda à esquerda e o número 10 à direita. Como o (a) Sr (a) está vendo, uma pessoa que fosse muito de esquerda estaria no número 1, uma muito de direita, no número 10. Onde é que o (a) Sr (a) se colocaria? **(Mostrar Cartão 3)**

ESQUERDA					DIREITA				
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

19. E onde é que o (a) Sr (a) colocaria cada um dos seguintes partidos em âmbito nacional? (Mostrar o cartão) Como o Sr (a) classificaria o ...?

	ESQUERDA					DIREITA				
PP	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
PDT	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
PT	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
PTB	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
PMDB	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
DEM (Ex-PFL)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
PSDB	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
PPS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
PCdoB	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
PSB	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
PRB	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
PV	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

20. E aqui no seu estado, o (a) Sr (a) manteria ou não as mesmas notas para esses partidos nesta questão de direita e esquerda? ( ) 2. Manteria ( ) 1. Não. Como classificaria em seu estado o ...

	ESQUERDA					DIREITA				
PP	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
PDT	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
PT	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
PTB	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
PMDB	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
PFL	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
PSDB	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
PPS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
PCdoB	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
PSB	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
PRB	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
PV	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

21. Para resolver o problema da violência urbana o (a) Sr (a) priorizaria uma política governamental de redução da miséria e da desigualdade, ou, ao contrário, leis mais duras e uma política mais eficaz de repressão ao bandido, com o aumento de policiais treinados e equipados nas ruas?

- ( ) 1. Uma política governamental de redução da miséria e desigualdade.  
 ( ) 2. Leis mais duras e uma política mais eficaz de repressão aos bandidos.

22. Para resolver os problemas do Brasil, é melhor

- ( ) 1. A atuação de um líder que coloque as coisas no lugar  
 ( ) 2. A participação da população nas decisões importantes do governo

23. Na sua opinião o que é mais importante para melhorar o Brasil: (optar por uma resposta)

- a) ( ) 1. Combater a miséria e a fome, através de políticas sociais  
 ( ) 2. Gerar mais empregos
- b) ( ) 1. Manter a inflação baixa e garantir a estabilidade  
 ( ) 2. Fazer a economia do Brasil crescer mais rapidamente
- e) ( ) 1. Fazer a economia do Brasil crescer mais rapidamente  
 ( ) 2. Melhorar a segurança pública

- f)  1. Combater a corrupção  
 2. Combater a miséria e a fome, através de políticas sociais
- g)  1. Melhorar a segurança pública  
 2. Melhorar a saúde pública
- h)  1. Combater a miséria e a fome, através de políticas sociais  
 2. Manter a inflação baixa e garantir a estabilidade

24. Suponhamos que o (a) Sr. (a) tivesse que votar as seguintes medidas que eu vou mencionar, o Sr(a) votaria a favor ou contra:

2.Redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas, sem redução de salário.

1. Contrário  
 2. Favorável

3.Instituição da pena de morte.

1. Contrário  
 2. Favorável

4.Direito irrestrito de greve.

1. Contrário  
 2. Favorável

5.Privatização da Petrobras.

1. Contrário  
 2. Favorável

6.Atribuição às Forças Armadas de poder de polícia.

1. Contrário  
 2. Favorável

25. Qual a sua opinião sobre o presidente venezuelano Hugo Chávez não ter renovado a concessão da emissora RCTV? O (A) sr. (a) acha que ele atuou dentro da lei venezuelana ou foi um ato de censura, antidemocrático?

1. Atuou dentro da lei venezuelana  
 2. Um ato de censura, antidemocrático

26. Sobre o uso das Medidas Provisórias, mecanismo no qual o presidente implementa medidas consideradas urgentes, o (a) Sr. (a):

1. Concorda  
 2. Discorda

27. Na sua opinião, a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial:

1. Ajuda a combater a Desigualdade Racial no Brasil  
 2. Introduz na lei uma forma de discriminação racial

28. Na sua opinião, o sistema de cotas nas Universidades:

1. Ajuda a minimizar o problema do racismo e da desigualdade social, como política de ação afirmativa  
 2. Só aumenta a desigualdade, descriminando as raças

29. Na sua opinião, os protestos mais ousados dos movimentos sociais, como a ocupação de prédios públicos e de terminais de ônibus urbanos:

- 1. Ajudam a politizar a população sobre o problema social que defendem
- 2. Só aumentam a insatisfação da população contra os movimentos sociais

30. Eu vou citar algumas atividades e gostaria que o (a) Sr(a) dissesse quem deve administrar cada uma dessas atividades no Brasil:

1) Educação

- 1. Só o governo
- 2. Mais o governo do que as empresas
- 3. Mais as empresas do que o governo
- 4. Só as empresas

2) Saúde

- 1. Só o governo
- 2. Mais o governo do que as empresas
- 3. Mais as empresas do que o governo
- 4. Só as empresas

3) Aposentadoria e previdência social

- 1. Só o governo
- 2. Mais o governo do que as empresas
- 3. Mais as empresas do que o governo
- 4. Só as empresas

4) Transporte

- 1. Só o governo
- 2. Mais o governo do que as empresas
- 3. Mais as empresas do que o governo
- 4. Só as empresas

5) Estradas e rodovias

- 1. Só o governo
- 2. Mais o governo do que as empresas
- 3. Mais as empresas do que o governo
- 4. Só as empresas

6) Fornecimento de água

- 1. Só o governo
- 2. Mais o governo do que as empresas
- 3. Mais as empresas do que o governo
- 4. Só as empresas

7) Serviço de esgoto

- 1. Só o governo
- 2. Mais o governo do que as empresas
- 3. Mais as empresas do que o governo
- 4. Só as empresas

8) Recolhimento de lixo

- 1. Só o governo
- 2. Mais o governo do que as empresas
- 3. Mais as empresas do que o governo
- 4. Só as empresas

- 9) Energia elétrica
- ( ) 1. Só o governo
- ( ) 2. Mais o governo do que as empresas
- ( ) 3. Mais as empresas do que o governo
- ( ) 4. Só as empresas

- 10) Bancos
- ( ) 1. Só o governo
- ( ) 2. Mais o governo do que as empresas
- ( ) 3. Mais as empresas do que o governo
- ( ) 4. Só as empresas

31. Numa escala de 1 (um) a 10 (dez), onde o 1 significasse prioridade mínima e o 10 prioridade máxima, que nota o (a) Sr.(a) daria às seguintes medidas: **(Mostrar o cartão 4)**

	(-)										(+)
1. Controle dos gastos públicos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
2. Privatização de Empresas Estatais ainda não privatizadas	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
3. Aplicação integral da Lei de Responsabilidade Fiscal	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
4. Redução acentuada das taxas de juros.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
5. Integração à ALCA (Área de Livre Comércio das Américas)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
6. Revisão das privatizações de empresas estatais	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
7. Fim da CPMF e das outras contribuições que oneram a produção	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
8. Transformação do Banco Central em instituição financeira independente	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	

32. O Sr (a) concorda ou discorda das seguintes afirmações:

A) “Numa situação em que o Executivo não tem maioria parlamentar é perfeitamente legítimo que ele se utilize de cargos e verbas públicas para negociar apoio político”

- ( ) 1. Concorda totalmente
- ( ) 2. Concorda em parte
- ( ) 3. Discorda em parte
- ( ) 4. Discorda totalmente

B) “O MST não traz nenhum benefício para os trabalhadores rurais, servindo apenas para criar instabilidade política”

- ( ) 1. Concorda totalmente
- ( ) 2. Concorda em parte
- ( ) 3. Discorda em parte
- ( ) 4. Discorda totalmente

C) “O país deveria caminhar para uma postura mais autônoma, de afirmação nacional, priorizando o mercado interno e, se necessário, repudiando a dívida externa”.

- ( ) 1. Concorda totalmente
- ( ) 2. Concorda em parte
- ( ) 3. Discorda em parte
- ( ) 4. Discorda totalmente

D) “O Brasil deveria se integrar ainda mais à economia internacional, liberalizando o comércio e abrindo mais a economia ao capital estrangeiro”.

- 1. Concorda totalmente
- 2. Concorda em parte
- 3. Discorda em parte
- 4. Discorda totalmente

33. Abaixo seguem alguns temas tratados por ocasião da Constituinte ou através de políticas implementadas nos últimos anos pelo governo brasileiro. Gostaríamos de saber, qual sua opinião com relação a estes temas.

a) Instituição do regime parlamentarista de governo:

- 1. Contrário
- 2. Favorável

Se favorável, assinalar qual sistema:

- ao sistema misto (com eleição direta para presidente)
- ao sistema puro (com eleição indireta)
- ou a qualquer um deles

b) Sobre a instituição do mecanismo de participação popular direta nas decisões, como os referendos, os plebiscitos e a iniciativa popular para apresentação de projetos de lei:

- 1. Contrário
- 2. Favorável

c) Sobre a participação popular, através de consultas, nas formulações de políticas públicas, no planejamento e no controle das ações do poder público, principalmente nas áreas de saúde, educação, assistência e seguridade social:

- 1. Contrário
- 2. Favorável

d) Sobre a garantia do monopólio da União sobre os recursos minerais:

- 1. Contrário
- 2. Favorável

e) Sobre a atribuição de status de Empresa Nacional somente àquelas cujo controle efetivo (isto é, a maioria de seu capital votante e o exercício do poder decisório) esteja, em caráter permanente, sob titularidade de pessoas físicas domiciliadas e residentes no país:

- 1. Contrário
- 2. Favorável

f) Sobre a proibição de contratos de risco na exploração de petróleo e gás mineral:

- 1. Contrário
- 2. Favorável

g) Sobre o dever do poder público dar tratamento preferencial à empresa nacional na aquisição de bens e serviços:

- 1. Contrário
- 2. Favorável



h) Sobre o limite de 12% ao ano nas taxas de juros reais para as operações de crédito:

- ( ) 1. Contrário  
( ) 2. Favorável

i) Sobre a Estatização dos bancos:

- ( ) 1. Contrário  
( ) 2. Favorável

34. O governo Federal investe milhões em programas sociais como Bolsa Escola, o Bolsa Família e o Luz para Todos. No seu ponto de vista:

- ( ) 1. Estes investimentos são necessários para beneficiar a população de baixa renda e incrementar a economia interna do país. Ou:  
( ) 2. Estes recursos deviam ser aplicados em infra- estrutura (hidrelétricas, portos, rodovias) auxiliando o país a crescer e gerar empregos.

35. Com qual das frases o (a) Sr(a) concorda mais:....

- ( ) 1. O aborto deve ser proibido em qualquer situação,  
( ) 2. O aborto deve ser permitido se a mulher ficar grávida por causa de estupro, ou se houver risco de vida à gestante  
( ) 3. O aborto é uma decisão que cabe à mulher, não devendo o Estado interferir na decisão

36. O Sr (a) é membro ou filiado (a) a alguma associação, entidade profissional, recreativa, religiosa?

- ( ) 1. Não ( ) 2. Sim : Quais?

Associação	Período (Ano: de /até)	Cargo	Local

37. Sexo: ( ) 1. Masculino ( ) 2. Feminino

38. Idade: \_\_\_\_\_

39. Grau de instrução:

- ( ) 1. Primário incompleto  
( ) 2. Primário completo  
( ) 3. Ginásial incompleto  
( ) 4. Ginásial completo  
( ) 5. Colegial incompleto  
( ) 6. Colegial completo  
( ) 7. Universitário incompleto  
( ) 8. Universitário completo      Qual Curso: \_\_\_\_\_

40. Qual era a sua principal ocupação antes de ocupar um cargo público eletivo? (**Marque apenas uma, a principal**):

<input type="checkbox"/> 10. Fazendeiro-Grande proprietário	<input type="checkbox"/> 44. Contador
<input type="checkbox"/> 11. Fazendeiro-Médio proprietário	<input type="checkbox"/> 45. Engenheiro
<input type="checkbox"/> 12. Fazendeiro-Pequeno proprietário	<input type="checkbox"/> 46. Agrônomo
<input type="checkbox"/> 13. Trabalhador rural (não proprietário de terras)	<input type="checkbox"/> 50. Professor universitário
<input type="checkbox"/> 20. Grande comerciante (mais de 30 empregados)	<input type="checkbox"/> 51. Professor secundário
<input type="checkbox"/> 21. Comerciante Médio (de 11 a 30 empregados)	<input type="checkbox"/> 52. Professor primário
<input type="checkbox"/> 22. Pequeno Comerciante (até 10 empregados)	<input type="checkbox"/> 60. Servidor público (cargo de direção, chefia, etc)
<input type="checkbox"/> 30. Grande Industrial (mais de 500 empregados)	<input type="checkbox"/> 61. Servidor público (outros cargos)
<input type="checkbox"/> 31. Médio Industrial (de 50 a 500 empregados)	<input type="checkbox"/> 70. Comerciante
<input type="checkbox"/> 32. Pequeno Industrial (até 50 empregados)	<input type="checkbox"/> 71. Industriário
<input type="checkbox"/> 40. Advogado	<input type="checkbox"/> 72. Militar
<input type="checkbox"/> 41. Farmacêutico	<input type="checkbox"/> 80. Estudante
<input type="checkbox"/> 42. Médico	<input type="checkbox"/> 90. Outra. Qual? _____
<input type="checkbox"/> 43. Dentista	

41. O (A) sr. (a) continua exercendo esta atividade durante seu mandato?

1. Sim  
 2. Não

42. Eu vou ler uma lista de religiões, para que o (a) sr. (a) indique qual delas é a sua:

1. Evangélica pentecostal  
 2. Evangélica não -pentecostal  
 3. Umbanda  
 4. Candomblé  
 5. Católica  
 6. Espírita  
 7. Outra. Qual? \_\_\_\_\_  
 8. Não tem religião  
 9. É ateu  
 10. NS/NR

Duração da entrevista:

No. de tentativas

**CARTÃO 1**

<b>PP</b>	<b>PPS</b>
<b>PDT</b>	<b>PC do B</b>
<b>PSDB</b>	<b>PSB</b>
<b>PT</b>	<b>PRB</b>
<b>PTB</b>	<b>PRONA</b>
<b>PMDB</b>	<b>DEM (Ex-PFL)</b>

**CARTÃO 2**

	<b>%</b>
<b>1. Sindicatos/Associação Profissional</b>	
<b>2. Associação de Bairro</b>	
<b>3. Grupo Religioso</b>	
<b>4. Associação Esportiva/Recreativa</b>	
<b>5. Associação Filantrópica</b>	
<b>6. Empresas</b>	
<b>7. Pessoas Físicas</b>	
<b>8. Outros. Quais?</b>	

**CARTÃO 3****ESQUERDA****DIREITA**


---

<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>10</b>
----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	-----------

---

**CARTÃO 4****(-)****(+)**


---

<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>10</b>
----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	-----------

---

## ANEXOS

### ANEXO I. RELAÇÃO DE DEPUTADOS NA LEGISLATURA (2005-2008), NO PERÍODO DA PESQUISA (2007-2008) (AGRUPADOS POR PARTIDO)

PT	PP	PSDB
- <a href="#">Ana Paula Lima</a>	- <a href="#">Kennedy Nunes</a>	- <a href="#">Clésio Salváro</a>
- <a href="#">Décio Góes</a>	- <a href="#">Jandir Bellini</a>	- <a href="#">José Natal Pereira</a>
- <a href="#">Dirceu Dresch</a>	- <a href="#">Joares Ponticelli</a>	- <a href="#">Jorginho Mello</a>
- <a href="#">Jailson Lima da Silva</a>	- <a href="#">Reno Caramori</a>	- <a href="#">Marcos Vieira</a>
- <a href="#">Pedro Baldissera</a>	- <a href="#">Silvio Dreveck</a>	- <a href="#">Nilson Gonçalves</a>
- <a href="#">Pedro Uczai</a>	- <a href="#">Valmir Comin</a>	- <a href="#">Serafim Venzon</a>
PMDB	DEM	PTB
- <a href="#">Ada Faraco de Luca</a>	- <a href="#">Cesar Souza Júnior</a>	- <a href="#">Narcizo Parisotto</a>
- <a href="#">Antônio Mauro Aguiar</a>	- <a href="#">Darci de Matos</a>	
- <a href="#">Edson Piriquito</a>	- <a href="#">Gelson Luiz Merísio</a>	
- <a href="#">Elizeu Mattos</a>	- <a href="#">Julio Garcia</a>	
- <a href="#">Genésio Goulart</a>	- <a href="#">Onofre Agostini</a>	
- <a href="#">Herneus de Nadal</a>		
- <a href="#">João Henrique Blasi</a>		
- <a href="#">Manoel Mota</a>		
- <a href="#">Moacir Sopelsa</a>		
- <a href="#">Renato Luiz Hinning</a>		
- <a href="#">Rogério Mendonça</a>		
- <a href="#">Romildo Titon</a>		
PRB	PPS	PDT
- <a href="#">Odete de Jesus</a>	- <a href="#">Professor Grandó</a>	- <a href="#">Amauri Soares</a>
		- <a href="#">Dagomar Carneiro</a>

### ANEXO II. RELAÇÃO DE SUPLENTE QUE ASSUMIRAM O MANDATO NA ATUAL LEGISLATURA, NO PERÍODO DA PESQUISA (2008)

- <a href="#">Edison Andrino</a>	PMDB
- <a href="#">Jean Kuhlmann</a>	DEM
- <a href="#">Flávio Ragagnin</a>	PP

ANEXO III. RELAÇÃO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS CATARINENSES NO PERÍODO  
FINAL DA PESQUISA (AGOSTO 2008)

<b>Deputado</b>	<b>Partido</b>	<b>Condição</b>
<a href="#">Adherbal Deba Cabral</a>	PMDB	Suplente
<a href="#">Ana Paula Lima</a>	PT	
<a href="#">Antônio Aguiar</a>	PMDB	
<a href="#">Carlos Chiodini</a>	PMDB	Suplente
<a href="#">Carlos Hoegen</a>	DEM	Suplente
<a href="#">César Cim</a>	PDT	Suplente
<a href="#">Décio Gôes</a>	PT	
<a href="#">Dirceu Dresch</a>	PT	
<a href="#">Edison Andrino</a>	PMDB	Suplente
<a href="#">Elizeu Mattos</a>	PMDB	
<a href="#">Gelson Merísio</a>	DEM	
<a href="#">Giancarlo Tomelin</a>	PSDB	Suplente
<a href="#">Herneus de Nadal</a>	PMDB	
<a href="#">Ismael dos Santos</a>	DEM	Suplente
<a href="#">Ivan Naatz</a>	PV	Suplente
<a href="#">Jailson Lima</a>	PT	
<a href="#">Jandir Bellini</a>	PP	
<a href="#">Jean Kuhlmann</a>	DEM	Suplente
<a href="#">Joares Ponticelli</a>	PP	
<a href="#">Jorginho Mello</a>	PSDB	
<a href="#">José Natal</a>	PSDB	
<a href="#">Julio Garcia</a>	DEM	
<a href="#">Manoel Mota</a>	PMDB	
<a href="#">Marcos Vieira</a>	PSDB	
<a href="#">Moacir Sopelsa</a>	PMDB	
<a href="#">Narcizo Parisotto</a>	PTB	
<a href="#">Nilson Gonçalves</a>	PSDB	
<a href="#">Odete de Jesus</a>	PRB	
<a href="#">Padre Pedro Baldissera</a>	PT	
<a href="#">Pedro Uczai</a>	PT	
<a href="#">Professor Grando</a>	PPS	
<a href="#">Renato Hinnig</a>	PMDB	
<a href="#">Reno Caramori</a>	PP	
<a href="#">Rogério Mendonça (Peninha)</a>	PMDB	
<a href="#">Romildo Titon</a>	PMDB	
<a href="#">Sargento Amauri Soares</a>	PDT	
<a href="#">Serafim Venzon</a>	PSDB	
<a href="#">Silvio Dreveck</a>	PP	
<a href="#">Valdir Cobalchini</a>	PMDB	Suplente
<a href="#">Valmir Comin</a>	PP	

## ANEXO IV. RELAÇÃO DOS PARTIDOS

## A - RELAÇÃO DOS PARTIDOS DE CENTRO-DIREITA

Partido	Ano de Criação	
PDC	1985	Partido Democrata Cristão. Mais conservador do que os seus homônimos em muitos países. Em 1993, fundiu-se co o PDS para formar o PPR.
PMB	1985	Partido Municipalista Brasileiro.
PMN	1985	Partido da Mobilização Nacional.
PP	1993	Partido Progressista. Criado através de uma fusão do PST e do PTR. Em 1995, fundiu-se com o PPR para formar o PPB.
PSC	1985	Partido Social Cristão.
PSL	1998	Partido Social Liberal.
PST	1989	Partido Social Trabalhista.
PTB	1979	Partido Trabalhista Brasileiro. Ao contrário do PTB do período de 1945-1965, um partido predominantemente de centro-direita.
PTR	1985	Partido Trabalhista Renovador.

Fonte: Scott Mainwaring et al. (2000, p. 31).

## B - RELAÇÃO DOS PARTIDOS DE DIREITA

Partido	Ano de Criação	
PDS	1979	Partido Democrático Social. Apesar do seu nome, um partido conservador. O PDS e o seu antecessor, a Arena (1966-1979), deram apoio partidário ao regime militar. Em 1993, o PPR resultou da fusão deste com o PDC.
PFL [DEM]	1985	Partido da Frente Liberal. Um partido conservador criado por dissidentes do PDS. Tem integrado todos os ministérios desde 1985 [até 2002].
PL	1985	Partido Liberal. Um partido conservador conhecido por seu discurso desestatizante e por sua ligação com os interesses capitalistas nas regiões mais desenvolvidas, especialmente no Rio e em São Paulo.
PPB	1995	Partido Progressista Brasileiro. Criado pela fusão do PPR e do PP. Sucessor da Arena/PDS.
PPR	1993	Partido Progressista Reformador. Sucessor da Arena/PDS. Criado pela fusão do PDS e do PDC. Em 1995, o PPB resultou da fusão deste com o PP.
PRN	1989	Partido d reconstrução Nacional. Criado por Fernando Collor como veículo para concorrer à Presidência. Praticamente desapareceu depois do <i>impeachment</i> de Collor em 1992. Conhecido anteriormente e por pouco tempo, como PJ, Partido da Juventude.
Prona	1989	Partido da Reedificação da Ordem Nacional. Partido de extrema direita dirigido por um líder personalista, Enéias Carneiro.
PRP	1988	Partido da representação Popular.
PSD	1987	Partido Social Democrático. O PSD criado em 1987 não é o mesmo partido que existiu entre 1944 e 1965. É um pequeno partido, concentrado na região Centro-Oeste. Em 1989, o seu candidato presidencial e político mais eminente era Ronaldo Caiado, líder da União Democrática Ruralista (UDR), um grupo de direita de defesa dos interesses dos proprietários de terra.

Fonte: Scott Mainwaring et al. (2000, p. 32).

ANEXO V. RELAÇÃO DE DEPUTADOS ENTREVISTADOS NAS PESQUISAS DE 1989,  
2002 E 2008

**A - DEPUTADOS ENTREVISTADOS EM 1989**

**PARTIDOS**

ADEMAR DUWE	PMDB
ADEMIR BERTOLINI	PMDB
CÉZAR SOUZA	PFL
DECIO KNOPP	PDT
GASPARINO WILLI RAIMONDI	PMDB
GILSON DOS SANTOS	PDS
HUGO BIEHL	PDS
IVAN CESAR RANSOLIN	PDS
JARVIS GAIDZINSKI	PL
JOÃO ROMÁRIO CARVALHO	PFL
JOAQUIM COELHO LEMOS	PFL
JORGE GONÇALVES DA SILVA	PMDB
JOSE BIEL	PDT
JOSE LUIZ CUNHA	PMDB
JOSE PEDOZZO	PDS
JUAREZ ROGÉRIO FURTADO	PMDB
JULIO GARCIA	PFL
LAURO VIEIRA DE BRITO	PMDB
LEODEGAR TISCOSKI	PDS
LIRIO ROSSO	PMDB
LUCI CHOINACKI	PT
MARIO CAVALAZI	PDS
MARTINHO H. GHIZZO	PMDB
NEUZILDO FERNANDES	PMDB
NILTON JACINTO	PMDB
PAULO ROBERTO BAUER	PDS
PEDRO BITTENCOURT NETO	PDS
SALOMÃO R. JUNIOR	PDS
SIDNEI PACHECO	PFL
VANIO DE OLIVEIRA	PFL
WILSON WANDALL	PDS

**B - DEPUTADOS ENTREVISTADOS EM 2002****PARTIDOS**

ADELOR FRANCISCO	PMDB
AFRÂNIO BOPPRÉ	PT
ALTAIR GUIDI	PP
ANTÔNIO AGUIAR	PFL
CESAR SOUZA	PFL
CLÉSIO SALVARO	PFL
ÊNIO LUIS SPANIOL	PP
FRANCISCO DE ASSIS	PT
GELSON SORGATO	PMDB
HEITOR SCHÉ	PFL
HERMEUS DA NADAL	PMDB
IDELI SALVATTI	PT
IVAN CÉSAR RANZOL	PP
IVO KONELL	PMDB
JAIME DUARTE	PPS
JAIME MANTELLI	PDT
JOÃO HENRIQUE BLASI	PMDB
JOÃO ROSA	PTB
JORGINHO DOS SANTOS MELLO	PSDB
JOSÉ PAULO SERAFIM	PT
JULIO CÉSAR GARCIA	PFL
LÚCIO MAURO DA SI	PP
MANOEL MOTA	PMDB
MILTON SANDER	PP
MOACIR SOPELSA	PMDB
NARCISO PARIZOTTO	PTB
NELSON GOETTER DE	PP
NILSON GONÇALVES	PSDB
ODETE DE JESUS	PL
ONOFRE SANTOS AGOSTIN	PFL
RENO CARAMORI	PP
ROGÉRIO MENDONÇA	PMDB
ROMILDO TITON	PMDB
RONALDO JOSÉ BENEDET	PMDB
SANDRO TARZAN	PP
VOLNEI JOSÉ MORAS	PT
WALMIR FRANCISCO	PP



**C - DEPUTADOS ENTREVISTADOS EM 2008****PARTIDOS**

ADA DE LUCA	PMDB
ANA PAULA LIMA	PT
ANTONIO AGUIAR	PMDB
CESAR SOUZA JR	PFL
CLESIO SALVARO	PSDB
DAGOMAR CARNEIRO	PDT
DARCI DE MATOS	PFL
DECIO GOES	PT
DIRCEU DRESCH	PT
EDSOM PIRIQUITO	PMDB
EDSON ANDRINO	PMDB
ELISEU MATOS	PMDB
FLAVIO RAGAGNIN	PP
GELSON MERÍSIO	PFL
GENÉSIO GOULART	PMDB
HERNEUS DE NADAL	PMDB
JAISOL LIMA	PT
JEAN J. KUHLMANN	PFL
JORGINHO MELLO	PSDB
JOSE HENRIQUE BLASI	PMDB
JOSE NATAL	PSDB
JUAREZ PONTICELLI	PP
KENNEDY NUNES	PP
MANOEL MOTA	PMDB
MARCOS VIEIRA	PSDB
MOACIR SOPELSA	PMDB
NILSON GONÇALVES	PSDB
ODETE DE JESUS	PRB
ONOFRE AGOSTINI	PFL
PD PEDRO BALDISSERA	PT
PEDRO UCZAI	PT
RENATO HINNIG	PMDB
RENO CARAMORI	PP
ROGERIO MEND PENINHA	PMDB
ROMILDO TITON	PMDB
SARGENTO SOARES	PDT
SERAFIM VENZON	PSDB
SILVIO DREVECKE	PP
VALMIR CONIN	PP

ANEXO VI. TABELA DE GRAUS DE ASSOCIAÇÃO E NÍVEIS DE SIGNIFICÂNCIA NAS TABELAS

Tabela	Ano	Tipo Coef. Assoc.	Valor Coefic.	Signif.
6	1989	Gama	0,627	<b>0,042*</b>
	2002		0,800	<b>0,000**</b>
	2008		0,733	<b>0,001**</b>
7	1989	Coef. Contingência	0,389	0,069
	2008		0,453	<b>0,007**</b>
8	2002	Coef. Contingência	0,337	0,094
	2008		0,132	0,709
9	2008	Gama	0,725	<b>0,000**</b>
10	1989	Gama	(1)	(1)
	2002		1,000	0,304
	2008		1,000	<b>0,017*</b>
11	2002	Gama	1,000	<b>0,005**</b>
	2008		0,807	<b>0,005**</b>
12	2002	Gama	0,208	0,466
	2008		0,905	<b>0,000**</b>
13	2002	Gama	1,000	<b>0,023*</b>
	2008		0,233	0,329
14	1989	Coef. Contingência	0,289	0,256
	2008		0,175	0,539
15	2002	Coef. Contingência	0,613	<b>0,000**</b>
	2008		0,477	<b>0,003**</b>
16	2002	Coef. Contingência	0,379	<b>0,045*</b>
	2008		0,431	<b>0,012*</b>
17	2002	Gama	0,877	<b>0,000**</b>
	2008		0,360	0,066
18	1989	Coef. Contingência	0,362	0,113
	2008		0,382	<b>0,036*</b>
19	1989	Coef. Contingência	0,298	0,233
	2008		0,149	0,641
21	1989	Coef. Contingência	0,235	0,403
	2002		0,536	<b>0,001**</b>
	2008		0,456	<b>0,008**</b>
22	1989	Coef. Contingência	0,411	<b>0,043*</b>
	2002		0,518	<b>0,001**</b>
	2008		0,242	0,299
23	2008	Coef. Contingência	0,186	0,507
24	2008	Coef. Contingência	0,467	<b>0,004**</b>

25	2008	Coef. Contingência	0,539	<b>0,000**</b>
26	2002	Coef. Contingência	0,253	0,281
			0,352	0,090
27	1989	Coef. Contingência	0,351	0,121
	2002		0,218	0,408
	2008		0,298	0,157
28	2008	Gama	0,134	0,603
29	2008	Coef. Contingência	0,327	0,103
30	1989	Coef. Contingência	0,376	0,092
	2002		0,362	0,066
	2008		0,174	0,554
31	1989	Coef. Contingência	0,313	0,186
	2008		0,469	<b>0,004**</b>
32	2002	Coef. Contingência	0,363	0,189
		Gama	0,222	0,263
33	1989	Coef. Contingência	0,173	0,669
	2002	Coef. Contingência	0,354	0,192
	2008	Gama	0,069	0,771

\* Signif. nível 0,05; \*\* signif. nível 0,01.

Obs. 1: A tabela só apresenta a magnitude das associações. Quanto ao sentido, é analisado no texto (por isso, todos os sinais aparecem aqui como positivos)

(1) O valor de gama não pode ser calculado porque a variável, na realidade é uma constante (assume um único valor)

#### ANEXO VII. TABELA DE GRAUS DE ASSOCIAÇÃO E NÍVEIS DE SIGNIFICÂNCIA NOS GRÁFICOS

Gráfico	Ano	Tipo Coef. Assoc.	Valor Coefic.	Signif.
1	2002	Gama	0,258	0,280
	2008		0,182	0,424
2	2002	Gama	0,294	0,192
	2008		0,468	<b>0,021*</b>
4	2008	Coef. Contingência	0,253	0,264
5	1989	Coef. Contingência	0,255	0,353
	2008		0,236	0,315
6	1989	Coef. Contingência	0,227	0,441
	2008		0,192	0,476
9	2002	Coef. Contingência	0,531	<b>0,001**</b>
	2008		0,528	<b>0,001**</b>
10	2008	Coef. Contingência	0,266	0,245
11	1989	Coef. Contingência	0,484	<b>0,019*</b>
	2008		0,602	<b>0,000**</b>

\* Signif. nível 0,05; \*\* signif. nível 0,01.